

Zeno Soares Crocetti

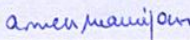
FORMAÇÃO SÓCIO ESPACIAL DO PARANÁ

Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de "Doutor em Geografia", e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-graduação em Geografia.

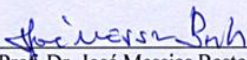
Local, 23 de fevereiro de 2012.

Prof. Dra. Ruth Emilia Nogueira
Coordenadora do PPGG/UFSC

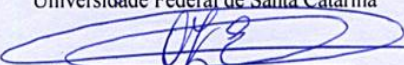
Banca Examinadora:



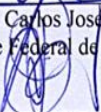
Prof. Dr. Armen Mamigonian (Orientador)
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. José Messias Bastos
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Carlos José Espíndola
Universidade Federal de Santa Catarina



Prof. Dr. Fabio Napoleão
Universidade do Estado de Santa Catarina



Prof. Dra. Tânia Maria Fresca
Universidade Estadual de Londrina

Para meus pais Ernesto e Leonite, que como tantos outros muito cedo foram excluídos da escola, mas que se esforçaram para que seus filhos não o fossem. Ao meu filho, Hugo, e as três mulheres da minha vida; Matilde, Priscila e Maíra, que compreenderam minhas constantes ausências e minhas angústias durante esse processo.

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esse trabalho quero agradecer...

Ao professor Armen Mamigonian por me acolher junto à UFSC e ter aceitado a orientação e a parceria desta jornada.

*Ao Poder Público Federal, seja através da **Universidade Federal de Santa Catarina** (Programa de Pós-Graduação em Geografia), que me acolheu para realizar esse trabalho, seja através da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**, que me ofereceu bolsa de estudos. Sei do privilégio que é estudar e receber bolsa para tal. Eu sei do compromisso que isso representa para com os muitos deste País que nunca tiveram a chance de frequentar escolas públicas de qualidade. Quanto mais serem pagos para estudar.*

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia que abriram as portas para que eu pudesse fazer este trabalho. Obrigado pela confiança.

Aos professores coordenadores de curso Geografia e História da UNIBEM, Laércio de Mello e Fernando Schinimann que me dispensaram de muitas atividades acadêmicas e me substituíram, sucessivamente, durante minhas ausências.

Ao professor José Messias Bastos pela generosidade e pelo incentivo e cumplicidade nessa pesquisa e disponibilidade de sua casa ('A minha casa é a tua casa! '), não vou me esquecer disso e ao professor Carlos José Espíndula por me acolher em sua casa por diversas vezes, além de compartilhar de minhas angústias.

Ao paranista ilustre, agora meu amigo o nosso mestre Léo de Almeida Neves, que partilhou algumas de minhas angústias, e principalmente por sua generosidade em responder meu questionário sobre as razões do desenvolvimento do nosso querido Paraná.

À Associação dos Geógrafos Brasileiros pelo privilegio de me fazer geógrafo essa nossa verdadeira Universidade e por oportunizar o espaço para a convivência democrática.

A todos os amigos que compartilharam dessa travessia e todos aqueles que de alguma forma ajudaram a construir essa síntese. Particularmente a Rosi Vilas Boas, quem me abriu a porta do Grupo Positivo para visitas e questionamentos.

Procurando a uma só vez, conhecer a repartição dos fenômenos superficiais, físicos, biológicos ou econômicos, e pesquisando as causas de sua distribuição para ligá-las depois a leis gerais com o propósito final de instigar-lhes os efeitos, o geógrafo (...), faz de uma só vez a Ciência e a Filosofia. “*A preocupação das leis gerais é um princípio científico, como formulou De Martonne; a pesquisa das causas é uma preocupação filosófica*”.

(PEREIRA, 1945; p.1479).

Na Grécia nota-se que tanto geografia, história, filosofia e teatro tendiam a ter visões globais, abrangentes, que procuravam descrever e explicar a realidade, sem estabelecer limites rígidos para o seu pensar. O objeto da geografia, desde os seus inícios gregos até hoje, tem girado em torno de uma visão holística que abarque o natural e o social, mesmo que suas leis não sejam estritamente as mesmas e suas relações sejam mutáveis e de difícil apreensão.

(...) à medida que a geografia encontra mais intensamente o marxismo após a derrota americana no Vietnã. Tanto geografia como marxismo tem a tendência à postura holística, hoje cada vez mais indispensável às tentativas de decifrar a complexidade do mundo.

A renovação por que passa a geografia atualmente requer uma radicalização teórica, no sentido de recuperar a interdisciplinaridade e a visão de totalidade propiciada pelos paradigmas de Formação Sócio-espacial e de Geossistema. Isto quer dizer que quem faz geografia humana deve assumir funções não somente de geógrafo estrito-senso, mas de historiador, economista, sociólogo, etc.

(MAMIGONIAN, 1999, p.168-170.)

RESUMO

Com a conclusão dessa Tese, objetivamos demonstrar a Formação Sócio-espacial do Paraná, nas suas mais diversas determinações, e contribuir para esclarecer as razões do seu desenvolvimento econômico.

Partimos de um diagnóstico das suas formações sociais e econômicas, além de demonstrar e analisar as teorias sobre o desenvolvimento econômico do Paraná, dentro da produção acadêmica e também nos aparelhos do Estado. Fizemos um debate teórico das diretrizes analíticas e investigativas – pesquisas de campo – voltadas à problematização do desenvolvimento regional paranaense, discutindo sua base conceitual e metodológica. O desenvolvimento, como processo multifacetado de intensa transformação estrutural, resultado de múltiplas e complexas determinações, interações e combinações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades da sociedade estudada.

Fizemos uso da metodologia da formação sócio-espacial proposta por Milton Santos e trabalhada por Armen Mamigonian, em seu aspecto local e regional.

Fizemos uso do enfoque regional, como opção para interpretar e explicar as gêneses das desigualdades territoriais na produção e distribuição das várias Formações Sociais, fazendo uso de outras categorias de análise marxistas, tais como; Ciclos econômicos/dualidade, trabalhados no Brasil principalmente por Rangel. Esses ciclos são os chamados ciclos longos ou de Kondratieff e os ciclos médios ou Juglarianos brasileiros e de dualidade básica da economia brasileira (desenvolvida por Ignácio Rangel a partir da década de 1930).

Também fizemos o uso das Combinações Geográficas de Cholley, cujo uso é pouco usual entre os geógrafos econômicos. Raramente as Formações Sociais, o funcionamento do modo de produção capitalista, como sistema mundial articulado e as combinações e disparidades inter-regionais na apropriação da riqueza são tratadas como uma questão territorial, mas estão inscritas no espaço, desde as origens da produção mercantil e constantemente transformada pelo próprio desenvolvimento do capitalismo.

Palavras-chave: Geografia econômica; Paraná; formação sócio-espacial, combinações geográficas e desenvolvimento.

ABSTRACT

With the completion of this thesis, we aimed to demonstrate the socio-spatial formation of Paraná, in its various decisions, and help to clarify the reasons for their economic development.

Based on an analysis of their social and economic formations, and to demonstrate and analyze the theories on economic development of Parana, in the academic as well as in the State apparatus. We made a theoretical discussion of analytical and investigative guidelines - field research - aimed at questioning the Parana regional development, discussing its conceptual and methodological. Development as multifaceted process of intense structural transformation, the result of multiple and complex determinations, social interactions and combinations that seek to extend the horizon of possibilities of the society studied.

We use the methodology of the social-spatial formation proposed by Milton Santos and worked by Armen Mamigonian in their local and regional aspect.

We use the regional focus as an option to interpret and explain the genesis of territorial inequalities in the production and distribution of the various social formations, making use of other categories of Marxist analysis, such as: economic cycles / duality, worked mainly in Brazil Rangel. These cycles are called Kondratieff cycles or long cycles the average Brazilian or Juglarianos and basic duality of the Brazilian economy (developed by Ignacio Rangel from the 1930s). We also made use of combinations of Geographic Cholley, whose use is unusual

among economic geographers. Rarely do social formations, the functioning of the capitalist mode of production, as a world system and articulated combinations and inter-regional disparities in wealth ownership are treated as a territorial issue, but are inscribed in space, since the origins of commodity production and constantly transformed by the development of capitalism itself.

Key word: Economic geography, Parana, socio-spatial formation, combinations and geographical development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Mapas e Fotos

FIGURA 1 Mapa Região Sul.....	35
FIGURA 2 Mapa A Comarca do Paraná.....	37
FIGURA 3 Mapa Província de Santa Catarina.....	38
FIGURA 4 Mapa Político do Paraná.....	43
FIGURA 5 Mapa Paraná Espanhol em 1640.....	45
FIGURA 6 Mapa Capitania de São Paulo.....	47
FIGURA 7 Mapa Formação Social do Paraná.....	50
FIGURA 8 Perfil do Relevo do Paraná.....	52
FIGURA 9 Mapa Relevo do Paraná.....	54
FIGURA 10 Mapa Hipsométrico do Paraná.....	58
FIGURA 11 Croqui do Caminho das Tropas.....	66
FIGURA 12 Mapa da Região do Contestado.....	75
FIGURA 13 Mapa dos APL da Madeira no Paraná.....	81
FIGURA 14 Mapa da Região Produtiva do Mate.....	91
FIGURA 15 Mapa Produção do Mate no Paraná.....	93
FIGURA 16 Mapa do Uso do Solo no Paraná.....	101
FIGURA 17 Mapa dos Conflitos Agrários no Paraná.....	115
FIGURA 18 Esboço Teórico do Rangel	152
FIGURA 19 Foto Curitiba em 1870.....	174
FIGURA 20 Foto Curitiba em 1876.....	180
FIGURA 21 Foto Fábrica Mate Real.....	183
FIGURA 22 Foto Fábrica Tybagi.....	184
FIGURA 23 Foto Curitiba em 1901.....	186
FIGURA 24 Foto Bonde Tração Animal.....	189
FIGURA 25 Foto Casa Manuel da Costa Cunha.....	191
FIGURA 26 Foto Casa Barão do Serro Azul.....	192
FIGURA 27 Foto Palácio da Liberdade.....	193
FIGURA 28 Foto Carnaval de Rua Curitiba 1902.....	194
FIGURA 29 Foto Mercado Municipal de Curitiba.....	195
FIGURA 30 Foto Trilhos do Bonde Elétrico.....	195
FIGURA 31 Foto Curitiba em 1925.....	196
FIGURA 32 Foto Universidade do Paraná 1915.....	197
FIGURA 33 Foto Castelo do Batel.....	198
FIGURA 34 Foto Palacete Leão.....	199
FIGURA 35 Foto Palacete Ascânio.....	199
FIGURA 36 Foto Edifício Garcez.....	201
FIGURA 37 Foto Mansão Gomm.....	203
FIGURA 38 Foto Rótulo Cerveja Providencia.....	208

FIGURA 39 Mapa Frentes Pioneiras do Café.....	214
FIGURA 40 Mapa Concentração Econômica do Paraná	233
FIGURA 41 Mapa Concentração Industrial do Paraná 2010.....	305
FIGURA 42 Esboço Região Oeste/Sudoeste Paraná.....	309
FIGURA 43 Esboço Região Norte Central Paraná.....	310
FIGURA 44 Região Metropolitana Expandida.....	318
FIGURA 45 Mapa Infraestrutura Logística do Paraná.....	326

Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 Ciclos Kondratieff e Dualidades.....	30
GRÁFICO 2 Setores da Economia no Paraná.....	144
GRÁFICO 3 Ciclos Kondratieff 1815-2010.....	166
GRÁFICO 4 Industrialização do Paraná.....	178
GRÁFICO 5 PIB Brasil/Paraná 1939-2010.....	227
GRÁFICO 6 Taxas Médias de Crescimento Indústria 1904-2010.....	228
GRÁFICO 7 PIB Gestão Lerner 1995-2002.....	254
GRÁFICO 8 PIB Gestão Requião 2003-2010.....	256
GRÁFICO 9 PIB Médio Paraná 1939-2010.....	267
GRÁFICO 10 Agricultura de Exportação 1997-2009.....	291
GRÁFICO 11 Agricultura de Exportação PR/BR 1997-2009.....	292
GRÁFICO 12 Agricultura Produtos Básicos PR/BR 1997-2009.....	293
GRÁFICO 13 Agricultura de Exportação Estados 1997-2009.....	293
GRÁFICO 14 PIB Setores Paraná 1939-2010.....	301
GRÁFICO 15 Concentração das 300 Maiores Empresas 2000/2010.....	304
GRÁFICO 16 Evolução Participação do PIB Paraná 1970-2007-1.....	306
GRÁFICO 17 Evolução Participação do PIB Paraná 1970-2007-2.....	307
GRÁFICO 18 Disparidade da Riqueza no Paraná.....	308
GRÁFICO 19 Contrastes Regionais da RMC.....	316
GRÁFICO 20 Nível de Emprego na Indústria 2002-11.....	320
GRÁFICO 21 Crescimento Paranaguá 2000-2010.....	327

Lista de Tabelas

TABELA 1 – Reflorestamentos.....	85
TABELA 2 – Agricultura Familiar.....	108
TABELA 3 – Produtividade na Agricultura.....	110
TABELA 4 – Exportação da Erva Mate.....	181
TABELA 5 – Produção Erva Mate.....	182
TABELA 6 – Indústria e Comércio dos Imigrantes.....	187

TABELA 7 – População de Curitiba 1720-2010.....	188
TABELA 8 – Importações 1944-1950.....	221
TABELA 9 – Produção Mundial de Café.....	222
TABELA 10 – Produção Brasileira de Café.....	223
TABELA 11 – Produtividade do Café no Paraná.....	224
TABELA 12 – Concentração Industrial no Paraná.....	229
TABELA 13 – Municípios com VAF Maior que 1%.....	231
TABELA 14 – VAF da Região Metropolitana 1975-2008.....	232
TABELA 15 – População do Paraná 1872-2010.....	234
TABELA 16 – Migração Paraná 1940-2000.....	235
TABELA 17 – PIB do Paraná 1970-1994.....	238
TABELA 18 – Agricultura Familiar/Agronegócio.....	239
TABELA 19 – Indústria Valor Adicionado 1985-2000.....	240
TABELA 20 – Indústria e Agroindústria 1990-2000.....	242
TABELA 21 – Mercado de Trabalho Paraná.....	248
TABELA 22 – Ocupados no Paraná por Categoria.....	249
TABELA 23 – PIB Paraná 1995-2002.....	255
TABELA 24 – PIB Paraná 2003-2010.....	258
TABELA 25 – Recursos do FDE Paraná.....	270
TABELA 26 – Investimentos em Infraestruturas.....	271
TABELA 27 – Investimentos CODEPAR/BADEP 1962-1975.....	272
TABELA 28 – Brasil Concentração Industrial 1907-1939.....	274
TABELA 29 – Participação Industrial do Paraná/Brasil.....	276
TABELA 30 – Atividades Industriais do Paraná 1939-2010.....	276
TABELA 31 – Evolução do VA na Balança Comercial 1975-1995.....	280
TABELA 32 – Produção Agrícola PR/BR 1968-2005.....	281
TABELA 33 – Produção de Culturas no PR 1985-2005.....	283
TABELA 34 – Evolução das Cooperativas PR 1829-2010.....	286
TABELA 35 – Cooperativas no Paraná em 2010.....	288
TABELA 36 – Exportação dos 5 Principais Grupos 1997-2009.....	294
TABELA 37 – Estabelecimentos Industriais VTI-1939-70.....	298
TABELA 38 – PIB Industrial do PR 1907-1970.....	299
TABELA 39 – VTI Por Grupos na RMC-PR-BR 1970.....	300
TABELA 40 – Municípios VAF Maior 1% no PR-1975-2008.....	302
TABELA 41 – 100 Maiores Empresas Paraná 2005.....	312
TABELA 42 – 100 Maiores Empresas Paraná 2010.....	313
TABELA 43 – Movimentação de Cargas nos Portos BR-1999.....	321
TABELA 44 – Movimentação de Cargas nos Portos BR-2009.....	322
TABELA 45 – Exportações Paraná 1998-2009.....	324
TABELA 46 – Importações Paraná 1998-2009.....	325

Lista de Quadros

QUADRO 1 – Indústrias Paranaenses 1939/58.....	80
QUADRO 2 – Aglomerados Produção Móveis.....	83
QUADRO 3 – Reflorestamentos.....	84
QUADRO 4 – Valor Transformação Industrial Paraná.....	86
QUADRO 5 – Produção Mate do Paraná.....	92
QUADRO 6 – Concentração das Indústrias Ervateiras Paraná.....	94
QUADRO 8 – Agricultura e Pecuária do Paraná.....	99
QUADRO 8 – Distribuição PIB Industrial do Paraná.....	212
QUADRO 9 – Infraestrutura Investimentos no Paraná.....	214
QUADRO 10 – PIB Brasil/Paraná - 1949/2008.....	226
QUADRO 11 – PIB por Região do Paraná.....	230
QUADRO 12 – Empresas Paranaenses Privatizadas ou Vendidas.....	245
QUADRO 13 – Emprego Gestão Lerner - 1995/2002.....	247
QUADRO 14 – Maiores Empresas do Paraná 2000.....	250
QUADRO 15 – Maiores Empresas do Paraná 2010.....	250
QUADRO 16 – Maiores Empresas do Sul 2000/2010.....	257
QUADRO 17 – Emprego Gestão Requião - 2003/2010.....	259
QUADRO 18 – Produção Industrial por Atividade - 1991/2007.....	260
QUADRO 19 – PIB do Paraná - 1970/2010.....	268
QUADRO 20 – Maiores Cooperativas do Paraná 2009.....	287
QUADRO 21 – Composição Capital Empresas do Paraná/2000/2010.....	296
QUADRO 22 – Concentração das 300 Maiores Empresas RMC.....	304
QUADRO 23 – Regiões Industriais do Paraná 2010.....	305
QUADRO 24 – Comércio Varejista 2010.....	314
QUADRO 25 – Produção Veículos do Paraná/2000-10.....	315
QUADRO 26 – Produção Veículos do Brasil/1990-2010.....	315
QUADRO 27 – Balança Comercial Paraná - 1990/2009.....	323
QUADRO 28 – Destinos Exportações Paranaenses 2008/2009.....	329

LISTA DE ABRIVIATURAS E SIGLAS

PARANÁ

ADETEC – Associação de Desenvolvimento Tecnológico de Londrina

APL – Arranjos Produtivos Locais

BADEP – Banco de Desenvolvimento do Paraná

BANESTADO – Banco do Estado do Paraná

BRAVIACO – Companhia Brasileira de Aviação e Comércio

BRDE – Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul

CANGO – Colônia Agrícola Nacional General Osório

CIC – Cidade Industrial de Curitiba

CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.

CITS – Centro Internacional de Tecnologia de Softwares

CITPAR – Centro de Integração de Tecnologia do Paraná

CCT – Conselho Paraná de Ciência e Tecnologia

CODEL – Companhia de Desenvolvimento de Londrina

CODEPAR – Companhia de Desenvolvimento do Paraná

COPEL – Companhia Paranaense de Energia

DERAL-PR – Departamento de Economia Rural

EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

GETSOP – Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná

IAP – Instituto Ambiental do Paraná

IAPAR – Instituto Agronômico do Paraná

IEL-PR – Instituto Evaldo Lodi do Paraná

INFOMAR – Incubadora Tecnológica de Maringá

INTEC – Incubadora Tecnológica de Curitiba

INTUEL – Incubadora Internacional de Empresas de Base Tecnológica

IPARDES – Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

MARIPÁ – Industrial e Colonizadora Rio Paraná S.A.

PLADEP – Comissão da Coordenação do Plano de Desenvolvimento
Econômico do Paraná

PDCT – Política Estadual de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

OBRAGES – Sedes Administrativas das Companhias Extrativistas

OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná

REPORTE – Rede Paranaense de Incubadoras e Parques Tecnológicos

SANEPAR – Companhia de Saneamento do Paraná

SEMA/PR – Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Paraná

SETI – Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

SNBP – Navegação da Bacia do Prata

TECPAR – Instituto de Tecnologia do Paraná

UFTPR – Universidade Federal Tecnológica do Paraná

UPVF's – Unidades de Produção e Vida Familiares

VBP – Valor Bruto da Produção

BRASIL

ARENA – Aliança Renovadora Nacional

BNDES – Bando Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH – Banco Nacional da Habitação

CEPAL – Comissão Econômica para América Latina e o Caribe

CEXIM – Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CSN - Companhia Siderúrgica Nacional

DF – Distrito Federal

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuárias

EUA - Estados Unidos da América

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FGV – Fundação Getúlio Vargas

FSM – Fórum Social Mundial.

IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA – Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas

ISEB – (Instituto Superior de Estudos Brasileiros)

MDB – Partido Democrático Brasileiro

PAC Programa de Aceleração do Crescimento

PDT- Partido Democrático Trabalhista

PIB – Produto Interno Bruto

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PNB - Produto Nacional Bruto

PT – Partido dos Trabalhadores

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

URV – Unidade de Referência de Valores

VTI – Valor da Transformação Industrial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

Apresentação	19
Referenciais Teóricos e Metodológicos.....	22
A Formação Sócio Espacial (FSE).....	24

1. AS FORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS PARANAENSES

1.1 A FSE da Região Sul do Brasil.....	33
1.2 A Gênese do Paraná	42
1.2.3 Combinações Físicas da Geografia do Paraná	51
1.3 Do Paraná Latifundiário a Pequena Produção Mercantil.....	61
1.4 A Indústria do Mate.....	89
1.5 Colonização e a Pequena Produção Mercantil	96
1.6 Expropriação, Colonização e a Grilagem	112
1.7 Companhia Matte Larangeira	125
Conclusões do capítulo	132

2. AS TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Introdução	138
2.1 Interpretações Sobre o Desenvolvimento Econômico.....	140
2.2 Teorias Interpretativas Sobre o Desenvolvimento do Paraná. 143	
Conclusões do capítulo	163

3. O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ E OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO

3.1 Ciclos Longos e a Transição para Economia Industrial	165
3.1.2 A Contribuição dos Imigrantes para a Economia.....	186
3.2 A Revolução de 1930 e a Modernização do Paraná	210
3.3 A Descentralização Industrial do 2º PND (1974-79)	226
3.4 Da Solidariedade ao Desmanche Conservador (1994-2002)..	236
3.5 Paraná um Salto Para o Futuro	254
Conclusões do capítulo	264

4. DINAMISMO ECONÔMICO PARANAENSE

Introdução	266
------------------	-----

4.1 O Papel do Estado na Orientação do Desenvolvimento Econômico	269
4.2 Agricultura, Pecuária e as Cooperativas	278
4.3 Concentrações Econômicas e Infraestruturas	295
Conclusões do capítulo	330
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	333
REFERÊNCIAS.....	340

INTRODUÇÃO

“(...) É sabido que, ao fazer uma coisa, qualquer que seja, a menos que se compreendam suas circunstâncias reais, sua natureza e suas relações com outras coisas, não se conhecerão as leis que a regem, nem se saberá como fazê-lo, nem se poderá levar a um termo feliz.”

(Mao Tsé-tung, 1970; p. 2).

Apresentação

Esse trabalho consubstancia o resultado da segunda etapa dos estudos, iniciado a mais de 15 anos, cuja primeira fase da pesquisa, eu apresentei em minha dissertação de mestrado. Também objetiva apresentar nossa trajetória dentro da linha de pesquisa, bem como mostrar nosso percurso dentro do referencial teórico metodológico na busca de uma análise, que possibilite uma interpretação do objeto da pesquisa. Levantando dúvidas, problemas e questões, em busca de um processo investigativo sobre as relações da dimensão espacial/regional, síntese das múltiplas determinações.

Com a conclusão desta tese objetivamos diagnosticar e decifrar a Formação Sócio-Espacial do Paraná, resultante das mais diversas determinações (físicas, econômicas, sociais e culturais), no sentido de contribuir para elucidação de sua Formação Econômica, Social e Espacial. É preciso levar em conta que ainda nos dias de hoje existem uma grande difusão de interpretações paradoxais, dissimuladas recheadas de muitas contradições, não só a respeito das Formações Sociais do estado do Paraná, bem como sobre as razões do desenvolvimento da economia paranaense. Para Lênin não se trata de uma generalização a Formação Social, ou seja, análise interpretativa da “sociedade em geral”, o conceito se refere a uma comunidade dada, isso é, tratasse de uma análise científica de uma sociedade e sua evolução, em nosso caso, a sociedade paranaense.

Iniciamos com um balanço crítico das análises interpretativas sobre o desenvolvimento paranaense. Num primeiro momento serão levantadas algumas sugestões para um debate teórico e diretrizes analíticas e investigativas – fundamentadas nas pesquisas de campo, e dados empíricos assentados na realidade – voltados à problematização do desenvolvimento regional paranaense discutindo sua base conceitual

e metodológica. O desenvolvimento, como processo multifacetado de intensa transformação estrutural, resultado de múltiplas e complexas determinações, interações e combinações que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Esse processo necessariamente deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. A dimensão da Formação Sócio-espacial proposta por Milton Santos e trabalhada por Armen Mamigonian, em seu aspecto local e regional estarão incorporada nos estudos e análises realizadas, bem como um esforço teórico e metodológico para fazer a interpretação do Paraná, através dos Ciclos Econômicos de Acumulação do Capital.

Como ponto de partida do trabalho, resgatamos o conjunto de estudos formulados pelos mais variados institutos de pesquisa, setorial-regionais, federais (IBGE, BNDES, FGV, IPEA), estadual (CODEPAR, BANEP, BRDE e IPARDES), ou outros – que interpretam, retratam e analisam a realidade paranaense. Fizemos uso da literatura disponível, tanto técnico-científica, dos viajantes, cronistas, como das leituras regionais e de teses sobre o tema.

A quantidade de estudos e regionalizações existentes, mesmo dentro do aparelho de Estado, mostra a complexidade em estabelecer recortes espaciais que expressem as realidades regionais. Mais ainda, sendo o motor da investigação o processo de desenvolvimento, portanto de mudança econômica e social, as regiões devem ser consideradas como em permanente construção, alterando constantemente a estrutura interna e redefinindo continuamente os limites regionais dados as articulações intra-regionais e com a economia estadual, nacional e internacional.

Para captar a situação atual, que se exprime numa diversidade de situações com relativa homogeneidade manifestada no território paranaense, mas, principalmente, visando ter elementos para compreender a dinâmica econômica e, portanto, apontar tendências possíveis. O fio condutor da pesquisa foi à formação social, divisão social do trabalho, em sua dimensão espacial, o que foi complementado por um conjunto de indicadores sociais da população, indicadores econômicos e os dados dos resultados empíricos da economia paranaense numa interpretação marxista. As informações foram trabalhadas tendo como base as divisões macrorregionais, microrregionais e municipais. Apenas na ausência dessas informações, é que fizemos uso de outra escala ou unidade de referência.

Nesse sentido qualificaremos os espaços, numa regionalização territorial relevante em termos das determinações (natural, política, cultural, econômica e, também, aqueles de precariedade social). Além disso, várias informações serão analisadas: questões ambientais, mercado de trabalho, intensidade das trocas com outros estados e com o exterior, presença de grandes empresas, rede de cidades, instituições presentes, etc.

Diferente de Rio Grande do Sul e Santa Catarina no Sul do Brasil, o Paraná se unifica por uma Grande Metrópole, a maior do Sul, Curitiba e sua Região Metropolitana, cuja especificidade é caracterizada por uma brutal concentração de renda e consumo. Essa unidade espacial chamada; Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é composta por 26 municípios que se articulam em três anéis concêntricos formando uma combinação sócio-espacial única. Sendo a primeira combinação, com os municípios contíguos ao território de Curitiba e totalmente integrados a dinâmica espacial e econômica, quanto ao consumo de bens e serviços, além do escoamento de suas produções. A trajetória desenvolvida pela economia paranaense, embora consolide o aglomerado metropolitano e sedimentem nessa espacialidade os mais notórios indicadores de desempenho, reserva para outras regiões do Estado dinâmicas específicas e, também, expressivas, como por exemplo; A dinâmica da Pequena Produção Mercantil, no Norte do estado competindo com a dinâmica do Oeste/Sudoeste paranaense. O dinamismo do agronegócio rivalizando com as atividades que resultam de desdobramentos da estrutura produtiva local das Cooperativas, embora uma parte significativa da PPM esteja integrada as cooperativas e ao agronegócio. O uso da tipologia “agricultura familiar”, muitas vezes é utilizada apenas para garantir a linha de crédito mais facilitada do PRONAF. Mesmo assim, persistem as diferenças inter-regionais dadas à seletividade dos capitais por espaços dotados de externalidades infraestruturais e aparato tecnológico. Nessas regiões fruto da integração entre PPM e o agronegócio/cooperativas, desenvolveu uma agroindústria, e uma industrialização em alguns ramos com alta tecnologia e seletividade e segmentação de mercado.

Muitas vezes esse dinamismo empresarial do agronegócio e das cooperativas integradas rivaliza com as atividades de algumas cooperativas solidárias, com a diversidade das estratégias da PPM, embora em muitos casos ocorra uma combinação das estruturas produtivas local, dessa maneira muitas vezes as grandes cooperativas garantam os empreendimentos da PPM integrada. Ajudando numa de simbiose os pequenos e médios produtores a se manterem.

Referenciais Teóricos e Metodológicos

Enquanto base teórico-conceitual parto do princípio de que os estudos a serem desenvolvidos para comprovação ou não das hipóteses levantadas, terão um caráter teórico e prático. Significa dizer que não se concebe a interpretação da realidade social desvinculada da explicação da realidade, ou seja, "o que existe" e o "por que existe" estão interligados.

Dessa forma nosso trabalho se insere na *Geografia Econômica*, e tem como suporte teórico metodológico, *Formação Sócio-espacial*, formulada por Milton Santos no seu aspecto de escala nacional, e por Armen Mamigonian em escala regional. Escala que utilizei para essa pesquisa. Fiz uso das contribuições das categorias de análise de André Cholley (1964). A grande contribuição de Cholley é a análise do espaço geográfico em determinada escala de tempo, utilizando-se das combinações que se articula para explorar o meio. As combinações geográficas oferecem localização especial (CHOLLEY, 1964: p. 40-41). As combinações geográficas são aquelas que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e ao se articular criam no meio um caráter de estabilidade, de permanência ou renovação periódica. Fizemos uso desse método na análise e síntese nos estudos da Região Metropolitana de Curitiba, principalmente.

Complementando essas categorias fizemos uso também dos *Ciclos de Acumulação Capitalista*, que interpreta o desenvolvimento econômico do capitalismo, que se dá através de flutuações das atividades econômicas, pensado originalmente por Marx, nas suas formulações sobre a queda da taxa de lucro, e explicação sobre a Crise Geral do Capitalismo. E diagnosticado seu caráter cíclico por Kondratieff, nos ciclos longos e médios por Juglar-Marx. Também reinterpretados por Schumpeter, na sua tese da destruição criativa, impulsionada pela novíssima tecnologia.

No Brasil foi estudado pioneiramente por Ignácio Rangel, ninguém mais que ele estudou, com tanta intensidade, a influência desses ciclos sobre as formações econômica e social brasileira. Mas do que nunca com o aprofundamento da Crise Geral do Sistema Financeiro, iniciado em 2008 e aprofundado em 2009, torna-se mais que necessário sua interpretação, quase uma obrigação!

Esses ciclos longos de cinquenta anos vão, por conseguinte, influenciar as economias nacionais, e particularmente a paranaense, eles

exerceram, e continuam exercendo influxo, a esse processo Rangel chamou de dualidade. São essas interferências que iremos interpretar e demonstrar ao longo dessa tese.

Esta pesquisa tem como objeto de análise a interpretação da formação sócio-espacial do estado do Paraná, com o objetivo de responder a questão central da pesquisa; quais as razões do desenvolvimento econômico paranaense. Seu objetivo geral é interpretar e entender quais foram as determinações do desenvolvimento econômico paranaense, e decifrar a contribuição das políticas públicas na organização, reconfiguração e desenvolvimento do território paranaense.

Objetivos específicos:

- Analisar os impactos das políticas públicas nas várias regiões paranaenses.
- Medir a concentração econômica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), e sua subordinação territorial a lógica do capitalismo globalizado.
- Comparar e analisar as potencialidades do quadro natural e o desenvolvimento econômico paranaense.
- Demonstrar a regionalização do território paranaense em grandes áreas de concentração sócio-espacial.
- Levantar as mudanças no planejamento urbano, dos incentivos fiscais, das dilações nos prazos no pagamento dos impostos, das renúncias fiscais na organização, reconfiguração e desenvolvimento do território paranaense.

A Formação Sócio Espacial (FSE)

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. (...) A localização dos homens, das coisas no espaço explica-se tanto por necessidades “externas”, quanto por necessidades “internas”. (...) As relações entre espaço e formação social são de outra ordem (...). Os modos de produção escrevem a História no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.

(Milton Santos, 1977; p. 28-29).

Milton Santos ao analisar a questão reflete, (1995, p. 15-20) o território, incluso nele os recursos, necessita de estudos aprofundados frente aos recentes processos de redefinições por que passa o espaço mundial, brasileiro [e o paranaense]. Ao avançar na direção de um mundo “sem fronteiras” ou com fronteiras mais permeáveis, [as comunicações globais, aliado as novas tecnologias, deixam as fronteiras mais flexíveis, tornando o sujeito mais um cidadão global do que local] surge então uma nova territorialização. Esse processo acontece num momento de desmonte das máquinas estatais, desregulamentação e diminuição do campo econômico de ação do Estado, fruto da implantação do Consenso de Washington. Esse instrumento de descontrole do Sistema Financeiro, gestado do Centro do Império, com o aval dos organismos econômicos supranacionais (FMI, BIRD e OMC), ferramentas essas pensadas e articuladas pelo neoliberalismo, que provocaram a Crise Geral do Sistema Financeiro.

Quando Milton sugeriu, pioneiramente, que a categoria marxista de Formação Social era apropriada para a análise geográfica da totalidade social (daí propor como uma categoria da **Formação Sócio-espacial**) Milton Santos (1977) não definiu um recorte espacial específico de sua incidência. Embora o fizesse em trabalho posterior (1982), apontando, pois, para o quadro nacional, o que, aliás, influenciou diferentes pesquisas na geografia brasileira, o texto fornece várias possibilidades para uma investigação da questão regional, seja ela em uma escala infra ou supranacional. Veja-se, por exemplo, nas obras como a de Maurice Dobb (1987) e Alejandro Rofman (1974). O primeiro, percorrendo a evolução do capitalismo na Europa, debruça-se

sobre a totalidade social daquela região quando, sobretudo no caso dos capitalismo tardios, sequer os Estados nacionais estavam constituídos; ao passo que o segundo, dedicado à análise das desigualdades regionais argentinas, apoia-se explicitamente nesta categoria (Armen, 1996).

Refletindo sobre a elaboração de Milton Santos, a **Formação Social** do lugar é determinada pela construção, organização do lugar, ou seja, a Formação Social é **produção social, econômica, cultural e espacial do lugar**. Manifesta-se como território (poder, domínio), é a evolução histórica do lugar. Que resulta na produção espacial do lugar, ou seja, nas combinações do meio natural (material) com o meio social, unificando uma formação social e uma formação natural, resultando concretamente em um **lugar**.

O lugar é o resultado das inter-relações sociedade/natureza mediado pelo trabalho. Isto é, pelas relações de produção. Que resultam das combinações e inter-relações do lugar de trabalho, lugar de consumo, lugar de circulação e lugar de passagem. Essas combinações constroem singularidades particulares, que poderíamos chamar de **Formação Geográfica**.

A **Formação Geográfica** se põe como organização do espaço, organização para o homem, que no espaço capitalista se converte em valor. Como sabemos, o espaço é anterior ao homem. Ao espacializar o lugar, o homem impõe o território. O homem transforma o espaço natural, se apropria, e imprime uma marca pessoal, uma singularidade. Fazendo dos objetos naturais formas úteis a sua vida humana. Ao se apropriar do espaço concreto, o homem impõe a elaboração de categorias lógicas sobre o espaço. Ao dominar o espaço concreto, implica a elaboração de categorias lógicas sobre o espaço para garantir seu domínio. (Silva, 1991)

Daí a necessidade da noção de distância, extensão, limite, consciência do espaço de vivência em grupo, demarcação do seu domínio, do seu terreno (**território**). Esses elementos são construídos pelo trabalho social, e são derivados da prática social (**práxis**). Produto mediado pelo processo histórico de ocupação da humanidade sobre o Globo. O conhecimento do espaço se da na apropriação do território que se constrói como categoria histórica concreta, resultado de um ser em movimento (expansão e evolução). O ser já não é uma “natureza em si”, mas uma “natureza para o homem” (ser social), o lugar passa a ser cada vez mais um trabalho do homem. Então a natureza passa a ser vista como potencialidade substantiva na apropriação humana.

O **Valor do Espaço**, é o valor contido, é a potencialidade natural do lugar. Enquanto o **Valor no Espaço**, é o valor criado, é o produto do

trabalho. São as transformações realizadas no lugar, o que na indústria chamamos de valor agregado. Espaço supõe sua reprodução, **FSE** é um espaço produzido, (espaço natural + espaço social). A produção do espaço confunde-se com a produção dos bens materiais necessários a sobrevivência dos homens. Os homens suprem suas necessidades transformando a natureza. Uma verdadeira dispensa, almoxarifado primitivo dos bens necessários à disposição dos homens. Por via do trabalho social.

Para Mamigonian;

A economia mundial é uma realidade indiscutível, pelo menos desde o século XVI, mas ela não significa um mercado mundial sem fronteiras, como pretendem nos últimos anos os apologistas da "globalização", quer honestamente equivocado (O. Ianni entre nós, Kurz na Alemanha, entre outros), querem ideólogos do imperialismo, espalhados pelas universidades do mundo ocidental. O comércio não é global, e sim internacional, isto é, entre nações, mas à medida que os países de dimensões geográficas de pequeno porte (França, Alemanha, Itália, etc.) não são mais bases territoriais suficientes para a acumulação capitalista, a economia mundial está gestando blocos continentais (União Europeia, Nafta, Bloco Asiático projetado), cada um com moedas distintas e defendendo seus próprios interesses comerciais e financeiros. Isto quer dizer que o comércio internacional no interior dos blocos é facilitado, enquanto o comércio entre blocos é desestimulado, longe, portanto de um mercado mundial sem fronteiras. (...) Os países da periferia estão submetidos hoje em dia a um neocolonialismo ainda mais brutal pelo uso permanente do terrorismo financeiro, já que as metrópoles monopolizam o capital financeiro mundial, resultante em cada país central da fusão dos bancos com as indústrias, como Lênin já havia percebido nos inícios do século XX (O imperialismo, etapa suprema do capitalismo).

(MAMIGONIAN, 2004; p.128-30).

Em um momento especial como esse, tomar distância dos fatos e refletir sobre o contexto mais amplo em que eles se inscrevem, é muito mais do que simplesmente oportuno, é uma necessidade.

Enquanto Marx e Engels em 1845 redigiam “*A ideologia alemã*” (manuscrito), que lançava as teses fundamentais do materialismo histórico, Humboldt publicava o primeiro volume de *Cosmos* (o quinto e último em 1862, póstumo), acompanhava o rei da Prússia a Copenhague e realizava sua última excursão geológica (Eifel), depois de ter realizado anteriormente excursões científicas à América, Europa e Ásia.

Essa obra continua, até hoje, sendo reeditada e mantém uma visão de totalidade e de captação da realidade natural e da realidade social que espontaneamente se aproxima das ideias de Geossistema e de formação social, que poucos geógrafos atuais conseguem ter. (Mamigonian, 1996; p. 200-01).

Ao discutir a relação entre a categoria de formação social e geografia – ciência definida pela diversidade dos homens e dos lugares – importa retomar os vários pontos de aproximação entre geografia e marxismo, entre eles: preocupação pela totalidade, relação sociedade/natureza, relação geral/regional ou unidade e diversidade, localização no tempo e no espaço, inter-relação de múltiplos elementos ou múltiplas determinações.

Para seguir é necessário também resgatar a categoria de formação social, quando então se impõe, para aprofundamento da investigação, a categoria de modo de produção. A definição por oposição destes dois conceitos, um relativo à diversidade e unidade no tempo, o outro à diversidade e unidade no espaço, ressaltar a interdependência destas categorias na análise de qualquer realidade histórico-geográfica, isto é, na análise das formações Sócio-espaciais. O conceito de modo de produção é inerente ao desvendar o de formação social, ou ainda, uma formação localizada no tempo e no espaço, ou seja, sócio-espacial.

*Como desvendar um processo histórico, seja na grande escala da história da formação mundial, seja na **escala regional** das formações particulares, sem considerar os distintos modos de produção, que traduzem distintos momentos da relação sociedade/natureza?*

Incorporando a relação estabelecida entre modo de produção e formação social, a categoria de formação sócio-espacial, não se identifica, per si, com nenhuma das duas e é ambas ao mesmo tempo e no mesmo espaço. *A independência relativa das categorias de modo de produção, formação social e FSE, se contrapõem a sua total*

interdependência na interpretação efetiva de uma dada realidade histórico-geográfica.

Isto quer dizer que sua dissociação só pode e deve ocorrer como procedimento metodológico (SANTOS, 1982, VIEIRA, 1992, Mamigonian, 1996).

Como afirmou Humboldt: “de que serve toda descrição das particularidades do reino natural e dos homens, se não é possível determinar o ponto da terra a qual pertence esta ou aquela particularidade” (K. R. Biermann, p. 129). *Mas na verdade, qualquer estudo rigoroso de formação social deve cuidar de localizações e espacializações, como se pode ver, por exemplo, em Lênin (Desenvolvimento do capitalismo na Rússia), Trotsky (Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia, in História da revolução russa), Gramsci (Questão meridional), I. Rangel (História da dualidade brasileira), etc. (Mamigonian, 1996; p. 204).*

Significa estudar em que medida o paradigma formação social vale para todas as ciências sociais, nas suas diferentes especializações, mas também sua coincidência com a geografia humana na sua abrangência. *Desta maneira nos aproximaremos, quem sabe, da possibilidade de alcançarmos uma história dos homens (formação social) e outra da natureza (Geossistema), enunciados na Ideologia alemã. (Mamigonian, 1996; p. 206).*

Contribuição Rangeliana;

Vamos utilizar as elaborações teóricas de Rangel, na pesquisa com o objetivo de elucidar o processo de desenvolvimento econômico do Paraná, confirmando a importância do uso da categoria de Formação Social (sócio-espacial do ponto de vista da Geografia). Para poder decifrar as flutuações econômicas dos ciclos de Kondratieff e Juglar e a dinâmica da dualidade brasileira.

Ao debater a dualidade brasileira, Guimarães (1994) destaca que Ignácio Rangel, em sua análise marxista da economia brasileira, formulou um conceito singular de dualidade brasileira, a qual foi teorizada a partir da combinação dos conceitos formais de escravismo, feudalismo e capitalismo (nas tipologias mercantil, industrial e financeira). Dessa maneira, as interpretações dos fatos a partir do pensamento de Rangel sobre a economia brasileira vão considerar seus mecanismos de análise para o desenvolvimento econômico do Paraná.

Desde a primeira fase recessiva industrial da economia mundial o Brasil baseia-se na substituição importações — começando pela substituição natural de importações (1815-48) e pela substituição artesanal de importações (1873-98) até alcançar a substituição industrial de importações (1922-48). A partir desse período, com a revolução industrial brasileira, forma-se um ciclo industrial endógeno (ciclo de Juglar). É na passagem das fases recessivas para as ascendentes desse ciclo que a industrialização brasileira vai evoluir (escalonada) dos bens de consumo simples para a indústria pesada através sempre da transferência de recursos ociosos para setores estrangulados (dialética da capacidade ociosa).

(RANGEL, 1989; p. 21).

O nosso trabalho de pesquisa procura analisar o processo de desenvolvimento econômico paranaense considerando as particularidades do seu desenvolvimento sob a influência do **Modo de Produção Capitalista** e de suas **Formações Sociais**. Para a compreensão da configuração, formação e produção do território paranaense — em seus aspectos sociais, político, econômico e espacial —, utilizamos as perspectivas dos **Ciclos Econômicos** (Kondratieff), a **Dualidade Básica da Economia Brasileira**, conforme tipologias mostradas no gráfico 1, baseados nas análises das políticas econômicas estudadas por Ignácio Rangel. As perspectivas a que nos referimos — de base marxista — consubstanciam um padrão de originalidade na análise da realidade do desenvolvimento econômico paranaense.

Nesse sentido, pretendemos correlacionar os fatos históricos do processo industrial com o desenvolvimento capitalista paranaense, tendo como base a dinâmica da dualidade brasileira em sua fase preponderantemente industrial no Brasil, ou seja, na Terceira Dualidade Brasileira (1930-85). Assim, far-se-á cronologicamente uma analogia dos fatos correspondentes ao processo industrial relacionado aos ciclos de Kondratieff ou ciclos longos, reforçando a sistemática retrospectiva da industrialização do Paraná a partir de ciclos que elucidam as fases ascendentes e recessivas da economia.

Gráfico 1 – CICLOS ECONÔMICOS DE KONDRAITIEFF

Primeiro Ciclo		Segundo Ciclo		Terceiro Ciclo		Quarto Ciclo	
Fase (a)	Fase (b)	Fase (a)	Fase (b)	Fase (a)	Fase (b)	Fase (a)	Fase (b)
1790	1815	1848	1873	1896	1920	1948	1973
1815	1848	1873	1896	1920	1948	1973	(?)

DUALIDADE BÁSICA DA ECONOMIA BRASILEIRA			
Dualidades	Primeira Dualidade	Secunda Dualidade	Terceira Dualidade
Sócios	1822-1889	1889-1930	1930-1985 (?)
Sócio Maior (hegemônico na correlação de forças política)	Latifúndio Escravista - Relacionament o Feudal com a Coroa; - Principalmente no NE brasileiro	Capital Comercial - Importação/Exportação; - Relacionava-se com o capitalismo industrial europeu	Latifúndios Feudais - Cafeicultores; - Dissidentes dos “senhores de escravos”.
Sócio Menor (subalterno politicamente e dominante economicamente)	Capital Comercial - Importação/Exportação; - Relacionava-se com o capitalismo industrial europeu	Latifúndios Feudais - Cafeicultores; - Dissidentes dos “senhores de escravos”.	Capital Industrial - Dissidentes dos comerciantes e pequenos produtores mercantis.

FONTE: MAMIGONIAN: 1987 p. 63-71. RANGEL: 1981, p. 17-28.

Desde a primeira fase recessiva industrial da economia mundial o Brasil baseia-se na substituição importações — começando pela substituição natural de importações (1815-48) e pela substituição artesanal de importações (1873-98) até alcançar a substituição industrial de importações (1922-48). A partir desse período, com a revolução industrial brasileira, forma-se um ciclo industrial endógeno (ciclo de Juglar). É na passagem das fases recessivas para as ascendentes desse ciclo que a industrialização brasileira vai evoluir (escalonada) dos bens de consumo simples para a indústria pesada através sempre transferência de recursos ociosos para setores estrangulados (dialética da capacidade ociosa).

(...) o processo de industrialização tem sua própria lógica interna. No nosso caso ela se manifesta através da modernização *escalonada*, isto é, *setorial*, de todo o organismo econômico, seguindo uma ordem fácil de determinar e que pode ser inferida de sua própria motivação primária, isto é, do fato de resultar de um esforço de substituição, a saber: uma ordem inversa. Noutros termos, nossa industrialização começou por onde, *pela ordem natural das coisas*, deveria terminar, isto é, pelo suprimento interno de bens de consumo ou, mais precisamente, *de bens finais*, abordando, escalonadamente, *através de sucessivos ciclos*, os suprimentos de produtos intermediários e de infraestrutura.

(Rangel, 2005: p. 542).

Iremos analisar o comportamento do desenvolvimento econômico paranaense, se utilizando dessa contextualização e análise empírica trabalhada por Rangel para analisar o Brasil, numa tentativa teórica de transpor esse mecanismo de análise, para interpretar o Paraná.

Mas também podemos nos beneficiar dos estudos de TROTSKI (1985), sobre a Rússia; *História da Revolução Russa*, Ao estudar a História da evolução do desenvolvimento da Rússia, concluiu que se pode tirar vantagem do atraso tecnológico. Formulou, ao analisar a História da Rússia; *um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países mais adiantados*, (...) mas denunciou baseado na história da transição do feudalismo para o capitalismo, com sua acumulação primitiva, (...) *se exclui a possibilidade de uma repetição das formas e conteúdos de desenvolvimento das nações*, ou seja, pelo

mesmo caminho fica quase impossível um desenvolvimento sustentável, rumo ao sucesso do capitalismo. Um país atrasado não pode se conformar com a ordem de sucessão, isso é não pode eternamente ficar esperando o momento favorável, para o desenvolvimento, terá que criar suas condições internas para o desenvolvimento: *o privilegio de uma situação historicamente atrasada – essa condição existe – autoriza um povo ou, mais exatamente, o força a assimilar toda a tecnologia realizada, antes do prazo previsto, queimando uma série de etapas intermediárias*. Os povos devem renunciar suas condições de atraso (carroça, carros de boi) e ir imediatamente ao trem bala, sem a necessidade de percorrer as distâncias que, a humanidade percorreu para desenvolver essa nova tecnologia. O que queremos dizer com essa citação é que, num momento de crise mundial, na fase descendente do ciclo, nem sempre uma inovação tecnológica é a solução para sair da crise. O uso da inteligência e o aprendizado histórico pode ser uma determinação para o enfrentamento e solução de uma crise. Como nos ensinou Rangel, se não existe capital novo, e nem a possibilidade de seu empréstimo, para superar a crise e dar a volta por cima, poderíamos fazer uso das Parcerias Públicas Privadas.

1. AS FORMAÇÕES SÓCIO-ESPACIAIS PARANAENSES

1.1 A FORMAÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DA REGIÃO SUL DO BRASIL

Introdução

Nessa pesquisa utilizamos uma interpretação regional, cuja interpretação teórica como já apresentamos, se baseia no método marxista, e como tal apresentamos um esboço do conceito de região que utilizamos ao longo desse trabalho.

O conceito de região está ligado à noção fundamental de *diferenciação de área*, quer dizer, à aceitação da ideia de que a superfície da Terra é constituída por áreas diferentes entre si. Para esse trabalho utilizamos o conceito de *região geográfica*, decorrente do esforço de incorporar os elementos estudados numa perspectiva de integração, proposto por CHOLLEY, em que os componentes humanos, biológicos e naturais da paisagem conferem uma combinação específica e diversificada, singularizando o espaço regional. Nessa interpretação buscamos *uma síntese concreta e histórica dos processos sociais, como produto e meio de modificação e reprodução de toda a vida social*. Para SANTOS (1994, p. 18) “[...] as regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, nacional e mesmo do local, são espaços de conveniência, lugares funcionais do todo, um produto social”.

Formada pelos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina, a região Sul ocupa uma área de 576.409 km² equivalentes a 6,76 % do território nacional, onde se concentra 27.384.815 habitantes (IBGE, 2010) corresponde a aproximadamente 15 % da população brasileira. A região Sul limita-se ao Norte pelo estado de São Paulo, a Oeste por Mato Grosso do Sul, ao Leste com o oceano Atlântico e faz fronteiras com o Uruguai ao Sul, com a Argentina e com o Paraguai a Oeste.

Faz parte da região geoeconômica Centro-Sul. É um grande polo turístico, econômico e cultural, tendo uma grande influência da Formação Social europeia, principalmente de origem eslava, italiana e alemã. A região Sul apresenta bons índices sociais em vários aspectos: possui o maior IDH do Brasil, 0,831, e o terceiro maior PIB per capita do país, 18.257,79 reais, atrás apenas da Região Sudeste e Região Centro-Oeste. É também a mais alfabetizada, 94,8% da população. Apesar disso, possui indicadores sócioeconômicos inferiores aos dos países do centro do capitalismo.

Representa uma parte da grande região geológica da antiga Terra de Gondwana. Formam maciços parciais da região sul-brasileira, mostrando limitações nítidas e, assim, zonas de paisagens naturais. O limite setentrional desta região contra o Estado de São Paulo segue os talwegues do rio Paranapanema, que é um rio antigo conseqüente do plano de declive, e do rio Ribeira de Iguape, relativamente recente, originado tectonicamente. Entre o Paraná e Santa Catarina, o vale de base larga de aluviões do rio Iguazu e Negro traça o limite até a entrada na escarpa triássico-jurássica em Porto União, atingindo, rio Jangada acima, o divisor das águas entre o rio Iguazu e o Uruguai.

No oeste é limitado no pelo rio Paraná e Iguazu e o pequeno tributário o rio Santo Antônio, enquanto que o rio Peperí-Guaçú separa o Estado de Santa Catarina do território das Missões, na Argentina. Que, geologicamente, representa parte integrante do derrame eruptivo basáltico da bacia do Paraná e do planalto de declive do interior catarinense e gaúcho.

À exceção é o norte do Paraná, onde predomina o clima tropical, no restante da Região Sul o clima predominante é o subtropical, responsável pelas temperaturas mais baixas do Brasil. Na região central do Paraná e no planalto serrano de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, o inverno costuma registrar temperaturas abaixo de zero, com o surgimento de geada e até de neve em alguns municípios. (MAACK, 1947; p.63-70).

O *clima* da região Sul é subtropical, na maior parte da região. As temperaturas médias oscilam entre 12 °C a 21 °C, com grande amplitude térmica. As chuvas de 1.200mm e 2.000mm são bem distribuídas durante o ano, proporcionando ativo importante para agricultura sulbrasileira, bem como recurso importante para geração de energia hidráulica.

Bacias hidrográficas a região Sul é representada basicamente por duas:

Bacia do Paraná — principais rios: Paranapanema, Tibagi, Ivaí, Piquiri e Iguazu, além do Paraná.

Bacia do Uruguai — principais rios Ijuí, Ibicuí e Piratini, além do Uruguai.

A **geomorfologia** da região é formada por:



FIGURA 1, Região Sul.

Fonte: Adaptado do Atlas do **IBGE**, 2008.

Planalto Meridional constituído por rochas sedimentares antigas (arenitos) e extensões de rochas magmáticas eruptivas (basaltos). Subdivide-se em;

Planalto Arenítico-Basáltico, com formação de *cuestas*, conhecidas como serras — Serra Geral (Santa Catarina) e coxilhas (Rio Grande do Sul);

Depressão Periférica, conhecida como planalto dos Campos Gerais (Paraná) e Depressão Central (Rio Grande do Sul).

Planalto Cristalino Brasileiro formado por rochas sedimentares antigas junto à baixada litoranea e pela Serra do Mar. Áreas mais baixas e onduladas ao sul, caracterizando as serras de Sudeste, com suas inúmeras coxilhas.

Planície Costeira aparecem pequenos vales e planícies fluviais, embutidas nos planaltos, e uma extensa planície costeira, que ora se estreita, ora se torna bastante larga. Nessa planície, há presença de restingas, lagoas costeiras, praias e dunas.

A *formação vegetal* é caracterizada pela Mata das Araucárias, onde se encontravam muitas espécies comerciais, como o pinheiro-do-paraná e a imbuia, fato que acarretou a quase dezimação dessas espécies. O que restou da Mata Atlântica está localizado junto ao litoral e ao vale dos grandes rios, sendo que a área mais preservada encontra-se na Serra do Mar e baixada litorânea do Paraná.

Os *campos meridionais* ou do planalto, estão presentes nos três estados, e são conhecidos como Campanha Gaúcha ou Pampa, no Rio Grande do Sul, e constituem excelentes pastagens naturais.

1.1.2 FORMAÇÃO SOCIAL, ECONÔMICA E ESPACIAL

Durante o período colonial, de 1530 a 1822, desenvolvem-se no Brasil múltiplas atividades econômicas de subsistência e uma economia de mercado nacional. Os setores que interessam à metrópole são dirigidos para o mercado externo, controlados direta ou indiretamente através dos monopólios e da tributação. Destacam-se as monoculturas exportadoras de açúcar, algodão e tabaco e a mineração de ouro e diamantes. Essas atividades têm custo baixo e são baseadas no latifúndio e na escravidão. A colônia organiza-se como economia complementar à da metrópole. Produz o que a ela convém e compra dela tudo de que necessita. Cada uma das atividades produtivas tem importância maior em um determinado período, ou ciclo.

No séc. XVI, diversas expedições estrangeiras percorrem a região em busca de madeira de lei. No início do séc. XVII, a descoberta de ouro e a procura de índios para o trabalho escravo levam os portugueses a ocupar o interior e o litoral. Até o século XVIII, apenas Paranaguá e Curitiba têm a condição de vila. A descoberta das jazidas de ouro em Minas Gerais em grande volume relega a um segundo plano a mineração paranaense e a economia passa a basear-se na pecuária. (MARTINS, 1995; p.49-89).

Anteriormente, no século XVIII, o Sul do Brasil era uma região disputada entre portugueses e espanhóis. A ocupação iniciou-se de fato com os milicianos, que eram tropeiros de São Paulo, Minas Gerais e do Paraná, sendo reforçada com a vinda de casais açorianos na década de 1750. Essa imigração açoriana foi promovida pela Coroa Portuguesa, para estabelecer o domínio português na região.

O Sul teve seu território emancipado politicamente da dominação da Província de São Paulo, na seguinte ordem;

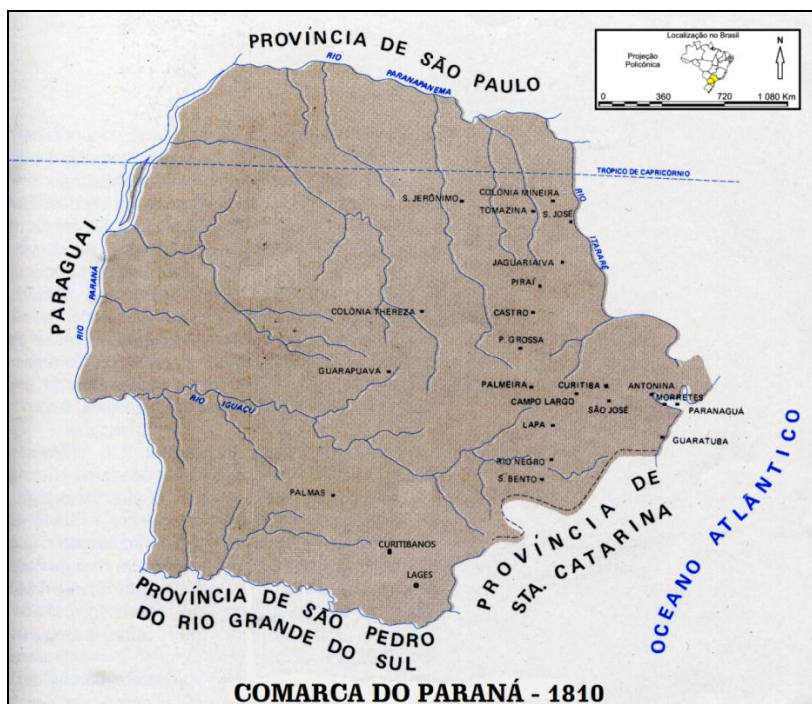


FIGURA 2, Comarca Do Paraná em 1810.

Fonte: Adaptado do atlas histórico do Brasil, MEC, 1984.

A *Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* foi criada em 28 de fevereiro de 1821 a partir da Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul (1807-1821). Entre 1835 e 1845 seu território foi objeto de cisão pela República Farroupilha, que marca a data no escudo do estado (20/09/1835), sendo reintegrada após acordo de paz. Os limites territoriais da fronteira foram acertados com o Uruguai em 1850.

A *Província de Santa Catarina* foi emancipada em 20 de maio de 1822, a partir das capitanias de Desterro, Laguna e São Francisco do Sul. Também foi objeto de cisão pela República Juliana 1839, nas capitanias de Lages e Laguna. Ver Fig. 3.

A *Província do Paraná* teve sua emancipação 19 de dezembro de 1853, depois de muita pressão e debates acalorados na câmara federal do

Rio de Janeiro, só conseguindo esse feito com apoio da bancada Baiana, que influenciou os parlamentares nordestinos. Ver Fig.2.

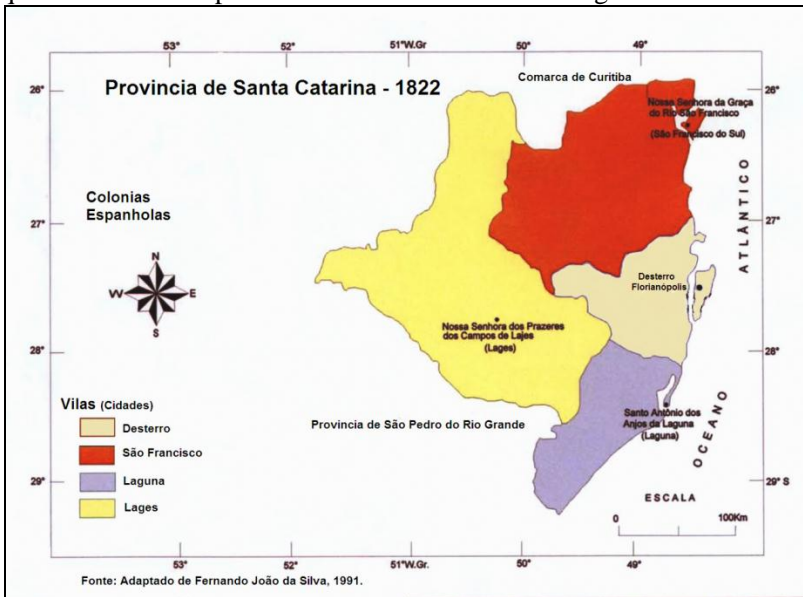


FIGURA 3, Província de Santa Catarina em 1822.

Os espanhóis introduziram a criação de gado, que rapidamente tornou-se a economia predominante no Rio Grande do Sul. A população se concentrava nos pampas, tendo havido uma fusão de costumes espanhóis, portugueses, negros e indígenas, que deram origem ao tipo regional gaúcho, existente também no Uruguai e na Argentina. Embora o gaúcho sul riograndense fosse mais português que espanhol, a influência cultural vinda dos países vizinhos tornaram os gaúchos dos pampas bastante hispanizados, a ponto de falarem um dialeto que misturava elementos espanhóis e portugueses.

A Carta Régia de 1722, conforme Santos (2001) determinava que fosse permitido aos habitantes do sul do Brasil que estabelecessem relações comerciais com a Colônia do Sacramento (Uruguai) e consequentemente Buenos Aires. Outros produtos também poderiam ser exportados pelo Porto de Paranaguá. Na prática isso representava o fim do monopólio comercial português na região e do exclusivo colonial.

A independência das colônias espanholas da região do Rio da Prata, a abertura dos portos brasileiros em 1808 e a assinatura do “Alvará de 1º de Abril de 1808”, permitindo a abertura de manufaturas e

a atividade industrial no Brasil daria impulso às melhorias nas atividades relacionadas à erva-mate no Paraná e Santa Catarina e as charqueadas no Rio Grande do Sul. Também a carta regia de 5 de novembro de 1808, o príncipe regente declara guerra aos indígenas do Sul, e ordena expedições para conquista definitivas das regiões Castro, dos Campos Gerais do Paraná e Região Serrada da Comarca de Curitiba (Santa Catarina).

Sua história é marcada pela Guerra dos Farrapos, também chamada de Revolução Farroupilha e mais recentemente pela Revolução Federalista, com seu principal evento o Cerco da Lapa. Outra revolta ocorrida na história da região foi a Guerra do Contestado, de caráter político e religioso.

Com o objetivo de catequizar os indígenas, jesuítas espanhóis fundaram várias missões no território do atual Paraná e Rio Grande do Sul. Essas missões, cuja economia tinha como atividade a dependência da pecuária e da agricultura, sofreram posteriormente seguidas invasões de bandeirantes paulistas, que aprisionavam os índios para vendê-los como escravos. A destruição das missões espalhou pelo pampa os animais criados pelos missionários. A partir do século XVIII, esse gado passou a ser disputado por portugueses e espanhóis que habitavam a bacia do rio Paraná. Essa luta desencadeou a disputa pela posse da terra, o que motivou a formação de grandes latifúndios, ainda hoje comuns no extremo Sul.

Waibel (1979; p. 226 e 230-31) quando formulou a tese que a Região Sul em meados do século XX, era formada por duas Formações Sociais e Econômicas em combinação com o quadro natural, o que ele denominou “dois mundos inteiramente diferentes”, encontrados nas áreas de mata e campo. Nas áreas onde antes predominava as florestas existiam uma população de pequenos agricultores europeus migrantes, onde reproduziam um modo de produção semelhante ao tipo europeu. Nos campos próximos viviam os fazendeiros, de origem paulista luso-brasileira, que desenvolvia uma pecuária de bovinos ou equinos em grandes propriedades, que fizeram uso de mão de obra de negros e mulatos, e conservavam um modo de vida quase medieval, do tipo feudal e aristocrático. E consideravam os colonos migrantes que trabalhavam na pequena produção familiar como inferior, e agiam de maneira grosseira, arrogante e presunçosa nas relações com os colonos.

Com efeito, o latifúndio pecuarista começa a se estabelecer no Sul do país como uma atividade econômica de vulto a partir do século XVIII, como estratégia política dos comerciantes paulistas, através das “*bandeiras de povoamento*” estimulado, pelo desenvolvimento da

economia do ouro em Minas Gerais. No século XIX com a estratégia da colonização europeia era formar uma “civilização” camponesa à maneira da Europa. As soluções que se encaminharam, que de um modo geral, pode ser dividida em duas fases: a das “colônias”, do tipo camponesa, ou seja, aos moldes da Pequena Produção Mercantil (familiar) e as “colônias” de tipo capitalista que se desenvolveram em formações cooperativistas, que ainda, estão vivendo a sua experiência, como as dos holandeses, dos menonitas e dos japoneses. (MACHADO, 1968; p. 29).

Encetou-se rapidamente intenso comércio de animais principalmente de carga (muars e cavalos) entre o Rio Grande e a zona de mineração, cujo entreposto foi Sorocaba. É em função deste comércio que se dá o povoamento das planícies sulinas do Rio Grande, com a formação de currais que inicialmente não passam ‘de meros campos de retenção, de simples centros de fixação de manadas arrebanhadas na Grande Planície (SINGER, 1978; p. 145).

Apoiada na exportação de gado e na venda de couro até principalmente 1780 e, no período 1810-1875, na expansão dos negócios do charque, motivado tanto pela decadência da mineração — até então seu principal mercado — e aproveitando a brecha aberta pelo período de guerras no Prata, seu principal e mais bem posicionado concorrente — porque organizado em bases capitalistas, a partir do trabalho livre —, a economia pastoril irá criar e/ou dinamizar cidades que se tornariam grandes centros comerciais do Rio Grande do Sul (Pelotas, Rio Grande) (SINGER, 1978; p. 150-53).

O mesmo se fará nas áreas que seguem o caminho de Viamão ligado às formas da pecuária extensiva vigente no extremo Sul. Assim é que tanto em Santa Catarina como no Paraná, serão criadas ou dinamizadas povoações já existentes Curitiba, Lages, Lapa, Curitiba, Ponta Grossa, Castro (PADIS, 1981; p. 22) que iriam se notabilizar pelas invernadas e, mesmo, pela criação, sempre a partir do latifúndio.

A economia sul-brasileira vem passando por uma série de transformações desde 1990, em função de novas configurações na base produtiva, com efeitos visíveis na dinâmica econômica, social e espacial.

A indústria no Sul do Brasil, tradicionalmente orientada pela lógica da disponibilidade de matérias-primas apresenta uma nova tendência, dada por um processo contínuo de diversificação, de novas etapas de produção e de mudanças nos requerimentos logísticos necessários ao enfrentamento dos desafios do novo paradigma de competição internacional.

A agroindústria no Sul continua como fator de sustentação de grande parte das atividades econômicas do interior dos estados. No entanto, é nítido o esgotamento de sua dinâmica em bases extensivas. O novo padrão agroindustrial está se orientando para a produção de bens mais elaborados, condizentes com a qualidade e a estratégia das grandes indústrias de alimentos, e para a reestruturação da indústria tradicional, desvinculando-se da proximidade das fontes de matéria-prima e buscando vantagens locacionais de outra ordem.

A reestruturação produtiva do Sul do Brasil rumo ao novo padrão de industrialização exige dos agentes locais esforços para criar as condições internas ao desenvolvimento de Sistemas Locais de Inovação que possibilitem o desenvolvimento regional sustentável.

Do ponto de vista da produção, as indústrias recentemente instaladas e as que passaram por reestruturação são pouco intensivas em matérias-primas e mão-de-obra e têm forte peso de informação e conhecimento incorporado ao valor dos produtos. Dessa forma, as decisões locacionais estão fortemente influenciadas pela disponibilidade de economias de aglomeração, de aprendizado e de eficiência coletiva, o que exige uma base local de ciência e tecnologia acumulada em universidades e instituições de pesquisa, existência de trabalhadores tecnicamente qualificados para exercer as funções exigidas pelas novas tecnologias e novas formas de interação e cooperação entre os agentes.

A indústria tecnologicamente avançada tende a se concentrar tanto setorial como espacialmente, direcionando suas atividades para regiões que já desenvolveram um ambiente de inovação capaz de criar sinergia e para aglomerações industriais com acumulado conhecimento tácito e capacidade endógena de crescimento. Cujas eficiência e pujança fica demonstrado pelos dados consolidados do PIB regional do Sul no conjunto da economia brasileira. O Sul tem sua gênese de crescimento no século XIX, mas é desde a década de 90 do século XX, que vem crescendo mais sustentavelmente, números que trabalharemos mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

1.2 A GÊNESE DO PARANÁ

"As elites do Paraná Tradicional nunca se preocuparam a fundo com o Norte do Paraná ou mesmo com o Sudoeste e o Oeste. As camadas hegemônicas que governavam o Paraná, sobretudo no início do século XX, não viam com bons olhos a presença dessas populações de alguns de seus expoentes chegavam a chamar de adventícias. Perceberam que poderiam perder a liderança absoluta que exerciam no estado, pois a balança demográfica estava cada vez mais pendendo para o Norte. (...) A próxima etapa do desenvolvimento histórico-cultural do estado é concluir a obra de integração das partes que formaram o Paraná num todo mais homogêneo. Somente unido e sem esdrúxulos sentimentos regionais, poderá o Paraná reivindicar e conquistar um importante papel na esfera federal. Este processo já está em pleno desenvolvimento e concretização... (...) O Paraná neste final do século 20 já tem seu território ocupado e colonizado. Cabe agora, aos paranaenses de todas as origens e procedências, saber administrá-lo e preservá-lo."

Trecho final de História do Paraná, de Ruy Wachowicz, 1986.

Introdução

A Formação Sócio-espacial do Paraná (tem um significado Tupi e quer dizer: {para} mar {anã}: semelhante, parecido, Paraná semelhante ao mar, grande como o mar.) que resulta das diversas determinações (físicas, econômicas, sociais e culturais) teve sua formação marcada pelo domínio espanhol, português, e com uma forte presença religiosa, comandada pelos jesuítas. Ver Fig. 4.

No território Paranaense os povos primitivos, até agora registrados, tem um recuo de 10 mil anos. Essa datação foi obtida em pesquisas recentes, junto às linhas de transmissão de energia elétrica de Furnas Centrais Elétricas (ITAIPU), esses grupos estariam relacionados ao final do período do Pleistoceno. Por muito tempo, o Paraná e adjacências foram ocupados por grupos de caçadores e coletores, que utilizavam tudo que era aproveitável no ambiente, que são denominados de tradições (Grupo de elementos ou técnicas, com persistência

temporal) como Umbú, Itararé, Tupi-guarani e Humaitá e assim por diante. (CHMYZ, 2007, p. 5-10 e CARDOSO, 1986; p.12).

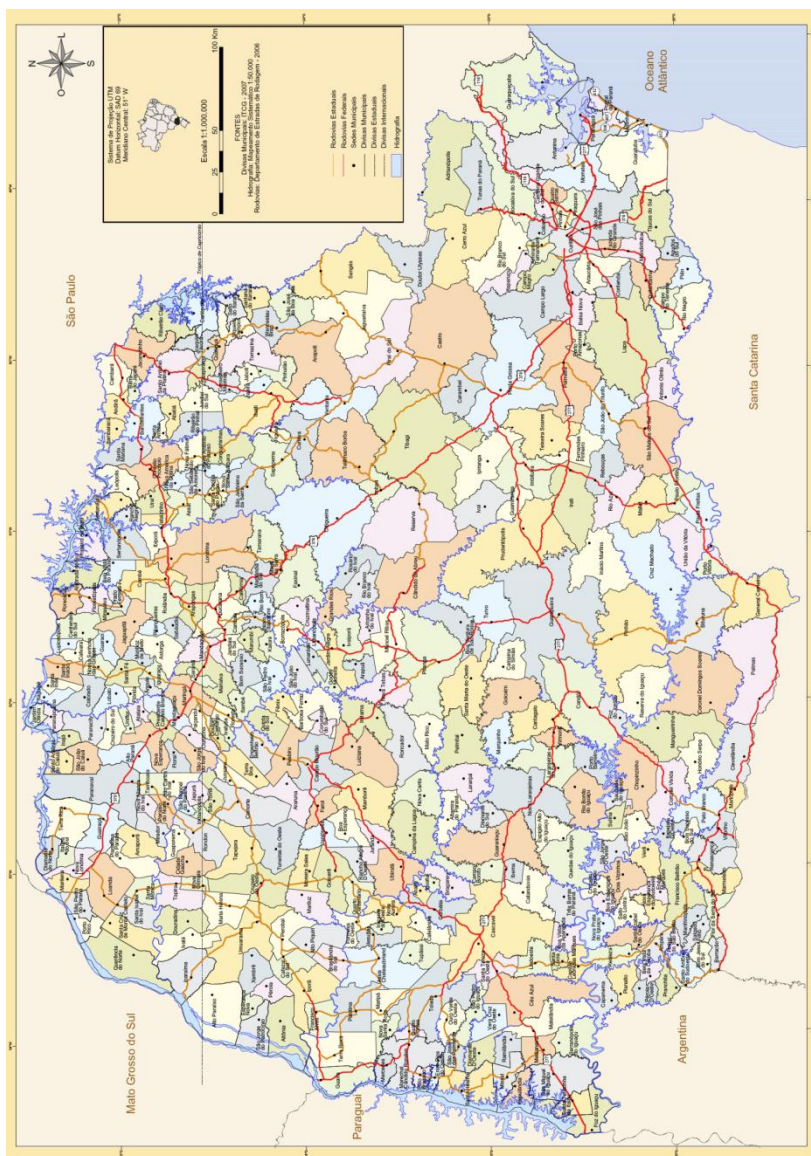


FIGURA 4, Estado do Paraná.

Fonte: Adaptado do mapa político do Paraná, **ITCG, SEMA-PR**, 2007.

Algumas dessas tradições se instalavam no território paranaense na vigência de determinado tipo climático, quando havia mais umidade, temperatura mais elevada, havia expansão das matas, diminuição dos campos, eles tinham uma cultura adaptável a este tipo de ambiente. E, quando havia uma mudança climática, uma queda na temperatura, ou um período de mais seca, com a refração das matas, a expansão dos campos e dos serrados, entrava outro grupo. Foi verificado que com a alternância do clima entravam outros grupos.

A equipe de arqueologia do Professor Igor (CHMYZ, 1990-CEPA/UFPR; p.3-10) analisaram esses dados com base nas curvas de variação de clima. Com base na Curva de Hebert, que foi reformulada por pesquisadores brasileiros, – estudada por Bigarella – que aperfeiçoou essa escala de tipologia. Interpretando essas datações, com base do gráfico das curvas de rebaixamento e elevação do nível do mar, que é uma consequência da variação climática, Chmyz comprovou que a volta dos indivíduos ocorria quando a vegetação aumentava o retorno dos outros quando a vegetação diminuía, em termos de exuberância.

Esses estudos revelaram que são dois grandes grupos de indígenas: o ligado ao macro Gê e a família linguística ligada ao tupi-guarani. Então, esses grupos dominaram o espaço alternadamente também.

O que me chama a atenção, nesse deslocamento é que havia já um pré-messianismo antes da chegada dos cristãos. Quando o cristão (jesuíta) vem, já olha para o indígena, estruturado em um pensamento, em um deslocamento, em busca de algo, de uma terra sem mal e o jesuíta já se apropria dessa história para criar uma lenda – o caminho do São Tomé. (CHMYZ, 2007; p. 14).

Nesse processo, o tupi-guarani permaneceu e continuou se relacionando com o europeu, porém o Gê se afastou. Nós não temos nenhum sítio Gê que mostre qualquer contato com o europeu. Com o tupi-guarani isso aconteceu e inclusive começou a haver a transformação da cultura do indígena. Os processos de assimilação e de aculturação são evidentes no material deixado pelos índios, dando origem a uma população de mestiços, de caboclos, e passou a substituir aquelas populações originais indígenas.

outras vilas. No final do século XVI e até meados do século XVII, vieram os jesuítas e fundaram uma série de reduções desde o rio Iguaçu até o rio Paranapanema, até no rio Tibagi. (ver Fig. 5).

1.2.1 A formação do território e origem política

O território onde hoje é o estado do Paraná tem sua origem no Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, entre Portugal e Espanha, o território paranaense foi ocupado por duas frentes, a *ocidental espanhola* e a *litorânea portuguesa*. Nosso território foi inicialmente palco de aventuras de viajantes e expedições como a de; 1541-42 comandada por Dom Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que atravessou nosso território de leste a oeste, quando se dirigia para Assunção a fim de tornar posse do cargo de governador.

Politicamente o território paranaense estava ligado a São Paulo, portanto da origem da ocupação até o século XIX (1853) o laço de pertencimento era vicentista paulistano, ou seja, os proprietários dos investimentos eram paulistas, não havia um sentimento paranista. Os seus habitantes eram conhecidos como Curitibanos. Mesmo porque a tradição espanhola foi dizimada pelos paulistas bandeirantes, apagando qualquer traço de pertencimento ou ligação cultural com o espanhol.

A *Província de São Paulo* era formada por **6 Comarcas**, possuindo 45 municípios. Cada município também possuía Freguesias e Capelas Curadas.

A 1ª Comarca englobava 8 vilas na região do vale do Paraíba paulista. A 2ª Comarca era composta pela Capital e pela região mais próxima a ela, compreendendo também as vilas de Jacareí, Mogi das Cruzes, Santo Amaro e Bragança, entre outras. A 3ª Comarca era composta por municípios que se encontravam ao Norte da Capital, entre eles os de Jundiáí, São Carlos, Mogi-Mirim e Franca do Imperador. A 4ª Comarca era composta pelas regiões Sul e Oeste paulista, compreendendo os municípios de Itu, Sorocaba, Porto Feliz, Constituição e Itapetininga, entre outros. A 5ª *Comarca* era composta pelos municípios que fazem parte hoje dos estados do *Paraná* e Santa Catarina, sendo as mais importantes eram as vilas de *Curitiba* (16.157 habitantes e 124 comerciantes) e *Paranaguá* (importante porto da província). A 6ª Comarca era formada pelas cidades litorâneas da Província, sendo as principais, devido aos seus portos, as vilas de Santos e Ubatuba. (MULLER, 1923; p. 11-23). Ver Fig. 6.



FIGURA 6, **Capitania de São Paulo e 5ª Comarca do Paraná.**
Elaborado por CROCKETTI, com base no **IBGE**, 2007.

Em sua interpretação da Formação Social do Paraná, (WACHOWICZ, 1986), afirma que desde 1553, o governador do Paraguai, Domingos Martinez de Irala, explorou o rio Paraná. No ano seguinte, Garcia Rodriguez de Vergara fundou a povoação de Ontiveros, próximo de Sete Quedas. Em 1557, Ruy Diaz Melgarejo fundou a povoação de Ciudad Real Del Guairá, junto à foz do rio Piquiri. Em 1576, Melgarejo criou a Villa Rica Del Espiritu Santo, na confluência dos rios Ivaí e Corumbataí. Estes foram os primeiros núcleos estáveis de

povoamento do Paraná e a região onde se localizaram recebeu o nome de Guairá. A estratégia espanhola de ocupação das terras se deu pelo modelo de reduções jesuítas em meados do século XVI, sob a jurisdição dos padres jesuítas espanhóis. Em 1608, todo o ocidente paranaense passou a formar a Província de Guairá. Dois anos após, a região formava uma Republica Cristã, compreendendo treze núcleos de indígenas aldeados entre os rios Tibagi, Paranapanema, Iguaçu e Paraná. Esse modelo prosperou e teve seu auge na segunda década do século XVII, quando atingiu 24 núcleos, sendo alvo de cobiça e estratégia expansionistas dos luso-brasileiros da província de São Paulo que financiaram várias bandeiras com objetivo de aniquilar essa ocupação territorial espanhola. Cujo êxito se concretizou com as expedições do bandeirante Raposo Tavares e Manoel Preto entre 1620-40, que varreram do mapa as reduções espanholas. (ver Fig. 5)

A destruição das missões, contudo, não foi seguida de imediato povoamento da região pelos luso-brasileiros. A região ficou abandonada praticamente até o século XVIII, e tendo uma ocupação mias efetiva só no século XIX.

O litoral foi ocupado por expedições vicentistas em meados do século XVI, que num primeiro momento faziam apenas sondagens para Coroa Portuguesa, e com a descoberta de ouro passaram a fazer uma ocupação mais sistemática. Maack cita como primeiros viajantes exploradores no litoral do Paraná, náufragos e deportados a partir de São Vicente entre 1501-1514, e mais tarde coma expedição de Martim Afonso de Souza em 1531-32, onde ocuparam a ilha da Cotinga. Consta em documentos espanhóis, a ocupação do litoral paranaense entre 1510-1540, onde constam nos mapas espanhóis a baía de Paranaguá (*Bajo Dela Corona de Castilha*) e a denominação de Terra de Vera. (MAACK, 1981; p. 23-25). Aos poucos, os primeiro aventureiros atingiram o Planalto Curitiba, os vales dos rios Ribeira, Açungui, Iguaçu e Tibagi. (ver Fig. 5 e 7).

No começo do século XVII teve inicio o ciclo do ouro. A sua procura contribuiu para a o povoamento do litoral, pois concentraram mineradores ao longo dos rios Nhundiaquara e Marumbi, onde por volta do ano de 1653 existiam onze minas. Nesta fase da economia paranaense surgiram às primeiras formações sócias espaciais, Paranaguá, Morretes e Antônima, bem como foram traçados os primeiros caminhos para articular especialmente o litoral com o planalto, onde surgem inúmeros arraiais embriões de vilas e cidades, entre as quais Curitiba, São Jose dos Pinhais e Bocaiúva do Sul.

Consta que, entre 1570 e 1584 o explorador alemão, Heliodorus Eobanus Hessus, partindo do Rio de Janeiro, descobriu ouro nas regiões de Iguape, Paranaguá e Curitiba. Em meados do século XVII, com o desenvolvimento da mineração, o vicentista Heliodorus Eobanus Pereira (neto), guia de vários bandeirantes, fundou a povoação de Paranaguá. Com a chegada de muitos moradores, Paranaguá, em 1648 foi elevada à categoria de vila. No mesmo período e também em 1693 a Vilinha, as margens do Rio Atuba, deu origem à formação e organização do território do município de Curitiba, Nossa Senhora da Luz e Bom Jesus dos Pinhais. (WACHOWICZ, 1988; p. 5-59 e MAACK, 1981; p.22-25).

1.2.2 Ocupação dos sertões de Curitiba

É provável que desde o ano 100 da Era Cristã, os índios nativos, tupis-guaranis que habitavam a região do planalto de Curitiba, utilizavam o nome de Curii-Tiba, que significa pinheiral, para expressar as matas exuberantes de araucárias desta região.

Por volta de 1400 os nativos daqui negociavam com os Incas. Grupos de negociantes partiam da atual Praça Osório, considerado o ponto mágico da região, em direção à capital cuzquenha para fazer comércio e trocar objetos, entre os quais a erva-mate.

A Civilização Inca desenvolveu-se na região da Cordilheira dos Andes (América do Sul) onde hoje são o Peru, Bolívia, Chile e Equador. Fundaram no século XIII a capital do império, a cidade sagrada de Cuzco, onde foram massacrados e dominados pelos espanhóis no ano de 1532.

Os povos indígenas eram nômades por excelência, e os tupis-guaranis deram lugar aos índios ceramistas de tradição Itararé, que construíam casas subterrâneas para escapar do frio e dos ventos.

Com a chegada dos portugueses ao Brasil, o planalto curitibano era ocupado por tribos Jê e Tupi-Guarani.

No início do século XVI começaram as guerras dos portugueses para dominar e escravizar os índios nativos. Os conquistadores buscavam ouro, prata e pedras preciosas, e massacravam os indígenas que não se submetiam à escravidão.

Os curitibanos buscavam gado nos campos de colônia do Sacramento no início do século XVIII, no atual Uruguai, em Santa Fé, Paraná e Corrientes, na Argentina, passando pelo Viamão, no Rio Grande do Sul, transportando depois para Sorocaba, de onde o gado seguia para Minas Gerais e porto do Rio de Janeiro. Nesses percursos assimilamos os hábitos e costumes dos países irmãos.

Até 1853 éramos todos "curitibanos". O nome Paraná nos foi imposto pelo Rio de Janeiro imperial, depois da criação no Amazonas um Estado com o nome do rio. Aqui fizeram a mesma coisa sem consultar a população. E o que pouca gente sabe é que o curitibano sempre esteve mais próximo da cultura espanhola e guarani, porque a base do nosso desenvolvimento foi o comércio tropeiro, além da vigência do Tratado de Tordesilhas, que dava à Espanha o domínio de metade do continente Americano.

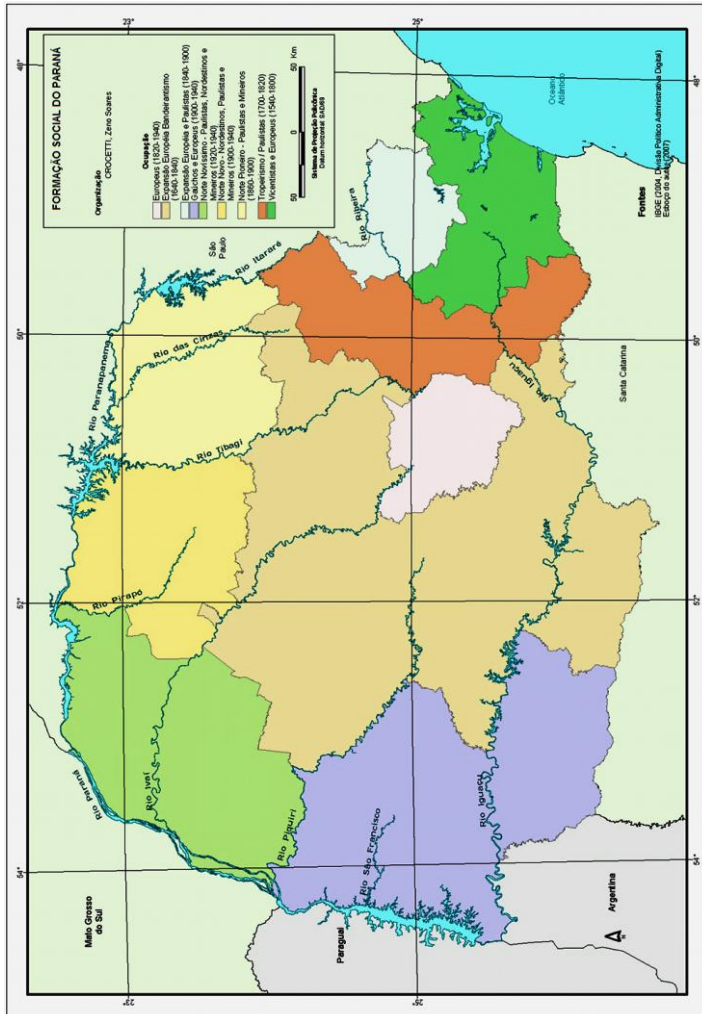


FIGURA 7, Formação Social do Paraná.

O costume dos curitibanos de consumir erva-mate causava desconfi an a junto aos portugueses. Os padres jesu itas denunciavam que a erva-mate funcionava como um tipo de droga, onde os consumidores ficavam em estado de alerta, energizados, "selváticos e sensuais". Um tremendo pecado para a época. Chegaram a ponto de proibir que os cristãos fizessem uso da erva nativa. Entretanto, os curitibanos resistiam e seguiam consumindo a erva-mate em seu dia-a-dia. Naquela época, antes da vinda dos europeus, os curitibanos tinham ligações culturais com os índios e países de colonização espanhola.

Essa ligação com os povos mais ao sul do país levou as autoridades da época a apoiar os gaúchos na Revolução Federalista. Diante da derrota, o homem mais rico do Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, foi assassinado em 20 de maio de 1894, fuzilado no Km 65 da Estrada de Ferro Paranaguá Curitiba pelos legalistas, junto a seus assessores e companheiros de causa, embora tivesse impedido que a cidade de Curitiba fosse saqueada.

1.2.3 Combinações Físicas da Geografia do Paraná

O Paraná, com 199.323,90 km² de superfície corresponde a 2,36% do território brasileiro é limitado ao norte pelo Estado de São Paulo; ao sul, por Santa Catarina; a leste, pelo oceano Atlântico; a noroeste, pelo Mato Grosso; a oeste, pelo Paraguai; e a sudoeste, pela Argentina. O Paraná fica no centro da região centro-sul e tem uma grande importância geográfica e estratégica. Com clima subtropical na maior parte do território e tropical ao Norte do trópico de capricórnio e no litoral, caracterizado com uma vegetação de campos, mata tropical e Mata de Araucárias remanescentes.

Um conjunto de planaltos se sucede no sentido Leste-Oeste, da Serra do Mar, junto ao Atlântico, até o rio Paraná, passando pela escarpa Devoniana (Serra de São Luis do Purun ) e a escarpa Triássica Jurássica (Serra Geral). (MAACK, 1986; p. 73-78).

As Características do Relevo Paranaense

De todos os estados abrangidos pelo Planalto Meridional, o único que possui todas as diferentes características deste representadas em seu território é o Paraná. Cinco regiões principais naturais podem ser distinguidas no estado do Paraná, determinadas pela escarpa de falha e pela serra marginal do complexo cristalino, como também pelos degraus

estruturais do devoniano e do triássico-jurássico. São elas; *Baixada Litorânea (A)*; *Serra do Mar (B)*; *Primeiro Planalto(C)*; *Segundo Planalto(D)* e *Terceiro Planalto (E)*. (MAACK, 1947; p. 63-70). Ver Fig. 8, 9 e 10.

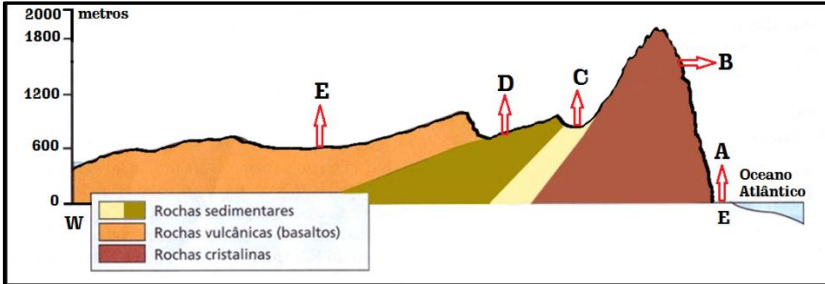


FIGURA 8, Perfil Longitudinal Leste/Oeste do Relevo do Paraná.

A - BAIXADA LITORÂNEA:

A baixada litorânea é constituída por uma faixa de terras baixas com cerca de vinte quilômetros de largura em média, mas atinge 50 km na baía de Paranaguá. Estende-se da vila de Araripira, ao norte, até a barra do rio Saiguaçu, ao sul.

Baixada Litorânea do Paraná representa uma estreita faixa montanhosa que afundou por falhas do planalto, cujos vales antigos constituem as enseadas de ingressão de Paranaguá e Guaratuba. As cadeias de elevações e morros isolados desta paisagem são limitadas, para o lado das enseadas e do mar, por extensas planícies de aluvião e pântanos, que margeiam as enseadas de ingressão e que, para o interior do continente, abrangem também os funis de vales dos rios costeiros, como sinal duma maior extensão, não remota, da superfície das enseadas.

O litoral é constituído, em sua maior parte, por gnaisses arqueanos do escudo primitivo Brasil com granitos intrusivos. Porém, rochas algonquianas, como xistos micáceos, quartzitos, itabiritos, filitos, e calcários, também participam da sua constituição. São elas encontradas especialmente na parte norte do litoral, no curso inferior do rio Itaquí, e ao norte de Guaraqueçaba até a região limítrofe com o Estado de São Paulo.

Diretamente sobre as rochas cristalinas antigas foram depositados, finalmente, os sedimentos não consolidados do quaternário.

O desaguar dos riachos na planície litorânea, paralelos à cuesta, é determinado pelo acúmulo progressivo dos sedimentos em direção SSW

– NNE. Com isto não são dificultadas apenas as embocaduras dos rios sobre a praia, diretamente ao mar, mas formações de cordões litorâneos obrigam os cursos d'água a procurarem a sua foz sempre mais para o norte.

1. No arqueano, um diastrofismo pré-ocêânico, o mais antigo que pode ser observado no litoral paranaense, caracterizado pelo tectonismo de intrusão e que abrangeu somente os gnaisses mais antigos, plagioclásio-biotita-gnaisses. Este diastrofismo pré-laurentiano, com intrusão de biotita- microclina-granítico foi verificado também no Rio de Janeiro, denominado - o "diastrofismo brasilico".

2. Um dobramento neo-arqueano (geralmente denominado laurentiano) que perturbou novamente o escudo gnáissico antigo, motivando a gnaissificação das intrusões graníticas anteriores (gnaisse-granitos e gnaisse-pórfiro-granito).

3. Um dobramento intensivo neo-proterozóico ou pós-algonquiano respectivamente, com intrusões batolíticas e em áreas extensas, correspondendo à orogenia huroniano-penoqueana. A pressão do dobramento foi dirigida contra o escudo gnáissico antigo, abrangendo principalmente sedimentos geossinclinais, as rochas pré-cambrianas da série Açungui, causando-lhes gnaissificação parcial (formação dos gnaisses mais recentes). (MAACK, 1986; p. 388-389).

Manguezais margeiam todas as partes internas e calmas das baías, como as embocaduras dos rios litorâneos, ainda no alcance das marés. A praia está completamente livre dos manguezais, apresentando uma planície arenosa, desprovida de vegetação, com uma falésia ou restinga de praia como marca das marés de 1,5 a 3 m de altura (MAACK, 1986; p. 384-389).

Resumindo, as linhas gerais da constituição geológica do litoral paranaense mostram três fases orogênicas principais com concomitantes intrusões plutônicas extensas, sob a forma de batólitos, stocks ou facólitos:

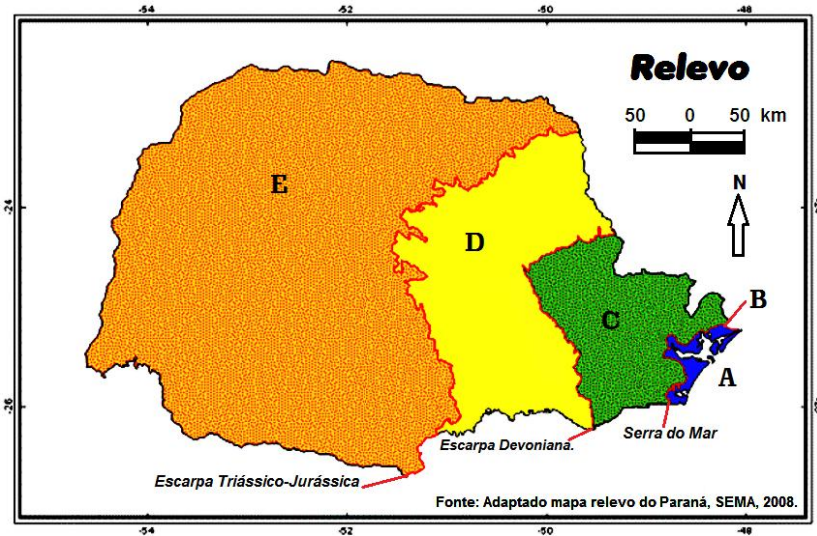


FIGURA 9, Relevo do Paraná.

B - SERRA DO MAR:

Áreas formadas por grandes maciços montanhosos, que separam o litoral do Primeiro Planalto.

A Serra do Mar não representa no Paraná apenas o degrau entre o planalto do interior e o litoral, mas constitui uma serra marginal bem marcada que se eleva de 500 a 1000 m sobre o nível geral do primeiro planalto. Ela é repartida, por conjuntos de blocos altos e baixos, em maciços diversos, os quais receberam denominações regionais especiais. Os blocos mais elevados exibem os seus pontos culminantes sempre para NE, diminuindo em altura par SW.

O primeiro bloco de montanha isolado que se salienta é a Serra Capivari Grande (1694-1716 m.). Deste bloco para o norte até o vale do rio Ribeira não se nota outra cadeia alta marginal que pudesse ser designada por “Serra do Mar”. É esta a região em que se estende a série Açungui algonquiana para a zona litorânea, uma região que geológica e geograficamente foi pouco estudada.

Ao sul da Serra Capivari Grande eleva-se sobre o degrau da Guaricana, em bela forma tronco-cônica, com 1551m de altitude. Começa depois no maciço da Serra Ibiteraque (Serra Verde) a zona de maiores elevações da Serra do Mar no Paraná. Neste maciço, Maack verificou os cumes mais elevados representados pelo Pico Paraná com 1922 m e o Pico Caratuba com 1898m. Na parte média da Serra

Ibiteraquire (Serra Verde ou Serra dos Órgãos) vê-se o Pico Ciririca com paredões abruptos, originados pelas falhas, até 1781 m e a Agulha da Cotia até 1521.

Ao sul de um bloco baixo, da Serra São João, com cotas entre 930 e 1002 m, ressalta-se, um pouco afastado da frente da Serra Ibiteraquire, a Serra da Graciosa, com escarpamento de falha a pique com dois degraus em diferentes alturas (escadas de falha). A partir do Alto da Graciosa, com 1472 m, este bloco de serra perde em altitude para SW, mostrando na Serra da Farinha Seca 1184 e 1123 m. Separado pelo vale tectônico do rio Ipiranga eleva-se, novamente após um bloco baixo de 884-1001m, avançando diante, mas sempre na direção geral da frente da serra NE-SW, o alto maciço da Serra Marumbi com o pico Marumbi 1547 m.

Diante da parte sul da Serra do Mar desenvolvem-se algumas cadeias de montanhas paralelas, separadas da escarpa principal por vales de linhas de falhas. Nesta região são frequentes os fenômenos de captação das cabeceiras dos rios do planalto pelos rios da testa da Serra do Mar.

Os altos maciços da Serra do Mar, como os picos Paraná e Marumbi, são constituídos por granitos e granito-pórfiros mais recentes, os huronianos, e são os preferido e muito visitado pelos montanhistas. (MAACK, 1986; p. 389-392).

C - PRIMEIRO PLANALTO

O Primeiro Planalto, de Curitiba ou cristalino, tem início na Serra do Mar e estende-se para o oeste até a escarpa Devoniana. Ele advém de uma erosão, que o rebaixou de um antigo nível, e seus terrenos antigos pertencem à era Pré-Cambriana. O primeiro planalto é constituído por uma faixa de terrenos cristalinos, que se estende em sentido norte-sul, a oeste da serra do Mar, apresentando uma largura média de cem metros e cerca de 900m de altitude. Cumpre assinalar que a topografia varia de acidentada, ao norte, a suavemente ondulada, ao sul. A bacia sedimentar de Curitiba é formada por um antigo lago, que nos dias atuais é atulhado de sedimentos. O planalto cristalino abrange duas partes, *zona norte e sul*:

- *Zona Norte*: apresenta um relevo mais acidentado por causa da ação erosiva do Rio Ribeira e seus afluentes. Vale dizer que as rochas predominantes são os *filitos, calcários, dolomitos, mármores e quartzitos*. Pela sua fisionomia montanhosa, é chamada de “região serrana do Açungui”, que possui elevações, dentre as quais se podem

citar a Serra Ouro Fino (de 1.025 a 1.050 m), da Bocaina (de 1.200 a 1.300 m), da Canha ou Paranapiacaba (de 1.200 a 1.300 m) e Serra do Piraí (de 1.080 a 1.150 m);

- *Zona Sul* ou *Planalto de Curitiba*: possui formas topográficas mais suaves e uniformes que variam de 850 a 950 metros de altitude, e largura de 70 a 80 quilômetros. O relevo possui origem cristalina (granito e gnaisses e sua superfície é representada por argila e areias, que se encontram depositadas ao longo do rio Iguaçu, seus afluentes e ao redor das cidades de Curitiba e Araucária.) (MAACK, 1986; p. 392-409).

Nas colinas de Curitiba temos depósitos de argilas esverdeadas, roxas e pardo-avermelhadas, com 5 a 20 m de espessura, e faixas de seixos fluviais grossos e de cascalho fino. Na literatura geológica, estes sedimentos são considerados como terciários de Curitiba, mas também são referidos como depósitos quaternários. A diminuta diagênese destas argilas e seixos faz supor, como mais provável, uma idade pleistocena. A isto corresponde também a sua posição sobre os outeiros, aproximadamente 40-60m sobre o nível dos sedimentos soltos do quaternário recente. Esta diferença de altitude está de acordo com o nível principal dos sinais das ascensões epirogênicas no litoral desde o quaternário antigo.

Uma falha antiga com uma brecha de falha corta as dobras post-algonquianas diante da Serra Ouro Fino, rumo N40°E. Terraços nos vales e erosão fluvial rejuvenescida provam os processos de ascensão epirogênica também no primeiro planalto. (MAACK, 1986; p. 392-409 e AB'SABER, 1969; p.5-9).

D - SEGUNDO PLANALTO

Também chamado de Planalto de Ponta Grossa; Limita-se a leste pela Escarpa Devoniana e ao Oeste pela Serra Geral ou da Esperança; Maiores altitudes em torno de 1200m; Utilizado pelo caminho de Viamão.

O segundo planalto é limitado com o primeiro, sendo formado por rochas cristalinas, pela escarpa devoniana e com o terceiro planalto pela escarpa triássico-jurássica (fig. 7, 8 e 9). As altitudes da testa da escarpa devoniana oscilam entre 1090 e 1200 m. Diante da escarpa triássico-jurássica as altitudes sobre o nível do mar variam entre 750 até 775 m, Apresenta cortes de vales na entrada da escarpa com 445 m de altitude, próximo à calha no rio Ivaí, e 490 m na calha rio Tibagi e 735 m em direção ao rio Iguaçu. Todas as camadas desde o devoniano até o

jurássico denotam uma suave inclinação para oeste, em direção à bacia do Paraná e para o norte em direção ao rio Paranapanema.

Na disposição total das camadas do segundo planalto reflete-se uma suave anticlinal, ou melhor, um abaulamento, em forma de domo, do complexo cristalino, cujo eixo principal é orientado em direção do município de Guairá em direção E até SE. Tanto as camadas devonianas como as gonduânicas acabam sobre um peneplano antigo, bem formado que, na região do rio Paraná, representou um suave declive litorâneo primitivo.

O rio de declive principal do Paraná é o rio Iguaçu, que ingressa na escarpa devoniana por um boqueirão epirogênico numa altitude de 855m s.n. m. O rio Tibagi, com as suas várzeas de inundação e meandros no curso superior, avança para o primeiro planalto apenas por intermédio dos seus tributários, os rios Pitangui e Iapó. O rio Iapó transpõe a chapa do arenito das Furnas por um pitoresco boqueirão de regressão, continuando em forma de *canyon* de 250-300 m de profundidade. Todos os rios principais do segundo planalto entram na escarpa triássico- jurássica por imponentes boqueirões epirogênicos. Disto se conclui que os principais sistemas fluviais do Paraná são mais antigos do que a atual paisagem dos degraus estruturais, a qual apenas foi modelada pelo aprofundamento do antigo sistema hidrográfico em consequência da erosão. Especialmente na região do segundo planalto os rios mostram um rejuvenescimento dos seus vales motivado pela ascensão epirogênica.

Todos os rios possuem numerosas corredeiras e quedas, o que foi utilizado para gerar energia hidráulica. Na parte oeste do segundo planalto se desenvolvem fileiras de montanhas isoladas com capas de arenito Botucatu e largos diques de diabásio nas linhas de cristas, paralelas ao vale do Ivaí e a Serra da Boa Esperança como, por exemplo, nas serras das Porungas, da Apucarana e dos Mulatos (MAACK, 1986; p. 409-414).

E - TERCEIRO PLANALTO

Planalto de Guarapuava; Localizado a Oeste da Serra da Esperança e limitando-se a oeste pela Bacia do Rio Paraná. Apresenta grande declividade sendo o ponto mais alto com 1250m e o mais baixo apenas com 100m.

O planalto representa o plano de declive ou a encosta da escarpa da Serra Geral no Paraná, idêntica a Serra da Boa Esperança ou à escarpa triássico-jurássica respectivamente. Os formadores da escarpa

são os bancos de arenito São Bento inferior ou Botucatu com lençóis de *trapp* resistentes na capa, os quais, na frente da escarpa, apresentam a espessura de 50-200 m.

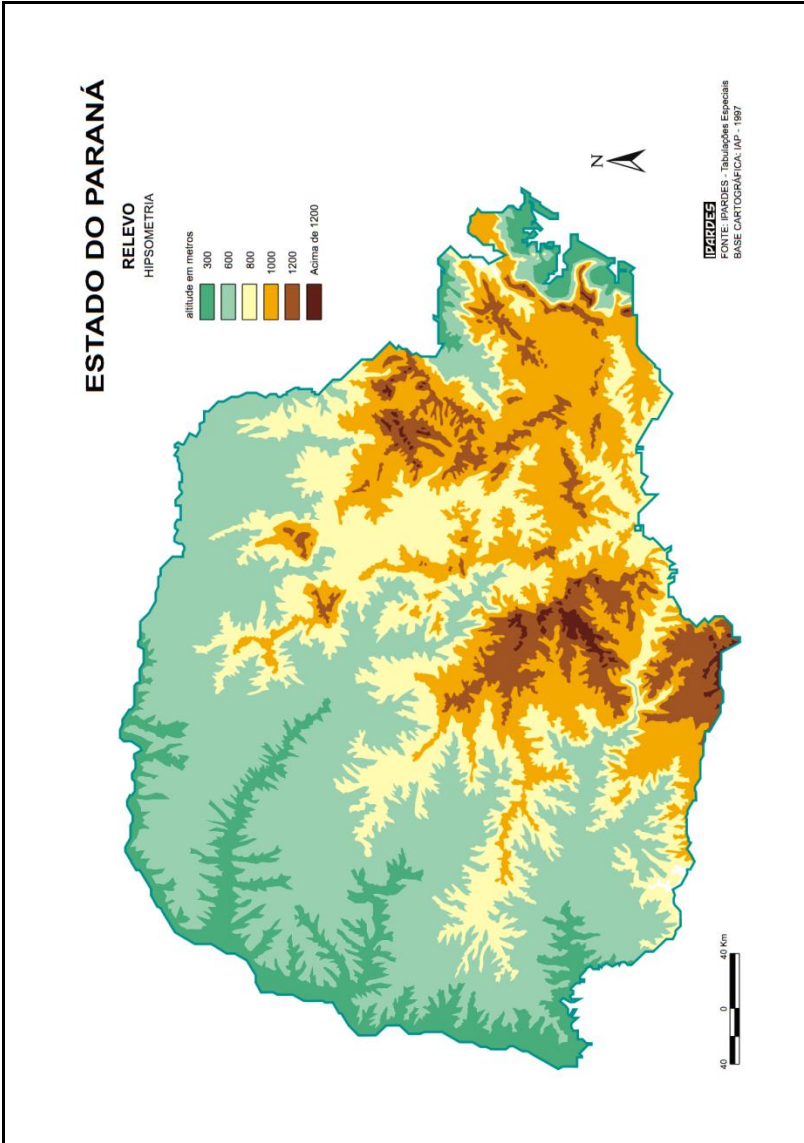


FIGURA 10, Mapa Hipsométrico do Paraná.

Os vales dos rios Ivaí, Piquiri, Iguaçu e Tibagi dividem o terceiro planalto em quatro blocos principais:

1. O bloco norte do planalto de Apucarana que inclina de 1100 m de altitude, na escarpa (Serra da Bufadeira), numa extensão de 150 km, até 290 m no rio Paranapanema e numa extensão de 240 km para oeste até 235 m de altitude no rio Paraná;

2. O bloco médio do planalto do Campo Mourão (650 m), que tem na testa da escarpa, na Serra da Boa Esperança, num percurso de 265 km, um declive de 1100 m de altitude para 225 m no rio Paraná;

3. O bloco sul do planalto de Guarapuava, com 1220 m na testa da escarpa, chega a 550m nas serras Boi Preto e São Francisco, onde cai abruptamente numa cuesta a 350 m, mostrando na borda do *canyon* do rio Paraná 197 m s.n. m., enquanto que o rio corre no *canyon* 94 m mais baixo, tendo a água, no nível baixo, uma profundidade de 40-50 m. Portanto, a base do *canyon* se encontra apenas 45 e 49 m s.n. m;

4. A parte nordeste do terceiro planalto de São Jerônimo estende-se entre os rios Tibagi e Itararé. É relativamente baixa e desdobrada, pelos rios das Cinzas, Laranjinhas e Congonhas, numa série de mesetas e platôs pequenos. A parte do platô mais elevada tem um declive desde a Serra da Boa Esperança, ao sul de São Jerônimo, de 1150 m até 300 m para o rio Paranapanema. Ao leste do rio Congonhas, como também entre os rios Laranjinhas e das Cinzas, algumas mesetas isoladas, avançando para o sul, mostram ainda cotas de cerca de 800 m; geralmente, porém, as latitudes desta paisagem de platôs estruturais oscilam entre 300 e 650 m. (ver Fig. 10).

A zona do planalto de Palmas (1117 m) – Clevelândia (975 m), ao sul do rio Iguaçu, pertence ao plano de declive de Santa Catarina, formando no setor paranaense o declive do divisor de águas Iguaçu-Uruguai (Serra da Fartura) para o vale do rio Iguaçu, diminuindo a latitude de 1150 m para 300-700 m. Sob o ponto de vista morfológico o ingresso do rio Tibagi no terceiro planalto é de especial interesse.

A constituição geológica do terceiro planalto é relativamente simples. Sobre os horizontes coloridos da formação Esperança e as camadas vermelhas, areno-argilosas do grupo Rio do Rasto, constituintes do pedestal da Serra da Boa Esperança, ou da escarpa triássico-jurássica respectivamente. Em toda a sua extensão, com uma discordância de erosão, o arenito terrestre Botucatu da série São Bento com paredões e alguns degraus, protegidos por lençóis de rochas básicas, diabásios, diabásio-porfíritos.

Os poderosos lençóis de rochas eruptivas básicas alcançam uma espessura medida de 450-600 m, sem, contudo, ter sido observada a

base dos mesmos. Estas camadas básicas ocupam toda a extensão do terceiro planalto, deixando exposto o arenito Botucatu em alguns vales do bloco norte do planalto de Apucarana.

O aspecto da paisagem do terceiro planalto é determinado pelas formas de mesetas e platôs recortados do nível geral dos lençóis eruptivos. As linhas de serras mencionadas até agora nos mapas não ultrapassam o nível geral do platô, mas representam realmente chapadas ou linhas divisoras de água, levemente arredondadas, no nível do plano de declive.

O *canyon* do rio Paraná é uma formação geológica de idade pleistocênica até recente. O curso quaternário antigo abandonado do rio Paraná pode ser observado hoje 90 m mais alto a leste do *canyon*, com seus sedimentos fluviais e várzeas de inundação, desde Guaíra, até ao sul do rio São Francisco (afluente do Paraná, na altura do município de Santa Helena). Estes sedimentos fluviais e várzeas de inundação do quaternário recente são atravessados pelos tributários menores do rio Paraná e retalhados tão profundamente que atualmente se encontram muito acima do nível dos vales destes rios. Todos os pequenos rios despencam abruptamente para o *canyon* do rio Paraná, amontoando nas gargantas de embocadura altos cones de areias que jazem sobre saliências das chapas de lava em forma de terraços.

Os rios lançam-se em saltos ao *canyon* do rio Paraná, conforme o volume dos rios, ainda na própria parede do *canyon* ou mais ou menos afastados. Consequentemente, as quedas do rio São Francisco (a 4 km) e os famosos, majestosos saltos do rio Iguaçu (a 21 km) encontram-se mais afastados do *canyon*. A queda principal do “Salto Santa Maria” precipita-se na garganta do Diabo, em dois degraus de cerca de 3 e 69 m, respectivamente num total de 72 m, sobre diabásio-porfíritos laminados, capeando diabásios intersticiais e meláfiros amidaloides com heulandita. A potência útil dos saltos do rio Iguaçu é avaliada em 300.000 HP, não atingindo, portanto, a das cataratas de Victória na África do Sul e nem a do Niágara.

Hidrelétricas da Bacia do rio Iguaçu; Fóz do Areia (Rio Iguaçu) - 1.676 MW; Salto Santiago (Rio Iguaçu) - 1.420 MW; Segredo (Rio Iguaçu) - 1.260 MW; Salto Osório (Rio Iguaçu) - 1.078 MW; em construção Salto Caxias (Rio Iguaçu) - 1.240 MW; Total instalado 6674 MW, potencial hidráulico avaliado da bacia do rio Iguaçu 9.807 MW (MAACK, 1986; p. 414-426 e ANEEL, 2008).

1.3 DO PARANÁ LATIFUNDIÁRIO A PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL

Introdução

Para entender as dificuldades do desenvolvimento da capitânia (Paraná), podemos lembrar a teoria de Trotsky, sobre o desenvolvimento da Rússia, em *História da Revolução Russa*, analisando os motivos e as dificuldades para o crescimento do país, onde em suas interpretações formulou a *Lei do Desenvolvimento Combinado*. Podemos por aproximação tentar entender as dificuldades do desenvolvimento do Paraná. Onde por um lado tinha a Baixada Litorânea paranaense próxima à centralidade dinâmica da Capitânia de São Paulo, que facilitava os investimentos e as oportunidades comerciais nos portos. Beneficiando os comerciantes localizados no Litoral em Porto de Cima, Morretes, Antonina e Paranaguá. E na outra ponta o interior, os sertões da Comarca de Curitiba, isolado fisicamente e politicamente, e totalmente dependente das concessões e apadrinhamentos dos paulistas. (TROTSKY, 1985; p. 56).

Essa aproximação do poder centralizador da MetrÓpole paulistana transformava a 5ª Comarca do Paraná, numa espécie de colônia de São Paulo. Mas essa subserviência de Paranaguá se justificava pela origem da Elite do litoral, formada por comerciantes, vicentistas, paulistanos, portugueses ou estrangeiros obedientes ao poder do capital financeiro e político da Capitânia de São Paulo. Pois tinham recebidos as concessões, sesmarias e cargos públicos dos vassallos do Rei, que determinavam o que deveria ser e fazer no Paraná, já que a condição de comarca obrigava compulsoriamente essa subordinação. Dessa maneira a Comarca do Paraná se mantinha refém da centralidade territorial de São Paulo, o que facilitava o conservadorismo político e social. Eram temerosos, uma vez que detinham privilégios econômicos e monopólios facilitados através dessas relações promiscuas, esse grau de dependência facilitava o conservadorismo.

Mas o interior com mais dificuldades para tocar seus interesses econômicos, além dos encontros e conflitos com os indígenas e espanhóis vindos da Argentina e Paraguai, desde cedo teve um pensamento mais independente, progressista e nacionalista, pois sempre teve que resolver as pendências só, sem apoio da Província Paulista. O Paraná desde sua ruptura legal (1853) ainda com a presença maciça de paulistas e portugueses teve muita dificuldade para se livrar dessa influência e interferência de São Paulo, onde as cidades mais antigas

carregadas dessa subserviência sempre apoiavam as diretrizes vindas da antiga Metrópole! Talvez isso demostre a origem do dinamismo do interior. A queima de etapas que favoreceu seu desenvolvimento.

1.3.1 A Área do Latifúndio Tradicional/Feudal, Associada às Áreas de Escravidão.

A estrutura fundiária brasileira nasceu sob o signo da grande propriedade, o latifúndio. A fase inicial da colonização constituiu a transferência de instituições feudais portuguesas para um território habitado por uma coletividade indígena, com uma organização social rudimentar, em que o solo era explorado coletivamente e os frutos partilhados entre todos. Neste sentido, as tribos indígenas não sentiam necessidade de demarcar territórios que ocupavam.

E foi através das sesmarias que surgiram os latifúndios, pois as terras eram distribuídas desigualmente, sempre favorecendo aos poucos detentores de grandes rendas, contribuindo para o monopólio e concentração da terra que viria a se tornar uma das mais importantes estruturas econômicas do Estado. A organização das propriedades privadas no território brasileiro teve início a partir de iniciativas da Coroa Portuguesa de ocupar o espaço conquistado e incentivar o desenvolvimento da agricultura, segmento econômico que enfrentava séria crise em Portugal. Sendo assim, foram distribuídas terras aos abastados da Coroa ou a militares que deveriam cultivá-las. As sesmarias tiveram o seu tamanho variado em todo o país, no norte superavam 20 ou até 50 léguas de extensão, enquanto no sul, geralmente, não excediam a 10 léguas.

Para Guimarães (1981, p. 43-44) *a doação de sesmarias representou para Portugal, uma tentativa para salvar a agricultura decadente, para evitar o abandono dos campos (...). As leis cominavam penas aos proprietários que não mantivessem suas terras cultivadas.* Foi esse modelo de ocupação colonial brasileira que implantou a monocultura e o trabalho escravo, fatores esses que, conjugados, deram origem ao latifúndio, propriedade rural sobre a qual se centrou na ocupação do espaço rural nacional.

Para (RANGEL: 1957) a dinâmica que explica as mudanças na sociedade brasileira são os movimentos das dualidades, para cada dualidade existe um **pacto de poder** predominante na sociedade. Os pactos (e as dualidades) estão ligados à dinâmica cíclica da economia mundial e sua manifestação no Brasil.

Ao ser descoberta a América, o modo de produção característico da Europa era *uma dualidade: no seio de uma sociedade feudal*, havia desenvolvido ilhas de capitalismo. Era este, mesmo em seu estágio inicial de desenvolvimento - o capitalismo mercantil - que imprimia ao sistema o prodigioso dinamismo, mas era o feudalismo que entrava com força externa. E havia o enquadramento jurídico externo no mesmo sistema, pelo lado através do qual ele entraria em contato com uma humanidade, não apenas em regime pré-capitalista, como pelo menos, no caso brasileiro, ainda pré-escravista.

Leis da dualidade brasileira;

1) Quando uma força produtiva da sociedade cresce entra em conflito com as relações existentes, esta muda como todas as formações sociais. Mas faz apenas por um de seus polos guardando no outro suas estruturas e se integrado a nova dualidade.

2) Alternadamente mudam os polos internos e externos.

3) O polo muda pelo processo de passar para o lado interno o modo de produção já presente no seu modo externo.

4) Como formação periférica que é o Brasil, as mudanças da dualidade brasileira são provocadas por mudanças no comportamento do centro dinâmico em torno do qual gravita nossa economia. A dinâmica dos ciclos longos do capitalismo, mas precisamente em sua fase “B”.

Um dos componentes centrais são os pactos de poder no interior das Formações Sociais.

A "Dualidade", sem negar o papel da luta de classes em nossa sociedade, confere a essa luta um desdobramento diferente do que poderemos encontrar no Materialismo Histórico clássico, ligado aos nomes de Marx e Engels. Com efeito, em cada uma das etapas do desenvolvimento de nossa sociedade, esta é dirigida por uma coalizão, que associa em firme pacto de poder, duas classes; uma em posição hegemônica, e outra em posição subalterna.

Ora, na transição de uma "Dualidade" para outra, a classe governante subalterna, na anterior "Dualidade", emerge como força hegemônica, enquanto a posição subalterna passa a ser ocupada por uma dissidência progressista da classe hegemônica do anterior pacto de poder.

Rangel parte de uma perspectiva histórica, ele desenvolve uma teoria que, somado as outras esferas da realidade social, tenta dar conta da especificidade da economia e da sociedade brasileira. A dualidade a que se refere Rangel não é simplesmente a oposição entre um setor capitalista e outro, pré-capitalista. Sua interpretação não tratou apenas

de verificar se o desenvolvimento da economia brasileira passou por etapas correspondentes ao desenvolvimento histórico da economia mundial, mas como o setor moderno e o atrasado conflitam e mudam em cada etapa.

A novidade analítica consistiu em afirmar, primeiro, a coexistência dual de relações de produção historicamente defasadas em relação às fases por que passaram as sociedades europeias. Segundo, em mostrar que essa defasagem é dependente das relações de produção existentes na Europa; e depois arrematou, em apresentar esse processo dual, defasado e dependente como encadeado. A esse modelo analítico denominou polo externo “secundário” de uma dualidade transformando-se no polo “principal” interno da dualidade seguinte. No polo principal situam-se as relações de produção dominantes e a correspondente classe dominante, que Rangel chamou de “sócio maior” do sistema. No polo secundário situam-se as relações de produção emergentes e o correspondente sócio menor - a classe social que na dualidade seguinte transformar-se-á no sócio maior. O polo principal corresponde, portanto, à fase ainda predominante, mas que tende a ser superada, à medida que o sócio maior é deslocado da posição dominante, enquanto o polo secundário o é apenas por que o sócio menor ainda não ascendeu e não se impôs à antiga classe dominante.

A dualidade, assim, aparece duplamente: através da coexistência de relações de produção correspondentes a duas fases históricas sequenciais e através da existência, nos dois polos, de uma relação de dependência com as sociedades mais avançadas: tanto no polo principal, quanto no secundário, o respectivo lado externo apresenta relações de produção atrasadas em comparação às vigentes na Europa e nos EUA. O caráter dual e dependente da economia e da sociedade brasileiras fica, assim, claro, integrado, e assume um caráter dinâmico.

Na economia e na sociedade brasileiras, a dualidade está em toda parte. Está na fazenda de escravos, que é mercantil e escravista; está no latifúndio pós-abolição, que é mercantil e feudal, porque dominado pelo instituto da “meia” ou enfiteuse e pelo princípio feudal de que nenhuma terra deixará de ter senhor; está na fábrica capitalista, que enfrenta um mercado de insumos e um mercado para seus produtos ainda mercantil ou mesmo pré-capitalista. A partir daí, Rangel define “a lei da dualidade”: “economia brasileira se rege basicamente por duas ordens de leis tendenciais que imperam respectivamente no campo das relações internas de produção e no das relações externas de produção”.

Nessa perspectiva, os pilares da antiga sociedade colonial brasileira se sustentaram nas grandes dimensões de terras, as sesmarias,

que foram as células embrionárias da classe oligárquica latifundiária brasileira.

No Paraná, o processo de ocupação se fez de forma distinta, uma vez que seus campos foram povoados por luso-brasileiros principalmente paulistas, que introduziram a criação de gado. Já suas matas, só foram ocupadas em meados do século XIX pelos imigrantes europeus, os quais transformaram essa vegetação em típicas zonas agrícolas de pequena produção familiar.

A denominação “Campos Gerais do Paraná” remete aos campos limpos e capões isolados de floresta ombrófila mista, onde aparece o pinheiro associado à imbuia e erva mate. De acordo com essa definição, os Campos Gerais são limitados à área de ocorrência dessa vegetação.

Para os historiadores, ao tratarem das origens do povoamento de Ponta Grossa, até os fins do século XVII os Campos Gerais se apresentavam despovoados e serviam exclusivamente como ponto de passagem para os viajantes curitibanos que se dirigiam a São Paulo. Apesar de ser uma região de boas pastagens, não havia quem consumisse o gado ali criado. Mas a descoberta de ouro nas Minas de Ouro na capitania de São Paulo exigia bois para a alimentação, cavalos para montaria e mulas para o transporte de minérios. (BALHANA et al. :, 1969; p. 55-65).

O marco oficial que dá início à ocupação dos Campos Gerais é o ano de 1704, com a inauguração da Sesmaria de Sant’Anna do Iapó, entregue ao paulista Pedro Taques de Almeida. Estava iniciada a composição regional dos Campos Gerais.

A partir da sesmaria de SANT’ANA do Iapó, as atividades relacionadas ao comércio e a invernagem de animais rapidamente espalharam-se por toda região, repartida administrativamente pelas demais sesmarias concedidas pela coroa portuguesa.

Para atender às necessidades de alimentação e transporte dos mineradores das Minas Gerais, ocorreu uma grande procura de vacas, cavalos e mulas. Os campos de Curitiba e do atual território do Rio Grande do Sul, onde o gado se espalhava em grande quantidade, eram áreas muito favoráveis à pecuária.

Por volta de 1720, os paulistas começaram a buscar o gado do Rio Grande do Sul. Alguns anos depois, foi aberto o caminho Viamão-Sorocaba, por determinação do governo da Capitania de São Paulo, obra conduzida pelos Curitibanos sob a chefia de Cristovam Pereira. O caminho foi inaugurado em 1731. Foi um caminho que levava o gado das margens do rio da Prata e da lagoa dos Patos, no Sul, à feira de Sorocaba, em São Paulo, passando por Curitiba e região. Com isso, a

região de Curitiba ganhou novo impulso e intensificou-se a ocupação de áreas de campos naturais dos planaltos paranaenses. Ampliava-se assim a conquista do interior.



FIGURA 11, Caminhos das Tropas.
Crocetti com base nos esboços de MACHADO, 1963.

Muitos curitibanos passaram a dedicar-se ao rendoso negócio de comprar gado no Sul, engordá-lo em suas fazendas e vendê-lo em Sorocaba. Durante esse ciclo que vai de 1731 a 1870, as fazendas de criação de gado e invernagem de muars, estendem-se por todas as

regiões de campos naturais do Paraná, sob a base do grande latifúndio. Com aniquilamento das populações indígenas, e o aprisionamento de uma parte, transformada em mão-de-obra escrava juntamente com negros, alguns associados em regime de partilha. Caracterizando a classe dominante regional, formada de famílias de fazendeiros vivendo em suas terras, detendo o poder político local e regional, por meio de oligarquias parentais. (BALHANA et al. :, 1969; p. 55-65).

Com a descoberta das grandes vacarias administradas pelos padres Jesuítas e os índios missionários, que existiam não só no Rio Grande do Sul como também na Argentina e Paraguai, abriram-se vários caminhos e descaminhos que ligavam o extremo Sul do Brasil a Vila da Sorocaba/SP. Mais o caminho oficial continuou a ser o de Viamão, onde se realizava a grande feira de gado e mulas que deveriam prestar serviços na região das Minas. Ver Fig. 11.

A Coroa Portuguesa no início do século XVIII com a descoberta do ouro faz uma mudança radical na Colônia do Brasil, implantando o Estado Colonial Português, para centralizar o poder na mão dos Capitães-Generais, chamado de Capitania Real. Cada qual governada por um Capitão-General designado pelo rei, anulando todo o poder local das famílias nas Câmaras Municipais.

Com o desenvolvimento dos caminhos alternativos, para fugir da fiscalização, dos impostos e pedágios das invernadas, os tropeiros desbravaram rotas alternativas, também conhecidas como “Caminho das Tropas” ou “Descaminhos das Tropas”, conforme Fig. 11. Onde estabeleceram novos pontos de parada ou pouso de tropeiros que com o passar dos anos se transformaram em municípios que formam as Rotas dos Tropeiros.

A identidade histórica e cultural da região dos Campos Gerais, iniciada no século XVIII, se deve aos ricos pastos naturais, abundância de invernadas com boa água e relevo suave. Essa foi à rota do tropeirismo do sul do Brasil, com o deslocamento de tropas de mulas e gado de abate provenientes do Rio Grande do Sul com destino aos mercados de São Paulo e Minas Gerais.

No final do século XVIII, quando o rendimento do ouro de Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás tornaram-se reduzidíssimo, os moradores de Curitiba instalaram novas fazendas de gado, começando a povoar o norte, sul e oeste do atual Paraná. O primeiro passo foi à conquista do vale do rio Tibagi. Em 1770, começou a exploração dos campos de Guarapuava, definitivamente colonizados, só na metade do século XIX. Nessa época colonizaram-se os campos de Palmas. A ocupação dos campos naturais do oeste, pela criação de mulas, coincidiu com a

expansão, também para o oeste, da lavoura cafeeira em São Paulo, que exigia cada vez maior número de animais para o transporte.

Sempre como conseqüências da expansão dos currais de gado nasceram então às cidades dos campos: Castro, Ponta Grossa, Palmeira, Lapa, Guarapuava e Palmas, todas do século XIX.

A ocupação das terras paranaenses se completaria efetivamente no século XX, com a extração da madeira, e a expansão das plantações de café de São Paulo para o Norte do Paraná, onde migraram além de paulistas, mineiros e nordestinos. E para oeste e sudoeste paranaense com a vinda de gaúchos, catarinenses e europeus que reemigraram.

A comida é uma das heranças deixadas pelo tropeirismo. Era feita pelos homens, na tropa não havia mulheres. Entre os utensílios de cozinha levavam um saco de mantimentos, um caldeirão de ferro com tampa, para o feijão; uma panela de ferro de três pés, um coador e sua armação; xícaras de folha de ferro batido ou canequinhas esmaltadas, colheres e cuia.

Além da culinária, o ciclo do tropeirismo uniu os estados do sul e teve grande importância no desenvolvimento econômico, povoamento e formação de uma identidade histórica regional evidente e característica.

1.3.2 A Madeira e o Mate: A Gênese Industrial Paranaense

O sentido (...) é a entidade mais misteriosa do universo. Relação, não coisa, entre a consciência, a vivência e as coisas e os eventos. O sentido dos gestos. O sentido dos produtos. O sentido do ato de existir. (...) Isso é próprio da natureza do sentido: ele não existe nas coisas, tem que ser buscado, numa busca que é sua própria fundação. Só buscar o sentido faz, realmente, sentido. Tirando isso, não tem sentido.

(LEMINSKI, 1997; p. 11).

Introdução

Com a decadência do ciclo do tropeirismo, e a ascensão econômica do interior beneficiado pelo ciclo da Madeira e do Mate, aliado a massiva migração dos europeus, principalmente italianos, alemães e eslavos (poloneses e ucranos), o Paraná esboçou o primeiro estágio de industrialização autônoma, livre da interferência paulista. Tendo seu primeiro surto industrial no litoral paranaense para processamento, embalagem e distribuição da erva mate e de madeiras beneficiadas. Embora alguns pesquisadores (principalmente jornalistas) equivocados ou mal intencionados discordam dessa tese, negando veementemente essa industrialização, argumentando se tratar de uma incipiente fase fabril, que segundo essa análise antecede a industrialização.

No Brasil a exploração florestal, teve início oficialmente em 1511, feita por Fernando de Noronha, o primeiro arrendatário de pau-brasil. Várias cartas régias foram baixadas no sentido de reservar as florestas da costa brasileira, como patrimônio real, sendo o corte somente permitido ao Reino, atendendo dessa maneira o suprimento de matéria-prima para a construção de caravelas. Esta atividade extrativa, notadamente de pau-brasil, constituiu-se até o século XVII, a principal fonte de divisas da Coroa, saída das terras brasileiras.

A madeira de boa qualidade e o tronco reto da araucária, não demorou muito a serem notados pela Metrópole. Em 1765, um decreto do rei D. João V de Portugal autorizou o corte de pinheiros em Curitiba, para construir a nau São Sebastião, que navegou entre o Brasil e o Reino por mais de cinquenta anos, indo em seguida para a África onde fez o transporte por outros tantos anos, ainda em bom estado de conservação.

(WACHOWICZ, 1986; p. 126-129 e COSTA, 1995; p.65-66 e SANTOS, 2001; p.47-55).

1.3.3 O Pinheiro na dinamização econômica do Paraná, Farquhar e o Contestado.

A atividade florestal no estado do Paraná teve início com a exploração das Florestas nativas de araucárias. Foi o primeiro grande investimento madeireiro no Paraná, por iniciativa dos irmãos André e Antônio Rebouças (engenheiros mineiros responsáveis pela construção da E. F. Curitiba/Paranaguá), na organização da **Companhia Florestal Paranaense**, instalada em 1871, na localidade de Borda do Campo, próximo a Serra do Mar.

O grande propulsor da exploração do pinheiro paranaense (araucária angustifolia) foi à infraestrutura, ou seja, estradas que foram abertas nos anos de 1873 a 1891, a qual possibilitou a extração de extensas áreas de Floresta de Araucária existentes no estado. Além disso, durante a Primeira Guerra Mundial, o pinho-de-riga foi impossibilitado de ser importado e o pinheiro-do-paraná passou a abastecer o mercado interno, sendo também exportado para a Argentina. Durante a Segunda Guerra Mundial, a madeira de araucária liderou a pauta das exportações do Paraná, entretanto o ciclo econômico do pinheiro-do-paraná (araucária) terminou no início do ano de 1950, pela exploração predatória e insustentável das florestas.

Com a abertura da Estrada da Graciosa, ligando Curitiba a Antonina, em 1873, e com a inauguração da Estrada de Ferro Paranaguá-Curitiba em 1885, aliado ao ramal Morretes-Antonina em 1891, que atividade extrativa deslançou. A extensa floresta de Araucária Angustifolia existente nos planaltos paranaenses permitiu que a exploração da madeira tivesse início como uma das atividades econômicas mais importantes do Estado.

"serra acima, onde os olhos dos viandantes descortinam matas sem fim de pinheiros, por hora só aproveitada no limitadíssimo consumo desta parte da Província".

(Zacarias de Góes e Vasconcelos, presidente do Paraná, em 1854).

Newton Carneiro citando uma passagem de David Carneiro, em; **A Economia Paranaense**, em 1873, **a Companhia Florestal Paranaense**, com o objetivo de fazer propaganda e atrair os

importadores europeus, chegou a cortar em pedaços uma araucária de 33 metros de altura, transportando-a de navio para a Europa, onde foi novamente montada em pé, na Exposição Internacional de Viena. (WACHOWICZ, 1986; p. 181-183 e BALHANA et al. :, 1969; p. 142-144).

Desde o início da ocupação e exploração do Brasil, os administradores da Coroa Portuguesa delegaram a terceiros o desenvolvimento da colônia. Principalmente para aqueles que possuíam mais capital para realizar tarefas como a construção de engenhos, fazendas, fundação de vilas e cidades, construção de estradas, aonde iam acumulando os lucros destes investimentos e o governo cobrando seus impostos. Mas, ao mesmo tempo em que ocorriam as expedições exploradoras e colonizadoras oficiais, havia imigrantes, retirantes e aventureiros que sem oficializar suas andanças e ocupação territorial, organizaram núcleos coloniais no interior dos sertões.

Durante as negociações para realizar ações no Brasil, as populações que habitavam os locais concedidos aos “amigos do rei” não eram consideradas, sempre eram vista como empecilho a ser removida ou extinta. Destes vários confrontos que através dos séculos ocorreu pelo Brasil, colônia, império e república, contam-se a história dos vencedores, dos “primeiros pioneiros valorosos”, mas pouco se fala do povo que não fazia parte desse grupo e dos projetos oficiais de colonização, mas foi à linha de frente nas ocupações do território e que, via de regra entraram em confronto com os projetos oficiais de ocupação feitos por “homens bons” através de titulações legais de terras já públicas já ocupadas, mas não documentadas pelos ocupantes.

Esse é o caso dos Conflitos e Guerras Cívicas ocorridos em decorrência das concessões para exploração de madeira e empreendimentos de colonização no Sul e Oeste do Paraná. A exploração do Ciclo da Madeira do Paraná, principalmente na primeira metade do século XX, esta diretamente ligada a Guerra do Contestado de 1912 a 1916, bem como demais conflitos como;

- A) Guerra de Porecatu,
- B) A Revolta dos Colonos de 1950-61,
- C) A Revolta de Medianeira de 1961,
- D) A Revolta de Catanduvas/Três Barras do Paraná de 1964, esses conflitos vamos aprofundar no tópico da PPM.

Desde a criação da província o Paraná, em 1853, seus dirigentes questionavam os limites estabelecidos, sobretudo com Santa Catarina.

Essa divergência levou ao surgimento da Questão do Contestado. O termo contestado deriva do verbo contestar, questionar e passou a designar a região que foi objeto de disputa entre Santa Catarina e Paraná.

A região do Contestado era uma área de 47.800 Km², que estava em litígio entre os estados do Paraná e Santa Catarina desde o final da Guerra do Paraguai em 1874, os dois estados pleiteavam a região. Como não havia definição sobre a posse deste território, estas terras se tornaram devolutas, isto é, não pertenciam a ninguém, e desta forma muitas pessoas começaram a ocupar a região, eram os chamados posseiros. (ALVES, 1982; p. 26-32).

Em 1890, um grupo de catarinenses solicitou ao governo brasileiro uma definição de limites entre os dois estados. Não obtendo resposta, os catarinenses resolveram entrar com uma ação judicial, reivindicando a posse da região situada ao sul dos rios Negro e Iguazu. Por duas vezes o governo deu ganho de causa a Santa Catarina, mas o Paraná adiou a execução da sentença.

Paralelamente a essa questão de limites, em 1910, o *Brazil Railway Company*, uma empresa estadunidense, concluiu a estada de ferro que ligava o estado de São Paulo ao Rio Grande do Sul. Em seguida, cumprindo um dos termos do contrato, a companhia deu início a colonização de uma faixa de 15 quilômetros de cada lado da via férrea. Não levou em conta, porém, o fato de essa área já pertencer a pequenos proprietários e lavradores, que ficaram descontentes com a interferência da companhia em suas terras.

Pouco depois, a *Lumber*, poderosa madeireira estrangeira ligada a *Brazil Railway Company*, estabeleceu-se na área do contestado. Essa companhia tinha autorização para explorar a madeira da região, desde que a coloniza-se.

A atividade dessa empresa, porém, afastava cada vez mais a possibilidade de um acordo entre o Paraná e Santa Catarina, pois ambos queriam apossar-se da região de terras muito férteis, que apresentava grande potencial de desenvolvimento. Enquanto os dois aguardavam uma decisão do governo federal, um fato novo, que veremos a seguir, complicou a situação.

Estas terras possuíam muita madeira a qual começou a ser explorada também de forma predatória: Esse ciclo aconteceu ao mesmo tempo em que o da erva-mate. Teve início no litoral paranaense, com a exploração do cedro, da peroba e da canela-preta, entre outras espécies.

Em 9 de novembro de 1889, poucos dias antes da proclamação da república brasileira, o Imperador D. Pedro II outorgou a concessão dessa

estrada-de-ferro a Teixeira Soares. Sua construção teve início em 1897, no sentido norte-sul, tendo o trecho de 264 km entre Itararé e Rio Iguazu (em Porto União) sido concluído em 1905.

Em 1908 Percival Farquhar, através de seu holding *Brazil Railway Company*, adquiriu o controle da Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande - EFSPRG. Prevendo o enorme potencial de lucro que poderia obter com a exportação de madeira das densas florestas centenárias de araucária existentes na região – (sob a copa das araucárias havia imbuías com mais de 10 metros de circunferência). As terras que viria a receber como doação do governo federal, nos termos do contrato de concessão da ferrovia – constituiu antecipadamente, a *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*, que se tornou conhecida como a *Lumber*. (HARDMAN, 2004; p. 112-138).

Farquhar designou Achilles Stenghel para chefiar o ousado empreendimento. Este mandou recrutar, nas principais cidades brasileiras e até no exterior quatro mil operários - oferecendo altos salários e boas condições de trabalho - para aumentar o contingente de mão de obra, que chegou a atingir 8.000 trabalhadores, distribuídos ao longo de 372 km da ferrovia.

A União garantiu, por contrato, à *Brazil Railway Company* uma subvenção de 30 contos de réis por quilómetro construído e, ainda mais, garantiu juros de 6% a.a. sobre todo o capital que fosse investido pela concessionária na obra. Como a *Brazil Railway Company*, contratualmente, recebia por quilómetro, cuidou de alongar ao máximo a linha, fazendo curvas desnecessárias e economizando assim em aterros, pontes, viadutos e túneis. (FERREIRA, 2005; p. 57-86).

A companhia *Brazil Railway Company*, que recebeu do governo 15 km de cada lado da ferrovia, iniciou a desapropriação de 6.696 km² de terras (equivalentes a 276.694 alqueires) ocupadas já há muito tempo por posseiros que viviam na região entre o Paraná e Santa Catarina. O governo brasileiro, ao firmar o contrato com a *Brazil Railway Company*, havia declarada a área como devoluta, ou seja, como se ninguém ocupasse aquelas terras. A área total assim obtida deveria ser escolhida e demarcada, sem levar em conta sesmarias nem posses, dentro de uma zona de trinta quilómetros, ou seja, quinze para cada lado. Isso, e até mesmo a própria outorga da concessão feita à *Brazil Railway Company*, contrariava a chamada Lei de Terras de 1850. Não obstante, o governo do Paraná reconheceu os direitos da ferrovia; atuou na questão, como advogado da *Brazil Railway*, Affonso Camargo, então vice-presidente do Estado.

Essas terras foram oficialmente consideradas, pelo governo, pela Justiça do Paraná, e pela concessionária, como sendo terras devolutas e desabitadas. A realidade dos fatos era, entretanto, bem outra. Seu povoamento tivera início já no século XVIII, com o comércio de gado entre o Rio Grande do Sul e São Paulo, quando ali surgiram os primeiros locais de pouso.

Durante muito tempo os milhares de habitantes desses longínquos rincões viveram, semi-isolados, da criação extensiva de gado, da coleta de erva mate e da extração rudimentar de madeira para seu uso. (WACHOWICZ, 1986; p. 181-183 e BALHANA et al. :, 1969; p.142-144).

1.3.4 A Guerra do Contestado

No século XIX, durante o Segundo Reinado, os habitantes do planalto, tanto paranaense como catarinense, conviveram por muitos anos com João Maria de Agostini, monge italiano que pregava um catolicismo rudimentar, mas que conquistou a confiança das pessoas simples que aí habitavam e adquiriu fama de milagreiro. Da mesma forma que tinha aparecido, João Maria sumiu, ficando, porém, com a fama de santo. No período republicano, outro "monge" com o mesmo nome passou a atuar na região situada entre os rios Iguaçu e Uruguai.

O término da construção da estrada de ferro. Em 1910, deixava desempregados cerca de 8 mil trabalhadores, oriundos de vários estados brasileiros. Os donos das fazendas começaram a ficar preocupados com essa massa de desocupados, que, para sobreviver, invadia as propriedades vizinhas.

Nesse momento, na região de Campos Novos, surgiu mais um "monge", na realidade um desertor do exército paranaense que se dizia irmão de João Maria. A população pobre e desempregada, via nele um curandeiro e profeta. Em 1912, o "monge" José Maria conseguiu reunir em Taquaruçu, no município de Curitiba, grande número de seguidores.

Os fazendeiros e proprietários locais, preocupados com esse grupo, mandaram uma força policial para afastá-lo. Com muito custo, José Maria e seus seguidores saíram da região, atravessaram o rio Peixe e foram para os Campos do Irani, que era controlada pelo governo do Paraná.

A reação dos paranaenses não se fez esperar. A ordem do governo do Paraná para desocupação da área foi imediata. No dia 22 de outubro de 1912, soldados paranaenses atacaram o acampamento dos

rebeldes. Travou-se uma luta sangrenta, na qual morreram José Maria e também o comandante das tropas paranaenses.

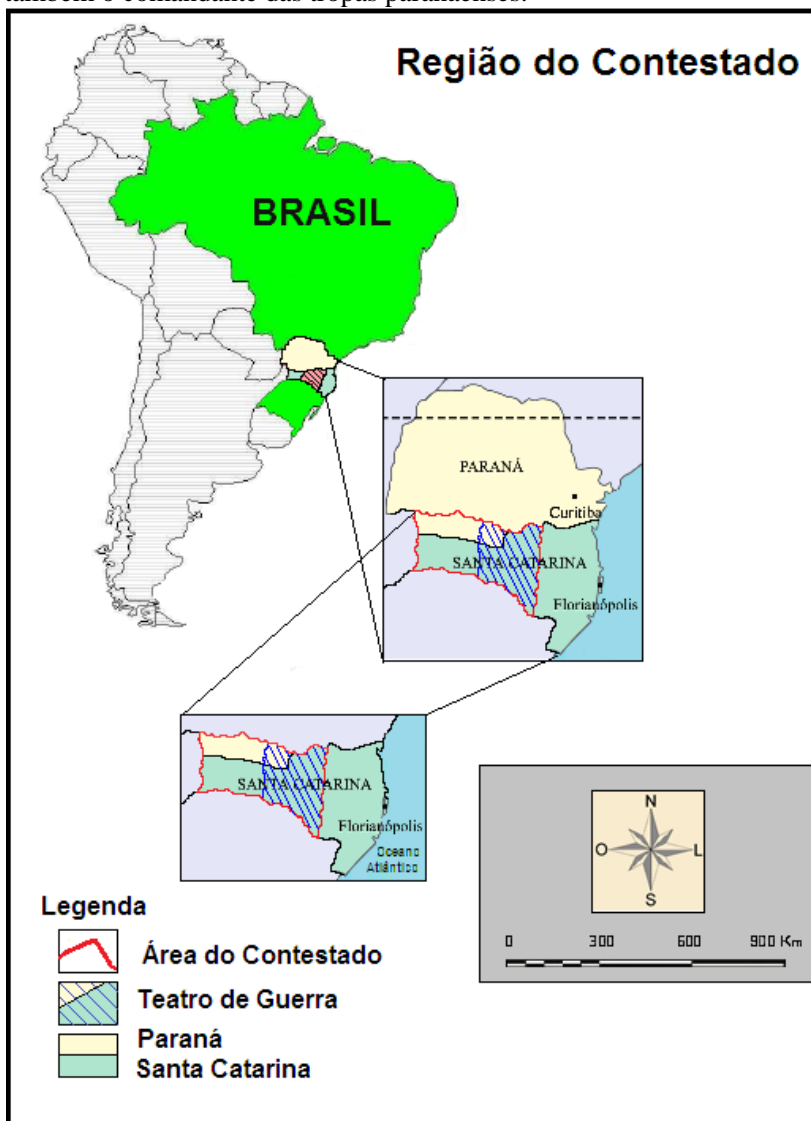


FIGURA 12, Região do Contestado. Fonte: Crocetti com base IBGE, 2007.

A derrota dos paranaenses repercutiu no Brasil todo. Os homens de José Maria retornaram para a região catarinense de Campos Novos. Surgiu entre eles um novo líder, Eusébio dos Santos, e também um boato de que o "monge" José Maria iria ressuscitar e levá-los a vitória.

Várias foram às tentativas de destruir o reduto de Taquaraçu, todas fracassadas. Somente em 1914, quando uma parte dos rebeldes se retirou para Caraguatá, é que o acampamento de Taquaraçu foi destruído. Uma epidemia de Tifo obrigou os rebeldes a abandonar Caraguatá e formar novos redutos.

Decidindo dar fim ao movimento, o governo federal assumiu o comando das operações, e os redutos rebeldes foram sendo gradativamente destruídos.

Em outubro de 1916, foi assinada a Convenção de limites entre Santa Catarina e o Paraná. Do total da área disputada, estimada em 47.800 Km², o Paraná ficou com 20.310 Km² e Santa Catarina, com 27.510 Km². (WACHOWICZ, 1986; p. 181-183 e BALHANA et al. :, 1969; p.142-144).

1.3.5 Farquhar o “Rei das Falcatruas”

Percival Farquhar (1864-1953) foi um empresário estadunidense, cuja atuação na América Latina é alvo de constantes polêmicas. Proveniente de uma família abastada da Pensilvânia completou seus estudos na Universidade de Yale, um dos centros da elite estadunidense, onde se formou em Engenharia. Controvertido, audacioso e polêmico, Farquhar tornou-se o maior investidor privado do Brasil entre 1905-1918.

Foi executivo vice-presidente da *Atlantic Coast Electric Railway Company* e da *Staten Island Electric Railway Company*, que controlavam o serviço de bondes em Nova Iorque. Foi também sócio e diretor da Companhia de Eletricidade de Cuba e sócio e vice-presidente da *Guatemala Railway*.

Farquhar chegou ao Brasil no início do século XX, logo após a primeira grande moratória da dívida externa de nosso país, renegociada com a Família Rothschild, após a assinatura do Tratado de Petrópolis, de anexação do Acre ao Brasil. (FAORO, p. 128-142, 1998).

Ivan Alves (1982) cita, os críticos descreviam Farquhar como, "*um pirata da finança internacional, empregado ou diretor de empresas estadunidenses, caixeiro viajante da finança internacional. Sua rede tentacular Brazil Railway Company controlava toda a rede ferroviária gaúcha, a Sorocabana, tinha interesses na Paulista, na Mogiana obtve*

os direitos da E. F. Vitória-Minas, também passou a dirigir o Porto do Pará e a Companhia do Porto do Rio Grande do Sul, onde montou armazéns frigoríficos, como no Rio de Janeiro. Afora isso, dispunha ainda de indústrias de papel, empresas pecuárias e de colonização, madeiras, etc.”.

Controlador da *Brazil Railway Company* e da *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, cujas atividades de extrativismo florestal, entre outros danos, acabaram provocando a Guerra do Contestado - na qual morreram mais de dez mil brasileiros - exterminou a flora e a fauna em grandes áreas dos estados do Paraná e de Santa Catarina.

Explorou negócios lucrativos na América, inclusive na Rússia em Cuba e na América Central. Teve ferrovias e minas na Rússia e negociou pessoalmente com Lenin. No Brasil, explorou diversos empreendimentos ferroviários, principalmente no sul do país, além de construir o porto de Belém. Segundo o ex-ministro Ronaldo Costa Couto, o seu império só rivalizou com o do Conde Francisco Matarazzo e com o de Irineu Evangelista de Sousa, o Visconde de Mauá.

Suas atividades estavam frequentemente ligadas a concessões governamentais e privilégios – e a garantias de juros governamentais para o capital investido – que obtinha habilmente junto aos jovens e inexperientes governos locais, muitas vezes mediante propinas constrangedoras.

A ação da empresa foi devastadora, toda a madeira extraída dos 180.000ha das terras do município Três Barras foi vendida para a fabricação de casas nos Estados Unidos. *"O progresso, porém, custou caro a Lumber tinha suas próprias leis e funcionava como um território estadunidense dentro do Brasil. Pistoleiros vindos dos Estados Unidos tinham ordem de atirar nos empregados descontentes. Em 1938, Getúlio Vargas estatizou a madeireira, que tinha desviado 2.000.000 de libras esterlinas e pedira concordata. Cerca de 1.800 trabalhadores ficaram desempregados."* (GAULD, 2006; p. 170-205).

Maior serraria da América do Sul derrubou grande parte da floresta de araucárias Três Barras/SC. Assim que concluiu a construção da estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande Percival Farquhar partiu para a segunda etapa de seu projeto. Começou na cidade de Porto União a extensão de um ramal ferroviário até Três Barras. Foi lá que ele instalou, em 1913, a sede da *Southern Brazil Lumber & Colonization Company*. O objetivo da empresa era explorar a madeira das matas ao redor da ferrovia, parte da concessão que Farquhar obteve do governo federal com a construção da estrada. Gigantesca mesmo para os padrões de

hoje, a *Lumber* se transformou na maior serraria da América do Sul. Estima-se que o complexo de Farquhar, entre 1915 e 1938, tenha derrubado serrado e embarcado para a Europa e Estados Unidos mais de 50 milhões de árvores de araucária, imbuías e cedros devastando completamente as matas da região. De Três Barras, a ferrovia permitia conexão rápida com o Porto de São Francisco do Sul, junto a Joinville, onde a madeira era embarcada nos navios do magnata.

Escreve Gauld, "*O gênio de Farquhar estaria mais do lado da visão e da capacidade de levantar dinheiro para expandi-los do que da administração eficiente e da economia de custos nas suas 38 empresas.*" (2006; p. 301).

Encerrados os combates em 1916, Thomé (1995, p. 29) a *Lumber* reconstruiu as suas instalações, a EFSPRG reiniciou o tráfego normal de trens e começou a comercializar as terras no Vale do Rio do Peixe e no Planalto Norte catarinense. Na parte das terras contestadas que lhe coube, em 1917 Santa Catarina criou os municípios de Mafra, Porto União, Joaçaba e Chapecó, mantendo ainda Canoinhas, Curitiba e Campos Novos.

1.3.6 O Sucesso do Ciclo da Madeira

O arranque da sua exploração comercial tanto para o mercado interno e a exportação, teve início a partir dos anos 1910-20, principalmente a partir da Primeira Guerra Mundial, com a interrupção da vinda do pinho europeu. Os maiores compradores estavam o Uruguai e principalmente a Argentina, os quais adquiriam madeiras em toras e beneficiada.

Posteriormente, com o fim da guerra e a necessidade de se reconstruir o que foi destruído, o mercado europeu passa a se interessar pelo pinheiro brasileiro a araucária angustifólia, principalmente devido ao seu baixo preço, destacam-se como compradores a Inglaterra, Alemanha, França e Holanda. Com a eclosão da Segunda Guerra Mundial -1939 a 1945, o comércio com a Europa foi novamente interrompido, normalizando-se após o fim da mesma.

A madeira foi exportada pelos portos de Antonina e Paranaguá, chegando até eles através de composições ferroviárias, sendo que as ferrovias de nosso estado eram operadas pela: Estrada de Ferro Paraná, Estrada de Ferro São Paulo/Rio Grande e Estrada de Ferro Norte do Paraná, numa extensão de 1.123 km, em 1920.

Já as estradas rodoviárias, em 1924, contavam com apenas 1.586 km, sendo que a maioria não recebia nenhuma conservação. Os

primeiros caminhões que se tem notícia apareceram pelos idos de 1924, usados principalmente no trajeto Guarapuava – Ponta Grossa onde a madeira era embarcada nos trens. Devido à guerra, os caminhões que aqui existiam sofreram com o racionamento de combustível.

O principal meio de transporte eram então os carroções, grandes carroças puxadas por parselhas de cavalos. Tal transporte foi praticado em nossa região principalmente pelos russo-alemães, que chegaram aos Campos Gerais a partir de 1878.

A grande reclamação dos governantes municipais e estaduais era de que os carroções, geralmente carregados com mais de 150 arrobas e muitas vezes puxados até por oito animais, acabavam com as estradas de terra devido ao peso e às rodas que faziam sulcos nas estradas. Em tempo de chuva essa prática impossibilitava o trânsito de veículos nas estradas, sejam eles automotores ou carroçáveis, pois a conservação das mesmas era feita de forma rudimentar com ferramentas manuais.

Porém, a partir de 1930, com abertura de várias estradas de rodagem, as ferrovias passam a ser substituído por estas, principalmente devido à viagem ser mais rápida e econômica. Da mesma forma os carroções começam a dar lugar aos caminhões que passam a transportar de 2.500 kg a 3.000 kg de carga.

Para organizar e disciplinar a exploração da madeira na década de 40 criou-se o Instituto Nacional do Pinho, porém sua atuação foi bastante tímida, uma vez que a exploração irracional continuou a existir, devastando as matas de araucária. Da mesma forma as exportações sofriam vários transtornos sejam pelo meio de transporte ainda precário, como pela falta de qualidade da madeira ou pela forma errônea de despachá-la para o exterior, muitas vezes sem um comprador acertado antecipadamente.

Devido à exploração devastadora, já em 1928 aparece a preocupação do governo em reflorestar as áreas exploradas. Os efeitos da exploração começam a aparecer nos idos de 1950 com o esgotamento das matas de araucária da região centro sul, corrigindo-se sua marcha para as regiões sudoeste e extremo oeste.

Em relação ao transporte rodoviário por caminhões, a situação começou a melhorar somente após 1946, com o Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná, criado para manter as estradas, além do restabelecimento da importação de caminhões e do abastecimento de combustível. Inicia-se também um processo de revestimento das estradas com asfalto, paralelepípedos e macadame.

QUADRO 1.
INDÚSTRIA PARANAENSE 1939/58 VALOR AGREGADO

Ano	Alimentícia %	Extrativa Erva Mate %	Madeira Moveleira %	Outros setores %
1939	39	05	28	28
1949	45	09	20	26
1958	44	02	25	29

Elaboração CROCETTI, de BALHANA et al. :, 1969; p.242-244.

Em relação ao mercado interno, os principais compradores de madeira do Paraná eram São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e alguns estados do NE, sendo que muita madeira de pinheiro paranaense foi utilizada posteriormente na construção da nova capital do Brasil, Brasília. A partir da década de 60, a exploração da madeira entra em declínio.

Devido à exploração irracional e predatória e ao desperdício no aproveitamento da madeira, a mesma passou a ser um artigo secundário na economia do Paraná. Nesse período, a araucária angustifólia entrou para a lista de espécimes ameaçada de extinção e sua exploração comercial passou a ser coibida, através da lei nº. 4771/67 (Código Florestal Brasileiro). Veja a importância da madeira na economia paranaense, Ver QUADRO 1.

1.3.7 A Modernização da Madeira

A atividade florestal e madeireira contribuiu efetivamente para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico do Paraná a atividade destaca-se por ser um segmento de grande representatividade na economia do país na geração de renda, tributos, divisas, empregos diretos e indiretos, e atualmente de preservação do meio ambiente.

Os complexos produtivos, denominados *Arranjos Produtivos Locais*, estão presentes nesse segmento, em que a participação das empresas de mesma atividade produtiva, de municípios próximos, concentradas em uma determinada região ou no mesmo espaço geográfico. Eles interagem entre si, contribuindo para o desenvolvimento da região, fortalecendo o ramo de atividade, ganhando representatividade no mercado, absorvendo uma parcela representativa

de trabalhadores, aprendendo e modernizando processos produtivos e de gestão.

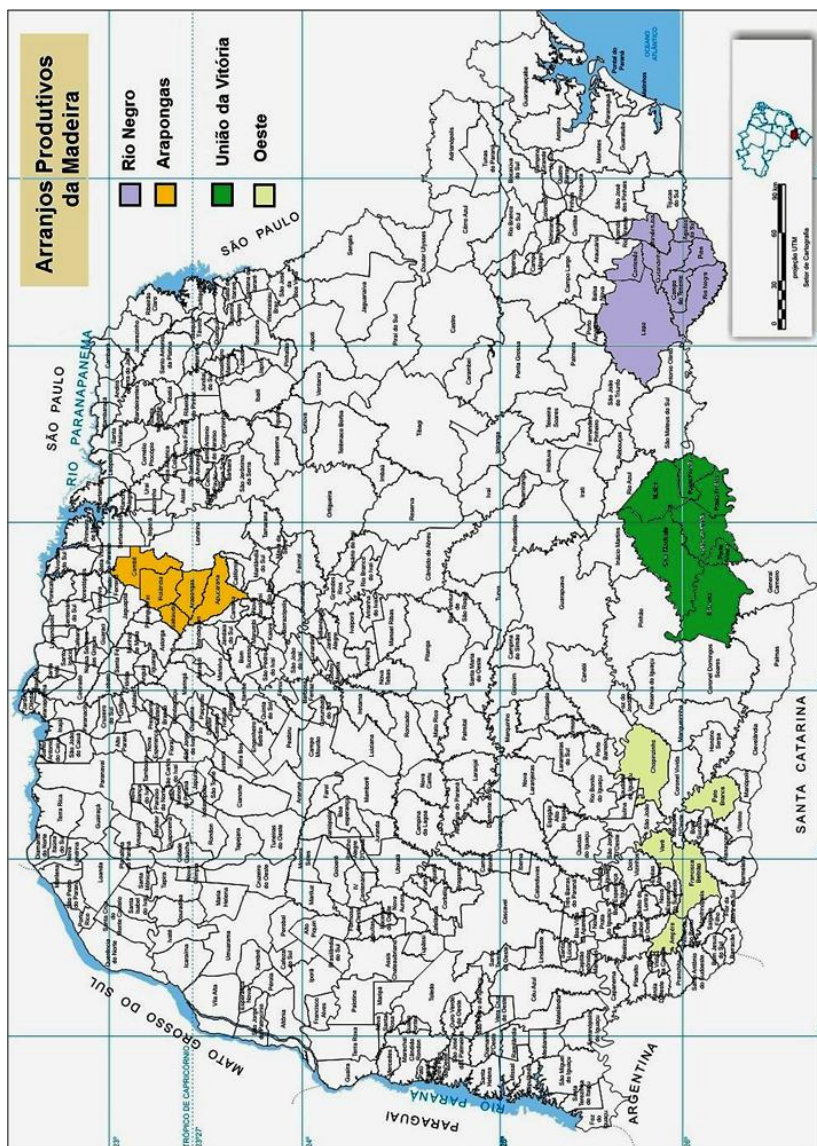


FIGURA 13, Mapa Localização APL da Madeira, 2010, baseado IPARDES, 2010.

Arranjo Produtivo Local (APL) é definido como a aglomeração de um número significativo de empresas que atuam em torno de uma atividade produtiva principal, bem como de empresas correlatas e complementares como fornecedoras de insumos e equipamentos, prestadoras de consultoria e serviços. E clientes, entre outros, que em um mesmo espaço geográfico (um município, ou conjunto de municípios), com identidade cultural local e vínculo, mesmo que incipiente, de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais e instituições públicas ou privadas. Atuando também em treinamento, promoção e consultoria, escolas técnicas e universidades, instituições de pesquisa, desenvolvimento e engenharia, entidades de classe e instituições de apoio empresarial e de financiamento. (ALBAGLI e BRITO 2002; p. 3-4).

Desde a abertura neoliberal do mercado brasileiro, o segmento madeireiro que já era moderno e competitivo está passando por transformações mais intensivas de modernizações aliado a disponibilidade atual de seus recursos naturais vem se tornando cada vez mais competitivo no mercado interno e externo. Entretanto os estoques de matéria-prima estão comprometidos visto que a demanda projetada por madeira supera os estoques nos próximos 10 anos, podendo tornar-se um empecilho ao desenvolvimento das atividades do segmento, o que afeta diretamente a competitividade das empresas e dos complexos produtivos como um todo. Devido essa constatação em 2000 foi criado o PNF, Programa Nacional de Floresta, que tem como objetivo expandir a base florestal por meio de políticas florestais efetivas, para abastecer os estoques de madeira e manter o mercado madeireiro em ascensão. (BITTENCOURT, 2009; p. 33-38).

Em meados do século XX, as serrarias passaram a se concentrar no Centro-Sul paranaense, deslocando-se para o Oeste à medida que se esgotavam as reservas de araucária mais próximas das ferrovias. O aumento da exportação da madeira, na primeira década do século XX, determinou a ascensão da participação do produto na economia paranaense.

Os altos níveis de exportação atingidos pela madeira, nos primeiros anos da década de 20, contribuíram para dinamizar o setor de exportação do Paraná. As perspectivas de desenvolvimento da economia madeireira passaram inclusive a atrair capital estrangeiro principalmente inglês e estadunidense que se concentraram no setor ferroviário, que passou a controlar maior parte do malha ferroviária do sul do Brasil.

QUADRO 2, principais aglomerados produtivos de móveis do Brasil

Oeste Catarinense		Bento Gonçalves	São Bento do Sul	Mirassol	Votuporanga	Arapongas	Ubatuba	Polo Moveleiro	
SC	RS	SC	SP	SP	SP	PR	MG	Estado	Empresas
126	578	300	210	85	200	300	300		
2.781*	11.122*	11.217*	8.500	7.400	7.890*	3.150			
Ênfase no mercado interno: Sudeste, Norte e Nordeste do Brasil e início de exportações.	Forte presença no mercado interno brasileiro com elevados níveis de exportação	Fortes vínculos com o mercado global e num plano inferior com os mercados regional Sul e de São Paulo.	PR, SC, SP e exportação	Todos os estados	Todos os estados e exportação	MG, SP, RJ, BA e exportações			

Fonte: ABIMÓVEL, 2006.

O mercado de produtos madeireiros é composto pelos segmentos de papel e celulose, carvão vegetal, madeira sólida, madeira processada, móveis. Nos últimos 20 anos, devido abertura do mercado, a reestruturação da indústria da madeira foi fundamental para manter e ampliar o mercado interno e externo. Ver produção dos polos moveleiros do Brasil, QUADRO 2.

No início da década de 90, a participação do Brasil nas exportações mundiais de origem florestal ficava em torno de 1,75%, com a abertura comercial e a desvaloriza do câmbio, o país acabou ganhando mais espaço do mercado externo. Em 2005, o Brasil contribuiu com cerca de 4,6% das exportações mundiais e configura hoje como o maior exportador mundial de compensados de pinus, o maior exportador mundial de celulose de fibra de eucalipto e o terceiro maior exportador de madeira serrada tropical.

QUADRO 3 – Área plantada com Pinus e Eucalipto no Brasil (ha)

Estado	Pinus	Eucalipto	Total
Paraná	605.130	67.000	672.130
Santa Catarina	318.120	41.550	359.670
Rio Grande do Sul	136.800	115.900	252.700
Região Sul	1.060.050	224.450	1.284.500
Total Brasil	1.840.050	2.965.880	4.805.930

Fonte: SBS, 2004.

No Brasil a produção de celulose é basicamente advinda da madeira de pinus e eucalipto, sendo que a maior parte das empresas desse ramo possui suas próprias reservas de matéria prima. O tipo de fibra, curta ou longa, da celulose, é que dá característica e a especificidade aos diversos tipos papéis. As fibras curtas são utilizadas para produzir papéis de boa qualidade, boa apresentação, maciez e a alta absorção. Já as fibras longas fornecem as características de resistência, opacidade para embalagem. Os resultados são diversos tipos de papéis, destinados aos vários segmentos tais como: papéis para impressão, escrita, embalagem, papéis para fins sanitários, copos, cartões, decorativos, elétricos, telefônicos, condensadores, etc. (BITTENCOURT, 2009; p. 39-41). Ver QUADRO 3 e TABELA 1.

TABELA 1; Área plantada das principais espécies no Paraná (2006)

Espécie	Área plantada (ha)	Proporção (%)
Pinus	677.772,00	83,04
Eucaliptos	114.996,00	14,09
<i>Araucaria angustifolia</i>	19.893,00	2,43
Populus	3.200,00	0,40
Gmelina	300,00	0,04
Total	816.161,00	100

Fonte: IAP (2007), ABRAF (2006), SBS (2006)

A incorporação de novas tecnologias proporcionou uma abertura de uma diversificação de produtos, um exemplo é a introdução do MDF em 1997, em 2001 a produção passa de aproximadamente 30 mil m³ para 609 mil m³, o que favoreceu uma redução das importações desses

produtos (MORAES, 2002; p. 3-13). Os financiamentos realizados pelo BNDES para a expansão e modernização tecnológica da indústria de painéis de madeira nesse período acumularam o montante de US\$ 250 milhões, o que permitiu praticamente a duplicação da produção de painéis de aglomerados e de MDF (JUVENAL, 2002; p. 5-9). Verificar a importância da indústria da madeira na economia paranaense, vide QUADRO 4.

QUADRO 4.
VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL, ATIVIDADES
ECONÔMICAS - PARANÁ – 2008.

VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL			
Atividade Industrial	R\$ milhões	Participação (%)	Participação PR/BR (%)
TOTAL	52.487	100,0	7,3
Indústrias extrativas	227	0,4	0,3
Indústrias de transformação	52.260	99,6	8,1
Alimentos	9.416	17,9	10,8
Bebidas	1.011	1,9	5,0
Refino de petróleo e produção de álcool	11.608	22,1	13,7
Veículos automotores	7.771	14,8	11,1
Máquinas e equipamentos	2.876	5,5	8,3
Produtos químicos	2.868	5,5	5,5
Papel e celulose	2.615	5,0	11,6
Produtos de madeira	2.154	4,1	26,8
Outros	11.940	22,8	3,6

FONTE: IBGE 2011.

A produção de compensados de madeira possui uma aplicação mais abrangente, destinada para os setores da construção civil, naval e indústria moveleira. Entretanto por se tratar de um painel composto por várias camadas coladas de lâminas de madeira, o compensado possui algumas restrições de natureza econômica e ambiental como custos

elevados e disponibilidade reduzida de toras de grande diâmetro para laminação e vem perdendo competitividade o aglomerado passou a ser o produto mais comercializado mundialmente nessa linha.

As indústrias madeireiras, mobiliárias, e de papel e celulose juntas são responsáveis por 4,46% do PIB – Produto Interno Bruto do Paraná, representando uma parcela significativa, equivalente a 19,16% do PIB industrial estadual.

Em 2006 foram 5.567,95 hectares de florestas cultivadas, permanecendo em quarto lugar entre as maiores culturas produzidas no país, perdendo somente pelo cultivo da cana-de-açúcar, milho e da soja (SBS, 2008; p. 23-30).

O Arranjo Produtivo Local de União da Vitória localiza-se no Vale do Iguaçu, no sudeste paranaense, abrangendo sete municípios paranaenses: União da Vitória, Bituruna, Cruz Machado, Mallet, Paula Freitas, Porto Vitória e Paulo Frontin, e um município Catarinense Porto União. A identificação do APL de União da Vitória deu-se pelas atividades de desdobramentos da fabricação de madeira laminada e chapas de compensado e fabricação de esquadrias de madeiras e casas de pré-fabricadas.

A região conta com 90 estabelecimentos formais de fabricação de laminados e de chapas de madeira compensadas, 89 estabelecimentos de fabricação de esquadrias de madeira, de casas pré-fabricadas e 76 estabelecimentos de desdobramentos da madeira (IPARDES, 2006; 23-45).

A atividade de fabricação de laminados e de chapas de madeira é a mais representativa do APL, tanto em número de estabelecimentos, 35,3%, como em número de empregos, 55,9%. O APL representa 48% dos estabelecimentos e 62,3% dos empregos gerados nas atividades extrativistas e de indústria da transformação da região. A participação na atividade econômica total da região é de 19,0% nos estabelecimentos de 43,7% nos empregos (IPARDES, 2006; 23-45).

As empresas ainda demonstram pouca iniciativa para realizar investimentos na promoção de inovações de produtos, essa característica ocorre frequentemente com os novos empreendedores. Para eles essas ações é fator determinante para seu potencial competitivo, tanto para incorporação de novas tecnologias, introdução de novos produtos para o setor ou projetos de novos estilos. Ao passo que para as microempresas representam pouca importância à introdução de inovações O Arranjo Produtivo Local de móveis de Rio Negro é formado pelos municípios de Agudos do Sul, Campo do Tenente, Piên, Lapa, Mandirituba, Quitandinha e Rio Negro. (IPARDES, 2007; 3-9).

As empresas que formam a aglomeração produtiva estão classificadas nas atividades de exploração de madeira, desdobramentos e fabricação de esquadrias de madeira, casas de pré-fabricadas, fabricação de laminados e chapas de madeira compensada, fabricação de artefatos de tanoaria e embalagens de madeira, fabricação de artefatos diversos e fabricação de móveis com predominância de madeira. As atividades do APL vão desde o plantio da madeira, ou seja, reflorestamento até a produção final de móveis e artefatos de madeira.

O APL conta com 167 empresas que estão ligadas as atividades dos segmentos de madeira e móveis, das quais 161 são definidas como micro empresas, três de médio porte e três de grande porte; estas são responsáveis em conjunto pela geração de 4.181 empregos formais na região (IPARDES, 2006; 23-45).

Notou-se que a instituição dos APLs madeireiros no Paraná ainda é um fato recente, os empresários dos complexos produtivos vem participando timidamente dos processos que envolvem a funcionalidade dos APLs, e em função disso o processo de fortalecimento e reconhecimento dos arranjos produtivos se tornam lentos.

1.4 A INDÚSTRIA DO MATE

1.4.1 A Gênese do Mate

A erva-mate é uma árvore nativa das florestas subtropicais do Sul do Brasil, chamada em outros tempos de Congonha, a erva-mate (*Ilex paraguariensis*) era consumida pelos indígenas paranaenses e da Região Sul, em forma de “chimarrão” de um período anterior à chegada dos conquistadores europeus. Conforme Gomes (1953) os índios a chamavam de “caa”, e os espanhóis já a conheciam quando fundaram as cidades guairenses de Ciudad Real Del Guairá e Vila Rica do Espírito Santo, ambas em território paranaense.

A exportação de erva-mate se tornou possível e economicamente viável graças ao surgimento de inúmeros moinhos que funcionavam no litoral e também no planalto de Curitiba. O primeiro engenho que se tem registro foi montado pelo espanhol Francisco Alzagaray, que chegou a Paranaguá em 1820, conforme citação de Wachowicz (1986). Vários outros espanhóis seguiram seu exemplo e se instalaram na região.

“(...) num engenho de mate empregava-se mão-de-obra livre e escrava (...) quase tudo obedecia ao trabalho manual e eram pagas aos trabalhadores livres, diárias a partir de 2\$000, sendo que um maquinista não ganhava mais de 100\$000 por mês. De maneira geral, o engenho a vapor socava 40 cestos de erva por dia, ao passo que o movido à água ia pouco além de 30”.
(SANTOS, 2001, p.51)

Movidos inicialmente por rodas d'água, os engenhos atuavam como moinhos, refinando a erva-mate inicialmente preparada nos ervais. Neles era empregada mão-de-obra escrava e também livre e assalariada. Os escravos eram utilizados principalmente nos engenhos de soque da erva, de acordo com Santos (1995). Segundo os registros conforme os engenhos foram mecanizados e dotados de maior aparato tecnológico, com motores a vapor, por exemplo, a mão-de-obra escrava foi gradativamente diminuída. Para o trabalho no engenho foram exigidas uma qualificação e habilidades cada vez mais especializadas, bem como uma motivação que a escravidão não proporcionava. Essa transformação foi possível com as políticas da imigração europeia que começaram a chegar ao Paraná a partir da segunda metade do século XIX. O uso do

motor a vapor desobrigou os engenhos da necessidade de buscar fontes d'água com capacidade hidráulica suficiente para fazê-los funcionar.

A leitura das pesquisas sobre o Ciclo do Mate, afirmam que a modernização definitiva do setor da erva-mate ocorreu pela ação do engenheiro **Francisco Camargo Pinto**, que devido as suas habilidades técnicas-mecânicas, adquirida nos estudos do arsenal da Marinha de Guerra, além de especialização feita na Inglaterra e Alemanha. A sua ação e percepção inovadora transformou os engenhos rústicos em indústria de beneficiamento da erva-mate.

De volta ao Brasil, a partir de 1878, Francisco Camargo Pinto, dedicou-se a aperfeiçoar e a desenvolver máquinas destinadas ao trabalho de beneficiamento da erva-mate. Ele foi responsável pela instalação do Engenho Tibagy, pertencente a Ildefonso Pereira Correia, que ficou conhecido como *Barão do Serro Azul*, onde pode ser promovida uma verdadeira revolução nos equipamentos e no processo de produção deste. Segundo Wachowicz (1986), as instalações do Engenho Tibagy foram transformadas de engenho para indústria, no exato sentido que a palavra transmite. Suas principais inovações foram:

- a) Esmagador ondulatório;
- b) Separadores por ventilação;
- c) Torrador mecânico;
- d) Elevadores e transformadores helicoidais, etc.

A atividade do Ciclo do Mate para os economistas e geógrafos econômicos é considerada como à primeira fase da industrialização paranaense. Sua implantação ocorreu na fase “B” do Primeiro Kondratieff, justamente durante a crise recessiva europeia, aonde capitais argentinos e espanhóis vieram se proteger em novos empreendimentos. Coincidindo também com a Primeira Dualidade Brasileira, estudada por Rangel (1957), onde os capitais escravistas latifundiários se aliam aos capitais comerciais, esses aliados dos Capitais industriais da Europa.

O número de engenhos que existiram no Paraná no século XIX, segundo Wachowicz (1988, p.128), “(...) em 1853, possuía o Paraná 90 engenhos de beneficiamento do mate (...)”; Oliveira (2001, p. 27) cita que “(...) Por ocasião da Emancipação Política da Província do Paraná [1853] encontravam-se em Morretes 47 engenhos de erva-mate e em Curitiba, 29 (...)”.

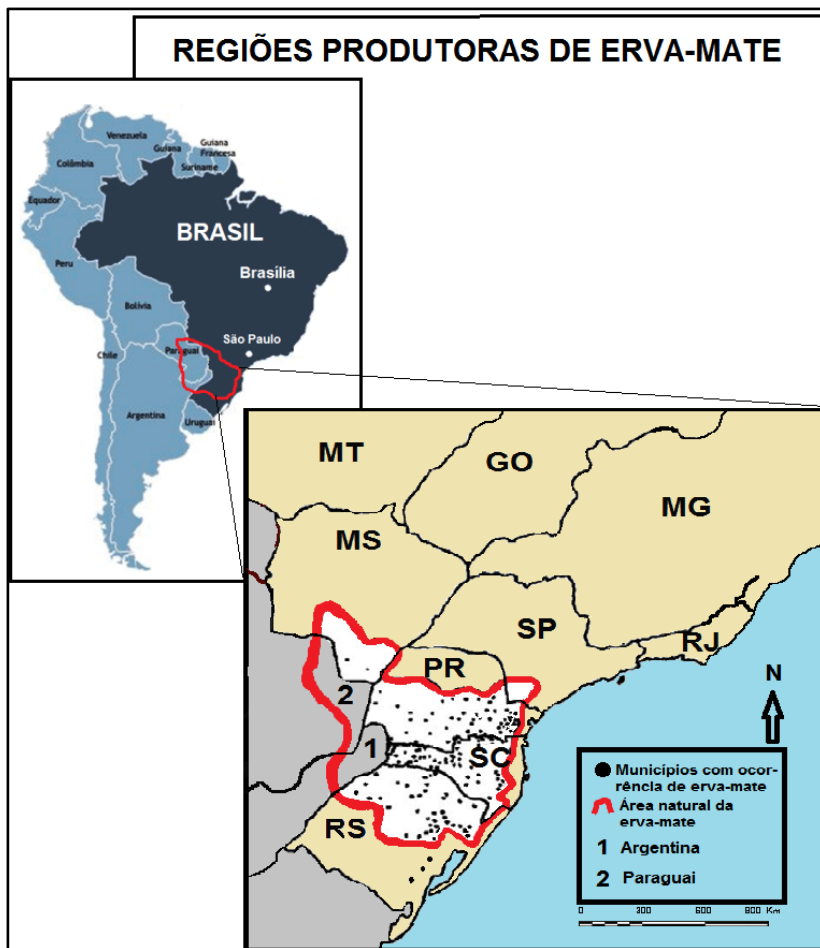


FIGURA 14. Crocetti elaborado a partir dos dados de DANIEL, 2009.

A partir dessas análises, e interpretando a tipologia da indústria Iniciada na Grã-Bretanha no século XVIII, onde o processo de industrialização caracterizou-se basicamente pela utilização de máquinas na atividade de produção de bens e serviços. Onde ocorreu uma intensa substituição sistemática da força e da habilidade humana por máquinas ou engenhos mecânicos com o parcelamento e a divisão da produção. A esse modelo de mecanização da produção, esse conjunto de processos foi batizado de *Revolução Industrial*. E é justamente o que ocorreu com a atividade do Mate, essa passagem do artesanato, da manufatura, para a

maquinofatura, ou seja, a migração do modo fabril escravocrata para a Indústria moderna.

Embora alguns autores, principalmente romancistas e jornalistas encistem em afirmar que não se trata de uma atividade industrial. Embora não qualifiquem suas afirmações, e nem fazem um tratamento técnico científico para qualificar suas afirmações.

1.4.2 O Mate e o Desenvolvimento do Paraná

Mas o mate tornou-se muito mais do que uma mercadoria de exportação. Com o mate nasceu; uma nova oligarquia burguesa industrial tomou seus contornos e assumiu o controle político quando a monarquia foi substituída pela República no Brasil.

QUADRO 5
PRODUÇÃO DE ERVA-MATE MERCOSUL (1975-2009) (toneladas)

Anos	PR	PR/BR	SC	RS	MS	Brasil	AG	PY	UR
1975	30.587	33%	32.709	30.493	1.320	94.695	-	-	-
1980	43.800	42%	30.347	28.218	2.639	105.004	-	-	-
1985	45.708	43%	38.050	30.556	3.818	108.132	-	-	-
1990	51.695	35%	49.959	44.404	4.765	150.823	155.230	57.812	21.416
1995	59.122	29%	79.350	63.412	2.281	204.065	260.718	63.364	33.836
2000	109.575	63%	39.967	23.234	1.706	174.481	285.000	58.743	26.058
2005	139.657	59%	61.635	37.173	404	238.869	239.907	74.000	23.449
2007	156.444	70%	40.559	28.603	352	225.957	270.000	87.500	30.295
2009	156.563	72%	36.493	24.764	282	218.102	232.948	94.872	34.567

Fonte: FAOSTAT 2009, IBGE/IBDF/DERAL-CEPA/PR, 2011.

A fase da dominação do mate na economia paranaense representou a prosperidade e a expansão para o Paraná como um todo. As fronteiras econômicas – que vinham se estendendo em direção ao oeste desde o século XVIII – foram firmemente assentadas nas margens do rio Paraná, que divide o Paraná da República do Paraguai. Ferrovias foram construídas e imigrantes europeus foram estimulados a vir para a região pelo Governo. Companhias privadas estabeleceram uma agricultura de pequenos fazendeiros e colonizadores, que vendiam o seu

excesso de produção em mercados locais e nacionais. E Curitiba se consolidou como um centro comercial e industrial desta conjuntura econômica dinâmica.



FIGURA 15. Crocetti elaboração com dados da PPEVS do IBGE, 2009.

A erva-mate manteve-se como principal produto do estado durante o período entre a emancipação política do Paraná 1853 até a Crise Geral do Capitalismo de 1929, chegando a representar 85% da economia paranaense.

Hoje o Paraná é o maior produtor de erva-mate do País, responsável por 72% da produção nacional. Segundo a Pesquisa da Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura de 2009, realizada pelo IBGE, que revelou ainda que dos 20 principais municípios produtores, 15 deles são paranaenses. O município de São Mateus do Sul se destaca

como o maior produtor de erva-mate do País e responde por 14% da produção nacional. Ver quadro 5 que demonstra a produção de erva-mate na região produtiva, ver Fig. 15 que espacializam a área de produção.

Seguido por Cruz Machado e Paula Freitas, também são considerados grandes produtores respondendo por 9% e 6,2% respectivamente da produção nacional. Demais cidades ver na Fig. 15.

A cadeia produtiva da erva-mate movimentava cerca de R\$ 115,6 milhões por ano, o que em 2007 representou 4% do Valor Bruto da Produção (VBP) dos produtos florestais. O produto é utilizado para produção de bebidas como chimarrão, chá-mate, refrigerantes e sucos como também na produção de medicamentos, produtos de higiene geral, de uso pessoal e como insumo para alimentos.

QUADRO 6

Maiores Concentrações de Unidades Industriais Ervateiras no Paraná 2009	
Município	Quantidade Indústria
Bituruna	5
Cascavel	4
Cruz Machado	6
Curitiba	3
General Carneiro	3
Prudentópolis	3
São João Triunfo	4
São Mateus do Sul	11
União da Vitória	3
Total	42

Fonte: DERAL-PR, 2009.

A erva-mate é utilizada como excelente bactericida e antioxidante hospitalar e doméstico além de esterilizante. Pode ser usada ainda no tratamento de esgoto e reciclagem do lixo urbano. Em produtos de uso pessoal, a erva-mate é utilizada para fabricação de desodorantes, cosméticos, perfumes e sabonetes. Como insumo para alimentos, a erva-mate entra como ingrediente na fabricação de corantes naturais, conservantes alimentares, sorvete, balas, bombons, caramelos, chicletes e gomas.

No Paraná tem 209 empresas, desde os micros até grandes empreendimentos, que compram a produção dos agricultores. Conforme levantamento do Departamento de Economia Rural do Paraná (DERAL-PR), o preço da erva-mate é compensador ao produtor paranaense que

está recebendo em média R\$ 5,15 a arroba. Os principais clientes da erva-mate nacional são os países do MERCOSUL, sendo que o Uruguai é responsável por 85% das exportações brasileiras, seguido pelo Chile, que recebe 11% das exportações, além de Alemanha, Estados Unidos, Japão, Canadá, Síria, entre outros.

Segundo os dados oficiais do DERAL-PR, em 2009 o Paraná tinha 79 municípios com beneficiamento e industrialização da Erva-mate. Segundo os dados ocorria uma concentração de 42 unidades industriais, conforme tabela a seguir;

O fornecimento de erva-mate para a indústria ervateira no Paraná apresenta algumas características bem definidas.

- A demanda por erva-mate para chimarrão com cor verde acentuada levou a ampliação do período de colheita, realizada em duas épocas, safra e safrinha. Entretanto, esta mudança não alterou significativamente o sistema, pois a maior parcela do volume processado provém do período de safra, média de 68%;

- A maior parte da erva-mate verde processada nas indústrias é comprada de fornecedores (cerca de 80%); e o remanescente vem de ervais próprios;

- No que se refere ao tipo de erval, os nativos ainda respondem pela maior fração (60%) da erva-mate verde processada no Paraná. As regiões com maior produção são também as que possuem maior participação da erva-mate de ervais sombreados no volume processado.

Assim, pode-se afirmar que o setor industrial ervateiro trabalha com erva-mate nativa, colhida na safra e comprada de fornecedores, mostrando que pouco mudou na estrutura do setor nos últimos séculos, mantendo-se o perfil clássico ou tradicional da atividade ervateira. A origem do capital é caracterizada pela presença absoluta da PPM, que nas experiências bem sucedidas, que evoluíram para o beneficiamento industrial. Mas o controle da cadeia produtiva, distribuição e exportação ainda estão concentrados nas tradicionais indústrias de beneficiamento em Curitiba (Leão JR e Moinhos Unidos/Mate Real), onde predomina o capital local, em alguns casos já ocorre associação ao capital multinacional, em pequena escala.

1.5. Colonização e a Pequena Produção Mercantil

Introdução

“(...) Tratou-se do estabelecimento de milhares de pequenos agricultores independentes, artesãos, operários, pequenos comerciantes, que já praticavam uma significativa divisão social do trabalho (p. ex. agricultores compravam tecidos, instrumentos de trabalho, etc.), a partir da origem europeia, já em processo de industrialização (...). Esta pequena produção mercantil, que lembra o povoamento do Nordeste dos EUA no século XVIII, foi fator fundamental para entender o êxito da industrialização de Novo Hamburgo, Caxias do Sul, etc. no Rio Grande do Sul e de Blumenau, Joinville, etc. em Santa Catarina. Neste sentido, falar em modelo catarinense de desenvolvimento parece restritivo, pois o fator fundamental, a pequena produção mercantil transplantada da Europa no século XIX, ocorreu nas áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, e seu êxito contrasta com a fraqueza da industrialização até data recente nas áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaúcha, Campos de Lages, etc.). Diga-se de passagem, que é impossível entender mesmo a industrialização paulista sem fazer apelo à força da pequena produção mercantil existente dentro e fora das fazendas de café, como os estudos de caso estão demonstrando nitidamente (Franca, Limeira, Piracicaba, etc.)”.

MAMIGONIAN, A. *Indústria*. In: GAPLAN, Atlas de Santa Catarina, Florianópolis: 1986.

Rangel (1993; p. 7-12) demonstra como as condições naturais e humanas com o qual se depararam os exploradores europeus iriam influenciar na distribuição espacial dos modos de produção que se estabeleceram no continente americano. As Formações Sociais Coloniais podiam ser politicamente subordinadas, mas constituíram estruturas específicas ditadas pelas particularidades do meio natural e humano das diferentes regiões do Novo Mundo. O processo histórico

adquiriu uma especificidade, visto que as estruturas coloniais internas não se reduziram à mera projeção do capital mercantil. O modo de produzir dominante foi definido segundo as relações de produção – cujo elemento decisivo foi à propriedade dos meios de produção – e as forças produtivas que estabeleceram as possibilidades de cada área.

A pequena produção mercantil que se organizou nas áreas de colonização do Sul do Brasil, destacada por Mamigonian sobre o processo de industrialização do Brasil associada às características oferecidas pelo quadro natural, soube tirar proveito de condições internas favoráveis e propiciou uma dinâmica de desenvolvimento econômico distinta do latifúndio pastoril. Onde as fracas densidades populacionais ocasionavam uma baixa produtividade e um reduzido nível de consumo dos produtores diretos. (MAMIGONIAN, 1969; p.55-63).

1.5.1 A singularidade da Pequena Produção Mercantil

Cada localidade no Paraná teve seu desenvolvimento definido, em parte, pelas suas próprias forças resultantes de uma complexa trama de elementos de ordem natural e humana que atuam sobre os processos responsáveis pelas formações sociais as quais se singularizaram em razão de determinadas combinações. Além das características naturais favoráveis, tiveram condições econômicas privilegiadas, terras extremamente baratas, com financiamento em longo prazo e logística adequada para escoar a produção, por ferrovia e rodovia. Aliado mais tarde as políticas públicas, principalmente durante a gestão de Getúlio Vargas, onde as barreiras das divisas estaduais foram quebradas, permitindo uma integração e circulação intensa das mercadorias no território brasileiro.

Em nossas leituras chegamos à conclusão, que o Paraná tem basicamente duas grandes gêneses de ocupação do seu território, o *Latifúndio Feudal* e a *Pequena Propriedade Mercantil*. Como demonstramos a primeira forma de ocupação do Paraná se deu de 1530 até 1850, sob a forma de concessão de grandes áreas, sesmarias, latifúndios e outras formas da grande propriedade. Tanto no período do domínio Espanhol como Português, e depois da emancipação com as migrações europeias e a construção de colônias de povoamento, surgiram a PPM, que teve uma grande dinamização depois de 1930 com as políticas públicas de Getúlio Vargas. Que no Paraná foi tocada por Manuel Ribas.

(...) essa pequena produção mercantil, transplantada da Europa no século XIX, lembra o povoamento do nordeste dos Estados Unidos no século XVII e é fator essencial para se entender o desenvolvimento das áreas de colonização do Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina. Seu êxito industrial contrasta com a frágil industrialização até recentemente verificada nas áreas de pecuária extensiva (Campanha Gaúcha – RS e Lages – SC). Estudos recentes sobre a industrialização paulista também destacam a força da pequena produção mercantil existente dentro e fora das fazendas de café. E conclui acrescentando que “o apelo à interpretação schumpeteriana (o papel dos empreendedores) além de pobre, atende, em parte, às necessidades ideológicas dos grupos empresariais”.

(MAMIGONIAN, 2000; 4-5).

No Paraná e no Brasil existem muitos trabalhos que defendem a agricultura camponesa, e utilizam uma tipologia própria para classificar os estabelecimentos agrícolas como agricultura familiar não mercantil. Ora, a classificação por superfície, a regionalização por tipologia, acaba escondendo diferenças importantes no que se refere à situação da produção, serve para embelezar a situação do pequeno produtor agrícola e atenuar as contradições de classe:

(...) o agrupamento de acordo com a superfície classificou na mesma categoria explorações grandes e pequenas apenas por sua semelhança quanto à superfície da terra possuída; ele reúne explorações diversas, algumas com predomínio do trabalho familiar, e outras onde predomina o trabalho assalariado. Daí decorre o quadro radicalmente falso, que deforma por completo o estado real de coisas, mas que agrada bastante a burguesia; um quadro que atenua as contradições de classe no regime capitalista, donde um embelezamento não menos falso e não menos do agrado da burguesia, da situação dos pequenos agricultores, e uma apologia do capitalismo. (LÊNIN, 1934; p.63-64).

Esse disfarce da situação do pequeno produtor, que resulta da adoção de um agrupamento errado, e a presença das tendências centralizadoras do capitalismo no campo paranaense (e no Brasil).

Vamos utilizar uma classificação baseada na metodologia de Lênin, por analogia com a classificação estabelecida para a agricultura estadunidense. Dessa forma vamos classificar em três modalidades, estendendo ao Paraná esse critério.

Uma das modalidades é a classificação das propriedades de acordo com o tipo de produto e inserção no mercado, assim teríamos no Paraná três tipologias para classificar a PPM;

a) fracamente capitalistas - legumes, frutas, pecuária leiteira, verduras, aves e milho, com tamanho até 30 há, em média. Ressalva-se que a aplicação de tecnologia intensiva pode tornar uma pequena propriedade fortemente integrada ao capitalismo dinâmico, não sendo possível distinguir se uma pequena propriedade é fracamente capitalista ou fortemente capitalista.

b) mediamente capitalistas - produtos de estufa, cereais, milho, aves e suínos, com tamanho maior que 30 ha até 50 ha;

c) altamente capitalistas - laticínios, gado bovino e suíno, avicultura, cana-de-açúcar, soja, milho, trigo e café, com tamanho que supera os 50 ha.

Quadro 7 – Agricultura e Pecuária no PARANÁ/BRASIL 2009

Indicador	PARANÁ			BRASIL		
	Familiar	Agronegócios	Total	Familiar	Agroneg.	Total
Estabelecimentos	84%	16%	371.051	82%	18%	5.175.489
Valor da Produção	43%	57%	R\$ 15,8 Bilhões	38%	62%	R\$ 143,7 Bilhões
Área	28%	72%	15,3 milhões ha	24%	76%	329,9 milhões ha
Extensão Média	41 hectares			64 hectares		

Fonte: IBGE, 2011.

O século XX no Paraná inicia-se com o aprofundamento da crise do modelo implantado nas áreas de latifúndio tradicional, na Região Central do Paraná, no Sul do Paraná, bem como em Curitiba e no litoral do estado. Mas também começa com a expansão cafeeira no Norte do Paraná, baseada na pequena produção mercantil, e na migração de mineiros, paulistas e nordestinos. Os latifúndios remanescentes das oligarquias lusas paulistanas, e parte da colonização europeia entram em

crise, onde seus descendentes permanecem imersos num processo de estagnação econômica cujo quadro começa a se aprofundar com a Revolução de 1930. Com Getúlio Vargas é desencadeada grandes mudanças na estrutura econômica e política brasileira, aonde chegaram ao poder camadas sociais nacionalistas e tivemos a formação de um novo pacto político que uniu latifundiários feudais, ligados ao mercado interno e à burguesia industrial nascente, excluindo do poder os comerciantes de importação e exportação.

Na Fig. 16 fica evidente que as áreas de melhores solos progrediram, enquanto as áreas no Nordeste do Paraná, e Nordeste oriental (Vale do Ribeira), são as regiões mais deprimidas economicamente. O Vale do Ribeira é a região mais deprimida e isolada do estado, ainda não possui ligação rodoviária pavimentada, e com ligação de balsa sobre rios mais caudalosos. A única atividade econômica se restringe a reflorestamentos de pinus, é uma das maiores áreas de reflorestamento do Paraná. Para superar essas dificuldades e os graves casos de perda de fertilidade e produtividade consequentemente, do solo, que foram responsáveis pela decadência de várias regiões agrícolas paranaenses.

Grande parte da degradação do solo foi decorrente de práticas de uso e manejo inadequadas, pois mesmo sendo a erosão um processo natural, fortemente ligada a fatores ambientais como, relevo, tipo de solo, clima, vegetação, regime das chuvas, etc.; são geralmente comprometidos em consequência das atividades humanas não planejadas, que alteram o balanço natural das combinações naturais, desencadeando uma série de problemas, tanto de ordem ambiental, como social. Desta maneira, as diversas formas e evolução das feições erosivas, decorrentes da ação da água das chuvas, assim como seus fatores de influência, foi objeto principal do trabalho do Simpósio Nacional de Controle de Erosão, realizado em Maringá em 1985, que sintetizamos aqui.

Essas interpretações assume ainda maior solidez com o diagnóstico dos impactos naturais causados em consequências da degradação das terras no Norte do estado do Paraná. Na região, a vegetação natural foi completamente alterada, devido à cafeicultura desenvolvida no passado, com práticas nada conservacionistas, como queimadas, plantio morro a baixo, não recomposição dos nutrientes do solo; são responsáveis pela insustentabilidade da atividade. Com o declínio da cafeicultura, restaram recobrando as encostas pequenos fragmentos secundários de vegetação e extensas áreas da região estão cobertas por gramíneas. Que são usadas como pastagem, em virtude da

modificação da atividade econômica, as atividades agropastoris, que devido ao intenso pisoteio, marcam a paisagem com profundos ravinamentos e um elevado número de voçorocas, em algumas áreas.

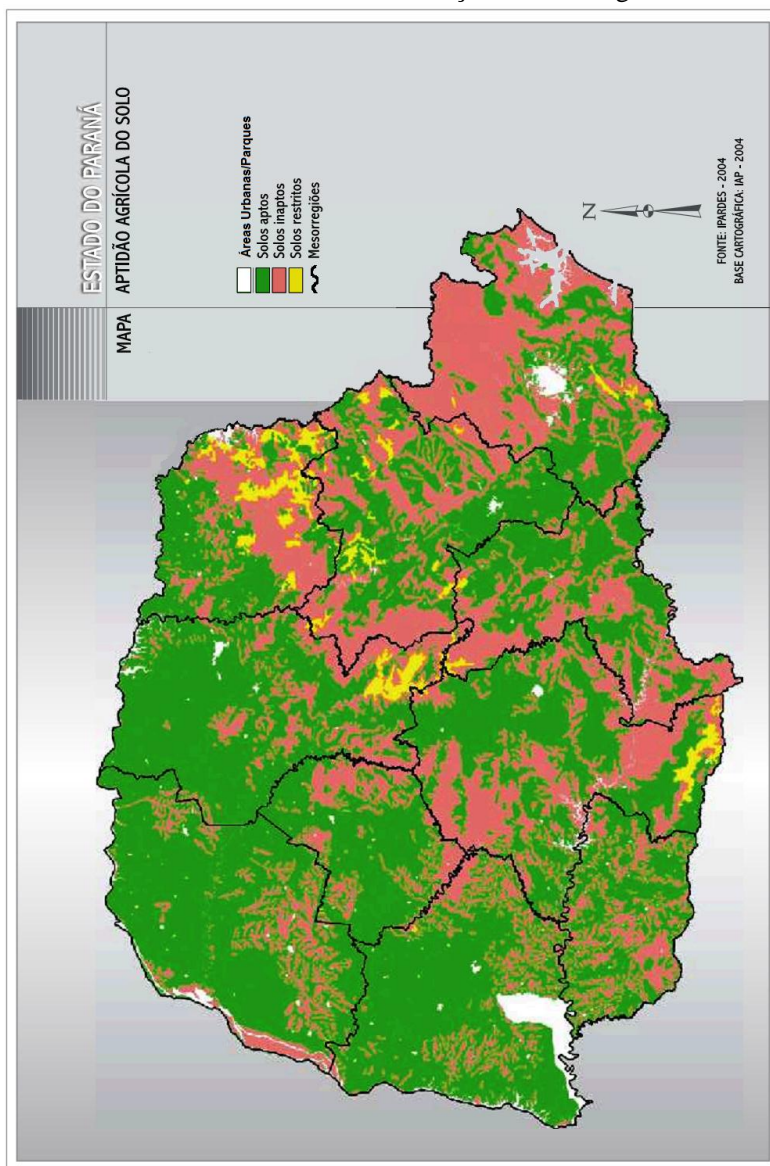


FIGURA 16, Mapa da aptidão agrícola do solo no Paraná, IPARDES, 2005.

Desde o início da ocupação do território paranaense, não se teve uma preocupação na manutenção e preservação dos solos destinados para a agricultura, desta forma, não se criou nos agricultores preocupações conservacionistas, visando o futuro, trazendo graves problemas principalmente ao noroeste do estado. Como as fronteiras agrícolas do Paraná já se encontra nos seus limites máximos, a preservação e conservação tornam-se o fator de garantia da continuidade da produção agrícola, possibilitando melhores condições sociais e econômicas para todo o estado (BIGARELLA E MAZUCHOWSKI, 1985; 01-19).

É a partir da integração de informações e conhecimentos, até então levantados, que se poderão definir formas de uso e ocupação do solo de maneira mais racional e sustentada na manutenção do ecossistema. Para isso, claras e definidas linhas devem ser traçadas, redirecionando as relações vigentes da atual sociedade com o meio ambiente. (BIGARELLA E MAZUCHOWSKI, 1985; 93-121).

De acordo com Bigarella e Mazuchowski (1985) a intensidade do escoamento superficial das águas está relacionada com a sua velocidade, que é variável, por vários fatores. Em vertentes de maior gradiente, a força gravitacional potencializa o processo, sendo justamente da velocidade das águas do escoamento, que depende a capacidade e a quantidade de sedimentos a ser transportados. Os autores destacam ainda, que a erosão acelerada atua de forma mais efetiva nas vertentes de maior dissecação, as com predominância de textura arenosa, àquelas utilizada pela agricultura de modo inadequado e as desprovidas de vegetação.

Para Bigarella e Mazuchowski (1985), a alta fertilidade dos solos paranaenses, favoreceu a destruição da vegetação nativa e, que a erosão começou a assumir proporções preocupantes após mudanças na cobertura vegetal local, frente às mudanças físicas ocasionadas no solo. Destacam que os menos de 5% da mata nativa restantes no Paraná encontram-se em frequente ameaça, por interesses políticos diversos, especulação imobiliária, falta de disseminação da importância da preservação, etc.

Nestes filetes, Bigarella e Mazuchowski (1985) afirmam que o material mais leve é transportado por suspensão e o grosseiro por arraste ou saltação e a sedimentação que ocorre com a diminuição da energia do fluxo é formada basicamente pelos materiais de granulométrica mais grosseira. As finas como a argila e o silte, por serem mais leves, não necessitam do dispêndio de elevada energia para o seu transporte, que

pode ocorrer com fluxos extremamente lentos, por isso atinge os canais fluviais com certa facilidade, dando a estes um aspecto turvo e barrento.

Bigarella e Mazuchowski (1985) argumentam ainda que uma ampla compreensão sobre a evolução das voçorocas se faz necessário, um conhecimento sobre o material afetado, mapear os fluxos de água nas imediações das cabeceiras, identificando como está ocorrendo seu recuo, podendo chegar desta forma a diagnósticos mais precisos, visando um melhor controle do problema.

Para reverter esse quadro de degradação do uso do solo na região noroeste, principalmente, a temática erosiva deve ser vista e estudada de maneira integrada, contemplando o ponto de vista físico, biológico assim como a parte social e humana. Pois é a ação do homem que reflete o uso do solo, e é a partir destas ações, que se deve materializar o combate e a correção dos processos erosivos. As propostas e decisões a serem tomadas, devem contemplar antes de tudo, um uso racional do solo, baseados em novas tecnologias de exploração, que devem responder as expectativas dos produtores em termos de produção e produtividade. Desenvolvimento agrícola aliado à conservação do solo atinge efetividade quando implantado com técnicas que visem à melhoria das condições sociais e econômicas no campo.

O movimento revolucionário “de 1930 teve relação direta com o período depressivo do 3º Kondratieff (1920-1948) e com o fim da hegemonia industrial britânica e da economia agroexportadora, inaugurando o período de expansão da economia nacional sob dinamismo próprio, que interessava tanto às oligarquias rurais regionais voltadas ao mercado interno, como aos industriais que puderam acelerar o processo de substituição de importações”.

(MAMIGONIAN, 2009; p. 45).

Por outro lado às áreas mais desenvolvidas (Norte, Oeste, Sudoeste e parte da região Central), foram beneficiadas por uma combinação do meio natural, de condições econômicas privilegiadas, terras extremamente baratas, com financiamento em longo prazo e logística adequada para escoar a produção, por ferrovia e rodovia. Tudo isso associada à cultura das Formações Sociais, que possibilitaram um desenvolvimento mais sustentável. Sem falar das políticas públicas de financiamento que garantiram o sucesso dos empreendimentos, mesmos

nos momentos mais críticos das crises gerais do capitalismo e das rupturas políticas.

A nova situação política e econômica deflagrada a partir de 30 imprimiu um acelerado processo de industrialização e de integração do território nacional através da implantação de um sistema rodoviário nacional, consolidando o desenvolvimento industrial e comercial das áreas de colonização europeia. Os estabelecimentos industriais iniciados modestamente pelos imigrantes souberam tirar partido da crise depressiva pela qual o capitalismo mundial passava na época, aproveitando-se da queda das importações para ampliar seus mercados consumidores. No Paraná isso fica evidente pela quantidade de comércio e pequenas indústrias que surgem do final de século XIX e início do XX, (1880-1940).

Quanto à recessão mundial, o Brasil respondia com uma substituição industrial de importações que, para se desenvolver e se consolidar, necessitava de medidas que impulsionassem a unificação do território nacional, rompendo as barreiras regionais.

Vladimir Lênin (1985) têm consistentes estudos sobre a transformação de economias naturais em mercantis, a expansão do mercado interno e o desempenho da pequena produção mercantil. A transformação de economias naturais em mercantis – segundo Rosa de Luxemburgo (1985)–, está pautada em constantes batalhas expressas na violência, no esgotamento e na aniquilação das formas não capitalistas, comandada por grandes companhias capitalistas. A primeira batalha é a luta contra a economia natural nas regiões onde ainda havia as trocas simples, a caça, a pesca, o artesanato e a agricultura de subsistência. O objetivo das companhias capitalistas nessa luta é apoderar-se das riquezas naturais (minérios, florestas, produtos vegetais, caças e outros), liberar a força de trabalho, transformando-a num exército de reserva, introduzir a economia mercantil e separar a agricultura do artesanato.

Lênin nos ajuda a esclarecer as condições históricas e sociais dos imigrantes que colonizaram o Brasil meridional, que não podem ser classificados como camponeses, pois, quando da sua partida, a Europa estava num rápido processo de desintegração social e econômica do regime camponês. Apesar de estudar somente a Rússia, a desintegração do camponês foi uma realidade em toda a Europa, onde houve a penetração das relações capitalistas nas sociedades rurais. Os imigrantes que chegaram ao Paraná, para iniciar uma nova etapa das suas vidas, não repuseram formas sociais antigas, ou seja, camponesas, mas, sim, avançaram com a reprodução de núcleos coloniais pautados no capitalismo.

Destacamos a ocupação territorial dos Sertões de Curitiba durante os séculos XVIII e XIX, o aniquilamento das populações indígenas e a fundação de fazendas para a criação de gado. No século XIX, tivemos, em vários momentos, a colonização de imigrantes europeus e a formação de vilas ao longo dos Vales do Iguaçu e do Negro. O início da exploração racional da erva-mate, a construção de vias de comunicação e a proliferação da pequena produção mercantil nos núcleos de colonização imigrante criaram as condições materiais para a formação de um amplo mercado interno, de forças produtivas e do capitalismo.

Quando floresceram as atividades madeireiras e ervateiras, no início do século XIX, pouco se alteraram a vida material e a divisão social do trabalho, pois, como vimos o corte e o beneficiamento da madeira e erva-mate eram feitos por técnicas rudimentares e demandavam poucos instrumentos de trabalho.

1.5.2 Contradições Pequena Produção Versus Agronegócio

Nos anos 1990 se populariza no Brasil o termo agronegócio (tradução literal do termo inglês *agribusiness*) cujo sentido designa, a princípio, um conjunto de ações ou transações comerciais (produção, industrialização e comercialização), ou seja, negócios relacionados à agricultura e à pecuária. Como o termo foi cunhado para o contexto agropecuário estadunidense, a tradução do conceito trouxe, desde o início, a carga do modelo, designando um conjunto de atividades agropecuárias em grande escala desenvolvidas em grandes extensões de terra (mesmo que a origem seja o *family farming* estadunidense).

A defesa do termo é calcada na noção de que há uma cadeia de negócios, constituindo-se a agropecuária de atividades produtivas que não podem ser analisadas isoladamente (BATALHA & SOUZA FILHO, 2003; p.46-47).

Consequentemente o termo designa os negócios agropecuários propriamente ditos (envolvendo os produtores rurais), também os negócios da indústria e comércio de insumos (fertilizantes, agrotóxicos, máquinas, etc.) e a comercialização da produção (aquisição, Industrialização e/ou beneficiamento e venda aos consumidores finais).

Por um lado, o termo refere-se a uma associação de diferentes etapas da produção (produção, processamento, armazenamento e distribuição), ou seja, é um processo de integração horizontal: por outro lado foi apropriado por determinado segmento no Brasil para designar tecnificação (uso de tecnologia moderna) e escala na agropecuária. Consequentemente está explícita ou implicitamente relacionado à

modernização e passou a ser usado para indicar eficiência de ganhos em produção e produtividade é um elemento chave na inserção competitiva (JANK, 2005; p. 26) no mercado globalizado.

Por sua vez a pequena produção mercantil ou agricultura familiar brasileira que é extremamente diversificada, inclui tanto famílias que vivem e exploram minifúndios em condições de extrema pobreza como produtores inseridos no moderno agronegócio e objetivam gerar renda superior, muito superior ao que se define por linha da pobreza. A diferenciação também está associada à inserção dos grupos em paisagens agrárias muito diferentes uma das outras, ao acesso diferenciado aos mercados e à inserção socioeconômica dos produtores, que resultam tanto das condições particulares dos vários grupos como de oportunidades criadas pelo movimento da economia como um todo, pelas políticas públicas etc. As diferenças são tantas que talvez seja um equívoco conceitual seguir tratando grupos com características e inserção socioeconômicas tão distintas sob o mesmo rótulo — agricultores familiares — apenas porque têm um traço comum: utilizar majoritariamente mão-de-obra familiar.

Ainda segundo Alentejano (1997);

[...] esta imposição ideológica da modernização passa pelo conhecimento do agricultor no que diz respeito à superioridade das formas modernas de produzir frente às tradicionais, dominadas pelo campesinato. Seu impacto é expressivo, pois, além de reforçar a expropriação econômica representa uma forma de expropriação do saber, pois torna os camponeses dependentes, uma vez que não mais dominam as técnicas e os processos produtivos. (ALENTEJANO, 1997, p. 26).

Mas nos últimos anos, torna-se consenso no Brasil e no exterior, no setor produtivo, político e acadêmico, ligados à produção e à comercialização de produtos agroindustriais, a ideia que a competitividade da agropecuária depende de uma estrutura coordenada de agentes econômicos e sociais que permita que seus produtos sejam transformados e disponibilizados aos consumidores finais em condições adequadas de aquisição e de consumo. Também é reconhecido que um ambiente institucional favorável e estável é imprescindível para que isso aconteça. A agricultura familiar não está fora desses condicionantes. (BUAINAIN, 2006; p.15-16).

A chamada visão romântica, que os agricultores familiares o são por tradição e opção, e às vezes por imposição, classificados como uma atividade cujos objetivos incluem desde a preservação do patrimônio para as gerações futuras até a geração de ocupação para os membros da família. Diante desse quadro é vista como paradigma de uma racionalidade econômica própria, não é vista como uma atividade que gera lucro, e que sofre restrições reais enfrentadas no passado e no presente, por tanto em hipótese nenhuma buscam a maximização do lucro. Só sua própria reprodução!

“(...) daí deriva todo um conjunto — falso, diga-se de passagem — de supostas vantagens éticas, ambientais e sociais da agricultura familiar, que vão desde a ausência de exploração do semelhante até a relação mais harmônica com a natureza.”

(SOUZA FILHO et al. :, 2002; p. 5):

A análise do grau de especialização confirma que os agricultores familiares adotam a estratégia de diversificação em graus variados. Apenas 11,5% dos estabelecimentos foram classificados como *muito especializados*. Vale dizer, o principal produto respondia por 100% do Valor Bruto da Produção (VBP). Outros 30% eram *especializados*, e o principal produto era superior a 65% do VBP. *Especializado* e *diversificado*, em conjunto, representavam quase 60% dos estabelecimentos. Apenas uma minoria é muito especializada, e a maioria se distribui entre especializados e diversificados. Ver tabelas 2 e 3.

Nas tabelas 2 e 3 podemos verificar as diversidades estruturais na pequena produção mercantil no Brasil, sua variação regional, o uso de tecnologia, insumos industrializados e uso da força mecânica para produzir, seu valor de produção por região.

Ainda nessa linha de apropriação o uso corrente do termo “agronegócio” no Brasil, explica – ou deseja expressar – as atividades agropecuárias que utilizam técnicas de produção intensiva (mecanização e química) e de escala, o que gera aumento da produção e da produtividade. Desde o início seu uso deu-se em contraposição tanto à lógica do latifúndio, as grandes extensões de terras utilizadas apenas como reserva de valor. Em contradição à da produção de subsistência, atividades agropecuárias de menor escala e com menos capital investido, ou seja, “produtores menos eficientes” e não plenamente ou competitivamente integrados ao mercado. (SAUER, 2008; p.14-23).

TABELA 2 Agricultores familiares: acesso à tecnologia e à assistência técnica

Brasil	Região				Nordeste	Utiliza Assistência Técnica	Usa Energia Elétrica	Uso de força nos trabalhos			
	Sul	Sudeste	Norte	Centro-Oeste				Só animal	Só mecânica ou mec. + animal	Manual	
16,7	47,2	22,7	5,7	24,9	2,7						
36,6	73,5	56,2	9,3	45,3	18,7						
22,7	37,2	19,0	9,3	12,8	20,6						
27,5	48,4	38,7	3,7	39,8	18,2						
49,8	14,3	42,2	87,1	47,3	61,1						
36,7	77,1	60,6	9,0	34,2	16,8						
17,3	44,9	24,3	0,7	13,1	6,3						

Fonte: Censo Agropecuário 2005 e IBGE e FAO/INCRA, 2011. Dados preliminares.

Aqui reside uma questão central na adoção do aparato tecnológico da Revolução Verde e na implantação do atual modelo agropecuário. Ou seja, a opção por um sistema produtivo baseado no uso intensivo de técnicas consequentemente voltado apenas para um pequeno segmento “altamente capitalizado” (graças aos subsídios governamentais, obviamente). Avaliando esse modelo. Alentejano (1997) afirma que;

[...] o padrão tecnológico adotado e difundido não se adequa às necessidades da pequena produção e as razões para isto são simples: as características estruturais da agricultura familiar brasileira não se adequam ao padrão tecnológico disponível: o processo não foi feito para os pequenos. De um lado, características como limitada disponibilidade de terras para uso de máquinas, condições ecológicas adversas – piores terras –, policultura, insuficiência de recursos para investimentos e mão-de-obra numerosa dificultam o acesso à moderna tecnologia. (ALENTEJANO, 1997, p. 23).

É importante considerar que a adoção ou a imposição do aparato tecnológico não é fruto só da ação ou lógica do mercado, isto é não é apenas resultado de processos econômicos e financeiros que levaram a ganhos a incorporação de rendimentos e, por conseguinte, a mais investimentos em novas técnicas. Além do fundamental apoio de políticas públicas (subsídios, incentivos fiscais, assistência técnica, pesquisas e outros fatores) amplamente analisadas por (MARTINS, 1994; SILVA, 1994). O processo de modernização foi resultado também de imposições ideológicas e simbólicas sobre a esmagadora maioria da população rural.

**TABELA 3 –
Agricultores familiares:
estabelecimentos, área e
VBP – segundo as regiões
(% sobre o total da
agricultura dentro da
região)**

Categorias	Estabelecimentos		Área Total		VBP		%FT s/Total
	Total	%	Há	%	R\$ mil	%	
Nordeste	2.055.157	88,3	34.043.218	43,5	3.026.897	43,0	26,8
Centro-Oeste	162.062	66,8	13.691.311	12,6	1.122.696	16,3	12,7
Norte	380.895	85,4	21.860.960	37,5	1.352.656	58,3	38,6
Sudeste	633.620	75,3	18.744.730	29,2	4.039.483	24,4	12,6
Sul	907.635	90,5	19.428.230	43,8	8.575.993	57,1	43,3
Brasil	4.139.369	85,2	107.768.449	30,5	18.117.725	37,9	25,3

Fonte: IBGE Censo Agropecuário 2005, dado preliminar e sujeito a alteração, 2011.

No início dos anos 1990 a dinâmica sociopolítica do meio rural brasileiro – historicamente marcada por disputas entre grandes proprietários (setor patronal e suas entidades de representação) e setores marginalizados – estabeleceu uma oposição entre os conceitos de agronegócio e de agricultura familiar. Esse contexto e as estratégias de legitimação resultaram no uso corrente e dominante do termo agronegócio como um processo de modernização tecnológica excludente e de apropriação e/ou concentração da terra e da renda.

Associando o conceito ao modelo agropecuário dominante adotado com a implantação da Revolução Verde. Esse termo expressa conseqüentemente um antagonismo político e simbólico à agricultura familiar ou camponesa.

Considerando-a uma forma arcaica e pouco eficiente de produção e cultivo da terra especialmente pela não incorporação de certa racionalidade técnica.

Essa imposição é possível porque mais do que uma simples incorporação de técnicas e aquisição de ferramentas (insumos químicos, máquinas e equipamentos), busca-se uma maior produção ou produtividade. (SAUER, 2008; p.14-23).

1.6. Expropriação, Colonização e Grilagem

1.6.1 Guerra pela posse da terra no Paraná

Introdução

As primeiras ocupações da Região Oeste e Sudoeste, como já esclarecemos, datam de 1557, com a fundação da Ciudad Del Guayrá (Fig. 5), pelos espanhóis, quando a região pertencia à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas. Em 1600, o governo espanhol de Assunção transformou a cidade em sede da Província Del Guayrá, que se estendia do rio Paranapanema aos rios Iguaçu, Paraná e Tibagi.

Os espanhóis foram expulsos da região pelas expedições saqueadoras dos bandeirantes paulistas, financiados pelos interesses da coroa portuguesa em 1632, voltando a ser desbravada em 1730 pelo tropeirismo. O tropeirismo se constituiu em um movimento de colonização caracterizado por uma grande transferência de colonos povoadores de São Paulo para as invernadas ao longo do caminho das tropas. Durante esse ciclo essa constante movimentação de tropas entre Rio Grande do Sul/São Paulo, e São Paulo/Rio Grande, criou as condições necessárias para o povoamento permanente.

A marcha de ocupação do Oeste do Paraná deve muito ao tropeirismo. Outro movimento importante para a colonização da região foi constituído pelas OBRAGES (Sedes Administrativas das Companhias Extrativistas), possuidoras ou exploradoras de erva-mate e madeira. O deslocamento de animais era feito em grupos, que recebiam o nome de tropa. Esses grupos não fizeram outra coisa senão a exploração de erva-mate, plantio de café e extração de madeira.

Desde o Contestado, crescera no Paraná a oposição ao autoritarismo e à política de terras. Em 1922, o capitão Plínio Tourinho, comandando uma companhia, chefiou na área militar o movimento democrático contrário à investidura de Artur Bernardes. Com o apoio de trinta e oito oficiais da guarnição, marcou para 22 de abril de 1922 o dia para o levante. A sublevação seria dois meses antes da Revolta do Forte de Copacabana, mas ante a vacilação de um dos comandantes do batalhão, fracassou.

Mas em março de 1924, Tourinho entrou em entendimento com o general Isidoro Dias Lopes que veio ao Paraná em busca de apoio. E o general sem esperar que Tourinho concretizasse a ação através de consulta à oficialidade, cometeu o grave erro de deflagrar a ação sem a participação do Paraná, essencial para o êxito da sublevação. Por outro

lado, em 1930, o povo paranaense saiu às ruas em apoio à revolução de Vargas, é Plínio Tourinho o comandante das tropas contrárias ao governo das oligarquias. A vitória do movimento rebelde foi assegurada pelos paranaenses, ao dominarem as forças legalistas em Santa Catarina, dando passagem aos gaúchos, e sendo vitoriosos em Sengés e em Itararé.

A história da ocupação do Oeste, Sudoeste e Norte do Paraná são marcados por lutas, por definição de limites, divisas e fronteiras de um lado, e de outro, lutas para garantir o direito de uso da terra. Justamente em áreas, recentes, do final do século XIX e XX, exatamente nas áreas de implantação de colônias e assentamentos da Pequena Propriedade Mercantil. Várias foram às escaramuças, algumas contra o Estado que legitimava a concessão de novos latifúndios, em detrimento aos assentamentos familiares, e principalmente contra negociatas das oligarquias paranaenses. Muitas vezes executadas pelo próprio poder executivo, através dos aparelhos do Estado através da força policial.

Uma das mais marcantes é a Revolta dos Posseiros de 1957, levante agrário que envolveu colonos, posseiros, companhias de terras e os governos federal e estadual. Trata-se de um assunto complexo, cujos primeiros conflitos e manifestações pela posse de terra iniciaram bem antes de 1957.

As décadas de 1950 e 1960 foram repletas de conflitos agrários no Paraná, frutos do descaso e/ou irresponsabilidade do governo. A disputa de terras foi um dos principais problemas enfrentados pelo governador do Paraná em exercício, Moysés Lupion.

Mas como não é objeto de nossa análise, vamos trabalhar só com alguns conflitos, que julgamos ser indispensáveis.

1.6.2 Guerra de Porecatu ou (Revolta do Quebra Milho)

Nas décadas de 1940 e 1950 houve no Paraná um conflito de terras de impacto nacional, denominado pela imprensa da época de “A guerra de Porecatu”. O conflito ocorreu em uma região encravada no Extremo Norte do Estado do Paraná, situada no vale do Rio Paranapanema. A colonização dessa região começou no final dos anos 1930 e início dos anos 1940, no contexto da nova política de terras implantada pelo Governo Vargas e conhecida como *Marcha para o Oeste*.

No início de 1940, Manoel Ribas disponibilizou para loteamento 120 mil hectares de terras devolutas, pertencentes, na época, a Porecatu, hoje espalhadas pelos municípios de Centenário do Sul, Miraselva,

Florestópolis, Jaguapitã e Guaraci. O objetivo era o desenvolvimento mais acelerado da região. Para publicitar publicou em órgãos de divulgação nacional anúncio de terras gratuitas, de primeira qualidade, para quem derrubasse a mata, plantasse, produzisse, pagasse impostos e nelas vivesse, no mínimo, por seis anos; após o que, o outorgado receberia o título definitivo da propriedade. Diante do anúncio, não foram poucos os pequenos lavradores que vieram para a área, e também não faltaram especuladores de todos os níveis. Sabedores da existência das terras de ninguém, grandes proprietários avançaram sobre elas de forma desordenada, o mesmo acontecendo com inúmeros pequenos lavradores. Nem tudo, porém, eram terras devolutas. Havia muitas propriedades particulares, devidamente, escrituradas. Na extensão da mata virgem que cobria a região, tornava-se impossível distinguir estas terras das terras devolutas de que o governo falava. Como consequência, o local transformou-se num caos.

É dentro deste contexto histórico que posseiros e pequenos proprietários, trabalhadores e colonos, vindos, sobretudo, do estado de São Paulo, atraídos pela perspectiva de melhores condições de trabalho e de vida e, principalmente, a posse da terra, vão se radicar naquele então quase desconhecido sertão do Norte do Paraná.

A chamada Guerra de Porecatu ou (Revolta do Quebra Milho) ocorreu no vale do rio Paranapanema, tendo como epicentro a Vila Progresso no então município de Porecatu em fins da década de 1940 e envolveu os Municípios: Porecatu, Centenário do Sul, Guaraci, Jaguapitã, Florestópolis e Miraselva, nos conflitos armados. (ver Fig. 17).

A Guerra de Porecatu foi um conflito entre posseiros e grandes proprietários de terras; apesar de não ter sido efetivamente uma guerra, segundo convenções internacionais, este conflito foi difundido na mídia como Guerra devido à intensidade do confronto. Na época os colonos e posseiros já ocupavam a região do município, quando então o governo resolveu distribuir documentos a grandes fazendeiros, se utilizando de meios lícitos e ilícitos. Os posseiros não aceitaram perder as terras ocupadas e resistiram aos mandatos de reintegração de posse. Jagunços, a mando dos fazendeiros, foram contratados para expulsar os invasores que resistiram, e o Partido Comunista do Brasil passou a apoiar à revolta; ampliando e agravando ainda mais o conflito. O PCB, recém-colocado na clandestinidade, teve participação nesta revolta, com a presença de João Saldanha, Pedro Pomar e Celso Cabral de Mello, que saíram de cena em setembro de 1951, depois que o PCB por resolução resolveu abandonar a luta armada.

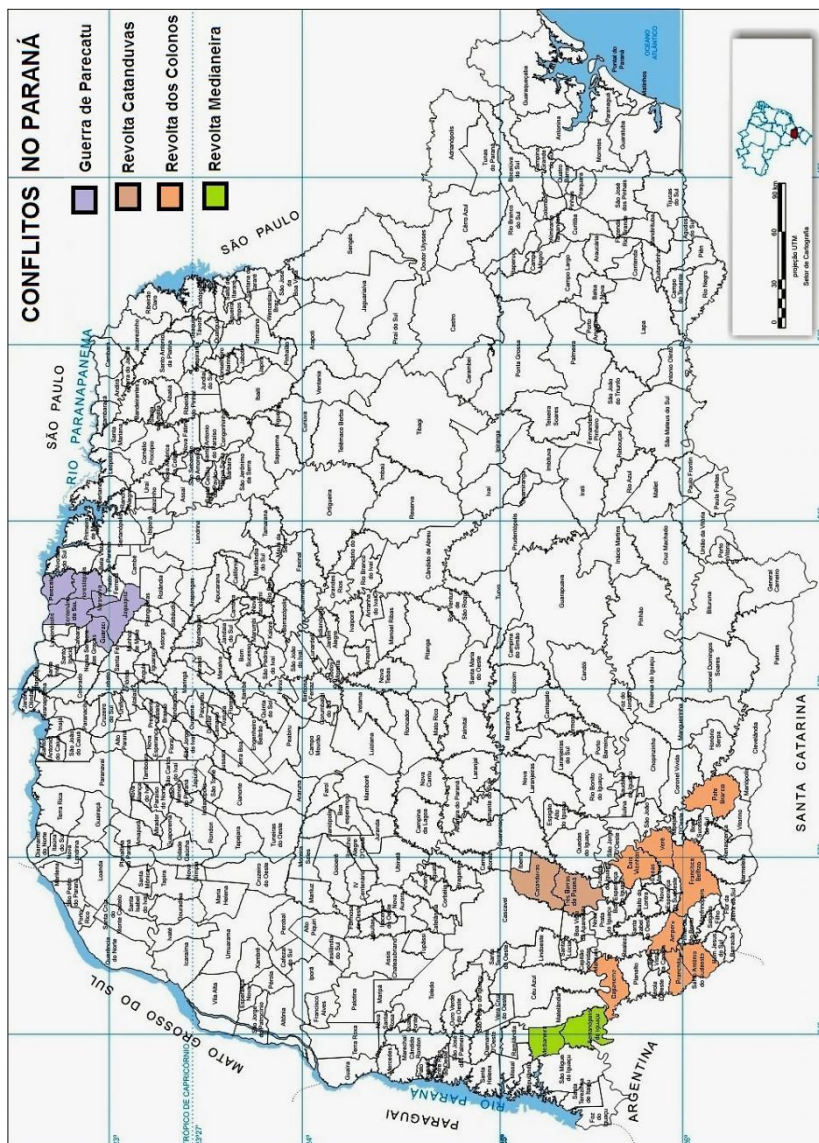


FIGURA 17. CROCKETI, elaborado a partir dos dados informado nas fontes consultadas, 2011.

O embrião da resistência armada dos camponeses de Parecatu tem origem na fundação de ligas camponesas na região. A primeira

notícia que se tem da formação de uma liga camponesa no Estado do Paraná data de 1944. Nesse ano dois acontecimentos marcaram o início do movimento organizado dos posseiros de Porecatu e região. Na localidade conhecida como Ribeirão do Tenente, um grupo de 270 famílias fundou uma liga camponesa, tendo sido escolhidos os posseiros Herculano Alves de Barros, Hilário Gonçalves Padilha e José Billar como seus representantes. Em Guaraci, outro grupo de famílias também formou uma liga, tendo como representante escolhido para defender os interesses na defesa de suas terras o posseiro Manoel Marques da Cunha. Um único objetivo pautou a atuação dessas duas ligas: legalizar a posse da terra.

Enquanto a situação se tornava insustentável para os posseiros, as ligas agiam em sua defesa, apoiando, organizando e incentivando as centenas de famílias que se preparavam para a luta.

No ano de 1946 houve uma grande manifestação organizada pelas ligas de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água das Pelotas, cabeceira do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim. Mais ou menos 1.500 pessoas, oriundas das mais diversas ligas de toda a região, reuniram-se no patrimônio de Guaraci e resolveram fechar a estrada que ligava Presidente Prudente (SP) a Londrina (PR). O objetivo era sensibilizar o governo e os políticos quanto à situação de instabilidade que vivia a região e à necessidade de legalização imediata das terras dos posseiros.

Primeiramente, a colonização ocorreu em pequenas posses de terra, através do plantio de café, de culturas alimentares e de criação de porcos; posteriormente, em meados dos anos 40, a organização da propriedade da terra foi realizada com a presença de grandes grileiros, que expulsaram os posseiros e estruturaram as suas propriedades com base no cultivo da cultura do café, na criação de gado, na plantação de cana-de-açúcar, utilizando trabalho assalariado. Assim, são esses dois agentes sociais – o posseiro e o grileiro - os personagens de um dos mais importantes conflitos de terra do Paraná no século XX.

A disputa que se arrastou, durante mais de uma década, travou-se entre posseiros que defendiam direitos legítimos; grileiros, grandes e pequenos proprietários, que não passavam de invasores de terras dos posseiros, ainda não tituladas, ou de particulares; e fazendeiros que autoridades desinteressadas, imponentes ou corruptas, à luz do dia.

Em 1947, após o fim do Estado Novo, assume o governo Moysés Lupion, do PSD, que passa a entregar as terras sem títulos para fazendeiros com quem mantinha relações. Os irmãos Ricardo, Urbano e Geremi Lunardelli estavam na lista de beneficiados pelo governador.

Chegando à região para tomar posse de 17 mil alqueires repassados pelo governo estadual, os Lunardelli contrataram o pistoleiro José Celestino para comandar sua milícia que defendiam as próprias terras e, com frequência, alargavam suas divisas por terras alheias protegidas pela força dos jagunços, durante a noite, ou pela conivência de um governo estadual que fazia vistas grossas. Ocorreu formação de tropas irregulares e orientou a PM a participar dos esforços para retirar, à força, famílias de posseiros. O conflito só se encerrou em 1951, com a intervenção policial do estado. (MYSKIN, 2002; p. 87-113).

1.6.3 Colonos, Posseiros e Grileiros de 1957

A partir de 1881 os obrageiros argentinos invadiram o Oeste do Paraná que era um sertão desabitado. Todo o processo de povoamento da Região Oeste se iniciou vinculado à economia da madeira e da erva-mate. O caminho aberto ligando o Sudoeste ao Oeste do Paraná e as trilhas dos obrageiros e tropeiros deram origem à “Encruzilhada”, mais tarde Aparecida dos Portos, tendo aí a origem de Cascavel.

Como no oeste paranaense não havia presença brasileira nem fiscalização, o sistema das “obrages” desenvolveu-se na região. O “obragero” [proprietário desse tipo de latifúndio] argentino descobria satisfeito que seus navios tinham direito de navegar até as Sete Quedas pelo rio Paraná. Organizava então uma firma. Algumas vezes comprava do governo paranaense uma extensa porção de terras e organizava uma expedição. Entretanto, na maioria das vezes penetrava em território paranaense de forma ilegal. Dezenas de peões, os chamados “mensus”, todos eram índios paraguaios (guaranis modernos), acompanhavam a expedição. Desta forma toda a margem paranaense, desde Foz do Iguaçu até os saltos das Sete Quedas, encheu-se de “portos”, muitas vezes de vida efêmera, outros de maior durabilidade. Em poucas décadas, a costa paranaense foi ocupada por dezenas dessas “obrages”, e povoada por milhares de “mensus”. Esta frente extrativa de erva-mate era, pois, de capital argentino, mão-de-obra paraguaia e matéria-prima brasileira.

(WACHOWICZ, 1977, p. 224).

Em 1922 por ordem do bispo de Curitiba, Dom Francisco Braga, o padre Guilherme Maria Thiletzek inspecionou a região de Foz do Iguaçu onde estava inserida a Vila de Cascavel com a finalidade de estabelecer, na fronteira, uma paróquia. Monsenhor Guilherme foi quem batizou Cascavel, de Aparecida dos Portos, por acreditar ser a denominação original referente à serpente, um símbolo do mal. No entanto foi o Rio Cascavel que definitivamente deu o nome à cidade. Mais tarde fluxos migratórios de diferentes frentes vieram compor a população da região, entre elas: a Cabocla (deslocamento da população de Guarapuava para o Oeste do Paraná), a sulista (deslocamento da população do Sul do País), a Cafeeira (com tradição de plantio de café, famílias deslocaram-se de várias partes do Brasil). Este fluxo se deu por volta dos anos 50, como resultado da liberação da mão-de-obra, da região do café, no norte do Paraná, e da crise da pecuária e agricultura do Rio Grande no Sul trazendo as famílias para o Paraná.

As “obrages” chegaram a explorar madeira até a 100 quilômetros das margens do rio Paraná. Na margem do grande rio, eram depositadas essas toras. Eram cedros, perobas, caneleiras, caviúnas, sassafrás, pau marfim etc. Quando algumas centenas dessas toras estavam empilhadas no topo da barranca, iniciava-se o processo da “tombada”. Na margem do rio, de preferência numa praia, era então montada uma jangada também chamada de maromba. Esta poderia conter até duas mil toras, amarradas umas nas outras por arames. A jangada descia o rio manejada com grande perícia pelos tripulantes que geralmente eram apenas três pessoas. (...) Os serradores de Posadas, Encarnacion etc., desmontavam essas enormes embarcações e serravam a madeira. Desta forma, quando na década de 1950 chegaram ao oeste paranaense os colonos agricultores, das antigas madeiras de lei, encontraram apenas cepos apodrecendo no meio da floresta. (WACHOWICZ, 1977; p. 228-229).

Dessa forma, o tropeirismo, as obrages e a imigração constituíram fatores de grande importância para a ocupação do Oeste do Paraná e, em especial, para o crescimento de Cascavel. Em 1931, através de Decreto Lei, foi nacionalizada a mão-de-obra das obrages. Em 1937, criou-se o território Federal do Iguaçu, sendo oficializado em 13 de Agosto de 1943, através do Decreto Lei nº. 5.812. A região hoje é caracterizada como fornecedora de produtos primários, principalmente alimentos. (CROCETTI, 2007; p. 81-100).

1.6.4 Caracterização do Território

Nos anos 1940, o Sudoeste do Paraná era ainda um “território sem dono”. Com os objetivos de expandir a fronteira agrícola e povoar a “nova terra”, absorvendo o excesso de mão-de-obra existente no Rio Grande do Sul e, ao mesmo tempo, resolvendo os problemas de fronteira, o governo Vargas cria oficialmente, em 13/9/1943, o Território Federal do Iguaçu, juntamente com os Territórios Federais de Guaporé, Ponta Porã, Acre, Roraima, Amapá e Fernando de Noronha. No mesmo ano, pelo Decreto número 12.417/43, Vargas cria a Colônia Agrícola Nacional General Osório (CANGO), dando origem a Francisco Beltrão. (ver Fig. 16).

A CANGO promovia a colonização por meio de pequenas propriedades, sem ônus para os agricultores, com serviço de infraestrutura (abertura de estradas, construção de pontes, escolas, etc.) e assistência à saúde e educação, inclusive com a contratação e manutenção de professores. Isto atraiu, em poucos anos, milhares de famílias para a região.

Segundo (WACHOVICZ; 1977), quem vinha para a CANGO recebia de graça, terra, madeira, ferramentas e assistência, porém tudo era ilegal, uma vez que essa terra (Gleba Missões) estava *sub-judice* entre o estado do Paraná e a União. Devido a esta pendência jurídica, o governo não podia dar escritura definitiva aos colonos, apenas título provisório. Mais tarde, a CANGO para de dar os títulos, pois não havia validade alguma. Com a queda de Vargas, em 1945, o novo governo, Dutra, convoca mais uma Constituinte (1946), quando o Paraná, sob a liderança de Bento Munhoz da Rocha Neto, coordenou a extinção do Território Federal do Iguaçu.

A colonização do Sudoeste, realizada, sobretudo na década de 1950, por duas grandes frentes de ocupação – gaúchos (42,9%) e catarinenses (24,8%) –, bem como a do Oeste, realizada por três grandes frentes de ocupação – gaúchos, catarinenses e paulistas –,

atenderia a uma dupla finalidade governamental, pois, ao tempo em que desafogaria a pressão pela reforma agrária no Rio Grande do Sul (devido ao excesso de colonos sem terra lá existente), protegeria a fronteira de invasões de estrangeiros. Quanto à origem étnica, a grande maioria dos pequenos agricultores do Sudoeste do Paraná descende, em segunda ou terceira geração, de imigrantes de países europeus, principalmente Itália (40%), Alemanha (13%). Apenas 18% se declararam de origem luso-brasileira ("caboclos", na maioria).

Esses agricultores estabeleceram na região uma economia baseada na agricultura em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVF's), com forte orientação para o consumo local e regional e para o mercado nacional. No início, a base da economia era o extrativismo de madeira e erva mate – mais tarde cerealista, com feijão e milho – aliado à criação de animais para trabalho, transporte e autoconsumo. Recentemente, nos anos 1970, a região passa a produzir também para o mercado externo, com o crescimento da cultura da soja. Com base na produção regional de grãos, estabeleceu-se também a criação de suínos e de aves e, atualmente, expande-se e moderniza-se a produção de leite.

Os migrantes eram mais escolarizados que os primeiros habitantes da região, os "caboclos", que, avessos às transformações, vendiam sua propriedade ao migrante que chegava e entravam mato adentro, abrindo picadas para nova penetração do migrante. Ao vir maciçamente à região em busca de melhores condições de vida, os colonos gaúchos e catarinenses não imaginavam quanta dor e sofrimentos teriam ainda pela frente antes de concretizarem seus sonhos.

Longe de acabar, a disputa pela terra no Sudoeste se agrava a partir de 1945 com a vitória jurídica de José Rupp, numa ação iniciada dezoito anos antes, contra a empresa *Brazil Railway Company*, que não lhe pagara os dormentes fornecidos. Como a *Brazil Railway Company* havia sido encampada pelo governo Federal em 1940, o crédito de Rupp era junto ao Poder Público Federal. Após frustradas várias tentativas de acordo, Rupp se alia a Mário Fontana, amigo do Governador Lupion, que tinha influência junto ao Governo Federal. Criam a CITLA (Clevelândia Industrial e Territorial Ltda.) e Fontana compra os direitos de Rupp. Por influência de Lupion, numa operação ilegal, a CITLA adquire a Gleba Missões do Governo Federal. Sem a licença do Senado, o Governo Federal volta atrás e cancela a venda. Para sustentar a negociata, o Governo Lupion cria um Cartório de Registro de Títulos e Documentos em Santo Antônio do Sudoeste e legaliza a Gleba para a CITLA.

Quando a oposição (PTB e UDN) assume o poder estadual, em 1950, o novo Governo de Bento Munhoz da Rocha Neto, proíbe o fornecimento da SISA para escrituração de terras, no Sudoeste. Políticos locais, vinculados ao PTB e UDN, afinados com o projeto de Vargas para a região, incentivam a migração de gaúchos para lá e estimulam os colonos a não assinarem e nem pagarem nada à CITLA, que pressiona com jagunços. Os colonos derrubam os pinheiros, inviabilizando o projeto de Fontana para a região. Sem apoio, este abandona a ideia da fábrica de celulose e passa a vender as terras.

Lupion volta ao governo e, por pressão dos financiadores de sua campanha, obriga Fontana a ceder parte da Gleba Missões às empresas colonizadoras “Comercial” e “Apucarana”. Estas, com o aval do governador, utilizam presidiários para forçar os colonos a assinarem a confissão de dívida das terras. Começam, então, os conflitos, culminando no movimento conhecido por Levante dos Posseiros ou Revolta dos Colonos, em 1957.

Para (WACHOWICZ, 1977), os planejadores do movimento que culminou no Levante e expulsão das Companhias Colonizadoras, foram Edu Potyguara Bublitz (advogado patobranquense que era perseguido pelas Companhias Colonizadoras por ter aceitado procurações de posseiros e colonos para defendê-los) e o Senador Paranaense Othon Mader. A intenção dos planejadores do levante era provocar a Intervenção Federal no Paraná, derrubando Lupion e expulsando as Companhias Colonizadoras.

A grande repercussão e o êxito do movimento levam Juscelino Kubitschek a dar ultimato a Lupion, que, para livrar-se da intervenção, sacrifica os interesses econômicos seus e de amigos, fechando as Colonizadoras.

Em 1961, o presidente Jânio Quadros declarou a Gleba Missões e parte da Gleba Chopim de Utilidade Pública e, em 1962, o então Presidente João Goulart criou o GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná), com a finalidade de resolver definitivamente o problema das posses. No encerramento de suas atividades em 1973 haviam sido titulados 32.256 lotes rurais e 24.661 urbanos. Quem coordena é Deni Schwartz, do PTB, que, graças a isto, trilha uma longa carreira política, chegando a Ministro.

No Sudoeste do Paraná, a partir dos anos 1960, resolvidas as questões da posse da terra por conflito aberto (armado) entre agricultores e empresas colonizadoras, tiveram início o processo de modernização da agricultura que se constituiu, basicamente, na mudança

da base tecnológica dirigida pelo capital industrial. (CROCETTI, 2007; p.81-113).

Na Revolta dos Posseiros de 1957 no sudoeste paranaense não ocorreu à participação de militantes ligados ao PCB. Segundo Wachowicz, dois fatores contribuíram para isso: a rapidez com que os acontecimentos se precipitaram; o primeiro conflito ocorreu em meados de abril de 1957 e o apogeu seis meses depois, em outubro do mesmo ano. O outro fator seria a grande religiosidade demonstrada pela população local; a sociedade, em fase de organização, estava fundamentalmente ligada aos valores característicos das sociedades agrárias oriundas das aldeias europeias; esta sociedade não havia ainda atraído à atenção dos ativistas do PCB. (WACHOWICZ, 1985, p. 289).

1.6.5 Revolta de 1961, gleba Silva Jardim em Medianeira

A Revolta dos Colonos em 1961, na antiga Gleba Silva Jardim, hoje município de Serranópolis do Iguaçu, a fundação do perímetro urbano de Flor da Serra deu-se através da Colonizadora Industrial e Agrícola Bento Gonçalves Ltda., o restante do então distrito de Medianeira foi colonizado em parte pela Indústria e Agrícola Bento Gonçalves e outra parte pela Colonizadora Matelândia, ambas oriundas do estado do Rio Grande do Sul. O início da demarcação destas terras, pertencentes à Gleba Iguaçu, deu-se em Meados de 1954.

A localidade de Jardinópolis surgiu através da ocupação liderada por agricultores oriundos do Sudoeste paranaense e dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, que ali fixaram suas posses em parte da Gleba Silva Jardim, defendendo-as de ‘grileiros’, culminado com um conflito, conhecido popularmente como a Revolta de 61. Após anos de instabilidade e insegurança, em 1962, o IBRA (Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) atual INCRA, começou a demarcar e expedir títulos definitivos aos posseiros. Neste momento se regularizou os perímetros urbanos de Jardinópolis, que também teve origem na divisão desordenada e comercialização de posses. (ver Fig. 16).

O surgimento destas localidades foi possível graças à abertura da estrada - hoje PR-495 -, em 1955, que ligou o perímetro urbano de Medianeira ao entroncamento da antiga estrada Guarapuava-Foz do Iguaçu com a Estrada do Colono (Divisa do Parque). Com esta estrada foi possível à construção do perímetro urbano de Flor da Serra e a formação do povoado de Jardinópolis.

Sua população, no início, era formada quase que exclusivamente por gaúchos e catarinenses. Mais tarde passou a receber as migrações do

Norte do Paraná, de onde procediam aos ‘nortistas’, e assim formou-se aos poucos uma rica etnia com pessoas das mais diversas origens, predominando os descendentes de italianos e alemães.

Atualmente, Flor da Serra e Jardimópolis são bairros de Serranópolis do Iguaçu. (Informações contidas no ‘histórico do município de Serranópolis do Iguaçu’, da Biblioteca Pública Municipal).

1.6.6 Revolta de Catanduvás (Três Barras-PR)

O levante dos colonos de Três Barras do Paraná (distrito de Catanduvás) que ocorreu em agosto de 1964, levante que mobilizou mais de 400 colonos, conflito que tem sua origem pela falta de titulação da terra, resultado da colonização da Bellé & Simioni, na colônia “Timburi”. O estopim foi quando ocorreu uma nova demarcação do DGTC (Departamento de Geografia, Terras e Colonização), área já titulada pelo Paraná para *Lamber* (EFSPRS) com a denominação de “Imóvel Andrade”, objeto de disputa entre a União e o estado do Paraná. Envolvimento entre os posseiros e colonos, e alguns grileiros, na luta pela demarcação e garantia da posse em definitivo de suas propriedades. (ver Fig. 16).

Consta nos autos do processo, que Virgílio e Ernesto Cassol junto com outros posseiros, detiveram os topógrafos e agrimensores da DGTC e de outras empresas colonizadoras, com o objetivo de assegurar a escrituração, através da coação e intimidação extrair documentos que assegurassem e legitimasse suas propriedades. Ocorreram torturas e execução sumária de representantes de empresas colonizadoras além de funcionários e técnicos, fruto de conflitos pela ocupação e titulação das terras pelos migrantes gaúchos e catarinenses.

O levante foi reprimido pelo *Regime Militar*, e qualificado de subversão, contou com o aparato da Polícia Militar do Paraná, onde os envolvidos foram enquadrados na lei de segurança nacional. Foi conduzido por uma prática de repressão violenta, não só contra os colonos, mas também contra o sindicato dos trabalhadores rurais, lideranças camponesas, dissolvendo as revoltas e levantes de posseiros e colonos. Os governadores Ney Braga e Paulo Pimentel se utilizaram essa bandeira de sanear e pacificar o campo, e promover uma Reforma Agrária dentro da ordem e da lei.

É bom registrar que a área do conflito já havia sido teatro de uma Guerra em março de 1924, entre tropas federais sob o comando do Mal. Rondon e a coluna paulista chefiada pelo Marechal Izodoro Dias Lopes. A coluna paulista foi vencida pelas tropas federais. Essa área de

colonização do Oeste e Sudoeste do Paraná foi e continua sendo uma área de litígios e mortes pela posse de terra. (MYSKIN, 2002; p. 87-113).

1.7 Companhia Matte Larangeira

Em 1870, com o término da Guerra do Paraguai, uma comissão de limites percorreu a região ocupada pelos Kaiowá e Guarani, entre o rio Apa e o salto de Sete Quedas, em Guaíra, terminando seus trabalhos, em 1874. O aprovisionador desta comissão, o gaúcho Thomaz Larangeira, percorrendo aquela região, percebeu a grande quantidade de ervais nativos, “que cobria 40% das florestas existentes e a abundante mão-de-obra indígena disponível”. (RIBEIRO, 1986; p. 17).

Inicialmente denominada Empresa Matte Larangeira, a Companhia foi uma empresa que surgiu de uma concessão imperial ao comerciante Thomaz Larangeira, por serviços prestados na Guerra do Paraguai. Atuou na exploração de erva-mate no sul do Mato Grosso. Sua primeira sede foi em Concepción, no Paraguai, onde, em 1877, inicia a exploração de erva-mate. Posteriormente sua sede foi transferida para Porto Murtinho, encontrando problemas para ficar em Mato Grosso, sua sede é transferida em 1902 para Guaíra (Paraná).

Com “*o federalismo consagrado na Constituição de 1891, ao conceder ampla margem de autonomia aos estados*” (MENDONÇA, 1999, p. 253), e devido à articulação política da Companhia, a “área de concessão foi sendo sucessivamente ampliada, sempre com o apoio de políticos influentes como os Murtinho e Antônio Maria Coelho” (BRAND, 1997, p. 61). Desta forma, o Estado de Mato Grosso, por meio da Resolução nº103, de 15 de julho de 1895, concede a Cia. Matte Larangeira a: maior área arrendada, durante todo o período da exploração ervateira na região, tendo ultrapassado 5.000.000 de hectares, tornando-se um dos maiores arrendamentos de terras devolutas do regime republicano em todo o Brasil para um grupo particular (RIBEIRO, 1986; p.18-19).

Em 1892 é assinado o novo contrato de concessão com Mato Grosso, com exclusividade para exploração dos ervais. Após assinado esse contrato, o Banco Rio Branco e Matto Grosso, da Família Murtinho, compra 14.540 ações (100\$000 por ação), cabendo a Larangeira 460 ações. A empresa passa a se denominar **Companhia Matte Larangeira**, sendo obrigada a transferir a sua sede para o território do Mato Grosso. Também em 1892 a Companhia Matte Larangeira comprou a Fazenda Três Barras, de Boaventura da Mota, à margem esquerda do rio Paraguai, e construiu um porto para exportação de erva-mate cancheada, esse porto foi nomeado de Porto Murtinho,

pelo Superintendente do Banco Rio e Mato Grosso o Sr. Antônio Corrêa da Costa, em homenagem a Joaquim Murtinho.

A atividade gerava muito lucro estimulando o aumento da exportação. Desde 1900, a região teve grande desenvolvimento graças a Companhia Matte Larangeira, de onde passou a embarcar chá para a Argentina. O transporte do mate — colhido num vasto império extrativo no atual estado de Mato Grosso do Sul — exigia 800 carretas e 20 mil bois. A Companhia encarregava-se da exploração e exportação da erva semi-elaborada (cancheada) para Buenos Aires. Nesta cidade, outra empresa, a Francisco Mendes Gonçalves & Cia., encarregava-se da industrialização e distribuição do produto no mercado argentino e outros. A erva-mate atingiu grandes centros urbanos como Assunção (Paraguai), Buenos Aires (Argentina) e inclusive Inglaterra, França e Itália. (ARRUDA, 1986, p. 189-200).

Após denúncias do superintendente, Antonio Corrêa da Costa e de prejuízos com o transporte da produção da Matte Larangeira, o Banco Rio Branco decreta falência em 1902 e Thomaz Larangeira adquire seu espólio, já a Cia Matte Larangeira é vendida a companhia argentina Francisco Mendes & Cia, passando a se chamar Larangeira Mendes e Companhia. É assinado com o governo do Mato Grosso novo contrato de arrendamento, nos mesmos moldes do anterior, que vigoraria até 1916.

Em 1902 a Companhia estabelece-se em Guaíra, inicialmente denominada de Porto Monjoli iniciando a construção de uma ferrovia, a Estrada de Ferro Guaíra a Porto Mendes em 1911, que transporia as corredeiras das Sete Quedas. Também foi finalizada em 1906, para facilitar o transporte de erva-mate, uma ferrovia (Estrada de Ferro Porto Murtinho a São Roque), ligando o Porto Geral a Fazenda São Roque, com extensão máxima de 22 a 25 km. O projeto inicial de 1898 de Antonio Corrêa da Costa previa uma extensão de 42 léguas (231 a 277 km). Em 1910 ocorre a transferência do foco principal de exploração de erva mate para o Rio Paraná, reduzindo a sua importância estratégica para a empresa. (KOECHLIN e PÉBAYLE, 1981; p. 08-17).

Seu monopólio foi quebrado em 1916, e a sede da Companhia foi transferida em 1918 de Porto Murtinho, para a Fazenda Campanário, próximo ao município de Caarapó. Desde então a erva passou a ser exportada pelo Rio Paraná, ficando somente a produção dos ranchos próximos exportada por Porto Murtinho.

Entre 1926 a 1929 **Matte Larangeira**, por várias vezes emprestou dinheiro para o Governo de Mato Grosso e assumiu o compromisso de construir vários prédios públicos, conseguindo a

renovação das concessões. Durante a Segunda Guerra Mundial Argentina criou restrições à erva-mate brasileira e a empresa entrou em dificuldades. (MENDONÇA, 1999, p. 201-210)

1.7.1 Os Tentáculos da Matte Larangeira no Paraná

No Paraná passa a operar com o nome de Porto Monjoli, e após a construção da Estrada de Ferro Guaíra a Porto Mendes em 1911, que transportava as corredeiras das Sete Quedas, passa a dominar todo o comércio e transporte de Erva Mate. O domínio da Companhia foi até 1943, quando Getúlio Vargas expropria a empresa, criando os Territórios de Ponta Porá e Iguaçu, e anulando as concessões.

Em 17 de abril de 1944 o Decreto n.º 6.428, de Getúlio Vargas, incorpora ao Serviço de Navegação da Bacia do Prata (SNBP), o Distrito de Guairá, a Estrada de Ferro Guaíra a Porto Mendes, assim como os insumos e estoques as instalações fixas, instalações portuárias e todas as instalações e material flutuantes. A empresa recebeu um prazo para a liquidação de seus negócios e seus edifícios foram todos leiloados, bem como todas as estalagens, oficinas, rebanhos e tropas.

Consta da literatura pesquisada que a empresa continuou operando a EF Porto Murtinho, transportando madeira (quebracho) da empresa até a usina da Floresta Brasileira S. A. para extração de tanino, até pelo menos 1958, existindo indicações (vagas) de que, em 1971, os trens ainda estariam em operação. (SEREJO, 1986; p.45-93).

1.7.2 MARIPA e Willy Barth o semeador de cidades

Com sede administrativa em Porto Alegre, a Industrial e Colonizadora Rio Paraná S.A. (MARIPÁ), organizou uma filial de sua empresa no Oeste do Paraná, preocupada principalmente com a extração, a exportação e a industrialização de madeiras e com a comercialização de terras. Desse modo, a área que passou a ser colonizada pela MARIPÁ no Oeste paranaense foi adquirida em 1946, através da compra da "Fazenda Britânia", pertencente até então à *Companhia de Maderas Del Alto Paraná*, empresa de capital inglês com sede em Buenos Aires.

Esta empresa foi fundada em 1906 em Buenos Aires, pretendendo explorar as riquezas naturais - tais como a erva-mate, a madeira, entre outros - da área adquirida junto ao governo da União. Uma série de determinações acabou por limitar a atuação desta e de outras

companhias que atuavam no Oeste do Paraná, entre as determinações podemos citar; A passagem da Coluna Prestes em 1924, a política nacionalista implantada por Getúlio Vargas e os acontecimentos da Segunda Guerra Mundial como sendo os de maior influência para o declínio de sua atuação e a consequente necessidade de dissolução desses empreendimentos estrangeiros no Paraná.

A MARIPÁ estruturou-se pela associação de vários acionistas, a maioria deles proveniente do Rio Grande do Sul e com larga experiência no ramo comercial. A gênese da constituição da empresa foi à associação feita por; Alberto Dalcanale, Gastão Luiz Benetti, Willy Barth, Manuel Passos Maia, Dionisio Decarli e Reinoldo Decarli que constituíram a firma denominada BARTH, BENETTI & CIA LTDA, com uma atuação intensiva no Oeste catarinense e principalmente no Noroeste de Santa Catarina. Foi colonizador de São Miguel do Oeste:

Entre estes, destaca-se o nome de Willy Barth, um dos principais dirigentes desta companhia. Descendente de alemães protestantes exerceu atividades ligadas ao comércio e à colonização em áreas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina (na cidade de São Miguel do Oeste, por exemplo). Outros personagens centrais desta companhia, como os irmãos Dalcanale, também eram hábeis negociantes à procura de novas terras para comercialização ou colonização. Soma-se a estes nomes, Alfredo Ruaro, comerciante de Farroupilha - RS; Curt Bercht e seu irmão Egon Werner Bercht, empresários de renome nacional, líderes de diversas empresas; e também Wilson Carlos Kuhn, advogado da colonizadora. (SCHNEIDER, 2001; p. 36-50).

Os protagonistas mencionados revela uma ampla experiência comercial adquirida ainda no Rio Grande do Sul. Essa experiência prévia foi decisiva no sucesso do povoamento da antiga "Fazenda Britânia", tanto nas questões de ordem cultural quanto nas de ordem político-econômicas que envolveram a colonização. Isto pode ser observado, por exemplo, quando do estudo dos procedimentos de atuação da MARIPÁ no Oeste paranaense, principalmente no que se refere ao contingente populacional selecionado para a tarefa de colonizar. Sua estratégia de colonização foi atrair colonos principalmente do RS com oferta de terras baratas e de boa qualidade, portanto a origem étnica dos migrantes do Oeste do Paraná, formado por paranaenses de origem Eslava, foi povoada por colonos italianos e alemães realocados. Vindos majoritariamente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

No campo das articulações e da política, citamos a atuação de Willy Barth. Segundo Schmidt "(...) *na sua juventude Barth simpatizou*

com os 'maragatos', facção pertencente às fileiras do Partido Liberal (PL) do Rio Grande do Sul. Na cidade de Toledo, instalou um diretório deste partido, sendo membro integrante até 1958, quando ingressou no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sigla através da qual se elegeu prefeito em 14 de dezembro de 1960. Ainda como político teve papel principal na 'articulação' de situações e instituições partidárias da região, através do apoio a candidatos tanto a cargos do poder executivo (prefeitos e vereadores) quanto do poder legislativo (deputados federais)". (SCHMIDT, 2000; p. 11).

O importe é a articulação e perspicácia de Barth, sua transição e habilidade para mudar de lado partidário conforme a conveniência histórica, sempre transitando para a correlação de forças vitoriosa, o que Rangel analisou e chamou de pacto de poder ao analisar as dualidades brasileiras. Além disso, cabe informar que alguns destes empresários participaram de outros projetos de colonização vinculados a diversas empresas colonizadoras. Por exemplo, podemos citar, a *Colonizadora Pinho e Terras*, que tinha o controle acionário de Alfredo Paschoal Ruaro, primeiro dirigente da Maripá no Oeste do Paraná. Além deste, outro dirigente da MARIPÁ, e um dos principais da *Pinho e Terras*, Alberto Dalcanalle, também foi presidente de outra companhia, a BRAVIACO (Cia. Brasileira de Aviação e Comércio), que esteve envolvida na disputa pelas terras da Gleba Missões. Uma questão a ser considerada nesta interpretação, era o envolvimento destas empresas com problemas de titulação de terras, que acarretaram uma série de conflitos no Sudoeste do Paraná, muitos deles pendentes até hoje.

Foi através da MARIPÁ que chegou a região da Fazenda Britânia o primeiro grupo de colonizadores vindos do Rio Grande do Sul, seguida posteriormente de muitos outros grupos, tanto de gaúchos quanto de catarinenses. Dessa forma, a colonização e o desenvolvimento de Marechal Cândido Rondon, Toledo e região estão intimamente ligados a esta empresa colonizadora.

Alguns fatores foram determinantes para o incentivo da migração de parentes e vizinhos dos primeiros compradores. A família Hinygert é um exemplo de família na qual a ideia de migrar surgiu através do incentivo de um parente. Então a estratégia mais usada pelas empresas colonizadoras, foi através de táticas discursivas, principalmente utilizadas por Willy Barth, onde ele servia-se da prática de oferecer aos interessados um lugar perfeito, uma terra de alta fertilidade, onde já habitavam amigos, da mesma origem cultura, religião, o paraíso terrestre. Esses tipos de ofertas não oneravam o empreendimento, e nem

necessitavam de infraestrutura onerosas, o que tornava muito barato o empreendimento!

Willy Barth foi, antes de tudo, um empreendedor. Nasceu em 20 de junho de 1906, no lar do comerciante Adolfo Barth, que vivia em Santa Cruz do Sul (RS). Estudou até o ensino médio e se tornou viajante comercial, integrando a administração da firma Bier & Ullmann, de Porto Alegre. Seu trabalho era vender tecidos, armarinhos e confecções da B&U na região de colonização italiana. Barth abandonou o comércio de tecidos e optou por uma nova e promissora vertente do comércio na época: a colonização.

Willy Barth, ainda no Rio Grande do Sul, antes de se apaixonar pelo Paraná, integrava o grupo alemão da sociedade na Maripá, que dominava 66% das ações, mas ainda não conhecia a região, o que só veio a acontecer quando Alfredo Ruaro se retirou para desenvolver outros projetos colonizadores. Barth assumiu a direção da Maripá em março de 1949, trazendo consigo um grupo de madeireiros. (SCHMIDT, 2000; p. 27-51).

Barth no Rio Grande do Sul era caixeiro-viajante, vem para o Oeste do Paraná em 1949, permanecendo na região até 1962, ano em que veio a falecer. Durante todo este período, destaca-se como guia espiritual, intelectual e político, conquistando a simpatia da população a partir de uma relação de assistencialismo, entre ele e a população, objetivando obter sucesso na implantação do projeto de colonização.

A colonização italiana e alemã no Rio Grande do Sul é contemporânea da paranaense. Tem, mais ou menos, 120 anos de idade. Os 20 alqueires de terra, inicialmente distribuídos há mais de um século, fracionaram-se sucessivamente em várias gerações (...) determinando, com um imperativo de sobrevivência, que os filhos mais abastados fossem obrigados a comprar dos irmãos mais terras, para possuir área agrícola economicamente produtiva. Os que venderam os seus terrenos, às vezes lotes ideais de um condomínio rural, tiveram que sair de sua zona. Tiveram de emigrar, procurando inicialmente Santa Catarina e hoje Paraná.

(ROCHA NETO, 1995; p. 53-54).

Como vimos às correlações culturais existentes entre os agentes colonizadores e colonos rio-grandenses revelam-se até mesmo na

estruturação espiritual e material do novo ambiente. Logo, não é de se admirar que tais personagens procurassem transplantar seu modo de vida para a nova colônia, posto que a estrutura agrária aqui implantada mantivesse vínculos com um modelo já conhecido pelos colonos. Assim, Toledo passava a ser caracterizada como o *resultado de uma campanha de trabalho e persistência de brasileiros de boa vontade, que constroem no oeste paranaense o futuro "Celeiro do Paraná"*. (MARIPÁ. 1952; p. 45).

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Como justificativa para interpretação e análise regional do território paranaense, citamos a quantidade de estudos e regionalizações existentes, dentro e fora da academia, mesmo dentro do aparelho de Estado. Isso demonstra a complexidade em estabelecer recortes espaciais que expressem as realidades das várias regiões do Paraná. Mais ainda, sendo o motor da investigação o processo de desenvolvimento, portanto de mudança econômica e social, as regiões devem ser consideradas como em permanente construção, alterando constantemente a estrutura interna e redefinindo continuamente os limites regionais dados as articulações intra-regionais e com a economia estadual, nacional e internacional.

Para entender o processo histórico de formação dos espaços expropriados, conservadores, de luta social, colonial europeu, entre outros, no Paraná, partimos da análise da categoria de *formação sócio-espacial*, que é derivação da categoria marxista de formação econômica e social, muito utilizada atualmente depois da morte do professor Milton, seu formulador. Além da contribuição de Cholley, que é a análise do espaço geográfico em determinada escala de tempo, utilizando-se das combinações que se articula para explorar o meio. As *combinações geográficas* oferecem localização especial; (CHOLLEY, 1964), *as combinações geográficas são aquelas que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e ao se articular criam no meio um caráter de estabilidade, de duração ou renovação periódica*. Fizemos uso dessas categorias para interpretar as várias formações sócias nesse capítulo.

Cabe observar que, na (re)organização do extremo Oeste do Paraná merece destaque, portanto, o importante papel desempenhado pelo poder público, pois este apresentou uma contribuição "especializada". Esta contribuição, por parte dos governos federal e estadual, é efetuada através da elaboração de discursos que incentivam a migração e orientam os fluxos migratórios para a ocupação do interior do país que ainda não estava totalmente povoado. Principalmente com o Governo Vargas de 1930-45, mesmo durante a criação do estado do Iguazu.

Vargas, portanto, revitaliza em seu discurso a figura do bandeirante, sendo este caracterizado como protagonista de grandes proezas. Deste modo, é importante a recuperação deste personagem

como forma de acelerar a ocupação de espaços tidos como pouco povoados ou povoados por estrangeiros. E enfrenta tanto no Norte, Oeste e Sudoeste paranaense os interesses dos capitais externos. (WACHOWICZ, 1987; p. 45-61).

Durante o 2º Kondratieff em sua fase "B", entre 1870-1890 e a fase "B" do terceiro Kondratieff de 1920-1948 muito foram os investimentos especulativos do Centro do capitalismo, que buscavam no Paraná um refugio seguro para seu capital especulativo. Um dos pioneiros foi Thomaz Larangeira, em associação com o capital Inglês e Portenho, fundou a Matte Larangeira em 1877, que no Paraná teve sua atuação no Oeste de 1909-1965. Outro foi empreendimento do capitalista estadunidense Percival Farquhar da *Brazil Railway Company*, protagonista da Guerra do Contestado no Sul, com a Companhia Colonizadora e Madeireira Lamber.

Em suas articulações com o governo do Paraná através do lobista Affonso Camargo, em 1918 Farquhar consegue o domínio do imóvel Chopinzinho, com 491.18 km², concedido à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Que transfere para sua subsidiária, a Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A (BRAVIACO), o maior latifúndio da história do Paraná, tinha na exploração de madeira e erva-mate seu principal negócio. Arrendada mais tarde para ALLICA, para tentar fugir da cassação, os arrendatários passaram a explorar de suas terras. Em 1940 Getúlio Vargas confisca a empresa e transfere para o político gaúcho Lindolfo Collor que assume a concessão da BRAVIACO.

Outro grande empreendimento especulativo foi a *Maderas del Alto Paraná* (Fazenda Britânia), que Jorge Schimmelpfeng adquiriu do Estado do Paraná, o montante de 250.000 hectares de terras devolutas, e foi titulada com o nome "Fazenda Britânia". Em 1906 organizou a empresa "*Companhia de Maderas del Alto Paraná*" com sede em Buenos Aires, destinada à exploração da área. Essa empresa de faixada se originou de um fundo de investimento cujo nome em Londres era (Scottish and Investment Mercantile Co Ltd.).

Em 1946, a área da "Fazenda Britânia" foi adquirida por um grupo de investidores; Alfredo Paschoal Ruaro, Alberto Dalcanale, Egon Bercht, Curt Bercht, Willy Barth e Leonardo Julio Perna. Tais pessoas organizaram a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná – MARIPÁ, que promoveu a densa colonização da microrregião de Toledo a Marechal Cândido Rondon.

Durante o 2º Kondratieff em sua fase "B", entre 1870-1890 e também na fase "B" do terceiro Kondratieff de 1920-1948, foram

muitos os investimentos especulativos do Centro do capitalismo, que buscaram no Paraná um refugio seguro para seu capital especulativo.

Um dos pioneiros foi Thomaz Larangeira, em assoiação com o capital Inglês e Portenho, fundou a Matte Larangeira em 1877, que no Paraná teve sua atuação no Oeste de 1909-1965. Outro importante especulador foi o capitalista estadunidense Percival Farquhar da *Brazil Railway Company*, protagonista da Guerra do Contestado no Sul, atuando principalmente com a Companhia Madeireira e Colonizadora Lamber.

No Norte os ingleses “fizeram a festa”, Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat junto com um grupo de investidores ingleses, Lord Edwin Samuel Montagu, secretário de finanças da Inglaterra, Sir Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e o presidente do Hong-Kong and Shanghai Banking Sir Hartley Withlers conde de Londres.

Gastão de Mesquita Filho da Companhia Férrea São Paulo-Paraná, faz a mediação com Lovat, e em setembro de 1925 nasce a *Paraná Plantation Limited*, tendo como a subsidiária a Companhia de Terras do Paraná que adquiriram do governo paranaense 500.000 alqueires na região Norte do estado. Empreendimento também mediado por Affonso Camargo, em nome do governo oligárquico paranaense.

O trabalho de levantamento e de estabelecimento de divisas foi confiado a William Reid, que foi contratado como engenheiro-chefe da Companhia de Terras Norte do Paraná. Tal iniciativa veio de encontro aos anseios de um grupo de fazendeiros paulistas, os quais, reconhecendo as ricas terras da parte Norte e Noroeste do Paraná, haviam aberto fazendas na região, muitas delas griladas de terras devolutas. Entre esses fazendeiros incluía as fazendas das famílias Barboza Ferraz, Junqueira, Procópio e mais a do Willie da Fonseca Brabazon Davids, inglês que fez fama na região de Maringá, inclusive envolvido com futebol.

Com o aprofundamento da crise e a 2ª Guerra Mundial os ingleses são obrigados a vender a colonizadora para um grupo de investidores paulistas, que alteram o nome da empresa para, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Que passa a colonizar a região com outra empresa a SINOP, essa fundada em 1948, pelos especuladores Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho. Com sede em Presidente Venceslau/SP a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) foi transferida para Maringá, onde teve papel importante na colonização e formação de várias cidades no Norte e Noroeste do Paraná. (WACHOWICZ, 1987; p. 45-61).

Não dá para dizer que esses capitalistas estrangeiros eram uma espécie de satanás, mas também não podemos adotar uma postura apologética, tornando-os um grande ícone do empreendedorismo, eles eram possivelmente um exemplo típico do velho capitalismo internacional. Viveram num paraíso com excesso de liquidez, mercados de ações especulativos e principalmente o livre fluxo de capitais, o bloqueio e a tentativa de limitação dessas “farras” foi uma das causas das turbulências do governo Vargas e da queda do governo Jango.

O Brasil produziu uma série de “paizões”, uma espécie de libelo colonialista, às vezes frio ou indiferente, mas cordial. Esta “cordialidade” não deve ser entendida como caráter pacífico. O brasileiro é capaz de guerrear e até mesmo destruir; no entanto, suas razões animosas serão sempre cordiais, ou seja, emocionais. Como exemplo Farquhar que gostava de atuar como um mecenas, possibilitando infraestrutura e conforto aos colonizadores, mas tinha uma visão pessoal do Brasil; “Os brasileiros, assim como todos os povos tropicais, consideram natural roubar a nação, ignorar seu bem-estar e arruinar suas florestas e seu solo.”

E Willy Barth, uma espécie de pai espiritual da MARIPA, que gostava de ser chamado de “paizão” pelos colonos, e pregava a pequena produção mercantil e o desenvolvimento dos colonos como modelo civilizatório; *“nosso projeto está sujeito a um processo mais lento na marcha de acúmulos de riquezas, mas, por sua segurança, merece nossa inteira preferência, visto que beneficia, desde o pequeno agricultor, nosso negócio, toda região ou zona, até o próprio Estado”*.

Para Sergio Buarque de Holanda, o “homem cordial” é resultado da cultura personalista e patrimonialista própria da sociedade brasileira. A cordialidade é uma característica presente no seu modo de ser, o homem cordial não olha os fatos, mas os sentimentos. O conceito de homem cordial, não é o homem gentil, a origem da palavra vem de *cor, cordis*, que significa do coração.

“Nem sempre, é certo, as novas experiências bastaram para apagar neles o vinco doméstico, a mentalidade criada ao contato de um meio patriarcal, tão oposto às exigências de uma sociedade de homens livres e de inclinação cada vez mais igualitária.”

(HOLANDA, 1983; p.104)

Sua gênese esta no patriarcalismo, família, grupo, elite, que se apropria do Estado. O cargo público como patrimônio, troca de favores (nepotismo), religioso, social, partidário, afeto, etc. Sociedade burguesa levar vantagem em tudo, defender interesses, privilégio, não a cidadania (o direito, justiça social, igualdade), ou seja, é uma rede de proteção familiar.

O Brasil como o Paraná é fruto da via prussiana, que é preponderantemente à forma pela qual o capitalismo penetra na agricultura que articulado ao desenvolvimento do capitalismo na totalidade da formação social, significa a manutenção do domínio dos setores agrários que sustentam a grande propriedade para a “modernização” do campo. Tal situação afeta diretamente a constituição do mercado de trabalho em relação ao crescimento industrial. Como exemplo, temos os casos russo e alemão, citados por Lênin, que adotaram técnicas importadas, absorvendo relativamente pouca mão-de-obra, o que influiu diretamente na formação do mercado interior.

Em revolução e contrarrevolução, Karl Marx (1981), ao analisar a consolidação da burguesia e o avanço das transformações burguesas na Europa, reserva à Alemanha um caráter distinto do sentido revolucionário atribuído à França ou Inglaterra, onde a ascensão da burguesia prussiana ganha, inclusive, um significado contrarrevolucionário. Entendida como via de passagem para o capitalismo, a expressão via prussiana foi cunhada por Lênin (1980) em “O programa agrário da socialdemocracia na segunda revolução russa” para dar conta de um processo político de “aliança pelo alto” ou “modernização conservadora”.

Esse conceito “ampliado” de via prussiana aparece em Georg Lukács. É interessante observar ainda, de passagem, que o conceito lukacsiano de via prussiana é essencialmente análogo ao conceito gramsciano de “revolução passiva” (ou “revolução-restauração”, ou “revolução pelo alto”). Com o qual Gramsci pretende sintetizar a ausência de participação popular e o tipo de modernização conservadora que foram próprios do caminho italiano para o capitalismo. Nem se deve esquecer que tais conceitos foram desenvolvidos por Lukács e por Gramsci na tentativa de determinar as raízes históricas do fascismo, respectivamente, na Alemanha e na Itália.

No Brasil o processo de modernização econômico-social seguiu uma “via prussiana”. As características centrais do fenômeno: as transformações ocorridas em nossa história não resultaram de autênticas revoluções, de movimentos provenientes de baixo para cima, envolvendo o conjunto da população; mas se encaminharam sempre

através de uma conciliação entre os representantes dos grupos opositores economicamente dominantes, conciliação que se expressava sob a figura política de reformas “pelo alto”. É evidente que o fenômeno da “via prussiana” — tal como Lênin a formulou — tem sua expressão central na questão da passagem para o capitalismo, no modo de adequar a estrutura agrária às necessidades do capital. Mas, generalizando o conceito, pode-se dizer que — na base de uma solução prussiana global para a questão da transição ao capitalismo. Todas as grandes alternativas concretas vividas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas às transições (Independência, Abolição, República, modificação do bloco de poder em 30 e 37, passagem para um novo patamar de acumulação em 1964 e a redemocratização em 1985). Encontraram uma resposta “à prussiana”; uma resposta na qual a conciliação “pelo alto” não escondeu jamais a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas — de qualquer modo, fora do âmbito das decisões — as classes e camadas sociais “de baixo”.

Resumindo, no Paraná, como em outras regiões do Brasil, ocorreu uma sequência de concessões de terras para empresas, nacionais, internacionais, aventureiros capitalistas e socialistas utópicos. Quase sempre sem considerar o povo que nela habitavam fato que gerou longas disputas judiciais e vários conflitos armados para legitimar a titulação das terras, entre o fim do século XIX e o início do século XX. Essas áreas operaram na ilegalidade, ou seja, não dispunha de titulação, mas tinham apenas um documento de concessão, situação que facilitava a contestação da legitimação, criando um ambiente propício ao conflito, e oportunizava aos expertos agentes imobiliários espaço para mediar muitas grilagens de terras, protegidos por oligarquias locais em associação a governos corruptos.

2. AS TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Introdução

A formação socioeconômica meridional brasileira como já sabemos, se diferencia das outras regiões brasileiras por sua formação singular, que é caracterizada pela ocupação de pequenos proprietários agricultores na maioria europeus não portugueses. Que produzem uma agricultura familiar. Com algumas exceções, como no caso da campanha gaúcha e outras áreas de campos na região, que é o domínio de grandes latifúndios, fazendas de criação de gado de corte. Nessas áreas raramente se faz culturas de feijão, arroz e trigo, quando existe é através de meeiros ou assalariados. Costumeiramente o fazendeiro e o peão das grandes propriedades desprezam o trabalho agrícola.

A economia paranaense vem passando por uma série de transformações, como por exemplo, na transição do século XIX para o XX. O Estado brasileiro durante o governo Vargas (1930-45) combateu os latifúndios ilegais de brasileiros ou de capitais internacionais, e acabou promovendo uma reforma agrária formal. Com assentamentos de nordestinos que fugiram das grandes secas do final do século XIX, de mineiros, paulistas e de sulistas brasileiros ou colonos reemigrados para o Oeste e Sudoeste paranaense.

A segunda grande ruptura de transformação ocorreu nos anos 1960-70, com o governo de Ney Braga, que sofrendo pressão do governo federal (Jango e Regime Militar), desenvolveu uma política alternativa, o chamado paranismo. Como forma de fugir das ações nacionalistas mais a esquerda e da ditadura oligárquica associada aos militares mais a direita. A última grande transformação veio com o 2º PND do governo Geisel, com seu projeto mais flexível dentro da gestão militar do período, que tinha como objetivo a descentralização econômica do Brasil. Nessa esteira os governos biônicos do prefeito de Curitiba Saul Raiz e do governador Jayme Canet do Paraná (1975-79), aproveitaram a deixa e fundaram a Cidade Industrial de Curitiba (CIC), com a participação importante de Ney Braga, do ministro Karlos Rischbieter e Maurício Schulman. Essa reestruturação produtiva no Paraná desencadeou novas funções e reconfigurações na base produtiva, com efeitos visíveis na dinâmica econômica, social e espacial paranaense.

A indústria paranaense, tradicionalmente orientada pela lógica da disponibilidade de matérias-primas apresenta uma nova tendência, dada

por um processo contínuo de diversificação, de novas etapas de produção e de mudanças nos requerimentos logísticos necessários ao enfrentamento dos desafios do novo paradigma de competição internacional.

A agroindústria no Paraná continua como fator de sustentação de grande parte das atividades econômicas do interior do estado, agora dentro da lógica das cooperativas, que dominam a cena do agronegócio paranaense. O novo padrão agroindustrial orientou-se para a produção de bens mais elaborados, condizentes com a qualidade e a estratégia das grandes indústrias de alimentos, e para a reestruturação da indústria tradicional, desvinculando-se da proximidade das fontes de matéria-prima e buscando vantagens locacionais de outra ordem.

A reestruturação produtiva do Paraná rumo ao novo padrão de industrialização exige dos agentes locais esforços para criar as condições internas ao desenvolvimento de Sistemas Locais de Inovação que possibilitem o desenvolvimento regional mais sustentável. Além de uma infraestrutura logística que de suporte a essas demandas.

Ocorreram intensas transformações nas áreas mais desenvolvidas (Norte, Oeste, Sudoeste e parte da região Central), que foram beneficiadas por uma combinação do meio natural, de condições econômicas privilegiadas, incentivos fiscais, políticas públicas de financiamento de longo prazo e logística adequada para escoar a produção, por ferrovia e rodovia. Tudo isso associada à cultura das Formações Sociais, que possibilitaram um desenvolvimento mais sustentável.

2.1 INTERPRETAÇÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO PARANAENSE

As diferenças entre lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares. (...) A localização dos homens, das coisas no espaço explica-se tanto por necessidades “externas”, quanto por necessidades “internas”. (...) As relações entre espaço e formação social são de outra ordem (...). Os modos de produção escrevem a história no tempo, as formações sociais escrevem-na no espaço.

(SANTOS, 1977; p. 87-88).

O lugar sendo o meio das unidades complexas, o território usado apresenta um padrão de ordem, que se manifestam pelas formas, funções, estruturas e processos, da qual fazem parte as várias subunidades, que se constroem e se relacionam criando campos de interação. Nesse processo, portanto, a interpretação importante a ser construída para se compreender os sistemas de objetos e sistemas de ações, observada como totalidades multidimensionais, resultante da implantação de novos meios técnicos, será a interpretação das “*Combinações Geográficas e das Formações Sociais*”.

As sínteses das múltiplas determinações e combinações constituem a manifestação do conjunto das totalidades dos vários elementos convergentes da realidade, em uma porção precisa de um território dado, isto é, numa superfície terrestre específica, passível de ser identificada como unidade. Expressando-se por fenômenos de convergência em campos interativos distintos, manifestando-se como ordem de complexidade, nas múltiplas dimensões e escalas na organização dos lugares no mundo.

Na compreensão de (Santos, 1977), a Formação Econômica e Social era a categoria de análise que buscava explicar o desenvolvimento dos tipos de sociedade, nas suas mais variadas escalas, com métodos dialéticos e tendo como resultado um estudo mais totalizador. Essa categoria agrupava multiplicidade de determinações analíticas em combinações capazes de aproximar o teórico e o empírico. Entretanto Santos verificou a ausência da categoria de espaço nas análises geográficas e elaborou uma interpretação original na forma de

utilizar essa categoria. Surgiu a ideia da dialética, ou seja, Formação Econômica, Social e também Espacial.

Nas Interpretações de Santos, ele diagnosticou que as relações que tratam da Formação Social acontecem em um determinado espaço geográfico, assim, *"a noção de formação social está indissociavelmente ligada à evolução de uma dada sociedade em sua totalidade histórico-concreta, e não pode ser tratada sem levar em conta a noção de espaço geográfico; afinal, este aparece tanto como um produto quanto como uma condição de (re)produção das sociedades."* (SILVA, 1997; p. 13).

Mas a combinação também contribui para dar origem, no local de sua manifestação, a um "meio" particular, ou "ambiente", expresso pelo campo das interações estabelecidas no plano de contato e deste com seu ambiente externo. O meio é o conteúdo da forma, interage com ela e, por se tratar de rede de interações em movimento, responde pelo dinamismo da unidade. Assim, o meio é o conteúdo (a energia) e o local a forma (a matéria) de cada unidade da superfície terrestre. O meio exprime o conjunto das condições oferecidas pelo local e serve de quadro de manifestação da vida ali existente. Como combinação em movimento, o meio manifesta tanto capacidade de se transformar internamente, como de alterar o ambiente no qual se insere, pois mantém relações dialéticas constantes com a sua forma e conexões com o ambiente no qual se insere.

Portanto, o que se combinam não são os elementos, mas suas ações. As forças das variáveis dependem da potencialidade de suas ações no processo interativo. Entretanto, a complexidade da combinação pode-se ampliar ainda mais, no ambiente humanizado pela atividade industrial. Nesse tipo de combinação, a ação humana é preponderante, embora conte com o suporte de elementos tomados do meio natural (matérias-primas). Entretanto, diferente da combinação agrícola, em que os elementos naturais apresentam um forte peso, na combinação industrial, os elementos de natureza humana (organização do trabalho, técnica, mão-de-obra) são considerados mais essenciais. Por outro lado, a atividade industrial não se esgota em um único local, mas pode envolver diversas localidades, exigindo as ligações necessárias entre elas (divisão territorial do trabalho industrial). Essas ligações vão depender das potencialidades que cada local apresenta nessa combinação. Alguns locais podem oferecer meios favoráveis à obtenção de matérias-primas, outros de mão-de-obra barata ou técnica e outros aglomeração de consumidores. Essas virtualidades podem atrair políticas de implantação de infraestrutura de acesso e organização dos estoques e mercados.

As chamadas combinações mistas, ou seja, aquelas, ao mesmo tempo agrícolas e industriais, envolvendo redes de atividades de trocas e comunicações, com suporte em uma rede de cidades e metrópoles, são muito mais complexas ainda. Nesse caso, as dimensões políticas, culturais e econômicas exercem uma influência nada desprezível sobre esse tipo de sistema, na medida em que podem oferecer condições para corrigir as possibilidades ofertadas pela natureza.

Assim como afirmou Santos (1978), *“a paisagem não tem nada de fixo, de imóvel”* e, conforme Cholley (op. cit.), *“as combinações geográficas, de certo modo podem corrigir as possibilidades ofertadas pela natureza”*. A situação do endividamento brasileiro atingido até 1984, que conforme Rangel (1992) foi para financiar a substituição das importações, e os limites de consumo encontrados no mercado internos para os produtos industrializados nas áreas agrícolas brasileiras, agravaram a crise interna do país, potencializada pela depressão do sistema capitalista como um todo. Caracterizou-se, no Brasil, a chamada década perdida, especialmente entre 1981-84, quando a fase depressiva do ciclo longo coincidiu com aquela do ciclo médio interno (de Juglar). Nesse período, deu-se o fim do governo militar e o início da Nova República. (LE BOULEGAT, 2000)

Assim, novas combinações se organizam para explorar o meio podendo dar novo dinamismo e impulso ao Estado e mais uma vez alterar a geografia das combinações levando à confirmação das assertivas de Cholley (op.cit:), nas quais afirma que não tem sentido perpetuar combinações que não mais se reproduzem.

Dentro dessa visão totalizadora e multidisciplinar, como insiste em reafirmar Mamigonian, "manifestada, sobretudo, nos clássicos da Geografia" e que vem se perdendo com as fragmentações e especializações dos estudos geográficos. As variáveis integrantes dessa complexidade podem ser mais bem compreendidas nas modalidades impostas por sua ação combinada. Portanto, assim como o relevo emerge das inter-relações convergentes de variáveis geológicas, hidrológicas e climáticas, mas também sofre interferências de fatores biológicos e sociais, da mesma forma, para se interpretar o fenômeno econômico, não se pode abordá-lo como simples abstração. Se não correremos risco de transformá-lo em falsa individualidade, por estar fora de uma combinação localizada. O fenômeno econômico, como os outros (sociais, biológicos e físicos), é sempre expressão da coerência estabelecida nessa combinação de variáveis sociais, políticas, biológicas ou físicas, é com essa fundamentação teórica, que iremos interpretar o

desenvolvimento econômico do Paraná, analisado pela academia e pelo aparelho de Estado. (CROCETTI, 2007; p. 34-40).

2.2 AS TEORIAS INTERPRETATIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ

2.2.1. Interpretação Cepalina

As várias interpretações sobre o desenvolvimento da economia paranaense disponíveis até 2011 nos permitem apresentar e sistematizar oito interpretações históricas dos rumos do desenvolvimento econômico do estado do Paraná e de suas articulações com o perfil de crescimento do país. As seis primeiras interpretações de análise resultaram da sistematização da literatura existente, e as outras duas foram formuladas para essa pesquisa.

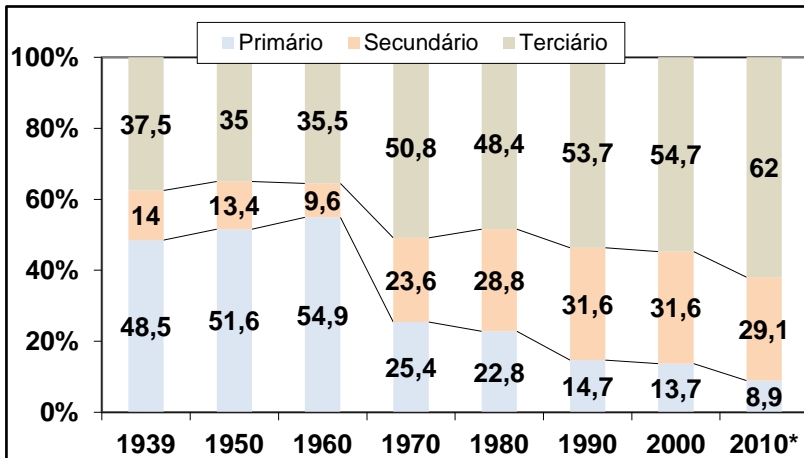
1) Interpretação cepalina, calcada no modelo centro-periferia, desenvolvida pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), criada em 1962, e transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) em 1968. A ideia central era repetir em âmbito estadual a experiência brasileira (paulista) de industrialização substitutiva de importações.

Os governos Moysés Lupion (1947-51 e 1956-61) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1951-55) visaram construir um Paraná único a partir da migração, garantindo a sua ocupação espacial e posteriormente um complexo viário que rumasse a Curitiba. Beneficiaram-se das políticas públicas do Governo Vargas, de transferência massiva de nordestinos, mineiros, paulistas, gaúchos e catarinenses, para construir um projeto de agroindústrias e sistema de cooperativas para alavancar o desenvolvimento do Paraná. Uma das estratégias foi fazer a ligação do interior com a capital, o que ocorreu depois da construção do Centro Cívico, para funcionar como referência de governo, mas fundamentalmente de identidade para o povo paranaense que se queria modelar a partir dos valores de progresso pelo trabalho e ordem pelo patriotismo.

Com esse diagnóstico e a estratégia subjacente, a CODEPAR ignorou a forte tendência de unificação do espaço econômico brasileiro,

desenhada a partir dos vultosos investimentos em infraestrutura constantes do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1961.

Gráfico 2 – Os Setores da Economia % do PIB Paraná – 1939-2010



Fonte: Elaboração CROCETTI, com dados do IPARDES 2011, IBGE 2011 e censos industriais. *Dado preliminar sujeito a alteração.

2) O Paraná tinha vivido todo um passado de ciclos extrativos, da madeira, do mate, com pouca transformação da matéria-prima, com uma industrialização muito incipiente, baseada principalmente na indústria alimentícia, isso ficou evidente nos finais dos anos de 1950, com a crise do café. Com um desenvolvimento diferenciado do que estava se dando em São Paulo. Pedro Calil Padis, que aqui trabalharam numa equipe para analisar e fazer uma proposta de planejamento, vinculado a uma empresa privada contratada pelo governo para tentar pensar o Paraná do futuro. Começaram analisar e ver o Paraná como um estado periférico estagnado, e que tenderia a se manter a margem do desenvolvimento econômico que estava se concentrando em São Paulo por um longo período de tempo. A ideia, então, de vencer essa situação periférica e subdesenvolvida do Paraná vem desde esse período dos anos 1950, e começa a ser enfrentada através de um planejamento estatal. Centrado na (CODEPAR), que, mas tarde se converte no núcleo do (BADEP).

Padis avaliou que a exaustão do modelo brasileiro de substituição de importações, a diminuição dos investimentos e políticas públicas por parte do núcleo dinâmico do país às economias regionais, poderia ser

um entrave ao desenvolvimento de uma industrialização autônoma. Quanto às possibilidades de ocorrência de uma industrialização autônoma no Paraná, ele indicou alguns ramos, petroquímica, papel e celulose, construção civil, e transformações de minerais.

Essas avaliações encontravam respaldo na situação da economia estadual no início da década de 60 e diagnosticava um Paraná desarticulado interna e externamente, em razão de uma dinâmica determinada por uma oligarquia agrária com ranços feudais cuja atividade principal era o extrativismo e pecuária extensiva nas regiões do latifúndio tradicional do estado. E eram polarizadas pelo eixo dinâmico urbano de Curitiba-Paranaguá; pela incipiente agricultura do sudoeste (pouco articulada ao mercado); e pelo norte cafeeiro, ligado à economia paulista e fragilizado pelas condições de deterioração dos preços externos dos produtos primários. (PADIS, 1981; 40-50).

2.2.2. Interpretações dependentistas

3) A terceira interpretação defendia e reconhecia que a predominância de estruturas de mercado oligopolistas no centro dinâmico da indústria brasileira, fabricante de bens de consumo duráveis e de capital, instalado no estado de São Paulo, desestimulava qualquer iniciativa endógena de industrialização. Ao mesmo tempo, essa visão conferia às regiões periféricas a São Paulo o papel de supridor de matérias-primas para os grandes mercados nacionais e/ou processadoras de *commodities* destinadas ao exterior (café, soja, papel e papelão etc.). Tratava-se de uma visão dependentista, admitindo um crescimento da economia paranaense associado ou complementar à de São Paulo.

Nos Governos Ney Braga (1961-65) e Paulo Pimentel (1966-71), vivendo o auge do Regime Militar e do “milagre brasileiro”, pensaram o desenvolvimento do Paraná a partir da necessidade da industrialização. Investiriam e incentivaram a formação de diversos parques industriais em diversos municípios e em todas as regiões do estado. Surfam na onda do quarto Kondratiev em sua fase “A” expansiva.

Em 1967, com o BADEP, começa-se a planejar o chamado Modelo Paranaense de Desenvolvimento. Esse modelo é uma tentativa de fazer uma industrialização quase que sozinha dentro do Paraná. O aparelho estatal entraria com os recursos financeiros derivados de um adicional sobre um imposto de vendas e consignações que formaria um fundo, o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), que existe até hoje, mas hoje tem dotação orçamentária; naquela época era um orçamento paralelo.

Com no fundo seriam montados bancos de projetos dentro da CODEPAR/BADEP, para qualquer tipo de empresário que quisesse se instalar no Paraná, dando preferência ao capital local, empresários locais e, inclusive, para uma industrialização que fosse disseminada no interior do Paraná. Para impedir processos de congestionamentos de centralização de capital como ocorria no Brasil, principalmente em São Paulo. Procurando fazer com que a industrialização se centrasse também em pequenas empresas para evitar o crescimento de um poder econômico muito grande contra os trabalhadores.

Muitos economistas afirmam que a operacionalização desse conjunto de mecanismos (CODEPAR/BADEP/FDE) constituiu apenas o elemento institucional endógeno explicativo do ciclo de desenvolvimento econômico vivido pelo Paraná nos anos 70. Outros fatores influenciaram decisivamente o forte dinamismo e a profunda diversificação experimentada pelo aparelho produtivo paranaense nesse período. Destacando-se o crescimento da taxa de investimento da economia brasileira, a existência de uma agricultura com enorme capacidade de resposta aos estímulos modernizantes embutidos na política de crédito agrícola pós-1966 e, principalmente, o programa de atração de indústrias executado pelo governo estadual entre 1975 e 1978. Aqui cabe uma investigação para verificar a influência dos ciclos médios de Juglar.

Aqui nasce à ideologia paranista, que foi uma adequação, da ideologia nacional desenvolvimentista, muito forte no Brasil no final dos anos 1950 aos 1960. O paranismo foi uma ideologia, um artefato construído a partir do Estado, com vistas a mobilizar a opinião pública e os esforços da sociedade no sentido de construir um Paraná economicamente forte e socialmente justo. Chega ao poder com a eleição de Ney Braga governador do Paraná, em seu primeiro governo ainda, como o grande agente que iria pôr em prática a visão da democracia cristã sobre o que deveria ser o futuro do Paraná. Ela foi abortada por concepções ideológicas vinculadas ao regime militar, ou por concepções mais à esquerda, ligadas à redemocratização e à retomada de crescimento com justiça social nos anos 1970 e 1980.

A ideologia paranista de incorporação do trabalhador paranaenses, de captação de capitalistas locais que corressem o risco da instalação de indústrias e de uma industrialização dentro das fronteiras do Paraná, copiando o processo de substituição de importações ocorrido no Brasil. Para isso foi montado no primeiro governo Ney Braga uma rede pública de secretarias e órgãos públicos que é basicamente a rede que temos hoje. Embora a rede pública que temos hoje é bem diferente,

porque o neoliberalismo dos anos 1990 durante o governo Lerner desmanchou a que havia até o fim da década dos anos 1980. Essa rede fazia um planejamento público efetivo, centrado na Secretaria de Planejamento, com alguns órgãos de planejamento fortes, secretarias mais modernas vinculadas ao desenvolvimento econômico e não apenas às funções tradicionais de Governo. (LEÃO, 1999; p. 12-16).

O Paraná se manteve um bom tempo à margem, do grosso do crescimento econômico brasileiro, principalmente até a “marcha forçada”. Pois no início da década de 1960, devido a recessão vigorava uma visão muito pessimista. É interessante, inclusive, que o projeto paranaense de desenvolvimento tenha sido colocado em prática num período de grande pessimismo acerca do desenvolvimento futuro econômico do país, segundo governo de Ney Braga.

Mas o “milagre econômico” faz com que o Paraná também cresça e de uma nova forma, muito distinta da que tinha sido pensada originalmente pelo modelo paranaense de desenvolvimento. Cresce em primeiro lugar, porque tinha já uma agricultura, principalmente no Norte, bastante dinâmica, capitalista, que é a agricultura baseada no café, num contexto em que se monta o embrião do agronegócio. Uma indústria de fertilizantes, uma indústria de máquinas e equipamentos, apoiada também pelos fortes subsídios, vinculados à exportação de produtos agrícolas e à substituição de culturas mais rentáveis comercialmente, como a soja, o trigo e o milho, que passa a ser plantado de outra forma, numa outra escala.

4) A quarta linha de análise negou o modelo da Cepal, mas aceitou a relação de subordinação frente a São Paulo, do modelo da dependência defendendo que a economia estadual recebia os estímulos da economia paulista e, *"dado o dinamismo fornecido por suas condições de operação, [integrava-se] à economia nacional, seja abrindo-se à competição paulista, seja disputando no mercado paulista, em outras regiões e mesmo em mercados do exterior"*.¹

Nos Governos Jayme Canet (1975-79) e Ney Braga (1979-82), pegos pela crise do petróleo foram promovidos reforços para expansão da infraestrutura da logística estatal, durante o auge da crise da fase “B” do quarto ciclo de Kondratieff que atingiram particularmente o setor financeiro e serviços públicos. Os governos privilegiaram a construção de estradas em todo o estado, pois acreditavam que o estado do Paraná

¹ QUATRO visões sobre o Paraná. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.7, n.2, p.3, fev. 1985.

já estava desenvolvido. Tratava-se apenas de dar suporte ao crescimento econômico que parecia inercial, fruto dos investimentos aportados na fase expansiva do ciclo de Kondratieff.

Esse planejamento e orientação faz com que o Paraná comece a transformar sua agricultura e se integrar ao Brasil devido à sua agricultura dinâmica, diversificada, que toma conta do Norte do estado, e avança para o Oeste, uma área basicamente de pequenas propriedades e posseiros vinculados à pequena produção mercantil. Tudo isso vai mudar o Paraná, que se torna um grande produtor agrícola, muito modernizado, assim nasce no Paraná o agronegócio, que é, além da produção agrícola, uma transformação desse produto agrícola através das grandes indústrias moageiras de soja, da fabricação do óleo bruto de soja e de farelo. (CROCETTI, 2007; p. 34-44).

Aos pouco essa produção agropecuária vai se diferenciando e dando origem, por exemplo, à produção de leite, à produção de carne de aves, até se constituir, já na década de 80, numa grande indústria produtora de alimentos, com grau bastante sofisticado de processamento. Essa integração produtiva do Paraná a mercados nacionais e internacionais vai se dar por meio de capitais internacional bem como de capital local, mas principalmente por meio de cooperativas. Verificou-se que o capital local que não se conseguiu ter durante o modelo paranaense de substituição de importações foi obtido com as cooperativas.

Na década de 1970, quando as transformações começam a ficar visíveis, foi muito claro o esforço do estado em adotar as cooperativas. O BRDE, por exemplo, foi um banco que apoiou irrestitivamente as cooperativas como o grande empresário local. Essa foi uma das determinações, que vai, inclusive, industrializar o estado, pois as cooperativas têm um poder de capilaridade. De captação de recursos e de volume de acumulação que puderam fazer com que o Paraná caminhasse rumo a um empresariado local, forte, com capacidade de barganha no plano nacional.

Essa concepção carregava ainda um triunfalismo nacionalista predominante nos anos 70, primeiro com o Milagre Econômico e depois com a "fuga para frente" implícita no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), resultado dos projetos do Brasil Potência ou da "ilha de prosperidade" cercada pela instabilidade mundial. No Paraná, a reprodução das mudanças provocadas pelo ambiente ainda favorável à elevação da taxa de investimento não era suficientemente percebida em razão da maximização e difusão dos indicadores relacionados à exclusão social, como migração, expulsão de mão-de-

obra rural e concentração fundiária. Demonstrado através do Gráfico 2, sobre a evolução do PIB paranaense por setores da economia, fica claro o grande salto industrial depois de 1975 com a criação da CIC, dentro do 2º PND.

5) A quinta interpretação, foi divulgada no documento *Paraná Economia e Sociedade*, de 1988 (documento reeditado pelo IPARDES em 2006), procurou minimizar e articular a crítica e a apologia reinantes na década de 70, e que, separadas, não conseguiam explicar o dinamismo econômico do Paraná. Nessa perspectiva, o documento indicava que "a inserção subordinada em âmbito nacional ou o caráter periférico do Paraná não implicavam estagnação ou tendências de baixo dinamismo".²

O texto também acreditava na expansão e avanço da cafeicultura na região Norte, apesar da crise das geadas de 1976/77, que tinha determinado uma grande erradicação dos pés de cafés. Mesmo assim afirmava que o Paraná passava a integrar o núcleo dinâmico da economia nacional, com enorme potencial de diversificação agrícola dada a abundância de terras férteis e mesmo reconhecendo a inexistência de estruturas remanescentes da época da escravatura que caracterizava um ranço feudal. Nesse a análise foi pífia porque o café sai do Paraná e migra para Minas Gerais e Rondônia, e hoje o Paraná é periférico em sua produção.

Essa visão diagnosticava que o *boom* industrial paranaense dos anos 70 era resultado do dinamismo da agricultura e da apreciável intervenção estatal, mas destacava o caráter excludente daquele surto econômico. Como não poderia deixar de ser, seguia ao padrão nacional do modelo autoritário, que não aproveitou o extraordinário crescimento para encaminhar a correção das distorções sociais. Além de não reconhecer nessa análise o papel estratégico do 2º PND, e a articulação política de atração de capitais e interesses.

Começa um crescimento forte a partir do Golpe Militar de 1964, e especialmente a partir de 1967, com o milagre econômico, que se consegue, na verdade, através de uma adequação perversa entre o padrão de distribuição de renda e o perfil de bens de consumo duráveis. Faz com que o Brasil se liberte da estagnação, e cresça a taxas muito elevadas, pelo menos até 1973, quando se dá a crise do petróleo.

² OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Quinze anos depois: comentários sobre o texto "Paraná – Economia e Sociedade". *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, n.83, p.6, set./dez. 1994.

Com uma taxa de acumulação bastante forte no segundo PND inaugurado com Geisel, o Paraná começa a receber investimentos de outras regiões, principalmente investimentos externos que normalmente iriam a RM de São Paulo, mas que não foram por causa do congestionamento de empresas na metrópole, o que gerou essa deseconomia, formulação usual dos economistas para esse problema.

A cidade de São Paulo apresenta, então, o transbordamento da malha industrial rumo a cidades fora da capital, ou no entorno imediato, como as indústrias que vão para Campinas, Limeira e Piracicaba. Outras regiões, no interior próximo de São Paulo ou num interior mais distante, como Ribeirão Preto ou o sul de Minas ou ainda para Curitiba.

Contou também com vultosos incentivos do governo paranaense ofereceu, tanto incentivos financeiros, fiscais, quanto políticos, na verdade, porque Curitiba tem no governo federal, nessa época, representantes muito importantes em áreas cruciais. Como Ney Braga, Karlos Rischbieter, Maurício Schulman e outras lideranças paranaenses que estão no governo federal e que conseguem atrair essas empresas para o Paraná.

É com esse respaldo, por exemplo, que se instala no final de 1970, a Volvo. E um dos grandes dirigentes da Volvo será Karlos Rischbieter, porque ele partejou a entrada da Volvo no Paraná, rompendo a reserva de mercado no setor automotivo que vigorava no Brasil. O estado começa a ter um interior muito forte e uma diferenciação produtiva, que se concentra basicamente em Curitiba e um pouco em Ponta Grossa, de indústrias no setor metalomecânico, eletroeletrônico, na indústria de computação. Tivemos inclusive a Sid Informática, de capital nacional, se instalando na CIC. (LEÃO, 1999; p. 12-16).

6) A sexta análise interpretativa acabou demonstrando a reprodução regional do quadro da crise recessiva fase “B” do quarto ciclo de Kondratieff (1973), gerando uma crise sem precedentes após os choques do petróleo, batizada pelos economistas como "década perdida" do Brasil nos anos 80, explicado pelos seguintes fatores: insuficiência de gestão do Estado, desequilíbrio das contas externas, fim dos investimentos financeiros internacionais – principalmente depois da eclosão da crise mexicana –, indefinição de esquemas viáveis de financiamento dos investimentos de longo prazo, baixo patamar de inversões fixas, crescente atraso científico e tecnológico do parque industrial e arrocho do poder aquisitivo dos salários, decorrente da escalada da inflação.

Nesse período, a base econômica do Paraná experimentou moderado dinamismo, pelas ações anticíclicas do governo Geisel para combater a Crise Geral do Capitalismo. Ou associado aos fatores pontuais, tais como a continuidade da modernização agroindustrial (fiação do algodão, combate à crise energética – Proálcool –, subprodutos do milho, industrialização de aves, melhoramentos genéticos de bovinos e maltaria). A maturação plena de grandes investimentos realizados em segmentos modernos e/ou novos da indústria paranaense em fins da década de 70 e início dos anos 80, instalação da CIC (Cidade Industrial de Curitiba – fertilizantes nitrogenados, ônibus e caminhões, papel de imprensa, cigarros, micro e minicomputadores), e algumas inversões nos ramos de siderurgia e refrigeradores na onda do Plano Cruzado em 1986. (LOURENÇO, 2002). (Obs. O resultado desse período será analisado no capítulo 3).

A década de 1950 e do Governo de Juscelino Kubitschek, o período e o governo conhecido pelo *boom* da industrialização brasileira, tem que ser pormenorizado, ou seja, o planejamento macroeconômico, por mais que não estivesse em formato de planos — como no Plano de Metas —, estava sendo concretizado. Na cabeça dos administradores do Estado, havia um projeto de Brasil. Suzigan (1989) descreve que o papel mais ativo do Estado no processo de industrialização foi a partir dos anos 50.

Fica evidente, portanto, muitas ações isoladas, mas reunidas em forma de plano, isto é, o Plano de Metas:

1) energia - energia elétrica, nuclear, carvão, petróleo, refino do petróleo (43% dos investimentos);

2) transportes - reequipamento e construção de estradas de ferro, pavimentação e construção de estradas de rodagem, portos e barragens, marinha mercante, transportes aéreos (29,6% dos investimentos);

3) alimentação - trigo, armazéns e silos, frigoríficos, matadouros, mecanização da agricultura e fertilizantes (3,2% dos investimentos);

4) indústrias de base - aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, álcalis, papel e celulose, borracha, exportação de ferro, indústria automotiva, indústria de construção naval, maquinaria pesada e equipamentos elétricos (20,4% dos investimentos);

5) educação - primeiramente para a formação de pessoal qualificado para as atividades produtivas (3,4% dos investimentos); e

6) construção de Brasília e infraestrutura de acesso - foram consumidos entre 2,5% e 3,0% do PIB.

Como resultado da ação estatal no processo industrial brasileiro, Suzigan (1989) conclui que a estrutura industrial avançou no sentido de incorporar segmentos da indústria pesada, da indústria de bens de consumo duráveis e da indústria de bens de capital, substituindo importações de insumos básicos, máquinas e equipamentos, automóveis, eletrodomésticos, etc. Essa estrutura seria a base sobre a qual se apoiaria o rápido crescimento da produção industrial no País.

Esquema teórico elaborado por Rangel para Concessões Públicas

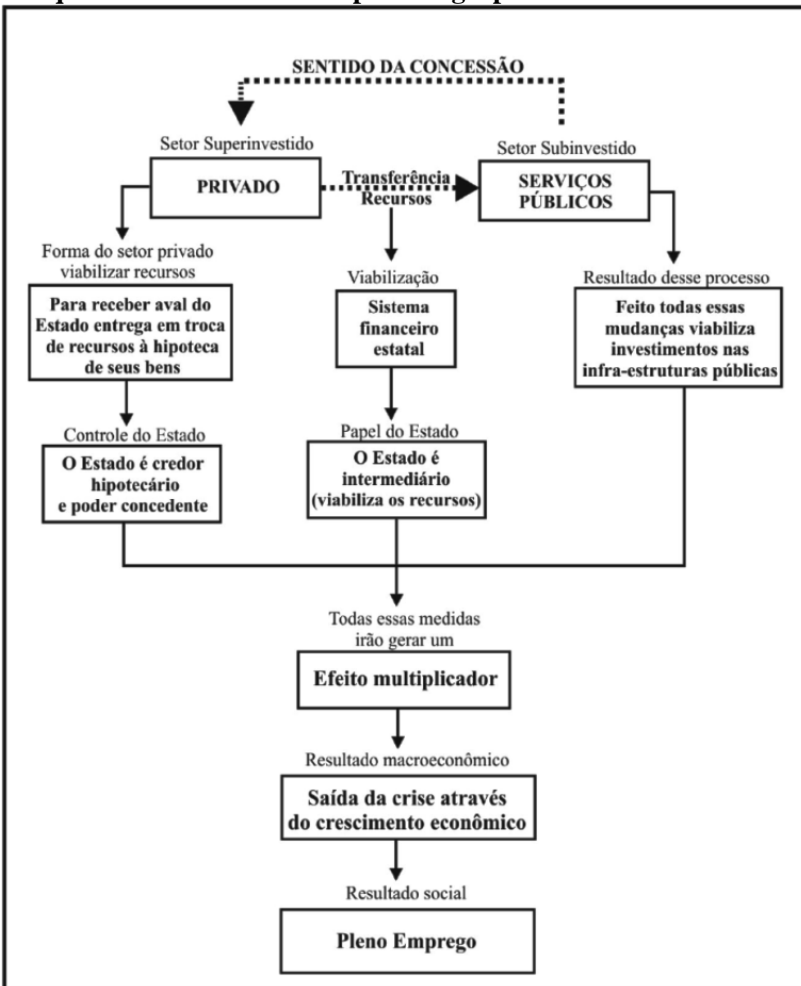


FIGURA 18.

Fonte: SILVEIRA, 2007.

Entretantes, a década de 50 não seria tão promissora, especialmente com o Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, se não fossem as bases criadas pelo Governo Vargas, cujas ações foram maturadas durante a gestão JK.

Rangel ao analisar a década de 50 e suas repercussões nas décadas seguintes (1960-70 e 1980), ao interpretar os sucessivos avanços econômicos e as sucessivas crises, apresenta uma proposta para solucionar a crise dos anos 1980-90, que se baseia no princípio da concessão de serviços públicos à iniciativa privada, isto é, os recursos que são destinados às empresas, que dispõem de capacidade produtiva excedente, seriam transferidos para setores estrangulados da economia que necessitam de investimentos. Para Rangel (2005), mudanças institucionais adequadas podem fazer com que o Brasil arquitete um ambicioso plano de desenvolvimento à base de investimentos nos grandes serviços de utilidade pública. Obviamente, que a proposta de Rangel se orienta na necessidade de um Estado ativo e planejador, qualificação esta à qual a política neoliberal não responde.

Processo e consequência da concessão dos serviços públicos à iniciativa privada, baseada em Ignácio Rangel; para solucionar da crise econômica.

Capacidade instalada pode ser traduzida como o limite da produção ou a capacidade máxima de produção de uma fábrica. É a quantidade de unidades de produto que as máquinas e equipamentos instalados são capazes de produzir. **Capacidade ociosa** é a Diferença entre o volume efetivo de produção e o que seria possível produzir com a capacidade instalada. Deste modo, a capacidade ociosa representa o quanto esta empresa poderia estar produzindo a mais para atingir sua capacidade de produção.

A existência de capacidade ociosa pode ser causada por escassez de matérias-primas ou queda na demanda, eventualmente ligada a um período de recessão econômica; mas pode também estar associada a manobras monopolistas, que visem criar uma escassez artificial do produto e assim forçar um aumento de preços. A **manutenção de capacidade ociosa planejada** pelas grandes empresas que atuam em segmentos de mercado caracterizados por estrutura **oligopolizada ou monopolizada** é estratégica para formar barreiras à entrada de novos concorrentes e para conquistar novas fatias de mercado nos períodos de crescimento da demanda.

Em 1963, assim como hoje, no campo das ideias o pensamento econômico brasileiro se definia por uma ideia quase única sobre a natureza de nosso processo inflacionário, ou seja, a gênese de nosso

processo inflacionário está tanto na demanda excessiva quanto na natureza inelástica da oferta. Ao não se perceber com exatidão a natureza das crises de realização no Brasil, enfatiza-se, até hoje, assertivas equivocadas, como a da insuficiência de poupança interna como causa primária da crise; quando, para Rangel, a crise é expressão justamente do contrário (RANGEL, 1980). Porém, atualmente assiste-se a uma grande utilização de capacidade produtiva instalada o que não invalida a tese central de Rangel (excesso de poupança), tendo em vista que: 1) houve destruição de forças produtivas no Brasil na década de 1990 por conta das políticas “estabilizadoras” neoliberais; e 2) tem havido pífios investimentos em novas capacidades produtivas.

Concluir que a crise reside na abundância de poupança demandou um caminho teórico nada peculiar, pois se, de um lado, Rangel, tinha de passar pelo estágio em que suas análises dos aspectos reais do processo econômico (como a relação entre recursos ociosos e desenvolvimento econômico) demandavam uma futura percepção monetária. Em outras palavras, uma melhor compreensão das peculiaridades da moeda brasileira, de outro, para sobrepujar o “pensamento único” de então, somente algo baseado em um conhecimento profundo da realidade poderia resistir às provas subsequentes e, inclusive, à censura branca impostas à sua obra, somente há pouco tempo levantada.

Desta forma, Rangel levantou o que chamou de “véu monetário”, partindo das múltiplas determinações do processo que envolve a reprodução da moeda no Brasil. Entre as determinações desse processo podemos citar. Os ciclos médios (Juglar-Marx) e longos (Kondratieff) da conjuntura, a taxa de exploração do sistema, o conceito de poupança interna partindo da categoria marxiana de capital constante é a pedra-de-toque de toda essa cadeia sintetizada na capacidade ociosa empiricamente demonstrada e sua relação direta com nossos ciclos endógenos de crescimento e conseqüentemente com a inflação. Afinal em Rangel a inflação é uma expressão cíclica que demonstra o nível de acúmulo de capacidade ociosa no sistema e, conseqüentemente, do nível de recessão da economia como um todo, resultante de um subconsumo oriundo da taxa, crescentemente elevada, de exploração da economia brasileira (RANGEL, 1980).

Para Rangel: “este é o núcleo do problema que proponho que se estude sob a rubrica de dialética da capacidade ociosa, manifestada pela circunstância fundamental de que, no próprio ato de implantar-se, engendrava seu contrário, tendendo, portanto, a perpetuar o esforço de desenvolvimento. A solução historicamente encontrada para o problema consistiu, ciclo após ciclo, na preparação de condições propícias ao

desenvolvimento, implantação ou modernização das atividades responsáveis pelo novo grupo de produtos, essencialmente pelo investimento do excedente econômico, surgido alhures, como fruto da utilização da capacidade excessiva das atividades remodeladas nos ciclos anteriores, especialmente no último” (p. 131-132) (...) “Cada ciclo, em sua fase final ou recessiva (fase “b”, ao pôr em marcha as diversas classes sociais, acaba por introduzir, no sistema, mudanças institucionais com múltiplos efeitos, inclusive sobre os mecanismos financeiros do país, com o resultado final de permitir a captação de recursos oriundos da utilização da capacidade ociosa acumulada no ciclo em via de encerramento, ou noutros, para o fim especial de alimentar os investimentos voltados para o rompimento dos pontos de estrangulamento postos em evidência nos quadros do crescimento do sistema, na fase “a”, ou ascendente, do ciclo” (p. 132).

Rangel prognosticou: “não podemos senão surpreender o processo de gradual implantação de um completo e moderno sistema financeiro à altura dos complexos problemas propostos pelas etapas superiores do desenvolvimento capitalista – tanto mais complexos quanto nossa industrialização tem lugar nos quadros da crise geral do capitalismo mundial, com uma moeda em processo de perene deliquescência, e em luta porfiada com as potências que se desenvolveram primeiro. *Internamente, dado o caráter acentuadamente industrial, compreende-se que o volume de transferências Inter setoriais de recursos, implícito no processo global de formação de capital, seja bem maior do que no capitalismo clássico.* Historicamente, esse complicado aparelho financeiro não surgiu de uma só vez, mas escalonadamente, como o próprio aparelho produtivo, resolvendo, em cada etapa, os problemas concretos apresentados, ordenados em torno do problema central de converter em investimento, numa área do sistema, a poupança resultante do uso da capacidade ociosa surgida noutra área. Entretanto, de degrau em degrau, deveríamos chegar à criação das precondições para o surgimento de um capitalismo financeiro – no sentido preciso e moderno desta expressão, isto é, de íntima associação do capital industrial com o capital bancário. Tal capitalismo financeiro pressupõe, para desenvolver-se, não somente instituições monetárias e financeiras desenvolvidas, como também, um parque industrial razoavelmente integrado, contando em seu seio um sólido departamento de bens de capital, isto é, os elementos fundamentais do setor produtor de bens de produção. Era inevitável e, em nosso caso, esse imperativo”.

Resumindo, Rangel desenvolveu o conceito de dualidade básica constituída dos polos de ociosidade e de anti-ociosidade no contexto da teoria de ciclos econômicos de médio e longo alcance. Em termos operacionais, propôs mudanças no estatuto das hipotecas, de modo a viabilizar garantias para dinamizar concessões de serviços públicos, visando promover investimentos de empreendimentos privados, especialmente em infraestrutura. “No Brasil, como em outras economias capitalistas, o enquadramento jurídico típico para as unidades representativas de tais unidades envolve o estatuto de concessão de serviços públicos operando nas condições de (custo pelos serviços prestados)”.

2.2.3. Interpretação nacionalista do PMDB

7) Essa análise interpretativa é um esforço meu no sentido de decifrar o quebra-cabeça do período dos governos do PMDB, sendo o último modelo interpretativo, antes de o país perder a inocência e cair na barbárie neoliberal.

Essa sétima visão compreende a "redemocratização", verificada após o plano Cruzado. Esse período foi caracterizado pelo comportamento oscilante da economia estadual, atribuído à interferência combinada ou sequencial da recessão econômica oriunda do quarto ciclo de Kondratieff. Que teve um desfecho trágico no final do governo Sarney o qual foi aprofundada durante a gestão Collor, principalmente por conta da instabilidade das cotações internacionais dos produtos primários, do *dumping* internacional e da precária política agrícola implantada pelo governo federal.

Durante a redemocratização, os governos do PMDB (José Richa 1983-86, Álvaro Dias 1987-90 e Roberto Requião 1991-94), mergulhados na crise econômica, propunham-se a construir um novo modelo de desenvolvimento baseado no crescimento do capital nacional e com forte aporte dos investimentos estatais. Que teriam com objetivo uma ação capilar voltada para o interior do Paraná, sobretudo os dois primeiros governos. Imaginavam-se acima dos problemas sociais e, portanto, caberiam às políticas públicas governamentais, geradas em seus gabinetes, as soluções para todos os tipos de problemas.

Contudo, na primeira metade dos anos 90, com o surgimento de alguns fatores de natureza estrutural, (Gestão Itamar Franco) embora incipientes, potencializaram-se as chances de rápida alteração do perfil tecnológico da base produtiva regional, que, segundo as análises de

Rangel, teve início no novo ciclo de expansão Juglariano brasileiro. No caso gerou um pequeno crescimento autossustentado na economia brasileira. Dentre os elementos reestruturantes, sobressaíram-se:

a) a reprodução mais intensa dos ajustes técnico/produção /gerenciais capitaneados pela reestruturação produtiva forçada por Collor, e levado a cabo pela iniciativa privada do país, na direção da melhoria dos padrões de eficiência e produtividade;

b) pelos resultados preliminares da integração comercial do Brasil, com o Bloco dos países do MERCOSUL, e;

c) algumas ações localizadas, colocadas em prática por sucessivas administrações estaduais, na ampliação e restauração e/ou aprimoramento da infraestrutura.

Intervenção nacionalista de Requião em seu primeiro governo, com empreendimentos de infraestruturas, onde se destacaram: a reparação/conservação de rodovias estaduais, a conclusão das obras da Usina Hidrelétrica de Segredo, a duplicação da BR 376 no trecho Curitiba-Joinville, a reativação das obras de construção da ponte sobre o rio Paraná em Guaíra, o término do primeiro trecho da Ferroeste, entre Guarapuava e Cascavel, entre outras ações.

2.2.4. Interpretação Neoliberal da Gestão Lerner (1995-2002)

8) Essa oitava interpretação fizemos para o governo de Jaime Lerner, vertente de explicação da evolução histórica da economia regional iniciada na segunda metade da década de 90, foi marcada pelo chamado “*city marketing*”, isto é, investimento maciço em propaganda de autopromoção do seu governo. Milhões de reais foram gastos para prover o governo Lerner (no sentido de mostrar sua eficiência administrativa), parte do dinheiro bancado com as vendas das empresas Estatais, e aliciamento (terceirização) da estrutura administrativa do Estado a empresários amigos. Trabalhou para resgatar a ideia de “vontade de industrialização no Paraná”, interrompida anteriormente por conta da crise.

Os dois governos seguidos do Jaime Lerner/PFL 1995-2002 objetivavam uma nova reestruturação econômica e territorial. O Paraná não é mais visto como um único espaço ou território, mas como regiões com vocações particulares e distintas dentro do processo de integração neoliberal. Lerner e seu grupo político, partidários da dinâmica da globalização econômica, investiram pesado numa nova espacialização/territorialização do Paraná, visando uma integração

rápida, nesse modelo de pensamento único do Mercado Nacional e Internacional, que podemos ver nessa espacialização

Podemos destacar que até a década 80, o estado do Paraná apresentava uma estrutura produtiva sustentada nas etapas iniciais e intermediárias do complexo agroindustrial, configurando um processo permanente de transferência de potencial de agregação de valor, geração de empregos, exportação e arrecadação tributária para fora de suas fronteiras. Essa restrição crônica impunha à base econômica estadual uma forte dependência das condições climáticas, do comportamento dos mercados mundiais de *commodities* e da política agrícola deficiente do governo federal. Essas questões serão discutidas com maior profundidade no capítulo 3.

Por décadas a característica básica do Paraná foi de comprador líquido de mercadorias de outras unidades federativas, principalmente de São Paulo, evidenciada pelas relações de troca desfavoráveis, consequência do comércio inter-regional alicerçado nas exportações de produtos agrícolas e matérias-primas agroindustriais e importações de insumos industriais e bens de capital e de consumo duráveis.

Essas relações tiveram início com a expansão dos cafezais ao Paraná, no final do século XIX, e início do XX, durante a permanência da oligarquia Paulista e Mineira no poder da República (1889-1930), que foi se dissolvendo gradativamente com a revolução de 1930 do governo Vargas. Mas com a volta da “oligarquia predatória” ao poder com a UDN de Dutra em 1946, se agravaram, principalmente com a crise cambial de 1947 e principalmente com o confisco cambial imposto ao café. Essas políticas acabaram transferindo renda do Paraná para São Paulo, utilizadas para infraestrutura e incentivo a industrialização centralizadora.

Por conta desses processos, o desejo de industrialização do Paraná sempre foi muito forte, e foi brilhantemente decifrado, como sinônimo de desenvolvimento. Magalhães Filho argumentava, no final dos anos 60, que *"no Paraná não temos a menor perspectiva de que, para os próximos anos, e talvez décadas, surja algum produto primário com mercado internacional satisfatório, capaz de dar-nos crescimento ao ritmo que o café nos deu no passado"*.³

Mas a disposição de crescimento e diversificação industrial do Paraná foi mais uma vez retardada por mais um golpe da “Elite Oligárquica Brasileira”, através de um dispositivo constitucional que

³ MAGALHÃES FILHO, Francisco. Perspectivas industriais do Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: BADEP, n. 15, p. 16, nov./dez. 1969.

isentou as vendas interestaduais de energia do recolhimento do ICMS em 1989, transferindo a cobrança no ICMS para o destino. Com a criação do disposto de *royalties* palavra de origem inglesa derivada da palavra "royal" que significa aquilo que pertence ou é relativo ao Rei, hoje significa a importância paga ao detentor ou proprietário de um território, recurso natural, produto, marca, patente de produto, processo de produção e obra original, pelos direitos de exploração, uso, distribuição ou comercialização do referido produto ou tecnologia. (LEÃO, 1989; p. 43-51).

Com o retorno da "Elite Udenista" ao poder com o governo FHC, e com manobras dos ministros do Planejamento e Fazenda, liderada por José Serra, realizou-se uma minirreforma tributária, onde foi confirmado o dispositivo de cobrança de *royalties* para os locais de produção de energia elétrica, petróleo e mineração. E confirmado a cobrança de imposto desses serviços públicos ou não no consumo (ICMS), implantado através das suas agências reguladoras e do modelo de privatizações. Para compensar as perdas dos estados produtores foi implantação a distribuição de *royalties*, no caso paranaense a energia elétrica não é pago na geração, mas na distribuição, ou seja, no consumo. Fruto das articulações alicerçada no modelo dependentista do Consenso de Washington privatista, com o objetivo de capitalizar o estado de São Paulo falido por sucessivas administrações desastrosas. Assim a operação interligada do sistema elétrico brasileiro impôs a transferência, para os estados consumidores, uma parcela expressiva de recursos através da cobrança de 25% de ICMC no destino. Além de em nome da socialização, baixar o preço médio do KW hora da energia elétrica gerada em território paranaense. Pois devido aos esforços tecnológicos da COPEL, o preço da energia era a mais barata do Brasil, e a amortização dos custos da geração era uma das mais baratas. Mas com a média do sistema, agregado os custos mais caros de outros estados geradores, o novo preço de comercialização, ficou o equivalente a um quarto daquele praticado nos grandes centros consumidores e, o que é pior, sem o fato gerador de receita tributária na origem. Cabe destacar que em minha dissertação apresentei um mapa regionalizando as ações do governo Lerner.

O triste da história é que a vantagem conferida pelos superávits na geração de energia não livraria o Paraná de eventuais racionamentos por insuficiência de produção para o atendimento do sistema nacional integrado. Na realidade, negociatas mal intencionadas e equivocadas, realizadas durante a preparação da Constituição de 1988, levaram a elite

política paranaense a supor que o recebimento dos *royalties* suplantaria com folga as perdas com o ICMS da energia.

Mais tarde constatou-se que os *royalties* cobrem menos de um quarto dos prejuízos derivados da impossibilidade legal da cobrança de ICMS nas transações entre estados. Assim, o episódio acabou consolidando o Paraná como megaprodutor e exportador de energia elétrica. Esse mecanismo ainda garante, principalmente ao estado de São Paulo, subsídios à industrialização e a elevação da arrecadação tributária do centro hegemônico do país. Não se sabe se esse modelo de Centro-Periferia é um projeto paulista de desenvolvimento, baseado na tese de 1949 de Raúl Prebisch, Centro-Periferia. No caso de Prebisch, ele procurava explicações e soluções para os problemas de desenvolvimento da América Latina, em bases alternativas àquelas da teoria econômica ortodoxa. Em seu pensamento, a América Latina fazia parte de um sistema de relações econômicas internacionais que funcionava como uma espécie de constelação, na qual os países industrializados estariam no centro e a América Latina ficava na passiva periferia.

Talvez por conta dessa interpretação Pedro Calil Padis denominou sua tese de doutorado como *Formação de uma Economia Periférica: O caso do Paraná*. Raúl Prebisch formulou o esquema centro-periferia, que permanece de grande utilidade para o entendimento da América Latina, e do Brasil, de relações intra-regionais, interestaduais e inclusive das interpretações entre municípios dentro do território estadual.

As sucessivas crises mundiais ainda têm como causa os elementos levantados por Prebisch, – desequilíbrios do balanço de pagamentos, estrangulamentos na infraestrutura, crise social. A grande virtude dessa literatura era tratar esses elementos de forma integrada, juntando as peças do quebra-cabeça, e não simplesmente listar os componentes do problema e tratá-los separadamente. Por outro lado, uma lição aprendida foi a importância de atentar para as heterogeneidades e desequilíbrios, que se manifestam em todas as dimensões do processo de desenvolvimento: desigualdades sociais, setoriais, tecnológicas, regionais e internacionais.

O pensador independente, Ignácio Rangel, em uma formulação feita em 1987, recomendava algumas ações a serem tomadas pelo governo paranaense para promover um surto de industrialização. Rangel profetizava que;

*“não devemos perder de vista que o Paraná é parte integrante da economia nacional, e que esta, precisamente em consequência do processo de industrialização, sem romper de vez os laços federativos, tornou-se incomensuravelmente mais unitária do que o era há 50 anos. Assim, cabe ao Paraná ter uma visão bastante clara de qual é o esquema de industrialização do país como um todo e buscar realisticamente neste esquema o seu lugar.”*⁴

A mudança de postura autônoma sugerida por Rangel aconteceu a partir de meados de 1990, mas, por uma ruptura neoliberal, que dilapidou o patrimônio público brasileiro, e por consequência o paranaense. Acabou acontecendo pela elevação da taxa de investimento da economia brasileira, fruto da abertura econômica e do processo de privatizações associado à ampliação do horizonte de tempo de previsão econômica, alicerçado no modelo de dependência do Consenso de Washington, ancorado pela estabilidade monetária mundial. Esse modelo foi beneficiado pelo início da fase expansionista do ciclo de Juglar brasileiro.

Nesse contexto, os defensores do modelo neoliberal do Consenso, como (CASTRO, 1997), defenderam que as mudanças deveriam ser aceleradas pela estabilização e pela globalização. Defendeu inclusive que;

*“há uma nova revolução no horizonte. A arbitragem múltipla, concernente à mão-de-obra, aos recursos naturais e aos próprios benefícios fiscais, está redesenhando a geoeconomia do país. Para responder a esse tipo de desafio, o Sul tem que fazer opções estratégicas e mobilizadoras de longo prazo e reestruturantes”.*⁵

Pelo mesmo argumento, (CANUTO, 1998) ressaltou que;

⁴ INDJAIAN, Artur. Saídas para a crise – entrevista com Ignácio Rangel. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.9, n.5, p.2, maio 1987.

⁵ CASTRO, Antonio Barros de. Mudanças na dinâmica regional da economia brasileira. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.91, p.7, maio/ago. 1997.

"o novo marco da economia brasileira, a partir dos anos 90, fez-se acompanhar por profunda alteração na dinâmica regional brasileira, em relação àquela predominante até o início dos anos 80. Por um lado, enfraqueceram-se, em termos relativos, as oportunidades regionais derivadas do crescimento integrado do país ou de suas regiões anteriormente líderes".⁶

Ainda assim, algumas reflexões pontuais, centradas em observações da conjuntura, delineavam cenários mais pessimistas para a base produtiva do Estado.

Oliveira chegou a construir uma *"avaliação pouco favorável sobre o futuro da economia paranaense, com seu setor exportador prejudicado pela valorização cambial, num quadro pouco propício à retomada dos investimentos"*.⁷ (CROCETTI, 2007; p. 44-50).

⁶ CANUTO, Otaviano. A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisas para o Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.94, p.26, maio/dez. 1998.

⁷ OLIVEIRA, Carlos Alonso Barbosa de. Quinze anos depois: comentários sobre o texto "Paraná - Economia e Sociedade". **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: IPARDES, n.83, p.14, set./dez. 1994.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

A Formação Sócio-espacial do Paraná que resulta das diversas determinações (físicas, econômicas, sociais e culturais) vem se caracterizando nas últimas décadas, como já havia acontecido no Sudoeste brasileiro em décadas passadas, num forte processo de concentração econômica e populacional, principalmente na região polarizada por Curitiba. Que será analisado em profundidade do capítulo 3.

Diferente de Rio Grande do Sul e Santa Catarina no Sul do Brasil, o Paraná vem se unificando por uma Grande Metrópole, a maior do Sul, Curitiba e sua Região Metropolitana. Essa unidade espacial chamada; Região Metropolitana de Curitiba (RMC) é composta por 26 municípios que se articulam em três anéis concêntricos formando uma combinação sócio-espacial única. Sendo a primeira combinação, com os municípios contíguos ao território de Curitiba e totalmente integrados a dinâmica espacial e econômica, quanto ao consumo de bens e serviços, além do escoamento de suas produções. Os outros dois anéis mais distantes têm seus territórios menos influenciados por Curitiba, o que caracteriza pouca fluidez e articulação econômica com a metrópole, que serão analisados por maiores detalhes nos capítulos seguintes.

Podemos concluir que entre as teorias apresentadas para desvendar o desenvolvimento ou atraso econômico, a que se destaca é proposta do planejamento do governo do Paraná, através da formulação *Paraná Economia e Sociedade*, de 1988. Ela foi pensada para se contrapor à concepção de um Paraná periférico, argumentando e defendendo um dinamismo econômico a partir do café. Portanto os planejadores do governo acreditavam que tal dinamismo era resultado da sua agricultura, e negava também a tese do Paraná dependente.

Mas demonstramos, que a realidade social é muito complexa, como nos ensinou Marx, assim sendo, ela é resultado de múltiplas determinações, então os autores ou aparelhos de planejamentos do Estado, partem para soluções generalizadoras, como vimos, em alguns casos contaminados por emoções partidárias e políticas. E forçaram seus argumentos para demonstrar o acerto e a certeza de suas interpretações e análises, ora afirmando que a vocação do Paraná era agrícola, e que deveria se desenvolver associado à dependência de São Paulo. Ora defendendo o café como salvação para o desenvolvimento, mas também defendendo uma industrialização autônoma, com financiamento público e por meio de projetos elaborados nos órgão de planejamento do Estado.

Criando mecanismo para realização e implantação de iniciativas que visavam o desenvolvimento de um empresariado com capital local.

Mas essas análises deixaram de interpretar outras determinações, como as políticas públicas nacionalistas elaboradas nas gestões de Getúlio Vargas e seu interventor no Paraná, Manoel Ribas, que foram fundamentais para a modernização do Paraná, além de afastar as oligarquias corruptas do poder. E negligenciaram o sucesso do projeto nacionalista do paranismo do grupo político de Ney Braga, e as suas ações estratégicas de aparelhamento do Estado de órgãos de planejamento e ações de longo prazo, com capilaridade para o desenvolvimento econômico. Também tornaram invisíveis as políticas públicas de descentralização industrial do 2º PND do governo Geisel, e ações de políticos locais na atração de recursos e investimentos, como o projeto da CIC, com a atração da REPAR, Volvo, entre outros empreendimentos. Também foi pouco analisado o papel PPM, no Oeste e Sudoeste paranaense, além do dinamismo das cooperativas e a reestruturação silenciosa na Região Norte, que criaram um novo dinamismo industrial, agroindustrial e tecnológico para o estado do Paraná. Demonstrado parcialmente no Gráfico 2, desse capítulo.

3. O DESENVOLVIMENTO DO PARANÁ E OS CICLOS DE ACUMULAÇÃO

3.1 Ciclos Longos e a Transição Para Economia Industrial

Introdução

Nesse capítulo vamos interpretar a evolução da economia paranaense através da teoria dos ciclos longos de Kondratieff. Primeiramente vamos explicar a formulação da teoria, e sua atualidade inspirado da Crise Geral do Capitalismo atual.

Mas o mundo se pergunta o que disparou essa crise atual? Serão os derivativos, que Warren Buffett chamou de "armas financeiras de destruição em massa"? Ou são, por acaso, as hipotecas do *subprime*? Ou quem sabe os especuladores da securitização, que estimularam a alavancagem de derivativos? Pode ser especuladores do petróleo e das matérias primas? Achar os culpados não parece ter importância real, essas possíveis determinações funcionam como diversão, ou seja, são como cortina de fumaça para se tirar o foco do principal. Isso é concentrar-se na poeira, como dizia Fernand Braudel, são os eventos de curta duração. Se quisermos entender o que está ocorrendo necessitamos lançar um olhar amplo para outras temporalidades, que é muito mais revelador, um cenário de longo prazo.

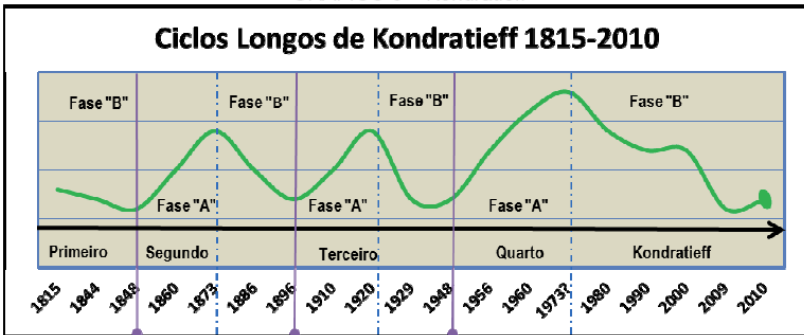
Interpretar esse quebra cabeças a partir, por exemplo, dos cíclicos de média duração, ou aqueles de tendências estruturais de longa duração. A economia-mundo capitalista teve, durante vários séculos, formas de vai-e-vem cíclico. O que iremos usar são os chamados ciclos de Kondratieff, que historicamente teriam uma duração de 50-60 anos aproximadamente.

De acordo com a formulação de Kondratieff cada ciclo tem uma fase de ascensão e declínio. A dinâmica interna dos ciclos (chamado de ciclo de Kondratieff depois dos estudos dele) é baseada no princípio de flutuações, no mecanismo de acumulação, concentração, dispersão e desvalorização do capital como um fator chave para o desenvolvimento do mercado capitalista da economia.

Além disso, sua interpretação do desenvolvimento da crise do capitalismo indicou que essa regularidade cíclica vai existir enquanto o modo de produção capitalista persistir. *"Cada nova fase do ciclo é pré-*

determinado com acúmulo de fatores da fase anterior, e cada novo ciclo está seguindo o precedente tão naturalmente como uma fase de cada ciclo após o outro. No entanto, ele tem que ser entendido separadamente, pois cada novo ciclo surge com especiais e novas condições históricas, e se desenvolve num novo nível das forças produtivas e, portanto, não é uma simples repetição do ciclo anterior". Portanto não se trata de uma repetição simples de uma crise anterior, como muitos pesquisadores vêm repetindo, mas, de novas condições históricas que o processo capitalista criou. (KONDRATIEFF, 2010; p.12-17).

GRÁFICO 3 – Kondratieff



Fonte: Mamigonian: 1987 p. 63-71 e Rangel: 1990 p. 33-35. Elaboração Crocetti 2011.

Obs. A linha do gráfico Kondratieff foi construída pelas médias trienais do crescimento econômico mundial, com base nos gráficos do Banco Mundial 2011 e das tabelas de Mamigonian: 1987 p. 63-71 e Rangel: 1990 p. 33-35.

Para fundamentar sua teoria, Kondratieff procurou examinar o comportamento de variáveis econômicas e sua dinâmica, efetuando, ao longo dos anos, a análise do movimento médio das séries e indicadores de preços e mercadorias. Tais como taxas de juros, investimentos dos bancos, salários dos trabalhadores em atividades agrícolas e industriais, alterações populacionais, importação e exportação, depósitos e poupanças bancárias, total de comércio exterior, consumo e produção de carvão e petróleo; produção de ferro gusa; produção de cereais por acres e produção líder. Nestes ciclos a fase de expansão é caracterizada por superinvestimentos em bens de capital e, na fase de depressão, por um processo de depreciação. Ver teorização esboçada no Gráfico 3.

"Modificações nas técnicas têm sem dúvida um papel muito influente sobre o curso do desenvolvimento do capitalismo. Mas ninguém provou que elas têm uma origem acidental e externa. Modificações nas técnicas de produção presume (1) que relevantes descobertas e invenções científicas foram feitas, e (2) que é economicamente viável usá-las. Seria um erro óbvio negar o elemento criativo das descobertas e invenções científico-técnicas. Mas de um ponto de vista objetivo, ocorreria ainda um grande erro se alguém acreditasse que a direção e a intensidade destas descobertas e invenções fossem meramente acidentais; é muito mais provável que a direção e a intensidade sejam uma função das necessidades da vida real e do desenvolvimento precedente da ciência e da técnica. Invenções científico-técnicas por si mesmas, portanto, são insuficientes para trazer uma mudança real na técnica de produção. Elas podem se manter inativas tanto quanto as condições econômicas favoráveis de suas aplicação estiverem ausentes. Isto está revelado no exemplo das invenções científico-técnicas do século XVII e XVIII que foram usadas em larga escala somente durante a revolução industrial e início do século XVIII. Se isto é verdade, então a suposição de que as modificações técnicas são de caráter aleatório e não de fato a fonte nascente de necessidades econômicas perde o seu peso. Nós vimos antes que o desenvolvimento das técnicas em si é parte do ritmo das ondas longas."

(KONDRATIEFF, 1984; 35-36).

Para a determinação dos anos de tais tendências, ele concluiu que os limites destes ciclos podiam, todavia ser representados como sendo as variáveis de 40 a 60 anos aproximadamente, e estabeleceu um gráfico mais provável dos ciclos. (ver Gráfico 1 no capítulo 1, e nesse capítulo ver o Gráfico 3).

Ao examinar a natureza dos longos ciclos, do ponto de vista das modificações nas técnicas de produção, Kondratieff observou que as regularidades do processo ajudam a estabelecer algumas regras empíricas para o movimento das longas ondas. E dentro desta perspectiva, em um curto, mas importante trecho, Kondratieff revelou o papel das modificações nas técnicas nos longos ciclos:

Para (SCHUMPETER, 1984; p. 62-77) – economista e professor de Harvard –, que desenvolveu a teoria da Inovação, interpretou que os longos ciclos resultam da conjugação ou da combinação de inovações, e cria um setor líder na economia, ou um novo paradigma, ou inovação tecnológica que impulsiona o crescimento rápido desta economia. Este setor promove, antes de consolidar a sua hegemonia, uma avalanche de transformações e de destruições criativas, para ele a crise geral do capitalismo é também fruto do esgotamento tecnológico, ou seja;

*"O Capitalismo, então, é, pela própria natureza, uma forma ou método de mudança econômica, e ele nunca pode estar estacionário. E tal caráter **evolutivo** do processo capitalista não se deve meramente ao fato de a vida econômica acontecer num ambiente social que muda e, por sua mudança, altera os dados da ação econômica; isso é importante e tais mudanças (guerra, revoluções e assim por diante) frequentemente condicionam a mudança industrial, mas não são seus motores principais. Tampouco se deve esse caráter **evolutivo** a um aumento quase automático da população e do capital ou dos caprichos dos sistemas monetários, para os quais são verdadeiras exatamente as mesmas coisas. O impulso fundamental que inicia e mantém o movimento da máquina capitalista decorre de novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados, das novas formas de organização industrial que a empresa capitalista cria (...). A abertura de novos mercados -- estrangeiros ou domésticos -- e o desenvolvimento organizacional, da oficina artesanal aos conglomerados (...), ilustram o mesmo processo de mutação industrial (...) que incessantemente revoluciona a estrutura econômica a partir de dentro, incessantemente destruindo a velha, incessantemente criando uma nova. Esse processo de **Destruição Criativa** é o fato essencial do capitalismo. É nisso que consiste o capitalismo e é aí que têm de viverem todas as empresas capitalistas."*

(SCHUMPETER, 1984; p.112-113).

A tese marxista do “*lumpen proletariado*”, proletariado esfarrapado, que não consome e provoca a saturação do mercado dos mais ou menos ricos continua válida. A diferença relativa ao Século XIX é que agora a situação é global, e são os ricos que estão com os mercados mais saturados.

Estamos a caminho do período de recessão/estagnação. Não dá para dizer que haverá uma depressão profunda da economia, tampouco que um grande conflito armado vai fechar esta fase. Embora possamos interpretar que talvez o sistema se autorregulou, com guerras pontuais na periferia do sistema (Afeganistão, Iraque, Líbia, entre outras). Podemos estar errado, evidentemente. Embora a onda dos ciclos de crescimento e depressão da economia se encaixe com exatidão. Alguns analistas sugerem que o ciclo deve ser corrigido pela expectativa de vida da população – se ela se alonga também o ciclo cresce.

Na interpretação de Rangel/Armen; Na década de 1980, em pleno período depressivo fruto da crise do petróleo, quando o Reagan assume os EUA e a Thatcher na Inglaterra, ocorre uma política reversiva em termos de agressividade. Passaram a adotar uma política econômica de não fechar o mercado estadunidense, como tinha acontecido na crise de 1929/30. Ao contrário, fizeram uma política dupla: abertura para certas coisas e fechamento para outras. Fechamento, por exemplo, das importações de automóveis, sobretudo japonesa. Então, os japoneses foram obrigados a instalar fábricas nos Estados Unidos; isso fez parte, portanto, de uma política deliberada: vamos recuperar a economia dos EUA.

Uma das estratégias foi liberar o mercado financeiro. A liberação do mercado financeiro significou que eles puderam operar no mundo inteiro. E essa recuperação financeira ocorreu por causa das desregulações, isto é, as moedas deixaram de ter paridade com o dólar, aboliram o câmbio fixo. Implantaram o cambio flexível. Ocorreram muitas especulações com as moedas, que afetou, por exemplo, a Inglaterra nos anos 80. Os especuladores atacaram a libra esterlina. Passou a haver uma liberação da compra de ações praticamente do mundo inteiro, com exceção talvez no Japão, que se segurou um pouco.

Durante a crise dos anos 1929/30, ocorreu o esgotamento tecnológico, e havia uma necessidade de renovação tecnológica do capitalismo. O capitalismo já tinha esgotado a sua capacidade de lucratividade com a tecnologia que dispunha. Então o capitalismo precisava encontrar fórmulas tecnológicas, organizativas etc., para superar a crise.

Nos anos de 1980, uma das formulas que os EUA usaram foi exatamente adotar o *Toyotismo*, que nem eles conheciam direito. Então eles tiveram que acelerar. Mas era só um mecanismo de organização da produção industrial. Na verdade, muito mais do que isso havia atrás dessa crise toda a necessidade de uma revolução tecnológica que já estava começando e não parou. Até hoje essa revolução tecnológica está andando, ela foi simplesmente retardada pelo fato de que eles puderam ter lucros astronômicos no mercado financeiro especulativo. Não havia então necessidade de fazer tantos investimentos em novas tecnologias, que exigem centenas de bilhões em novos investimentos, então o caminho mais fácil foi colocar as grandes corporações no mercado especulativo.

Uma das razões pelas quais a crise do capitalismo não acabou foi que as novas tecnologias continuam proporcionalmente atrasadas. Atrasadas porque a financeirização foi prioridade para ter uma lucratividade imediata. O capitalismo está atrasado do ponto de vista de revolução tecnológica. E só essa revolução tecnológica é que vai permitir à economia mundial toda se recuperar. A atual crise da primeira década dos 2000, essa crise vai acelerar a corrida tecnológica porque está demonstrado que aqueles que ficarem esperando excessivamente vão ficar para trás.

A questão da revolução tecnológica é uma questão da qual não se escapa. Isso não é uma coisa que se possa controlar ou deixar de controlar. São leis do capitalismo. O capitalismo quando entra num período depressivo é obrigado a procurar novas fórmulas de lucratividade. E uma delas são tecnologias novas. Nesse sentido, dá para dizer que o fordismo já acabou, foi substituído pelo *toyotismo*. Dá pra dizer que a segunda revolução industrial já acabou ela está sendo substituída pela terceira. Então, é um fenômeno inexorável — não é coisa que dá pra ser a favor ou contra.

A relação produção/consumo para o capitalismo é fundamental. Não se pode brincar. Consequentemente, o que vem por aí — num futuro relativamente próximo — é uma diminuição da jornada de trabalho, como já houve nas outras revoluções industriais. Porque para o capitalismo não interessa ter uma população desempregada muito numerosa. Há uma margem de tolerância política. E, por outro lado, há uma necessidade de que a relação entre produção que sobe verticalmente pela revolução tecnológica seja acompanhada por uma capacidade de consumo. Essa capacidade de consumo pode ser induzida pelos Estados, sob a forma de uma redução da jornada de trabalho como aconteceu em todas as revoluções industriais.

Ficou provado com as sucessivas Crises Gerais do Capitalismo, que essa história de que o mercado regula e o Estado é dispensável é um grande engodo, uma bobagem. Em nenhuma economia existe o mercado exclusivamente ou o Estado exclusivamente. Na União Soviética não era assim — existia o mercado e existia o Estado. Nessa crise o capitalismo está se saindo razoavelmente bem. Isto é, eles estão sabendo que não podem deixar estourar o sistema bancário. Mas, o sistema bancário não pode ser controlado pelos Estados. Há uma força de autonomia do sistema bancário no capitalismo, diferentemente do socialismo. Na China não se pode imaginar um sistema bancário, um sistema financeiro, que faça o que quiser. Isso não existe. O socialismo controla os eixos principais das decisões econômicas, dos mecanismos econômicos. No capitalismo isso não acontece. A grande vantagem, do socialismo sobre o capitalismo é essa capacidade de juntar o poder do Estado com o poder do mercado.

Interpretação das consequências e soluções da crise no Brasil, formulada por Armen Mamigonian (2011), uma síntese que atualizo e apresento a seguir; Na crise de 1930 a revolução significou a ascensão ao poder dos industriais, como um setor de inserção secundário no pacto de poder. O setor principal eram os latifundiários, sobretudo os estancieiros gaúchos e Minas, que recebeu apoio também do sertão do nordeste; então esse pacto de poder foi um pacto desenvolvimentista. Pois havia interesse do próprio latifúndio. Porque ao latifúndio interessava exportar mais, ao latifúndio interessava os investimentos na rodoviarização do país, valorizaria as suas terras, mas por outro lado, não interessava nenhuma proposta de reforma agrária, nesse ponto o pacto era sagrado: ninguém ia propor uma reforma agrária que passasse por esse pacto de poder.

Mas como constatamos mais tarde, a Reforma Agrária não era condição indispensável para um crescimento econômico; está provado hoje, não precisou. Com a substituição das importações, e a consequente produção de tecidos, cigarros, sapatos etc., no lugar de importar, passaram a produzir internamente. Que em uma etapa seguinte, foi estendida para; cimento, material de construção, tinta, azulejo, etc. Então a urbanização exigia; mais pra frente por conta da rodoviarização, seria necessária a criação e produção, de refinarias de petróleo, ia precisar de aço, e coisa parecida e assim foi indo.

Chegou o momento em que esse pacto sofreu uma crise em 1990, e ocorreu um rompimento desse pacto, por parte do imperialismo estadunidense, que impôs a saída dos industriais brasileiros e a substituição por eles, eles já estavam no poder pelo lado, das suas

relações com os bancos brasileiros. Então em 1990 houve uma contrarrevolução neoliberal imposta pelos Estados Unidos, Collor, depois Fernando Henrique e etc.

Os industriais que eram minoritários no pacto de 30, precisaram de um latifundiário como o Getúlio Vargas para alavancar o setor industrial, ou seja, a Companhia Siderúrgica Nacional saiu das mãos desse latifundiário. Isto é, Getúlio sabia em 1930 que podia jogar de um lado com o Japão e Alemanha e do outro lado com os Estados Unidos e Inglaterra então o Brasil, por exemplo, exportou algodão em grandes proporções para o Japão e Alemanha, e isso aí os intelectuais brasileiros fazem questão de esquecer. Também se esquecem de dizer que ele era um líder muito competente para os interesses nacionais.

Quando começa a Segunda Guerra não havia praticamente outra opção, apenas o Imperialismo Estadunidense, mas Getúlio sabia que podia jogar e nesse jogo mandou em 1938-39 um general a percorrer a Inglaterra, Estados Unidos, a Alemanha para ver quem iria financiar a siderurgia brasileira, então ele arrancou a Companhia Siderúrgica Nacional. O que podemos concluir com isso? Que esses latifundiários nacionalistas alavancaram a indústria brasileira. Os industriais eram os sócios secundários. Tanto que em 1932, na revolução constitucionalista, os industriais aderiram.

Agiram como um bando de ignorantes. Eles não sabiam que a revolução constitucionalista contra o Getúlio seria contra eles. Aí o Roberto Simonsen foi obrigado a sair, mas logo voltou. E agora quando terminou o governo do Fernando Henrique, houve um novo fato, digamos inusitado. Assim como em 1930 um latifundiário, um estancieiro foi o pai da industrialização brasileira, agora, sem que os industriais tivessem consciência disso, precisou de um Lula, que sai do movimento operário, para que eles pudessem ser novamente alavancados.

Podemos afirmar que os industriais brasileiros são extremamente competentes e extremamente agressivos do ponto de vista empresarial. Por isso de certa forma o Lula acabou sendo o representante dos interesses nacionais, que interessam tanto à classe operária quanto à burguesia industrial brasileira. Mas ele ganha as eleições e o sistema está dominada pelo neoliberalismo. Então Lula é obrigado a engolir, por exemplo, o Banco Central. Ele poderia ter pressionado o Banco Central, ter mudado suas políticas há mais tempo, mas o Banco Central foi o imperialismo dentro do governo. Quer dizer, o pacto de poder em 1990 eliminou a burguesia industrial. Então, neoliberalismo, abriu a economia, destruiu uma série de empresas. Essa burguesia incompetente

do ponto de vista político precisava de um governo de esquerda, de centro-esquerda. E esse governo tem desempenhado esse papel, mas não conseguiu durante a gestão Lula (2002-2010) desalojar o imperialismo estadunidense do governo, que está dentro que é o Banco Central.

O Banco Central não pode ser controlado pelo sistema financeiro. Ele tem de ser controlado pelo Estado brasileiro, tendo em vista os interesses nacionais, os interesses dos trabalhadores, da criação de emprego. E podem-se assegurar interesses também dos bancos. Mas eles não podem mandar. Eles não podem dizer qual vai ser a taxa dos juros, se vão aumentar tanto, o câmbio vai ser do jeito que está aí e coisas parecidas. Esse câmbio, por exemplo, é um câmbio desastroso.

O Brasil reúne condições políticas hoje pra romper esse entrave, porque o governo demonstrou competência. Então tem poder de fogo decorrente da competência demonstrada. Quer dizer, em 2009 demonstrou que sabe administrar a crise. Tiveram políticas econômicas, Mantega, BNDES, etc. que demonstraram competência. E se demonstraram competência, tem que ter o direito de controlar o conjunto da política econômica brasileira. O Banco Central não pode ficar nas mãos do imperialismo e dos banqueiros. Precisamos também de um sistema financeiro nacional. Precisamos romper com essa dependência do sistema financeiro dos Estados Unidos. Outra coisa é que precisamos também de uma reforma urbana, que proporcione muitas moradias.

No final de 2010, com a proposta da Reforma Urbana, e o PAC para construção de moradias, através de vários programas e sistemas, e no final de 2011 e início de 2012, com a retomada gradativa do Banco Central, através da direção do Alexandre Tombini, que sinalizou um recuo gradativo das taxas de juros. Movimento associado às políticas de desonerações da indústria, limitações de importações do México, restrição ao capital externo especulativo, novas taxações e aumento do IOF, feitas por Mantega, já sinalizam certa independência econômica, e uma maior agressividade e zelo aos interesses nacionais.

3.1.1 A Erva-Mate: Gênese Industrial do Paraná e Curitiba

Introdução

Depois da emancipação da província em 1853, resultado da crise geral do capitalismo durante a fase “B” do primeiro Kondratieff e ao final desse século, a economia paranaense é impulsionada pelo cultivo da erva-mate, seguida da exploração madeireira e das lavouras de café, embora ainda muito incipiente. O café só ganharia importância com a expansão paulista no Norte do Paraná a partir de 1880. O crescimento econômico continua no início do século XX, com a construção de ferrovias e um grande aumento na população, baseado na migração interna vinda do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e estados do Nordeste e principalmente com a imigração estrangeira.

Esses imigrantes eram eslavos (polacos e ucranianos) italianos, alemães russos, e japoneses, entre outras etnias. Esse rápido crescimento – que não aconteceu sem conflitos como demonstramos no capítulo 1 –, resultado do modelo de colonização comandado pelo interesse de capitais especulativos de grandes grupos estrangeiros em associação a uma Elite oligárquica local, trouxeram vários conflitos pela posse da terra na organização do território.



Fotografia feita em torno de 1870, que nos mostra como era o local onde hoje existe a Praça Carlos Gomes. Em primeiro plano aparecem uma lavadeira e algumas pessoas na margem do Rio do Ivo; ao fundo, a antiga Matriz de Curitiba.

FIGURA 19 – Curitiba em 1870 vista da Praça Carlos Gomes

Fonte: Acervo casa da memória de Curitiba, reprodução.

3.1.1.2 Transição do Feudalismo/Escravista ao Capitalismo

A Paraná quando da sua fundação era caracterizado por uma dinâmica econômica vinculada à baixada atlântica, ou seja, devido à

precariedade da infraestrutura de ligação entre o Litoral e o Planalto, fruto do abandono e descaso da Província Paulista, que via o território da 5ª Comarca, apenas como espaço especulativo. Para tanto bloqueava sistematicamente qualquer possibilidade para o melhoramento e adequação de um projeto de desenvolvimento sustentado, temiam que uma maior autonomia econômica pudesse estimular um movimento de ruptura com a metrópole paulista. E a autonomia aliado ao fortalecimento econômico na Comarca seria um contrassenso, pois iriam criar um forte concorrente, daí a estratégia de manter a região estagnada e sem perspectiva de desenvolvimento econômico.

Por outro lado além das atividades da baixada atlântica, e as atividades remanescentes dos latifúndios do Ciclo do Tropeirismo no Planalto Curitibano e região. As exceções eram pequenas manchas de ocupação na Região de Ponta Grossa a Castro no Segundo Planalto, o restante do território paranaense encontrava-se estagnado e sem perspectivas econômicas, com baixo povoamento, sob o domínio de uma oligarquia luso-brasileira escravocrata feudal. Sem falar que as regiões Oeste, Sudoeste e Noroeste que eram presas fácil da expropriação dos recursos naturais, por parte do capital especulativo internacional associado a uma parcela da Elite platina, nos empreendimentos denominados de **Obrages** (Argentina, Uruguai e Paraguai).

Os obrageiros subiam o rio Paraná, de navio ou de vapor, contornavam as quedas de Guaíra com carretas e, depois, com a ferrovia que a Matte Larangeira mandou instalar, chegavam às barrancas do rio, abriam portos, construíam ranchos e picadas. Em fins do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, a costa paranaense viu-se ocupada por cerca de duas dezenas dessas obrages povoadas por milhares de trabalhadores. A mão-de-obra era preferencialmente guarani. As poucas tentativas de organizar uma colonização fracassaram por causa das obrages que detinham o domínio da região.

(HOFF, 1991, p. 29).

A batalha então por parte da Elite luso-brasileira e seus latifúndios, era garantir a introdução da economia de mercado capitalista, mas sem sofrer perda de poder e se perpetuando no aparelho

do Estado, garantindo assim seus privilégios sem rupturas revolucionárias. Então tivemos no Paraná a repetição do que ocorria a nível nacional, a Via Prussiana, modelo explicativo de Lênin, para transição de cima para baixo, teoria já analisada nessa Tese. Uma vez que estivessem destruídas as formas antigas de acumulação, o passo seguinte era introduzir nas comunidades de economia natural o processo de mercantilização da vida, ou seja, transformar os indivíduos que subsistiam de modo simples em consumidores e vendedores de mercadorias.

Então na baixada litorânea do Paraná, começam a serem gestadas as bases para a produção, a circulação e a troca das mercadorias. Para a produção, é introduzida à divisão técnica do trabalho, as ferramentas e os equipamentos, para a circulação, os meios de transportes (construção e inauguração da estrada da Graciosa e da Estrada de Ferro Paranaguá/Curitiba), e para a troca, uma rede de casas comerciais. Que seriam numa segunda etapa transferidas para Curitiba.

De acordo com Lênin, outro passo importante no aniquilamento da economia natural foi à separação entre a agricultura e a indústria. Com isto, a fabricação de ferramentas, acessórios, utensílios domésticos, vestimentas e alimentos beneficiados, que surgiam naturalmente como complemento da economia camponesa, foram separados da sua base originária, sendo relegada a um ramo da indústria. Com isto, o camponês é transformado em um produtor agrícola cujo objetivo da produção do excedente é a troca mercantil. Essa transformação histórica e social tornou-se condição necessária para a penetração dos fluxos mercantis nas esferas da existência dos indivíduos e da sociedade.

Essa foi à trajetória da colonização do Paraná, com a ocupação dos planaltos interiores durante a grande imigração europeia no final do século XIX, e no Norte, Oeste e Sudoeste paranaense dentro do movimento migratório, impulsionando uma dinâmica fronteira agrícola. Nessas áreas, a economia natural predominante foi sendo rapidamente transformada em mercantil, introduzindo companhias de colonização e sistemas de transportes. Foi uma dolorosa modernização, comandada por companhias internacionais de capital privado, avalizadas pelo Estado, aniquilando e subordinando as populações nativas.

Sobre as condições históricas dos colonos e a formação do mercado interno, Lênin realizou um estudo clássico intitulado; O desenvolvimento do capitalismo na Rússia: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria (1905), que nos ajudou a compreender o processo de ocupação e colonização do Paraná. A esse processo que aboliu a servidão feudal e possibilitou a expansão da

grande propriedade fundiária, em detrimento do pequeno camponês, processo que Lênin classificou como a desintegração do campesinato e do desenvolvimento da pequena indústria camponesa. Ao mesmo tempo em que a desintegração criou uma base econômica e social formada pela pequena produção mercantil, também empobreceu e proletarizou a outra parcela da população rural.

Com a expansão da economia mercantil, surge a divisão social do trabalho que amplia a produção de mais mercadorias e passa a exigir mais trabalho da propriedade agrícola e do pequeno artesanato. A agricultura transforma-se numa atividade mercantil, cujo objetivo é produzir mais mercadorias para um mercado em constante expansão e proletarização. O camponês passa a ser subordinado ao mercado, consumindo, produzindo e comercializando o maior volume possível de mercadorias. Com a sua desintegração, surge uma nova população rural que passa a ser dominada pela economia mercantil e pela produção capitalista. O pequeno proprietário passa a não produzir apenas para a sua subsistência, mas, sim, também um excedente com o intuito de comercializar e acumular.

3.1.1.3 Industrialização

A indústria do Mate foi o primeiro ramo da produção industrial no Paraná, tendo seu início fabril nas cidades da baixada atlântica paranaense, Paranaguá, Antonina e Morretes por volta de 1820, mantendo até a década de 1960 sua característica de indústria tradicional, com baixa composição orgânica de capital. Sem chegar a ter impacto importante na própria produção rural, a indústria do Mate compõe o segmento de indústrias de produtos alimentares e como tal, possui características gerais comuns a essas indústrias de transformação, que produzem bens de consumo não duráveis.

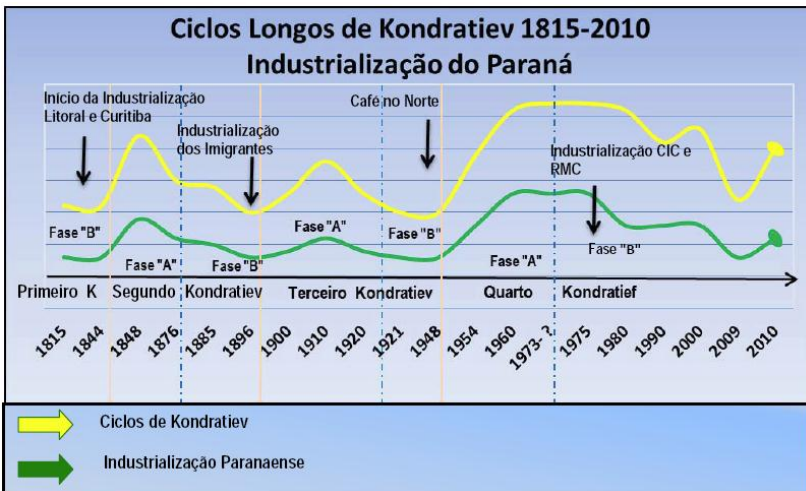
Conforme demonstra o gráfico 4, a industrialização, transição do modo de produção escravista/feudal para o capitalista, se deu durante a grande Crise do Capitalismo na fase “B” do primeiro ciclo de Kondratieff (1815-1848). Como já discorremos no processo da Via Prussiana, ou seja, “aliança pelo alto” ou “modernização conservadora”, amplamente analisada por Lênin, Lukács e Gramsci em sua “revolução passiva”. Demonstra também que todas as fases de metamorfose e ruptura ocorreram nas fases “B” de depressão, onde as janelas de oportunidades foram aproveitadas.

Como analisamos no capítulo 1, nos anos 1990 até 2010, o mate passa ter importância econômica novamente na economia do estado,

sendo hoje o Paraná o maior produtor brasileiro e um dos maiores exportadores mundiais.

Não havia exploração econômica do mate na baixada atlântica, em 1780, apenas no planalto controlado pelos jesuítas. Mas havia engenhos de açúcar em 1785, principiara a cultura do arroz em Paranaguá. No entanto, apesar das determinações governamentais que permitiam a exportação do mate por meio do porto de Paranaguá, a expansão e exportação eram dificultadas pelo monopólio de exclusividade dos jesuítas e pela produção paraguaia. Porém no início do XIX a economia do mate do Paraná experimentou um crescimento em decorrência da expulsão dos jesuítas (em 1767) e do colapso da produção paraguaia. O primeiro alvará de engenho para beneficiar erva-mate foi obtido do rei Dom João VI, em 1808, por Alzagaray.

GRÁFICO 4



- 1) Gênese da Industrialização do Mate no Litoral com capital Argentino/Espanhol 1820-1850. Guerra do Paraguai.
- 2) Ciclo da industrialização dos Imigrantes 1870-1920. Conflito Federalista/Contestado.
- 3) Ciclo Getulista/Manoel Ribas 1930-50. Guerra dos Posseiros SO (1940-1957)
- 4) Ciclo do 2º PNB/desenvolvimentista 1975-1998. Urbanização do PR.

Obs. A linha do gráfico Kondratiev foi construída pelas médias trienais do crescimento econômico mundial, com base nos gráficos do Banco Mundial 2011 e das tabelas de Mamigonian: 1987 p. 63-71 e Rangell: 1990 p. 33-35.

A linha do gráfico Paraná foi construída pelas médias do crescimento econômico paranaense, com base nos dados do IPARDES 2011 e IBGE 2011, censos industriais e dados econômicos.

Nessa conjuntura chega ao Paraná em 1820, Don Francisco de Alzagaray, argentino procedente de uma família ligada à economia ervateira, e grande incentivador do cultivo e do comércio do mate no Paraná. Passa a produzir mate em Paranaguá a partir de 1820, nessa atividade, havia a coexistência do trabalho livre com o trabalho escravo, estes últimos sendo empregados em atividades mais árduas como o soque da erva e o transporte de mercadorias.

Antes de 1820, não se falava ainda de beneficiamento fabril, a produção tinha características primitivas e rudimentares e atendia mais ao consumo interno, não tendo a erva-mate ainda se transformado em produto de exportação. O desenvolvimento fabricação do mate iniciou-se em Morretes, em 1822, de forma rudimentar, por meio de monjolos e pilões rudimentares. Como os ervais nativos estavam localizados no Planalto, o transporte era feito por pessoas, principalmente por escravas, utilizando-se também os burros de carga.

O espanhol D. Manuel Miró se instalou em Morretes sendo o 2º Engenho do litoral em 1822 para fabricar e beneficiar a erva-mate, mas tarde em 1875 se transferiu para Curitiba. Seu filho Afrânio Miró foi importante industrial de erva-mate. Seus descendentes também se dedicaram à economia ervateira, como Ascânio Miró & Cia. Ltda., fundada em Curitiba em 1880.



FIGURA 20 – Curitiba 1876

Fonte: Maquete de Curitiba em 1876, acervo do Museu Paranaense, reprodução.

A partir de 1850, acontecimentos de ordem internacional vão interferir sobre a economia ervateira paranaense. O Paraguai, único fornecedor tradicional de mate para o Uruguai e Argentina, proibiu, em 1813 sob a ditadura Francia, a exportação de seu país, em proveito do consumo interno (PADIS, 1981, p. 42). Assim, com o campo aberto para a exportação brasileira, substituiu-se paulatinamente o malhador – um dos processos antigos no beneficiamento da erva-mate – pelos engenhos hidráulicos que aumentaram a produção. O governo interveio energicamente para evitar as fraudes – adição de folhas de outras plantas – e impunha severas punições aos infratores. (RELATÓRIO do Presidente Zacarias de Góes, 1854, p. 3). O Presidente começou a reconstruir a Estrada da Graciosa, entre Paranaguá e Curitiba e boa parcela dos engenhos, que industrializava o mate e se encontrava no Litoral, perto dos dois portos, transferiu-se para o Planalto. Isso incentivou a coleta do mate porque os engenhos, agora, ficavam próximos aos campos naturais do mate e oportunizaram o aumento de empregos na coleta e no beneficiamento. A extração da erva-mate virou uma febre de ganho, que se apoderou do espírito do investidor e se expandiu em ritmo acelerado durante determinado tempo.

As inovações técnicas e os conhecimentos trazidos pelo empresário argentino, logo transformaram os processos de beneficiamento e comercialização da erva-mate. Os argentinos com capitais de origem inglesa, com intensão de se refugiar da Crise da fase “B” do primeiro ciclo de Kondratieff, encontraram no comércio e exportação do Mate as condições favoráveis para garantirem a rentabilidade desejada. Quanto às técnicas de fabricação, beneficiamento e acondicionamento introduzidas por Alzaray, fundamentadas nas práticas ervateiras paraguaias e platinas, seriam de capital importância para o aproveitamento industrial da erva paranaense e, sobretudo, para a sua colocação nos mercados externos.

Esse ciclo já comporta a denominação de industrial, dada a movimentação mecânica que alcançou então com o emprego da força hidráulica e até a vapor, ao lado da fabricação uniformizada, não só quanto aos tipos do produto como quanto ao acondicionamento. Podia ser incipiente mais já era um processamento industrial em curso, que teve a sua evolução própria, com algumas melhorias substanciais, a ponto de já fazermos concorrência ao Paraguai e à zona missioneira do Rio Grande.

(LINHARES, 1969; p. 49).

Segundo os dados oficiais disponíveis entre 1842 e 1861, mais de 96% da produção paranaense de erva-mate foi comercializada com o exterior, principalmente com a Argentina, Uruguai e Chile. O mate acompanhou o desempenho das exportações do Império, tornando o Paraná o maior exportador do Brasil, obtendo o auge entre 1856 e 1857.

Tabela 4 – Exportação de Erva-mate

Ano	Em quantidade (quilos)
1848	5.500.590
1858	12.813.323
1868	18.253.836
1908	35.729.587
1928	58.908.128

Fonte: 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. 1853-1953, p. 180.

O ano de 1928 encerrou a fase de prosperidade ervateira. A Argentina deixou de comprar a erva-mate paranaense e ela própria passou a produzi-la. Pode-se afirmar que dos três estados do Sul o Paraná foi o que ficou mais prejudicado com isto. Pois era o maior produtor e exportava de erva-mate do Brasil. Os capitais locais tiveram que diversificar suas atividades.

Assim diagnosticou-se a decadência do setor ervateiro aconteceu nos anos subsequentes. Nunca mais se chegou à exportação ao patamar anterior, ou seja, 58.908.128 quilos de erva-mate exportada. Ver Tabela 4 e 5.

Tabela 5 – Produção de erva-mate em quilos de 1928 a 1951

Ano	Quantidade em quilos	Valor em Cr\$	Preço da erva-mate
1928	58.908.128	76.984.413,00	1,306855532
1938	35.581.157	31.160.608,40	0,875761527
1939	37.711.303	42.269.451,90	1,120869567
1940	33.158.149	39.211.802,90	1,182569114
1941	33.168.146	43.140.436,90	1,300658677
1942	34.054.181	49.144.457,80	1,443125523
1943	28.672.346	45.512.125,80	1,587317821
1944	28.291.397	54.888.766,30	1,940122161
1945	32.642.043	79.690.942,20	2,441358900
1946	32.420.120	90.650.080,80	2,796105652
1947	34.073.391	103.897.838,90	3,049236834
1948	32.958.128	104.070.280,00	3,157651429
1949	36.145.412	121.308.616,00	3,356127632
1950	33.213.952	118.558.468,00	3,569538126
1951	37.027.014	136.687.718,00	3,691567405

Fonte: 1º Centenário de Emancipação Política do Paraná. 1853-1953, p. 183.

O coronel Caetano José Munhoz de origem espanhola, foi um dos pioneiros da indústria ervateira de Curitiba, Instalou um dos maiores engenhos de erva-mate em Curitiba. Seu nome está associado à instalação de um dos primeiros engenhos de erva-mate na cidade em 1834 (até então eles só existiam no Litoral). Era movido a força humana e hidráulica – *“Os operários do engenho eram todos escravos que durante o trabalho, somente vestidos com uma tanga de aniagem ou saco velho, apresentavam um aspecto curioso: à negra epiderme aderida um pó verde e as sobrancelhas, bigodes e cabelos cobriam de camadas*

intensas de ouro verde”. (LEÃO, 1994; p. 247). As águas do rio Belém, que atravessa Curitiba, seriam aproveitadas para mover o engenho da Glória, era localizado onde hoje é o Colégio Estadual do Paraná. Foi o primeiro engenho a usar a tecnologia do vapor em Curitiba, em 1872, antes mesmo que essa fonte de energia fosse utilizada pelo Barão do Serro Azul, na fábrica Tibagy em 1878.



FIGURA 21 – Fábrica do Mate Real.

Fonte: foto extraída por CROCETTI, maio de 2010.

O Chá Mate Real é uma empresa fundada em 1834, é considerada a indústria mais antiga em atividade no Brasil. Teve início quando o coronel José Caetano Munhoz, descendente de espanhóis, fundou em Curitiba o primeiro engenho de erva mate, o Engenho da Glória. Em 1864 o imigrante uruguaio/italiano Francisco Fasce Fontana incorporou a empresa, criando a Fábricas Fontana S.A., que é o resultado da fusão de duas firmas, o Engenho da Glória, e a segunda, fundada em 1874 por Ildefonso Pereira Correia, Barão do Serro Azul e registrado como Fábricas Tibagi-Ildefonso. Em 1953, em função da diminuição crescente do mercado e por iniciativa das Fábricas Fontana S.A., foi formada uma nova empresa, em associação com as fábricas concorrentes de Curitiba o: Moinhos Unidos Brasil Mate S.A., da qual passaram a fazer parte tradicionais indústrias ervateiras do Paraná, como David Carneiro & Cia S.A., B. R. de Azevedo & Cia. Ltda., José Lacerda & Cia. Ltda., entre outras. Foi à primeira empresa a fabricar mate queimado. Comercializou

a marca Ildefonso e comercializa até hoje a erva-mate para chimarrão Fontana.



FIGURA 22–, Fábrica Tibagy.

Fonte: Engenho Tibagy, localizado no Batel, 1900. Acervo do jornalista Cid Destefani. Reprodução.

Outro empreendedor gigante no Paraná, Ildefonso Pereira Correia, o Barão do Serro Azul, teve sucesso no convívio social e na indústria do Paraná. Foi pioneiro na instalação de engenho mecânico presidente de comissões e exposições nacionais e internacionais. Em 1878, fundou o estabelecimento industrial “Tibagy Ildefonso” instalado em Curitiba, com máquinas aperfeiçoadas e modernas. Em 1.881 fundou uma serraria na cidade de Ivaí e, em 1884 outra, denominada “São Sebastião”, que serrava 70 dúzias de tábuas por dia.

Criou o Banco Mercantil e Industrial do Paraná, sendo responsável por muitas realizações e melhoramentos em Curitiba, entre elas a Impressora Paranaense, o Passeio Público e fundou a Associação Comercial do Paraná, sendo seu primeiro presidente. No estado foi um dos maiores exportadores de erva-mate durante o século XIX. Em 1894 foi assassinado, após a retomada de Curitiba pelos florianistas.

Em fins do século XIX, auge do ciclo da erva-mate em Curitiba estava registrava 28 empresas produtoras, todas legalizadas conforme registros da Junta Comercial do Paraná de 1892. É bom citar que nos documentos oficiais do Paraná entre 1910-1928, a erva-mate representou entre 50-70% do valor exportado pelo estado. E os municípios de Palmas, Palmeira, São Mateus do Sul, Guarapuava e União da Vitória, concentravam a maior parte da produção de erva-mate cancheada do Paraná, que subiam pelo rio Iguaçu para serem processadas em Curitiba.

É esta, sem dúvida, a fase áurea do mate paranaense, quando ele já se fizera a viga mestra da economia do estado, a base de seu povoamento, de seu progresso e civilização, para se transformar também no quinto produto em volume e valor a figurar por muitos anos na pauta da exportação nacional.

(LINHARES, 1969; p. 53).

A queda que se verificou, a partir de 1928 tem notória explicação, foi o efeito da concorrência da Argentina, das colheitas realizadas em quantidade crescente em seus ervais reflorestados na região de Missões, Corrientes e Posadas. É a partir de 1930 a política nacionalista de substituição de importação pelo plantio de ervais próprios na Argentina, seguida de políticas de proteção ao produtor interno, fazem a exportação para aquele mercado decrescer acentuadamente até praticamente desaparecer em 1950. O comércio da erva-mate paranaense entra então em uma fase onde já não conseguirá mais recuperar a mesma importância dos áureos tempos.

A erva-mate, apesar da pequena expressão no cenário nacional, situava-se entre os poucos produtos brasileiros de exportação. Estes experimentaram durante a primeira metade do século XIX uma situação favorável. Assim, é provável que as transformações por que passou o Paraná e especificamente Curitiba no período 1820 a 1850 foram em grande parte se não no todo resultado da evolução favorável da economia ervateira.

Além da concorrência estrangeira constatou-se que a baixa produtividade do produto como a extração da erva, que valia num período de quatro a cinco meses por ano não oferecia uma posição vantajosa ao ervateiro. Este durante o restante do tempo precisava se dedicar a outra atividade, como agricultura e/ou pecuária. Isso nem sempre era fácil. Principalmente quando não era o dono da terra. Outra dificuldade era a exaustão das reservas nativas exigindo que se incentivasse a formação de ervais novos.

A política getulista na década de 1930 fomentou a produção da erva-mate nos estados sulinos baseada no extrativismo feito por pequenos proprietários e não por latifundiários monopolistas. Este era o caso Cia Laranjeira Mendes & Cia., antes denominada Companhia Matte Larangeira que atuava no estado do Mato Grosso, atual Mato Grosso do Sul. A extração da erva-mate em Mato Grosso e parte do

Paraná era monopólio absoluto da empresa. O mate era tão importante para economia da Região Sul e Brasil, que Getúlio Vargas criou o Instituto Nacional do Mate em 1938, abrangendo 200 municípios produtores, sendo instinto por lei em 1967, e passando suas funções ao criado IBDF.

Também como medida compensatória o governo GV, passa a incentivar a policultura e o cooperativismo, como medida defensiva e protecionista para a agricultura e pecuária brasileira, no qual os pequenos produtores paranaenses vão aderir em peso, fato que ira mudar a historia econômica paranaense.

3.1.2 A Contribuição dos Imigrantes para economia paranaense

Se o ciclo do Mate e da Madeira foi resultado da transição dos capitais da Elite luso-brasileira acumulados principalmente com o tropeirismo em associação ao capital internacional, principalmente inglês. A grande transformação de Curitiba na virada do século XIX para o XX, alavancada com os recursos do Mate passa a ter concorrência com a injeção de capitais de pequenos empreendedores que migraram para o Brasil e vieram para Curitiba e região fugindo da Crise da Europa e de guerras nacionalistas e imperialistas.

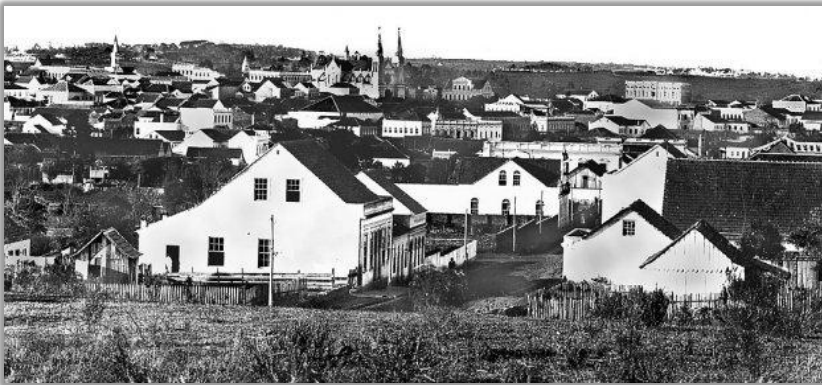


FIGURA 23 – Curitiba em 1901.

Fonte: Fotografia feita por Frederico Lang, em 1901, do Alto da Bela Vista, Batel. Desse local, era possível se vislumbrar todo o quadro urbano de Curitiba. Em primeiro plano, ao pé do morro, vemos o fim da Rua Emiliano Pernetá

esquina com Desembargador Motta. No alto desse morro, o ervateiro Manoel de Macedo construiu a mansão para sua residência, que, mais tarde, seria a sede do Museu Paranaense, na esquina da Rua Emiliano Perneta com a Buenos Aires. Acervo Cid Destefani. Reprodução.

TABELA 6
INDÚSTRIA E COMÉRCIO DOS IMIGRANTES EM CURITIBA

ANO	NOME	RAMO
1834	MATE REAL/Indústrias Fontana	BEBIDAS E CONEXOS
1857	STELLFELD & CIA LTDA	FÁRMACO/QUÍMICA
1866	CERVEJA TIVOLI/CRUZEIRO de João Leitner	BEBIDAS E CONEXOS
1877	MALUCELLI DA VISCONDE	BEBIDAS/MAT. DE CONSTRUÇÃO
1878	MUELLER IRMÃOS LTDA	FUNDAÇÃO
1879	GARMATTER & CIA	FRIGORÍFICO/ABATEDOURO
1879	JOALHERIA KOPP LTDA	JÓIAS/RELÓGIOS
1879	J. HOFFMANN MALHARIA LTDA	CONFECÇÕES/TÊXTIL
1885	INDÚSTRIAS TODESCHINI LTDA	ALIMENTÍCIA
1887	WENCESLAU GLASER E CIA	COMÉRCIO
1888	FRANCISCO HAUER & CIA LTDA	FERRAGENS
1888	M. SCHARAPPE (Impressora Paranaense)	MATERIAL GRÁFICO
1889	FÁBRICA DE BOLACHA LUCINDA	ALIMENTÍCIA
1889	VENSKE & CIA	FÁBRICA DE FITAS
1889	HENRIQUE MEHL & CIA LTDA	CONSTRUÇÃO CIVIL
1890	F. ESSENFELDER & CIA LTDA	FÁBRICA DE PIANOS
1892	RODOLFO SENFF & CIA LTDA	COMÉRCIO/FINANCEIRO
1893	EMILIO ROMANI & CIA (DIANA)	ALIMENTÍCIA
1893	INDÚSTRIAS JOÃO BETTEGA	MOVELEIRA
1895	FRIGORÍFICO BACACHERI	ALIMENTÍCIA
1897	ALBANO BOUTIN & CIA LTDA	QUÍMICA/CURTUME
1900	H. STROBEL & CIA	MATERIAL ELÉTRICO
1900	INDÚSTRIAS LANGER LTDA	QUÍMICA
1901	LEÃO JUNIOR S/A	BEBIDAS E CONEXOS
1901	CERVEJARIA PROVIDÊNCIA LTDA	BEBIDAS E CONEXOS/Cia. Plásticos
1901	CERVEJARIA ATLÂNTICA/IWERSEN	BEBIDAS E CONEXOS
1901	CERVEJARIA POMONA LTDA.	BEBIDAS E CONEXOS
1903	VAN DER OSTEN	FERRAGENS
1904	HUGO CINI	BEBIDAS
1904	INDÚSTRIAS WEISS LTDA	MOVELEIRA
1904	FÓSFOROS PINHEIRO/FIAT LUX	MADEIRAS/FÓSFOROS
1905	MOVÉIS RITZMANN S/A	MADEIRAS/MOVÉIS
1910	BENJAMIM ZILLI & CIA LTDA	ATACADISTA
1911	JOÃO HAUPT & CIA LTDA	PAPEIS/GRÁFICA
1912	PEDRO DEMETERCO/MERCADORAMA	FERRAGENS/SUPERMERCADO
1913	PROSDÓCIMO S/A	COMÉRCIO/REFRIGERAÇÃO
1912	PRADI & CIA	QUÍMICA/VETERINÁRIA
1915	ANCORA S/A	AUTOMÓVEIS
1919	MINERVA S/A	FARMA/QUÍMICA
1926	THEODORO SCHAITZA/J. MASCHKE E CIA LTDA	ESCOVAS/PLÁSTICO
1932	HERMES MACEDO S/A	COMÉRCIO/VAREJISTA
1935	MOINHO GUTH S/A	ALIMENTÍCIA

FONTE: Boletim do IHGEP, volume 48, 1993 e outras fontes.

Amostragem, não representa o universo total. Elaboração CROCKETTI, 2011.

Devido às oportunidades geradas pela atividade do Mate e da Madeira, muitos capitais migraram para Curitiba, sendo um lugar de oportunidades para Ingleses e Argentinos, muitas firmas de comércio foram abertas, bem como a aberturas de agências bancárias. Exemplo foi

os *Bank Of England* e o *Bank of London and South America*, que operavam em Curitiba. Muitos comerciantes abriram comércio no norte da Argentina em Misiones, Corrientes e Posadas, caracterizando uma ligação comercial forte, facilitado por parentes e amigos dos imigrantes entre Curitiba e essas cidades.

TABELA 7
POPULAÇÃO E GRAU DE URBANIZAÇÃO - CURITIBA - 1720/2010

Período	População Total	% sobre o estado	Grau de Urbanização (%)
1720	1.400	-	-
1766	2.196	-	-
1780	3.194	-	-
1817	10.652	-	-
1857	11.317	-	-
1872	12.651	09,98	-
1890	24.553	09,84	-
1900	49.755	15,21	-
1920	78.986	11,52	-
1940	140.656	11,38	74%
1950	180.575	08,54	78%
1960	361.309	08,54	97%
1970	624.362	09,00	96%
1980	1.125.979	14,76	100%
1991	1.290.142	15,27	100%
2000	1.586.848	16,59	100%
2010	1.747.000	16,69	100%

FONTE: IBGE, Sinopse Estatístico do Brasil e IPARDES 2011. – Dados não disponíveis

Segue uma breve interpretação do contexto socioeconômico de Curitiba em fins do século XIX e início do século XX. Curitiba presenciou um relativo surto de expansão econômica e social influenciada pela contribuição da vinda de imigrantes. Que tiveram participação nas atividades comerciais e industriais no Paraná. Ocorreu não só um processo de crescimento populacional e econômico, mas também se almejava a modernização da sociedade e para tal era imprescindível à necessidade de diversificação da economia e que se fizessem melhorias para isso.

Em 1900 a cidade possuía aproximadamente 50 mil habitantes, conforme tabela 5. Porém a capital não contava com infraestrutura urbana compatível, poucas ruas e calçadas pavimentadas. Nos dias de chuva, os rios da cidade transbordavam provocando enchentes que invadiam as ruas e casas, este problema só foi solucionado no início da década de 1970 quando houve a canalização dos rios e a criação de parques, que formaram “piscinões” para represar as águas das chuvas.

As mudanças mais significativas em Curitiba aconteceram somente depois de 1853, quando o Paraná se tornou independente de São Paulo e a Província teve que se adaptar as exigências do Império para a sua adequação à condição de capital. Dentro dessa dinâmica, em 1857 o engenheiro francês Pierre Taulois fez recomendações para ao traçado e alinhamento das ruas existentes na cidade. Entre suas diversas recomendações, Taulois sugeria à administração pública que, quando autorizasse futuras construções, respeitasse o plano de prolongamento das ruas, os recuos das casas, entre outras determinações.



FIGURA 24 – Bonde Tração Animal

Fonte: Bonde tração animal em 1890, acervo PMC, reprodução.

O médico alemão Avé-Lallemant em 1858 definiu a cidade como tendo dupla natureza. Ele nada via de grandioso, se viam nela ruas não calçadas, cantos sujos e praças desordenadas. Na segunda natureza, mostrava decisiva transformação, e a cidade caminhava “*com energia*”

para um novo desenvolvimento”. (AVÉ-LALLEMANT, 1980; p. 273). O desenvolvimento veio lento, em 1870, outro viajante, o engenheiro Bigg-Wither, comparou Curitiba a um aglomerado de tendas e cabanas, formando um acampamento prestes para partir, devido o costume de pintar quase todas as casas de branco. Em 1887 foi implantado o bonde puxado por animais, que viriam a ser eletrificados em 1912, na gestão de Cândido de Abreu, e foram extintos em 1951. Enquanto os ônibus foram colocados em circulação em 1928.

Nesse período, chegam grandes grupos de imigrantes, de composição bastante heterogênea que se estabeleceram nas colônias ao redor de Curitiba e a cidade passa pelo primeiro surto de desenvolvimento. Em 1885, o engenheiro italiano Ernesto Guaita foi contratado para organizar um levantamento da cidade e do rocío, visando prevenir a expansão descontrolada. Na época Guaita estava encarregado da concepção do arruamento de Curitiba entre a estação ferroviária e o centro urbano.

Em novembro de 1895, o prefeito Cyro Velloso decretou uma mudança no Código de Posturas Municipais de Curitiba. O Código regia o dia-a-dia da cidade em várias esferas consideradas essenciais. Havia disposições de temas de importância para a vida urbana: limpeza da cidade e segurança pública; quadro urbano; higiene e salubridade; edifícios ruinosos; comércio; fábricas; oficinas e curtumes; casas de jogos e divertimentos públicos; cemitérios. E orientava sobre a conservação de árvores, estradas, caminhos e havia uma seção destinada à extinção de formigueiros.

A imigração fez a população de Curitiba triplicar entre 1890 e 1914, para cá vieram 45.000 imigrantes cuja corrente majoritária foi à polonesa. Em 1905 foi criada uma lei determinando que não fosse mais permitido construir casas de madeira, somente construções em alvenaria com dois ou três pavimentos. A região do Alto da Glória e do Batel foi reservada para as residências dos Barões do Mate, enquanto a região do Rebouças e do Portão para as fábricas e moradias operárias e a Rua da Liberdade para a administração pública.



FIGURA 25 – Casa do comerciante Manuel da Costa Cunha
Fonte: Foto CROCETTI, 2010. Edificação de 1883 em estilo (arabesco) com influência mouresca, com trabalhos em cantaria e ladrilhos portugueses. Foi projetada por Ernesto Guaita, para Manoel da Costa Cunha para Loja e residência do comerciante, vendido para o ervateiro Manoel de Macedo e confiscado pelos federalistas. Tornou-se agencia e museu do Banestado, e transferido para o banco Itaú em 1998.



FIGURA 26 – Solar do Barão do Serro Azul

Fonte: Foto CROCETTI, 2010. Edificação de 1883, estilo neoclássico eclético.

Obs. Há uma discordância de estilos entre o primeiro e segundo piso, provavelmente a parte superior foi construída posteriormente.



FIGURA 27 – Palácio da Liberdade

Fonte: CROCETTI foto de 2010, Estilo art-nouveau eclético construído em 1916 para abrigar a sede da prefeitura.

De 1912-1916 assumiu a Prefeitura, pela segunda vez, o engenheiro civil Cândido de Abreu. Sua administração foi marcada por grandes projetos feitos com vultoso empréstimo, e começou uma série de obras consideradas audaciosas para a época. Entre seus projetos modernizadores, destacam-se a construção do Paço Municipal, o

Mercado Público, calçamento e alinhamento de ruas, a canalização de rios, a retificação do rio Belém, a reforma do Passeio Público, reforma de praças, a inauguração do bonde elétrico. Nesse período teve início das grandes demolições, principalmente da arquitetura colonial portuguesa, e tem início a “francelização” de Curitiba, tendo sido criados e executados projetos de vários arquitetos franceses, alemães e italianos. Esse período a francesa tem início 1890 e vai até 1930, onde os principais artífices foram os prefeitos Cândido de Abreu e Moreira Garcez.

3.1.2.1 Curitiba que desapareceu

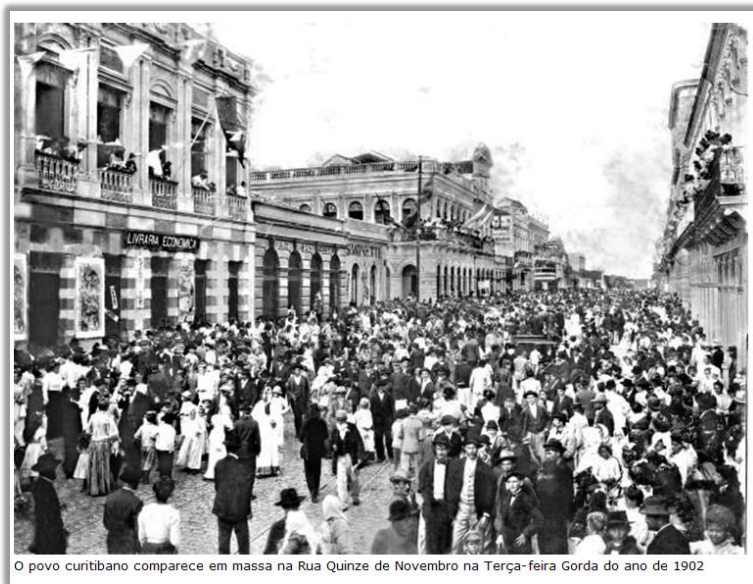


FIGURA 28 – O povo na rua é carnaval em 1902.

O estilo colonial português, e traços do barroco/rococó, com inspirações arabescas desaparecem de Curitiba pela modernização a francesa. Esse processo de elitização e soberba ainda hoje deixa seu rancor no caldo cultural do curitibano. Inclusive a herança escravocrata do racismo. Nessa época ate o Passeio Público se tornou um lugar

“chique”, com cobrança de ingresso para se entrar, além de exigência de vestimenta, a rigor ou terno e sapato. Os estilos da moda, Neoclássico, Art Nouveau, Eclético e Art Decó, caracterizado pelo monumentalismo.



Mercado Municipal, na praça do mesmo nome, hoje Praça Generoso Marques. Foto de 1905

FIGURA 29 – Primeiro Mercado Municipal em 1905.

Ver estilo com influência arabesca na arquitetura além da forte presença colonial portuguesa. Reprodução de Cid Destefani.



Os dormentes para os trilhos dos bondes sendo assentados. Rua Riachuelo, 6 de setembro de 1912

FIGURA 30 – Modernização trilhos do Bonde Elétrico

Fonte: Acervo casa da memória de Curitiba, colocação de trilhos para o Bonde elétrico na Rua Riachuelo em 6 de setembro de 1912. Reprodução de Cid Destefani.

Obs. Ver quantidade de casas em estilo colonial português.

No início do século XX, a cidade tem um ataque de despotismo sanitário inspirado nas ações em Paris do barão Haussmann, fato que chocou o poeta Emiliano Pernetá, que escreveu; *“Os sapos e pobres são expulsos para longe, periferia, essa é a terra do futuro”*.

Curitiba passava por um momento de franco progresso: os bondes antes abertos e puxados por animais foram substituídos por bondes elétricos e fechados oferecendo mais conforto e segurança a seus passageiros as carroças começaram a disputar espaço com os automóveis os quais começaram a ser importados pelos barões do mate.



Em 1925 temos a Rua XV, esquina com Marechal Floriano, a via mais movimentada de Curitiba

FIGURA 31 – Rua XV

Fonte: Acervo casa da memória de Curitiba, Rua XV em 1925. Reprodução de Cid Destefani.

Ver estilo com influência mouresca na arquitetura, que ainda resistia, antes das demolições.

Em 1912 Victor Ferreira do Amaral, Nilo Cairo e Pamphilo de Assumpção fundaram a Universidade do Paraná, chamada popularmente de “Universidade do Mate”. Considerada a primeira Universidade do

país oferecia cursos como Direito, Engenharia, Odontologia, Farmácia e Comércio. Suas aulas iniciaram-se em 15 de março com cerca de 100 alunos. Curitiba nas primeiras décadas do século XX apresentava ambiente cultural bastante diversificado e até controvertido. Os jornais mais lidos na época eram a Gazeta do Povo. O Correio do Paraná e, a partir de 1923 o Jornal O DIA: entre outros fulguravam na cidade. Não faltavam publicações alemãs e italianas dirigidas ao público imigrante.



FIGURA 32 – Universidade do Paraná

Fonte: Acervo da UFPR, estilo neoclássico de 1915. Reprodução.

A partir de 1930 o fluxo de carros na capital aumentou consequentemente as oficinas mecânicas, de pinturas, vulcanização e carga de acumuladores tornaram-se mais expressivas. Devido a isso a profissão de mecânico passou a ser valorizada mesmo porque a maioria das peças do setor automobilístico, naquele período, precisava ser confeccionada em Curitiba. Alguns mecânicos ascenderam profissionalmente abrindo suas próprias oficinas neste período, tais como Pedro Nico, Valmassoni, Lafite, Benedito, Vadéco Suit (o primeiro a possuir carro-reboque).

No censo industrial de 1929 as empresas mais importantes do Paraná atuavam nos seguintes ramos: madeira, erva-mate, cerveja,

calçados. Banha, balas, meias, móveis. Fundições, cofres, perfazendo um total de 1535 e envolvendo 16723 operários. Quanto aos produtores de erva-mate foram registrados 3680 e uma produção anual de 6.885.020 arrobas com uma área em ervais explorados de 150.010 alqueires.



FIGURA 33 – Castelo do Batel de 1914, construído pelo cafeicultor holandês, Luiz Guimarães. Estilo Eclético (Medieval/clássico/Gótico).
Fonte: Foto do castelo enfeitado para o natal de 2007, catálogo de divulgação, reprodução.



FIGURA 34 – Palacete Leão Júnior Construção de 1866, em estilo neoclássico.
Fonte: Foto CROCKETI em maio de 2010.



FIGURA 35 – Palacete Ascânio Miró
Fonte: CROCKETI foto extraída em 2010. Palacete Ascânio Miró, 1898-1906,
estilo Art Nouveau/Eclético.

3.1.2.2 Origem do capital industrial em Curitiba

No Brasil muitos pesquisadores atribuíram ao café acumulação do capital que se verificou no eixo Rio-São Paulo para a industrialização. Mas já há muitas contestações, e se discute ocorreram uma pluralidade de determinações para esse processo de industrialização.

E no Paraná como se processou esse caminho? Aqui se verificaram particularidades diversas, principalmente porque o primeiro produto de exportação foi à erva-mate, seguido da madeira, do café e posteriormente da soja. No Paraná só depois da II Guerra o café conseguiu um lugar de destaque, quando em São Paulo já ocorria uma transição e investindo na industrialização. Na verdade, a “marcha do café” atribuiu ao Paraná tarefas antes desempenhadas em São Paulo.

Diferentemente da industrialização paulista, que conseguiu o seu capital inicial principalmente do café e de Santa Catarina aonde a origem do empresariado veio principalmente do imigrante alemão, no Paraná o capital luso-brasileiro associado ao capital inglês/portenho financiou a industrialização da erva-mate e madeira. Os primeiros passos foram dados na baixada atlântica, já mencionada, com a fábrica de soque de Francisco Aizagaray em 1.820, que investiu no melhorando e nível técnico dos métodos de produção da erva cancheada. Conforme citou Rocha Pombo: *“Desde que a Graciosa começou a dar trânsito a carroças os fabricantes de mate se foram quase todos mudando para Curitiba onde, aliás, desde há muito havia alguns engenhos bem como no município da Lapa”*.

O início da diversificação industrial, todavia ocorreu principalmente a partir do incentivo fiscal de 1897, quando o governo paranaense colocou em prática a adoção do mecanismo de isenção fiscal pelo Imposto de Patente Comercial e de outros impostos para impulsionar certos setores produtivos. Durante a década de 1930 quando a erva-mate entrou em fase de decadência, e desencadeou uma crise que não durou muito, porque a madeira começava a ganhar espaço. Ganhou força com o início da Segunda Guerra quando já não se podia importar madeira do exterior.

Assim os investimentos passaram com maior ênfase ao setor madeireiro. Seguido da erva-mate, foi o setor madeireiro o responsável pela transferência de recurso para formar e ampliar o capital para investir-se na indústria, fato este confirmado pelo grande número de serrarias, madeiras, fábricas de móveis, surgidas a partir da década de 1930. Assim, nesta década foi fundada em Curitiba 127 fábricas do setor

madeireiro e do setor mobiliário, cujo número foi aumentando gradativamente. Na década de 1940 este número dobrou para 347 embora tenha havido alguns cancelamentos conforme dados disponíveis nos alvarás de funcionamento da Prefeitura Municipal de Curitiba.

Isto pode ser explicado pelo fato de que o setor ervateiro estava decaindo e assim houve recursos para investir no madeireiro cujo produto foi exportado para outros estados como Rio de Janeiro e São Paulo. Ocorria então um processo de urbanização, alguns ervateiros renomados já possuíam paralelamente serrarias como foi o caso de J. Bettega & Cia. que possuía três serrarias, além de uma Companhia de Navegação no rio Iguaçu, Navegação Fluvial Bettega Ltda., fundada em dezembro de 1946.



FIGURA 36 – Edifício Garcez

Edifício Moreira Garces, inaugurado em 1929, de inspiração paranista tem frisos, balaústres e gradis paranista. Em estilo Art Déco. 1º arranhaceu de Curitiba, e terceiro do Brasil.

Com o fim da escravidão, o trabalhador livre formou um crescente mercado consumidor sendo um motor para o desenvolvimento. Outro fator fundamental foi os imigrantes, que além de investidores eram consumidores em potencial. Sua experiência tecnológica trazido da Europa ajudava a se dedicar à profissão exercida

anteriormente. Eles objetivavam juntar algum dinheiro para fazer investimento numa pequena propriedade de terra e então dedicar-se a outra atividade econômica ou profissão.

Foi o que aconteceu em Curitiba os imigrantes alemães, poloneses e principalmente, os italianos dedicaram-se ao cultivo da uva e criaram muitas fábricas de vinho em Santa Felicidade e restaurantes de comida italiana. Tornou-se um centro gastronômico de excelência.

3.1.2.3 Imperialismo e oportunidades

A infraestrutura e os recursos naturais para o desenvolvimento do Paraná, do século XIX ao XX sempre foram alvo do imperialismo da Inglaterra, Estados Unidos e França, principalmente, onde percebiam oportunidades para inflar os lucros com taxas abusivas de retorno, acumulação primitiva transferida para as matrizes. Essa foi a estratégia utilizada para garantir o desenvolvimento das metrópoles e seu bem estar. Esse modelo prosperou até recentemente com muita intensidade, hoje vem sofrendo desgastes, e as relações de expropriação e tutela do imperialismo se encontra um pouco frouxa, permitindo a periferia certo grau de autonomia emancipadora.

O exemplo do imperialismo no Paraná, isso é, uma pequena amostragem. O brasileiro Boaventura Clapp adquiriu em 1883 a concessão para construir uma linha férrea urbana e fundou a Empresa Ferro Carril Curitiba (EFCC), inaugurando o transporte coletivo de Bondes por tração animal. Clapp vendeu a EFCC em 1895 para a Amazonas & Companhia, que era controlada pelo italiano Santiago Colle.

Santiago Colle antes da eletrificação dos Bondes vendeu em 1910 para o francês Eduardo de La Fontaine Laveleye, que foi um dos fundadores da *South Brazilian Railways* em Londres. A nova companhia anglo-francesa assumiu a operação dos bondes de Curitiba e contratou a *Brown, Boveri & Cie* em Baden, Suíça, para a eletrificação. O novo sistema de Bondes elétricos entrou em operação em 1912.

O município assumiu a *South Brazilian Railways* em 1924 e em 1928 as concessões de energia elétrica e dos bondes passaram para a Companhia Força e Luz do Paraná (CFLP), subsidiária do conglomerado estadunidense *Electric Bond & Share*.

Em 1945 a CFLP vendeu seus 38 bondes de passageiros e 28 km de trilhos para uma nova agência municipal, a Companhia Curitiba de Transportes Coletivos. Quando o sistema já era obsoleto e sucateado,

tendo como concorrente um transporte de ônibus moderno e mais eficiente. Resultado a prefeitura desativou o sistema em 1956.



FIGURA 37 – A Mansão de Sangue

Fonte: Foto extraída em 2010 por CROCETTI no Bosque Gomm no Batel, onde a casa embora tombada pelo patrimônio histórico foi desmontada e realocada para construção de um novo *Shopping*. Um exemplo único de arquitetura estadunidense no Brasil em estilo *Nova Inglaterra*, inteiramente construída em araucária de 1906-1913.

No Paraná a eletrificação ocorreu em setembro de 1890, quando o governo assinou contrato com a Companhia de Água e Luz do Estado de São Paulo, para iluminar a cidade. Baseada nesse contrato e com uma concessão de 20 anos, a Companhia instalou a primeira usina elétrica do Paraná. A usina começou a funcionar em outubro de 1892. Em 18 de

maio de 1898, a empresa José Hauer & Filhos adquire a concessão do contrato e da usina, cogitando aumentar a sua capacidade. Em 1910 a Hauer Junior & Companhia transferiu seus interesses e para a *The Brazilian Railways Limited*.

Que como já dissemos foi estatizada pelo município em 1924 e em julho de 1928, foi assinado o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica de Curitiba entre o Governo do estado e o Grupo de Empresas Elétricas Brasileiras. Que em seguida transferiu o compromisso à Companhia Força e Luz do Paraná de capital estadunidense, que será estatizada e dará origem a atual COPEL.

O inglês Henrique Gomm (1867-1929), que após ter morado na Argentina e passado sete anos no Paraguai, veio em 1901 para o Paraná. Em Prudentópolis, instalaria o primeiro Barbaquá (rústica usina de beneficiamento de erva-mate), em nosso estado, transferindo-se depois para Curitiba. Aqui casou com Isabel Whitters de origem estadunidense (1885-1977). Sua Mansão construída no Batel quando era diretor da *Southern Brazil Lumber and Colonization vinculada à Brazil Railways & Company*, e foi de Três Barras-SC, que algumas centenas de araucárias cortadas foram separadas para a construção da mansão. Com a Guerra do Contestado e outras dificuldades Henrique deixou a Lamber e foi um dos fundadores da Companhia Estearina Paranaense – Indústria de Produtos Químicos, sendo seu herdeiro Harry Blass, e seu sucessor na Companhia, seria também cônsul honorário da Inglaterra por 15 anos (1940-1955). Harry Blass oriundo de uma família de diplomatas e barões do café de São Paulo, Harry residiu até 1959 na Mansão Gomm no Batel, quando se mudou para Jardim Los Angeles. A mansão foi alugada pelo governo do EUA, para residência do diretor do *United States Information Service (USIS)* vinculado a CIA, sendo seu diretor John Parker Lee (1962-1981). Era uma época em que os estadunidenses tinham expressiva presença e interesse em Curitiba, com um grande consulado e ativíssimo serviço de informação turística.

O serviço de saneamento da capital tem início em 1903, o governo da província do Paraná autorizou a contratação de uma empresa privada de engenharia (Companhia de Melhoramentos do Paraná) a fim de construir e operar a primeira rede de esgotos e de abastecimento de água de Curitiba. Este contrato foi rescindido em 1908, devido à incapacidade da empresa em cumprir as cláusulas acordadas. Um novo contrato foi firmado com a Empresa Paulista de Melhoramentos do Paraná, a qual passou a operar o novo sistema. Durante a segunda década deste século, o descontentamento da população com a

insuficiência dos serviços de água e esgoto acentuou-se com uma epidemia de febre tifoide, de 1915 a 1916.

As causas desse tipo de epidemia estavam diretamente ligadas às condições precárias de abastecimento de água e esgotamento sanitário, evidenciando o descaso do governo local na solução de um problema ligado diretamente à saúde pública.

Dentro deste quadro de crise na infraestrutura de saneamento da cidade, o governo estadual decide pela encampação da Empresa Paulista de Melhoramentos do Paraná, então responsável pelas atividades de implantação e operação do sistema. Cria-se assim, em 1917, a Seção de Água e Esgotos junto à Diretoria de Obras e Viação do estado, ficando esta responsável pelo gerenciamento do sistema de água e esgotamento sanitário de Curitiba. Da a origem da SANEPAR estar vinculado ao governo estadual e hoje estar presente praticamente em todo o Paraná

A Primeira Guerra Mundial (1914-18) deu impulso à industrialização brasileira pela substituição das importação dos países beligerantes, que antes eram habituais fornecedores de manufaturas. Declinou, e mesmo se interrompeu em muitos casos a importação, mas a forte queda do câmbio reduziu também consideravelmente a concorrência estrangeira. Todavia o Paraná não se beneficiou plenamente dessas vantagens. Neste mesmo período se viu metido com a Guerra do Contestado, e outros conflitos, – já trabalhados nessa Tese – , que ocasionou uma diminuição de fábricas, devido à crise e aos gastos que os conflitos necessitavam.

Só com a Segunda Guerra Mundial (1938-45) com a política de substituição das importações, as janelas das oportunidades se abriram, principalmente com a herança político administrativa de Getúlio Vargas e Manuel Ribas. Assim após a expansão do setor madeireiro e posteriormente com a renda advinda da cafeicultura é que o estado conseguiu adquirir divisas para poder investir em infraestrutura. Continuou em seguida a expandir o setor industrial, principalmente a agroindústria e cooperativas, no qual obter sucesso nesse empreendimento.

3.1.2.4 Empreendedores

Parte dessa história de sucesso desses empreendedores que ora enumeramos, vem da dedicação e do capital acumulado pela Pequena Produção Mercantil, originada no campo pela agricultura ou extrativismo. Mas é uma pequena amostra, não representa o universo

total, que esperamos poder numa outra oportunidade fazer um trabalho próprio de maior fôlego.

David Antônio da Silva Carneiro, Agostinho Ermelino de Leão Junior, Manoel Antonio Guimarães, Tobias de Macedo, João Leitner, Ernesto Bengtsson, João Hans Maschke, Wilhelm Peters, Benjamin Zilli, Rodolfo Senff, Pedro Demeterco, João Prosdócimo, Giuseppe Todeschini, Hugo Cini, Antonio Vendrami Malucelli, Hermes Macedo, Hélio Ballarotti, Henrique Gomm, Emilio Romani, J. Hoffmann, Wenceslau Glaser, Francisco Hauer, Henrique Mehl, João Bettega, Albano Boutin, Guilherme Weiss, Manoel Ribeiro de Macedo, entre outros são uma amostra do empreendedorismo dos imigrantes e luso-brasileiros que construíram o Paraná. Considerando o Paraná a partir na emancipação de São Paulo em 1853. Segue uma amostra da seleção. Ver tabela 7 uma amostragem das empresas.

Manoel Ribeiro de Macedo

Fundou em 1840 a fábrica de erva-mate Timbu, na cidade de Curitiba, representando uma organização modelar para indústria paranaense e nacional. Recebeu vários prêmios em exposições. O comendador Macedo libertou seus escravos antes da Lei Áurea. De 13/05/1888.

Tobias de Macedo

Filho de Manoel Ribeiro de Macedo também se dedicou à indústria do mate. Chegou a Curitiba em 1871 e em 1876 fundou a firma industrial ‘Tobias de Macedo’ na época uma das mais importantes do estado. Em 1923 passou a denominar-se Tobias de Macedo & Cia. Possuía anexos como as oficinas de serraria e carpintaria, que prestavam serviços necessários à fábrica. Produzia energia elétrica mediante motor de 200 HP, um socorro de 100 HP e ainda outro menor na fábrica de tecidos de juta anexa à fábrica de erva-mate. No setor de erva-mate, trabalhavam 60 operários e na de tecidos 120 operários em 60 máquinas produzindo, em média, 4000 metros de tecidos, matéria-prima para confecção da sacaria até então importada da Índia.

Em 1917 com o falecimento de Manoel de Macedo (irmão de Tobias) a empresa entrou em falência, não conseguindo recuperar-se. Em 1928 a empresa passou a fazer parte do acervo da Companhia Industrial Brasileira tendo como diretor José Gonçalves de Sá. Esta empresa entrou também em franca decadência.

Acredita-se que a falência tenha como causa a fábrica de juta, pois este material não era apropriado para o condicionamento dos grãos

de café e erva-mate. Pois não protegia suficientemente os produtos, ocorrendo muita perda. O problema foi superado com a introdução do algodão na confecção dos sacos de acondicionamento dos produtos. No entanto a fábrica provavelmente não conseguiu adaptar-se às novas condições de produção.

David Antônio da Silva Carneiro

Também se ligava às atividades do setor ervateiro. Estabeleceu sociedade com o Barão do Serro Azul, graças à visão e competência do engenheiro Francisco de Camargo Pinto que, criou o processo mecânico de beneficiamento da erva-mate, obtendo grande êxito. O sistema posteriormente foi adotado pelos demais ervateiros.

Em razão da firma do Barão do Serro Azul entrar em falência passou à nova razão social denominada David Carneiro & Cia. no ano de 1940, que vigorou até 1953. Então foi desativada a Ervateira Americana constituída pela firma David Carneiro & Cia. Na época foi considerada a mais moderna fábrica de erva-mate do Paraná.

Agostinho Ermelino de Leão Junior

A empresa Leão Junior S.A. foi fundada pelo industrial Agostinho Ermelino de Leão Junior em 08 de maio de 1901 a fim de explorar a erva-mate e o ramo de comissões e consignações. Associada a outras empresas comerciais das quais a mais importante era a Leão & Borges especializada na produção e exportação de madeiras. Também possuía um moinho de beneficiar erva-mate, denominado Fábrica Santo Agostinho estabelecido na cidade de Ponta Grossa.

Em 1912 a Leão Junior S.A comprou o Engenho Tibagy da família Fontana. Na década de 1920 chegaram a exportar 5000 toneladas. Em 1926 construíram nova fábrica com geração própria de energia elétrica e terminal ferroviário exclusivo, no entanto, após quatro anos, ocorreu um incêndio, que destruiu a fábrica.

Com o arrendamento de dois engenhos conseguiram erguer nova fábrica denominada Leão Junior e Cia. Em 1942 tornou-se uma sociedade anônima denominada Leão Junior & CIA. S.A. As adversidades encontradas foram vencidas graças aos contínuos investimentos e inovações. A empresa tomou-se centenária, mas recentemente as unidades de bebidas, mate liquido (garrafas e copos), foram vendidos a Coca-Cola, apenas o mate e chá torrado a granel se mantém em poder da Leão.

Manoel Antonio Guimarães

O Visconde de Núcar fundou em 1830 a Ervateira Guimarães, uma das mais antigas da região. Possuía filiais em Paranaguá, Antonina e São Francisco do Sul. Além disso, era detentora de sofisticadas técnicas de produção de mate, pois contava com o uso da eletricidade em suas fábricas. Possuía variadas marcas de erva-mate que recebiam muitos prêmios. A empresa Guimarães & Cia. foi símbolo de prosperidade e trabalho de dirigentes e funcionários.

João Leitner

João Leitner imigrante austríaco ficou conhecido pela grande visão comercial e como enfrentava os problemas econômicos que possuía. Fundou a Cervejaria Tivoli/Cruzeiro em 1866, administrou hotel na cidade, e foi empresário de transporte de Curitiba para a baixada litorânea. Investiu no lazer e criou um parque recreativo e churrasarias. Sua cervejaria foi incorporada pela Brahma em 1940. Como a produção de cerveja revelou-se um ótimo negócio, em pouco tempo surgiram dezenas de cervejarias e Curitiba se transformou num polo cervejeiro. Em 1882 foram fundadas as Cervejarias: Johnscher, Mensing, Weingang, Schulze, Fleischmann, Engelhart, Bengson, Iwersen e em anos seguintes diversas outras, não contando as dos arredores de Curitiba.



FIGURA 38 – Rótulo cerveja Providencia.

Fonte: reprodução museu da cerveja.

Ernesto Bengtsson

Ernesto Bengtsson, imigrante sueco criou a Cervejaria Providência Ltda., em 1901. Em Guajuvira/PR tinha uma fábrica de

barricas de madeira principalmente para a indústria do Mate. Participou de diversas exposições nacionais e Internacionais de cerveja, ganhado dezenas de prêmios, foi uma das cervejas brasileiras mais premiadas. Diversificou suas atividades, criando o parque Recreio da Providência. Sendo à primeira cervejaria do sul do Brasil a exportar para países da América do Sul. Sua produção foi desativada migrando as instalações para a fabricação de produtos plásticos mantendo, entretanto, o nome Providência.

Hermes Macedo

Os irmãos Astrogildo e Hermes Macedo chegaram à capital paranaense vindos do interior do RS e pertenciam a uma tradicional família de comerciantes. Em 1932, Hermes, abriu a Agência Macedo, um estabelecimento que vendia peças novas e usadas para caminhões e automóveis. E se transformou logo em um comércio de produtos diversos e ferragens. Vindo a ser o embrião das lojas de departamento, que logo se espalhou por Curitiba com várias filiais.

No decorrer das décadas de 1960, 70 e 80, se expandiu rápido do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul. A rede de Lojas HM ocupou lugar de destaque no ranking das maiores empresas nacional por vendas no comércio varejista brasileiro, sendo, durante todo esse período, a maior empresa do setor no Paraná. Atingindo o topo em 1981, no anuário da Revista Visão chegou ao primeiro lugar no varejo brasileiro e 107ª maior empresa do Brasil. A frente das Lojas Pernambucanas 2º, Lojas Mesbla 3º e Lojas Americanas 4º.

Não resistiu a forte concorrência dos anos 1990, de empresas internacionais e redes brasileiras, e faliu em 1997. Período de maior agressividade do capital internacional, fruto da bizonha abertura neoliberal COLLOR/FHC.

3.2 A REVOLUÇÃO DE 1930 E A MODERNIZAÇÃO DO PARANÁ

Introdução

No Brasil de Getúlio Vargas com a ideologia nacional desenvolvimentista que objetivava um novo país. Não se atingiu essa superação, ou seja, não foi propriamente a ideologia, que na prática realizou um Brasil onde as massas populares pudessem se integrar plenamente as conquistas da industrialização e do progresso. Juntamente com uma burguesia nacional muito atuante que dominasse grande parte dos destinos da acumulação e da transformação social e política do Brasil.

Mas a continuidade do ideário do nacional-desenvolvimentismo vinculada ao interesse nacional para o desenvolvimento, ativado pela vontade política concentrada no Estado, para novas atividades econômicas, particularmente industriais, associadas à diversificação do mercado interno, iria promover a superação:

- (a) Da especialização primário-exportadora: e
- (b) Da valorização ufanista das riquezas naturais, associada à ideologia da vocação natural (passiva) do Brasil para exploração primária de suas riquezas.

Contraposto à ideologia ufanista tradicional, o nacionalismo econômico varguista defendia intervenção para o desenvolvimento, ou seja, não era apenas nacionalismo, mas nacional-desenvolvimentismo.

Durante a Primeira República (1889-1930) a economia brasileira ainda se caracterizava pelo predomínio da atividade agroexportadora. O café, o açúcar, a borracha, o cacau e o fumo eram os principais geradores de divisas para o país. Já se registrava, entretanto, o funcionamento de diversas indústrias, inauguradas desde o final do século XIX. A crise política dos anos 1920 foi caracterizada pela rejeição do sistema oligárquico, que era associado ao Café. Seu desfecho foi o fim da hegemonia da burguesia cafeeira na condução da economia e da política brasileiras.

O processo de industrialização da década de 1920 se dividiu em duas etapas: a primeira até 1924, coincidindo com a terceira valorização do café (1921-24), quando foram realizados importantes investimentos em maquinaria que levaram à modernização da indústria; a segunda, de 1924 até 1929, quando ocorreu um processo de desaceleração na

produção industrial, em virtude da retomada do fluxo de importações graças a uma taxa de câmbio que tornava mais barato o produto estrangeiro.

Legado da revolução de 1930 e do interventor Manoel Ribas, que assumiu o governo paranaense em julho de 1932 até 1945. Síntese das suas principais ações;

a) Combater a Elite Oligárquica conservadora e impulsionar o desenvolvimento do Paraná;

b) Implantar um plano rodoviário para ligar a capital os portos marítimos e aos principais centros produtores, a recuperação da estrada da Graciosa, e a construção da estrada do Cerne para ligar a capital ao norte paranaense. Além da ampliação e modernização das infraestruturas portuárias e a ampliação da eletrificação;

c) Construir escolas para o ensino agrícola, como a escola dos Trabalhadores Rurais Dr. Carlos Cavalcanti, escola de Artes e Ofícios (atual CEFET-PR/ UTFPR) e diversos grupos escolares pelo interior do estado;

d) Manter a concessão de terras e a retomada da colonização executada diretamente pela administração do poder executivo estadual para evitar a fraude da venda de terras e a grilagem (*posse de terras alheias, mediante falsas escrituras de propriedade*); Combater os latifúndios internacional e nacional não titulado, ou em situação ilegal de exploração e a especulação imperialista em grandes negócios.

e) Fomentar a agricultura, pecuária e o cooperativismo. Incentivo a agroindústria, industrialização de base e alimentícia.

3.2.1 A Revolução e o Paraná

Diversos fatores explicam a origem dos capitais que impulsionaram a indústria no Paraná. Um deles foi à formação de um capital inicial a partir do comércio exportador da extração e processamento da Erva-mate. Ao aumentar a renda da população e a demanda de produtos de consumo não duráveis, a política de valorização do mate também contribuiu para a expansão da atividade industrial. A renda do extrativismo e das exportações da madeira foi outra determinação. E um elemento importante de estímulo para a indústria foi à política de incentivo à imigração. Outro, ainda, foi a Primeira Guerra Mundial, que alterou o quadro das relações econômicas internacionais do Brasil, beneficiando o Paraná. E mais tarde com o fim da Segunda Guerra que impulsionou a indústria de substituição das

importações, e fez a cafeicultura deslanchar, gerando efeitos multiplicadores na economia paranaense, principalmente com o fortalecimento da policultura e pecuária.

QUADRO 8
DISTRIBUIÇÃO % DO PIB SEGUNDO OS SETORES INDUSTRIAIS NO
PARANÁ – 1939-2005

Gêneros	1939	1949	1959	1970	1980	1990	1995	2000	2005
Automotiva	—	—	—	00,5	01,2	08,4	09,1	11,6	24,6
Minerais não Metálicos	1,13	2,34	0,79	07,2	07,7	07,7	06,0	05,2	04,3
Metalurgia	5,93	1,35	2,77	03,2	03,2	03,7	02,6	02,7	02,9
Mecânico	0,15	2,28	1,09	03,3	04,5	06,1	06,7	03,7	03,8
Materiais Elétricos e Comunicação	0,01	0,06	0,73	00,5	03,6	07,3	12,5	07,0	06,9
Materiais de Transporte	0,11	0,38	1,11	01,8	02,1	07,2	08,6	10,9	11,3
Madeira	32,3	25,1	26,3	22,5	15,1	05,2	05,3	05,0	03,9
Mobiliário	04,9	3,14	2,72	03,9	03,7	04,2	03,2	02,8	01,8
Papel e Papelão	01,0	9,07	4,91	05,2	06,1	01,1	01,2	03,0	02,9
Química	—	3,05	4,38	07,7	24,4	19,9	17,8	31,2	25,1
Têxtil	02,9	2,28	3,15	08,5	04,4	00,6	01,8	01,5	01,8
Produtos Alimentares	23,9	30,4	36,7	23,7	16,1	12,0	12,7	09,1	04,6
Bebidas	05,7	6,36	2,73	03,0	01,0	03,1	04,3	02,9	02,9
Outros	21,9	14,2	12,6	09,0	06,9	13,5	08,2	03,4	03,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IPARDES e SEFA 2011. Elaboração CROCETTI 2011. – Dados zerados.

Essa riqueza e a forte atração populacional gerada no período, justamente pela dinâmica da fronteira agrícola, possibilitaram a integração de capitais de pequenos produtores mercantis que investiram em cooperativas de produção alavancando a agroindústria no Paraná.

Ocorre que esses capitais trabalham basicamente em setores onde as exigências de capital mais intensivo eram inexpressivas, e a

acumulação prosseguia em um curso natural sem correr grandes riscos de uma empreitada como é uma industrialização pesada dentro de um país que tinha um capitalismo que ainda engatinhava. O projeto da industrialização do Paraná nascia com um peso acentuado nas empresas familiares, principalmente nos setores de bens de consumo durável e corrente.

O suporte para essa política, praticada entre 1933-55, vai sofrer uma inflexão com JK, porque não se trata de uma industrialização baseada no capital privado nacional, e assentada em forças populares, basicamente, mas já conta com outros parceiros, como novas empresas internacionais, e com uma interferência internacional muito maior junto aos EUA. Subserviência, essa que irá se aprofundar muito mais com o golpe de 1964. O nacional desenvolvimentismo vai vingar durante todo esse processo e, durante o Plano de Metas, começa a perder força, já está um pouco anacrônico.

Embora na correlação de forças, para sustentar a governabilidade era feito o pacto de poder com os latifundiários oligarcas, analisado por Ignácio Rangel em seu estudo da *Dualidade Econômica Brasileira*. Como interpretou Rangel, os parceiros mais tradicionais nunca foram deixados de lado em prol de um capitalismo mais popular ou mais social, isso nunca aconteceu no Brasil. O Brasil sempre incorporou, na esteira de seu progresso frações de capital mais atrasadas e nunca incorporou significativamente a população brasileira, o trabalhador brasileiro. Como já analisamos o modelo da Via Prussiana, ou seja, todas as rupturas e avanços foram de cima para baixo.

Esse modelo de desenvolvimento paranaense *o paranismo*, nasce exatamente como uma expressão desse projeto, como uma verbalização ideológica, como uma vontade de conquistar adesão a este modelo de desenvolvimento, que foi o modo paranaense de desenvolvimento econômico. Como observamos esse modelo de desenvolvimento foi meio utópico, porque acreditou que o Paraná, podia sozinho fazer o esforço da industrialização, uma industrialização que nas condições do capitalismo moderno requer imensa mobilização de capital. E uma imensa mobilização de agentes capazes de correr o risco, imensa mobilização por parte do governo criando infraestrutura básica. Por isso, o modelo de desenvolvimento paranaense não teve sucesso, montaram-se algumas empresas, elas quebraram, criou-se até uma maldição, de que as empresas que eram financiadas pelo BADEP normalmente quebravam. Como se o banco desse azar aos capitalistas.

QUADRO 9 – INFRAESTRUTURA 1961-66

ANO	INVESTIMENTOS ESTADUAIS EM ENERGIA ELÉTRICA E RODOVIAS – 1961-1966					
	INVESTIMENTOS EM ENERGIA ELÉTRICA		INVESTIMENTOS EM RODOVIÁRIAS			
	TOTAL	Recursos FDE	Participações FDE (%)	TOTAL	Recursos FDE	Participações FDE (%)
1961	800	-	-	1700	-	-
1962	2800	1526	55	4400	1270	29
1963	5600	1865	33	9000	2622	29
1964	10500	3732	36	22700	10388	46
1965	32000	12906	40	41300	121080	25
1966	45700	15662	34	50400	12600	25
TOTAL	97400	35691	36	129500	38960	30

Fonte: SILVA, M. C. da. As rodovias no contexto sócio-econômico paranaense: 1946-1964. Curitiba: 1984. p.52. Dissertação (Mestrado em História) – DEHIS/UFPR

Por que isso ocorreu? Basicamente porque, em 1962, o Brasil entra numa crise econômica, pois a capacidade produtiva criada no Plano de Metas entra num período de digestão, e há um processo de recrudescimento de problemas com balanço de pagamento, com inflação e com perda de capacidade produtiva. Esse processo de acomodação econômica foi um dos motivos do golpe de 1964. Levando vários pesquisadores, na época, inclusive Celso Furtado, que tinha sido ministro do Jango, afirmarem que o Brasil estava vivendo um período de estagnação. Outros intelectuais diziam que o Brasil estava vivendo um período de aprofundamento do desenvolvimento de sua dependência, e que sua dependência de capitais externos faria com que a industrialização não tivesse mais fôlego depois daquele período exitoso do Plano de Metas, e assim entraria em crise.

Com a descentralização industrial de 1975 mais os investimentos em infraestrutura, associados à arrancada da agroindústria e das cooperativas, o Paraná entra definitivamente num processo de desenvolvimento econômico mais sustentável. No Quadro 8 fica demonstrado o legado do desenvolvimentismo com a massiva participação do governo estadual como indutor de recursos através do FDE (Fundo de Desenvolvimento Econômico). Essa visão empreendedora do estado foi fundamental para o sucesso do Ciclo do Café, o qual será tratado sequênciamente.

Para ilustrar o desenvolvimento por setores indústrias, montamos o quadro 7, que demonstra a evolução percentual por setor industrial no período de 1939 a 2005. Em 1939 os setores mais dinâmicos e de maior valor de produção eram Extrativismo da Madeira e Indústria Alimentícia, já em 2005 eram à Indústria Química, reforçada pelo importante papel indutor da Refinaria da Petrobrás (REPAR) e a Indústria Automobilística concentradora da cadeia produtiva. (LEÃO, 1999, p. 10-15).

3.2.2 O Sucesso do Café

Já no fim do século XIX, um novo ciclo econômico, que iria modificar qualitativa e quantitativamente as dimensões da economia e da sociedade como um todo, começou a delinear-se no Paraná: a economia cafeeira.

A expansão do cultivo do café no Paraná resultou numa combinação afortunada do fato de que a economia cafeeira de São Paulo encontrou sua natural expansão atravessando o rio Paranapanema, que

divide os dois estados, entrando no norte paranaense, por um lado. E ao fato de que a expansão da economia cafeeira dos estados tradicionais produtores foi severamente limitada, por outro. A expansão rumo ao sul, pelos produtores de café de São Paulo, foi estimulada tanto pelas perspectivas de altíssimos níveis de produtividade em função da fertilidade do solo paranaense quanto pela possibilidade de evitar os controles governamentais sobre a oferta do produto por parte dos estados tradicionalmente produtores. Esses controles haviam sido introduzidos no começo do século XX para apoiar os preços internacionais da bebida.

Depois de 1920, boa parte do norte do Paraná já estava colonizada, ou através da expansão paulista ou por iniciativa da companhia inglesa. Isso acarretou uma ocupação rápida e bem estruturada da região, ajudada pela Segunda Guerra Mundial e pelas frequentes geadas, que aumentavam a demanda e os preços do café nos mercados internacionais, demanda esta que foi em grande parte suprida por novos cafés plantados no Paraná.

Contudo a expansão indiscriminada da cultura e uma política governamental de defesa de preços e controle dos excedentes cobraram um preço da economia como um todo: a persistência de preços atrativos redundou em grandes incrementos na produção de países competidores na América Latina e na África. Internamente, as políticas de regulação dos excedentes tornaram-se um fator inflacionário constante e sempre agravado, situação que levou o Governo Federal a colocar em prática uma forte política de erradicação de cafeeiros e sua substituição por outras culturas. Estes fatores, aliados aos constantes riscos de geadas, foram instrumentais para o declínio da produção cafeeira e a sua substituição por um novo tipo de agricultura que era caracterizada por ser moderna, mecanizada e intensiva de capital, baseada principalmente na produção de soja, milho e trigo.

PRIMEIRA FASE – 1860 a 1930

A ocupação do norte do Paraná em meados do século XIX deu-se por ordem militar, com o estabelecimento da Colônia Militar do Jataí, em 1854, e dos aldeamentos indígenas de São Pedro de Alcântara e São Jerônimo da Serra.

Desde 1860, fazendeiros de São Paulo e Minas Gerais iniciaram a exploração do café, formando fazendas no norte paranaense. Essas fazendas constituíam-se de grandes propriedades fundamentadas em

técnicas agrícolas e regimes de trabalho praticados nas fazendas paulistas, cuja produção escoava para São Paulo, com destino ao porto de Santos. Nessa primeira fase surgiram núcleos de povoamento: Colônia Mineira (1862), Tomazina (1865), Venceslau Brás e São José da Boa Vista (1867).

Nas primeiras décadas do século XX, a penetração do norte do Paraná ganhou expressão: importantes núcleos foram fundados: Jacarezinho (1900), Cambará (1904), Bandeirantes (1921) e Cornélio Procópio (1924).

As companhias colonizadoras foram fundamentais nessa fase, responsáveis por organizarem o fluxo migratório e a efetiva ocupação das terras localizadas nessa área.

A principal ação colonizadora foi resultado da venda de terras consideradas devolutas, feita pelo governo estadual à empresa *Paraná Plantations Limited*, em 1925. Esta companhia trouxe principalmente paulistas, mineiros e nordestinos; colonos japoneses deram origem aos núcleos de Assai e Uraí, em 1930.

Em 1915, já havia japoneses em Curitiba. Em 1917, procedentes do estado de São Paulo, estabeleceram-se no litoral paranaense, fundando colônias em Paranaguá, Antonina, Cacatu, Morretes, Alexandra, Faisqueira, Itaqui e Cachoeira. Durante a II Guerra Mundial, obrigados, como todo estrangeiro de origem do Eixo Japão, Alemanha e Itália, a se manterem afastados pelo menos 60 quilômetros da faixa litorânea, os japoneses reemigraram para o planalto Curitiba. No entanto, somente com a implantação da cafeicultura no norte do Paraná, a imigração japonesa destacou-se. Atualmente a região é uma das maiores concentração de descendentes de imigrantes.

SEGUNDA FASE – 1930 a 1950

O Estado resolveu aprofundar a concessão de terras. Definiu-se a política de colonização paranaense para povoar a região norte: maior parcelamento possível de glebas para favorecer o grande número de propriedades; fixou-se o máximo de área vendável em 200 hectares, parcelados até quatro anos a juros baixos. Era um modelo de colonização diferente do implantado nos cafezais de São Paulo, baseado em grandes propriedades. Nas pequenas propriedades, o investimento era menor, e as perdas prováveis causadas por geadas seriam, consequentemente, menores e neutralizadas em virtude da produção de outros gêneros agrícolas para o mercado. Em alguns casos a PPM bem sucedida migrou para a agroindústria.

com grandes lucros. Uma das empresas mais importantes. A Companhia de Terras do Norte do Paraná (CNTP) sucedeu a *Paraná Platations*. Dessa maneira colonizou-se grande quantidade de terras, consideradas as mais baratas do estado, por estarem localizadas a grande distância de Curitiba e sem nenhuma via de transporte. As grandes áreas adquiridas pela CNTP atingiram a margem esquerda do Rio Tibagi, em direção ao oeste. Em 1953, a CNTP havia vendido 400 mil hectares, divididos em lotes que não excediam 15 alqueires, cada lote abrigava quatro famílias em média, a CNTP foi vendida em 1943 para um grupo paulista, a Companhia de Melhoramentos, responsável, por exemplo, pela fundação de Maringá.

TERCEIRA FASE - 1950 A 1960

“[...] A população total do norte do estado teve um crescimento negativo, com uma perda absoluta de 456.107 habitantes. As razões estavam no esgotamento da fronteira agrícola; nas alterações da agropecuária, nas quais os aspectos mais cruciais à expulsão da população rural eram a concentração da propriedade da terra, através da eliminação ou diminuição dos estratos mais baixos em termos de área (hectares) na estrutura dimensional dos estabelecimentos rurais, com tendência à concentração nos estratos superiores; na substituição de lavouras permanentes e gêneros alimentícios por pastagens ou culturas mecanizadas que não demandavam força de trabalho em escala ampla; no difícil acesso ao crédito rural pelos pequenos proprietários como recurso para suas inserções em produções modernas; no profundo atrativo que as cidades exerciam, já que ofertavam condições de vida melhores do que no campo como a infraestrutura – água, luz, saneamento básico, educação, saúde – e até certo ponto empregos”.

(FRESCA, 2004, p. 222-223).

A ação colonizadora acentuou-se em 1951, com a implantação de três novos empreendimentos: Colônia Entre Rios, nas proximidades de Guarapuava, composta de migrantes de cultura alemã; Colônia

Castrolândia, a poucos quilômetros de Castro, composta por holandeses; Colônia Witmarsum, no município de Palmeira, com imigrantes alemães menonitas *denominação protestante surgida no século XVI, caracterizada pela rejeição de autoridade eclesiástica, separação do estado, não resistência e pacifismo*. Em 1960, instalou-se a Colônia Santa Cruz, no município de Ponta Grossa; a Colônia Pau Furado, em Teixeira Soares e a Colônia Santa Maria, no município de Tibagi.

Os empreendimentos de 1950 tiveram êxito; os de 1960, dificuldades, que em alguns casos foram amenizadas através da assistência de políticas públicas da CODEPAR e BADEP.

Colônias Entre Rios, Castrolândia e Witmarsum, entre outras se organizaram em cooperativas, facilitando o financiamento, a orientação técnica e, conseqüentemente, maior inserção na economia de mercado.

3.2.3 Crise e Confisco Cambial

A agenda liberal no projeto original do governo Dutra (1946-1948) não surpreendeu, pois o governo Dutra recebeu e aprofundou as iniciativas de liberalização herdadas do governo provisório. Mantendo iniciativas para contrair a expansão do crédito e investimentos públicos, a revogação do regime de licença prévia das importações (PI-7) pela Portaria nº. 258 (28/12/45) começou o desmonte dos mecanismos cambiais instituídos no Estado Novo. Taxa de câmbio fixa, mas desregulamentação se sucedendo gradualmente.

Esta finalidade da liberalização era clara, e na retórica do governo não parecia sequer seriamente questionável. Em sua primeira mensagem enviada para inaugurar as sessões do Congresso Nacional (15/03/47), o presidente Dutra afirmou claramente que;

“Cabe tratar da importante questão do comércio exterior, na qual a política do governo se enquadra no plano geral econômico-financeiro de combate à inflação. Assim, no tocante à importação faz-se mister incentivar, predominantemente, a entrada no país de bens de produção, sem perder de vista, entretanto, a conveniência da vinda de certas utilidades básicas, particularmente gêneros de primeira necessidade, que, sobre representar um freio à especulação em certos setores, contribui para diminuir o desequilíbrio entre as disponibilidades de bens de consumo e o meio circulante”. (DUTRA, 1947; p. 85).

TABELA 8 – Importações por categoria de uso (1944-1950) Em %

Anos	Bens de consumo duráveis	Não duráveis	Total	Combustíveis lubrificantes	Insumos p/ indústria	P/ Agricul tura	Total	Bens de K p/ indústria	P/ Agricul tura	Mat. de Transporte	Bens de K diversos	Total
1944	2,5	7,0	9,5	9,3	55,1	1,0	56,1	14,2	0,6	7,5	2,7	25,0
1945	4,4	9,2	13,6	10,0	53,4	1,0	54,4	9,4	1,1	8,2	3,4	22,1
1946	9,0	12,7	21,7	9,5	42,2	0,8	43,0	8,8	1,3	11,5	4,2	25,8
1947	11,7	8,1	19,8	9,5	40,0	1,0	41,0	9,5	1,7	14,2	4,6	29,6
1948	10,7	7,2	17,9	12,6	37,9	1,0	38,9	9,8	3,3	14,4	4,7	30,6
1949	8,9	6,6	15,5	12,0	41,5	1,1	42,6	11,3	4,1	9,8	5,5	23,9
1950	6,7	7,0	13,7	14,8	39,9	1,8	40,7	12,1	3,2	9,6	4,9	30,8

Fonte: IBGE e BC, 2007. Elaboração MALAN, 1996.

Considerando a demanda reprimida por mercadorias importadas divulgadas por campanhas publicitárias (e o cálculo da popularidade que a liberação de importações poderia trazer), é preciso evitar o equívoco de explicar a crise cambial que se seguiria pelo *boom* importador de “bugigangas”. A visão de que a crise cambial de 1947 resultara principalmente do desperdício de reservas cambiais com importações supérfluas de bens de consumo duráveis e viagens internacionais popularizaram-se depois da primeira interpretação oficial, a do relatório da CEXIM (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil) apresentado em junho de 1947 antes de instituir-se novo regime de licença prévia. (Ver tabela 8)

Vimos como, a despeito do caráter ortodoxo de suas políticas, o Brasil foi obrigado a utilizar um sistema de licenciamento prévio de importações tão cedo quanto em 1947. Este sistema de controle — conjugado com uma taxa de câmbio crescentemente sobrevalorizada — não deixou de trazer vantagens para a industrialização, embora isto não fosse um objetivo *consciente* do governo Dutra. Diante da queda abrupta das reservas cambiais, Dutra se deparava com duas alternativas: desvalorização ou controles de importação. “*Sabe-se que a opção por esta última foi determinada por considerações de curto prazo, o impacto inflacionário de uma eventual depreciação*”. Na análise de (VIANNA, 1987: cap. 1), existe a ressalva de que o regime de licenças prévias “*foi sendo crescentemente utilizado com a finalidade de promoção do desenvolvimento industrial por substituição de importações*” (particularmente a partir da adoção do orçamento de câmbio, em março de 1949), mas se argumenta também que “*quando o controle foi criado, não se visava nem se percebia sua importância para o processo de industrialização*”.

TABELA 9 – Participação brasileira na produção mundial de café
1900/2010 (em mil sacas 60 kg)

Período	Mundo	Brasil	Participação (%)
1900	15.100	12.069	80
1910	14.350	10.653	74
1920	20.290	17.116	84
1930	25.230	17.652	70
1940	26.500	15.797	60
1950	31.300	16.754	54
1960-69	67.585	25.370	38
1970-79	72.317	19.370	27
1980-89	90.724	26.515	29
1990/99	97.495	26.361	27
2009/10	132.000	40.094	30

Fonte: EMBRAPA, 2011.

A nascente indústria nacional se viu ameaçada pela importação, a baixo preço, dos mesmos artigos produzidos internamente. É nesse momento, especialmente a partir de 1948, que o Governo Federal, sob pressão das novas forças, passa a desenvolver uma política cada vez mais deliberada de apoio à indústria, através de sua proteção contra as importações de similares do exterior e da transferência de renda do setor

cafeeiro (através principalmente do confisco cambial) para o setor industrial. (ver tabela 8 e 10)

TABELA 10 - Produção Brasileira de Café 1920/2010

ANO	Produção de Café (mil sacas de 60 Kg)					
	Brasil	Paraná	PR/BR	São Paulo	Minas Gerais	Espirito Santo
1920	16.328	70	0,4	10.246	–	–
1925	14.108	117	0,8	9.193	–	–
1930	27.880	596	2,1	19.490	–	–
1935	16.950	260	1,5	11.200	–	–
1940	19.138	1.108	5,8	12.365	–	–
1945	9.137	579	6,3	4.722	–	–
1950	16.754	4.026	24,0	8.118	–	–
1955	14.512	1.337	9,2	7.333	–	–
1960	44.130	20.691	46,9	15.620	–	–
1965	37.776	21.058	55,7	11.828	–	–
1968	23.374	10.912	46,7	9.029	–	–
1970	25.652	11.090	43,3	8.277	2.965	2.040
1975	27.003	10.500	38,9	8.380	3.995	2.128
1980	20.220	4.980	24,6	5.640	6.900	1.980
1985	19.560	3.240	16,6	5.340	6.420	3.060
1990	18.600	2.400	12,9	5.700	5.460	3.120
1995	16.850	250	00,1	1.800	9.200	3.100
2000	32.200	1.500	00,5	3.200	18.000	6.300
2005	32.944	1.630	00,5	3.300	14.242	8.130
2010	40.094	2.284	00,6	4.662	25.155	10.147

FONTES: IBC 1990, SEAB/DERAL/IBGE, 2011. Elaboração CROCETTI, 2011.

A partir do confisco cambial 1948 serão totalmente diferentes as condições da cafeicultura brasileira. Os paulistas passam a investir em indústrias que recebem incentivos, é nessa conjuntura que a cafeicultura passa ser importante para o Paraná. A manutenção da taxa cambial fixa de 1947 até 1953, irreal para segurar as importações e proteger a indústria local, dificulta a exportação além de reduzir a margem de lucro, o governo passa a assegurar uma bonificação de 53 por cento do valor oficial do câmbio, com exceção do café. Se não bastassem todas essas adversidades, o governo lança mão do confisco cambial, ou seja, recursos cambiais provenientes da exportação de café ficam

subordinados ao recolhimento de uma cota de contribuição correspondente a US\$ 22,00 por saca, num momento em que a saca alcançava um preço médio no mercado de US\$ 41,86. De certa forma essa taxa se conserva até hoje com oscilações no seu montante, e com períodos de isenção. (ver tabela 8 e 10)

TABELA 11
ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DO CAFÉ NO PR 1980-2010

ANO	CAFÉ		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245
1981	700 000	498 000	711
1982	303 000	96 000	317
1983	440 000	354 000	805
1984	424 000	252 000	594
1985	424 000	318 000	750
1986	422 825	120 000	284
1987	430 000	510 000	1186
1988	505 581	114 000	226
1989	493 324	267 039	541
1990	426 391	156 702	368
1991	383 355	201 922	527
1992	296 000	108 000	365
1993	230 000	100 000	435
1994	184 351	81 990	445
1995	13 750	7 350	535
1996	134 000	67 000	500
1997	127 895	109 630	858
1998	128 127	135 707	1060
1999	136 642	141 813	1038
2000	142 118	132 435	932
2001	63 304	28 299	447
2002	129 313	139 088	1076
2003	126 349	117 274	928
2004	117 376	152 260	1297
2005	106 303	86 417	813
2006	100 973	139 376	1380
2007	97 623	103 698	1062
2008	96 804	157 882	1631
2009	85 315	87 655	1027
2010	82 831	138 963	1678

FONTES: SEAB, IBGE, IPARDES, 2007.

Com sua vitória, o industrialismo perdeu o caráter de uma ideologia renovadora, revolucionária mesmo. E os industriais perdiam uma das bases do caráter de vanguarda de suas posições políticas; perdiam um dos pontos de contato que os identificavam com as forças políticas mais vivas e renovadoras na Nação.

A posição dos fazendeiros, que era de força, passa a ser de fraqueza, levando-os gradativamente a reconhecer a liderança da indústria. Por outro lado, ambos os grupos, e especialmente os industriais, começam a perceber que seus interesses não são necessariamente antagônicos. Muito pelo contrário. O desenvolvimento da indústria cria mais mercado para a agricultura, e vice-versa. Para os agricultores dedicados exclusivamente à cultura de produtos de exportação, tal fato não tinha grande significação. O que eles viam era sua renda, através do confisco, ser canalizada para outros setores da economia. Mas no momento em que a luta contra o confisco perde a maior parte do seu sentido, e que o processo industrial parecia um fato consumado, a possibilidade de união de industriais com os grandes agricultores e comerciantes em torno de interesses comuns estava aberta. (PADIS, 2006; p.179-200)

Podemos observar, por meio das tabelas 10 e 11, a oscilação da produção de café, não só no Paraná, e nas várias regiões brasileiras por conta das políticas públicas, dos confiscos, das erradicações dos cafezais e das geadas no Paraná.

O Paraná atualmente passa por uma nova onda de implantação de cafezais, e quem sabe num futuro próximo poderá melhorar sua produção.

3.3 A DESCENTRALIZAÇÃO INDUSTRIAL DO 2º PND

Introdução

Superada a crise do Plano de Metas, e depois do crescimento do milagre brasileiro, tivemos uma “marcha forçada”, um novo ciclo de crescimento, mas baseado em premissas diferentes, e bem mais modesto. O Brasil cresceu de 1967 a 1973, muito fortemente através da reforma financeira e através de uma redistribuição de renda em favor de setores de renda mais altos, criando uma nova classe média, com a nova empresa nacional privada e com novas empresas estatais que se implantam desde os anos 1950.

O Brasil começa, depois da crise do petróleo, a se reorganizar estruturalmente, e passa a ser pensado com base em novas estratégias, como a nova política descentralizadora da Gestão Geisel, com a implantação do 2º PND (1974-79), que ganhou o apelido de “marcha forçada”.

QUADRO 10
DISTRIBUIÇÃO DO PIB POR ESTADO SELECIONADO E REGIÃO NO
BRASIL 1949-2008

Regiões e Estados	1949	1959	1970	1975	1980	1985	1990	1994	2000	2004	2008
Sudeste	67,5	65,0	65,2	64,5	62,2	59,4	56,2	59,1	58,3	55,8	56,0
São Paulo	36,4	37,8	39,5	40,2	37,8	35,5	32,9	33,8	36,0	33,1	33,1
M. Gerais e E. Santo	11,6	08,7	09,6	09,8	11,1	11,6	12,3	12,6	10,5	11,2	11,6
RJ	19,5	18,5	16,1	14,5	13,2	12,4	11,0	12,7	11,8	11,5	11,3
Sul	15,2	16,2	17,0	18,1	17,3	17,1	18,2	16,0	16,5	17,4	16,6
Paraná	04,3	06,4	05,4	06,6	05,7	05,9	06,4	06,1	05,9	06,3	05,9
Nordeste	13,9	14,4	11,9	11,3	12,2	13,8	14,5	14,2	12,4	12,7	13,1
Norte	01,7	02,0	02,2	02,2	03,3	04,2	04,9	04,5	04,4	04,9	05,1
Centro-Oeste	01,7	02,4	03,6	04,0	05,0	05,4	06,3	06,3	08,4	09,1	09,2
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

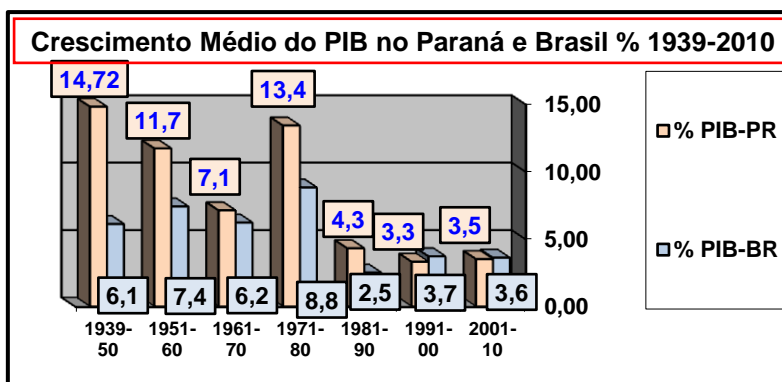
FONTES: IBGE, IPARDES, contas regionais 2010. Elaboração, Crocetti, 2011.

A excessiva concentração industrial paulista, começa a gerar uma série de problemas, a concentração espacial da produção, que oferece

inúmeras vantagens com o crescimento excessivo da aglomeração, pode tornar-se um obstáculo à continuidade da produção. As deseconomias de aglomeração contribuem para o declínio de antigas regiões industriais e podem modificar as estratégias econômicas de localização das organizações. Ver números no Quadro 9.

No interior da metrópole pode ocorrer o incremento do congestionamento das redes de comunicação (estradas, transportes públicos, circulação da informação, entre outros), ao lado da degradação do meio ambiente, da alta excessiva dos preços dos terrenos e do aumento dos custos dos serviços públicos. A acumulação desses fatores no solo urbano faz acelerar o processo de descentralização das atividades econômicas e, com efeito, favorecer o desenvolvimento do sistema urbano mediante a expansão de atividades econômicas em cidades alternativas, dependendo do ambiente construído ali existente, pois tendem a se especializarem em atividades rotineiras da produção industrial.

GRÁFICO 5 – PIB BRASIL PARANÁ 1939-2010



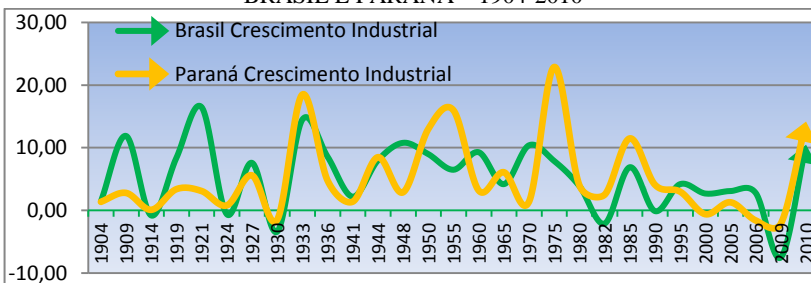
FONTE: Contas Regionais do Brasil - IBGE/IPARDES, 2011. Crocetti, 2011.

Ainda vale enfatizar que as relações entre as cadeias produtivas não se processam por vínculos estritamente utilitários. STORPER (1999) destaca que o surgimento de situações inéditas, de incerteza e riscos, provenientes da retroalimentação complexa dos sistemas de produção, das alterações das formas de organização econômica das empresas e das preferências dos consumidores, possibilita que as diversas organizações se aglomerem geograficamente condicionadas por um sistema de convenções e relações específicas que consistem em elementos psicológicos, culturais e históricos. Nesse sentido, denomina-

se "convenções regionais de produção" como um novo tipo de formatação regional, cuja intensidade das relações entre os participantes do processo produtivo depende de articulações informais e tradicionais com demais organizações e instituições em um espaço particular. Evidencia assim, que tais convenções não podem, pelo menos de uma maneira mecânica, serem transplantadas de um lugar para outro, o que favorece a aglomeração geográfica das atividades econômicas e inibe o deslocamento de capitais para áreas não contíguas a essas relações. Verificar a análise espacializadas nos gráficos 5 e 6.

Nestas condições, o processo de descentralização das atividades produtivas não se faz de maneira independente da distância e da articulação entre as diversas redes urbanas, a despeito do atual desenvolvimento e difusão de novas tecnologias de comunicação. Torna-se necessário examinar o dinamismo interno das instituições políticas e econômicas distribuídas no espaço geográfico, bem como os fluxos materiais e imateriais que auxiliem a irradiação das atividades industriais e serviços complementares no espaço nacional.

GRÁFICO 6
TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL
BRASIL E PARANÁ – 1904-2010



FORNTE: Estatísticas Históricas do Brasil em <http://ipeadata.gov.br>, Contas Regionais do Brasil – IBGE/IPARDES, 2011 e Conjuntura Econômica FGV, Vários Números. Elaboração Crocetti, 2011.

3.3.1 As Razões da Descentralização e Concentração

No Paraná as empresas estatais como a SANEPAR, a COPEL, a TELEPAR tiveram um papel importante na construção de uma boa infraestrutura de serviços voltados à população urbana, inclusive avançando com a eletrificação rural, entre outras ações. Há também um

campo apoiado por indústrias como a EMATER, trabalhando com assistência técnica aos agricultores, trabalhando com o pequeno produtor. Então mesmo o pequeno produtor, apesar de estar passando por dificuldades, não é completamente esquecido, é apoiado.

Essas transformações que aconteceram no Paraná refletem de certa forma, algo que ocorreu no Brasil, porque mesmo com todo o autoritarismo do regime militar, com tudo que ele significou de regresso político, social, tem-se um período de crescimento econômico acelerado e um projeto de nação. É no Brasil potência de Geisel, a partir de 1974, que acontece um projeto de nação, não só de construção de capacidade produtiva, de construir infraestrutura em ritmo acelerado, mas de prover o Brasil de uma indústria de bens intermediários mais fortes, de modernizar a agricultura. Foi um período também em que se assentam e melhoram minimamente as condições para a cidadania, com um aperfeiçoamento de direitos sociais, através do PIS/ PASEP. Que foram instrumentos criados na época, e tiveram mais um peso simbólico que um peso efetivo, mas, significaram que o brasileiro foi convidado a participar de uma nação, muitas vezes através de forma precária, de fato, embora no plano ideológico de uma forma mais efetiva.

TABELA 12 – CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL NO PARANÁ

Concentração Industrial em 1960		
Norte 32%	Centro/Sul 16,2%	RMC 51,8%
Alimentação e Transformação.	Madeireira e Moveleira	Mineração, química e Alimentícia.
Ibiporã, Londrina, Cambé, Araçongas, Apucarana, Maringá e Paranavaí.	Guarapuava, Irati, União da Vitória e Campo Mourão.	Curitiba, Rio Branco, Campo Largo, Ponta Grossa e Tibagi.

FONTE: WESTPHALEN e PILATTI, 1968; p. 240-42. Montagem CROCETTI.

Fruto da política descentralizadora de Geisel no 2º PND, tivemos a instalação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) em 1975, que aliado às políticas modernizadoras de Manuel Ribas no plano político, administrativo, econômico e social. Foi eliminando paulatinamente as tendências centrífugas da economia paranaense, cuja capital de fato era São Paulo, consolidando Curitiba não só como capital administrativa, mas como centro do poder. E Ney Braga, por outro lado influenciado como já demonstramos com o nacional desenvolvimentismo, aqui apelidado de paranismo, foi o provedor de um complexo administrativo,

e principalmente criando no Paraná pioneiramente órgão gestores de planejamento.

**QUADRO 11 – ECONOMIA PARANAENSE POR REGIÃO
VALOR ADICIONADO BRUTO (VAB)**

Região	Norte Pioneiro	Norte	Noroeste	Oeste	Centro Oeste	Sudoeste	Centro Sul	Sul	Campos Gerais	Litoral	RMC
Agropecuária	20,0%	07,0%	19,8%	03,6%	21,5%	19,2%	16,8%	29,0%	15,8%	01,7%	00,7%
Indústria	18,0%	22,0%	19,6%	37,9%	14,8%	25,5%	22,0%	18,0%	33,4%	31,1%	29,5%
Serviços	62,0%	71,0%	60,6%	58,5%	63,7%	55,3%	61,2%	53,0%	50,8%	67,2%	69,8%

Fonte: IPARDES/IBGE/ 2000. CROCETTI 2010.

Temos, então, a instalação de uma indústria automobilística, uma indústria mecânica, uma indústria que em princípio é pequena em relação à agroindústria, mas que vai crescendo bastante. Hoje há uma participação bastante grande dessas indústrias não vinculadas à agricultura no PIB paranaense, enquanto as vinculadas à agricultura perderam importância relativa, embora sejam muito fortes e tenham uma participação nacional e uma presença nos mercados internacionais também bastante expressiva. O que acontece é que essas transformações todas estão muito distantes de um modelo parecido com o modelo de desenvolvimento paranaense, mas havia também alguns requisitos. Havia um capital privado local vigoroso, uma industrialização por todo o Estado, a presença de camadas populares que se assalariavam crescentemente. O assalariamento cresceu, essas pessoas passavam, inclusive, a contar com os benefícios de uma previdência social, que havia sido criada em grande parte pelo governo militar, aperfeiçoando a legislação varguista que se tornara até certo ponto, anacrônica para os novos padrões de desenvolvimento capitalista brasileiro na época. Ver evolução do PIB paranaense e o salto depois de 1975, e a contínua concentração econômica da RMC como estratégia, para um projeto de Estado e de desenvolvimento sustentado, observar o gráficos 6 e as tabelas 14 e 15, que demonstram empiricamente, e Tabela 12 e Quadro 10 para ver os resultados dessa descentralização e nova concentração. No campo político econômico a uma perda significativa de São Paulo e Rio de Janeiro, inclusive no Nordeste.

Então se tem, na verdade, alguns pontos do projeto paranaense de desenvolvimento, paradoxalmente, embora o Paraná agora cumprisse como foi visto à época, um papel complementar à industrialização paulista. O Paraná se solda ao território brasileiro, complementa o espaço nacional, está participando de uma divisão de trabalho nacional, mantém uma integração produtiva ao território brasileiro. Inclusive tem mercados no exterior, mas mantém, paradoxalmente, algumas conquistas desejadas pelo projeto paranaense de desenvolvimento

econômico do início dos anos 60, do governo Ney Braga, e não é à toa que durante todo o período militar, Ney Braga continuou como uma grande figura da política paranaense. Essa figura não expressa meramente uma questão de poder político baseado em patrimonialismo, ou alguma coisa desse tipo; é uma figura representativa, de certa identidade social e cultural, de certo modo de ver o Paraná, ele tem um carisma, que é um carisma assentado fortemente na população, nas elites, mas também no povo paranaense. É inegável isso. Embora hoje Ney Braga seja uma figura que quase não é lembrada, no fundo ele foi um dos grandes criadores do Paraná moderno ao lado de Manuel Ribas.

TABELA 13

MUNICÍPIOS PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 1% NO VAF TOTAL PARANÁ 1975 e 2006/08					
MUNICÍPIO	VAF TOTAL DO ESTADO (%)			DIFERENÇA	
	1975	2006	2008	2006-1975	2008-1975
Curitiba	13,474	18,214	18.245	4,678	4,771
Londrina	6,351	3,561	3,122	-2,790	-3,229
Ponta Grossa	4,196	3,210	3,178	-0,986	-1,018
Maringá	3,798	3,061	2,785	-0,737	-1,013
Cascavel	2,468	1,901	2,172	-0,567	-0,296
Paranaguá	2,336	1,238	1,416	-1,098	-0,920
Guarapuava	1,897	1,179	1,165	-0,718	-0,732
Umuarama	1,803	0,476	0,448	-1,327	-1,355
Toledo	1,631	1,319	1,502	-0,312	-0,129
Apucarana	1,560	0,730	0,678	-0,830	-0,882
Rolândia	1,410	0,592	0,583	-0,818	-0,827
Telêmaco Borba	1,258	1,329	1,068	0,071	-0,190
Campo Mourão	1,247	0,540	0,589	-0,707	-0,658
Mar. Cândido Rondon	1,230	0,497	0,543	-0,733	-0,687
Palotina	1,072	0,353	0,446	-0,719	-0,626
Cornélio Procopio	1,037	0,290	0,256	-0,747	0,781
Paranavaí	1,013	0,484	0,432	-0,529	-0,581
Campo Largo	0,681	1,018	0,743	0,337	0,062
Foz do Iguaçu	0,609	3,903	3,137	3,294	2,528
São José dos Pinhais	0,513	7,731	8,214	7,218	7,701
Araucária	0,285	10,835	9,596	10,550	9,311
Pinhais	0,000	1,687	1,534	1,687	-0,153
Soma e Difer. Part. >1%	47,781	60,124	57,134	12,343	9,353
TOTAL DO ESTADO	100	100	100	-	-
MUN. COM PART. > 1%	17	14	13	-3	-4

FONTE: SEFA, 2008. IPARDES 2011. Elaboração CROCETTI, 2011.

TABELA 14 - PARTICIPAÇÃO NO VAF TOTAL DO PARANÁ
RMC - 1975-2008

ÁREA	% DO VAF TOTAL									
	Anos	1975	1980	1983	1985	1989	1996	2000	2005	2008
Aglomerado Metropolitano	15,568	31,907	34,252	27,536	35,310	38,367	41,123	40,000	40,183	
Curitiba	13,474	15,763	18,093	15,617	23,214	25,669	19,892	18,214	18,245	
Primeiro anel	2,094	16,144	16,158	11,919	12,096	12,698	21,231	21,786	21,938	
Segundo anel	1,117	1,107	1,100	1,069	1,300	1,308	1,508	1,448	1,448	
Terceiro anel	0,371	0,467	0,380	0,496	0,415	0,416	0,412	0,580	0,580	
TOTAL RMC	17,056	33,481	35,731	29,101	37,025	40,091	43,043	42,028	42,211	

FONTE: SEFA/IPARDES: 2011.

A) Primeiro anel: 12 municípios, Curitiba, Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras e São José dos Pinhais;

B) Segundo Anel: 7 municípios, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Contenda, Itaperçu, Mandirituba, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná;

C) Terceiro Anel: 7 municípios, Adrianópolis, Agudos do Sul, Serro Azul, Doutor Ulysses, Lapa, Quitandinha e Tijucas do Sul;

Quem interpretou de forma corajosa e inédita esse processo foi Wilson Martins, principalmente em artigos em jornais e revistas acadêmicas. Usando de sua posição privilegiada de crítico literário, expos suas ideias legitimado por esse prestígio, onde pode demonstrar os equívocos sobre as análises do período paranista e durante o regime militar. Martins durante os anos 1940 fez um estudo de fôlego para interpretar o quebra-cabeça da Formação Social e Econômica do Paraná, em sua obra *Um Brasil Diferente*, que recebeu dura crítica pelos interpretes do governo paranaense, através da publicação de; *O Paraná Reinventado: Política e Governo*, divulgado pelo IPARDES/SEPL.

Ele formulou que o “Paraná não precisava ser reinventado” conforme os ventos políticos, ou seja, cada grupo que acendia ao poder deveria reconhecer os méritos dos seus antecessores, e ter a humildade generosa para manter as políticas que davam certas, e dar crédito aos seus mentores. Não criar um “novo” Paraná a cada gestão, como se não existissem políticas públicas anteriores, ele faz uma distinção desse período (1930-1964), como sendo dicotômico, ou, como havia analisado Rangel, o Brasil e suas dualidades.

Diagnosticou a política dos *pactos de poder* dessa época da seguinte forma; De um lado revolucionários getulistas de direita, o PSD de base agrária, e de outro a ala esquerda, o PTB com o proletariado urbano. Em outro campo o antigetulismo da UDN, representante da alta classe média e dos capitais, além dos remanescentes anacrônicos da

oligarquia “carcomidos” da República Velha, completamente desmoralizados enquanto força política e ideológica.

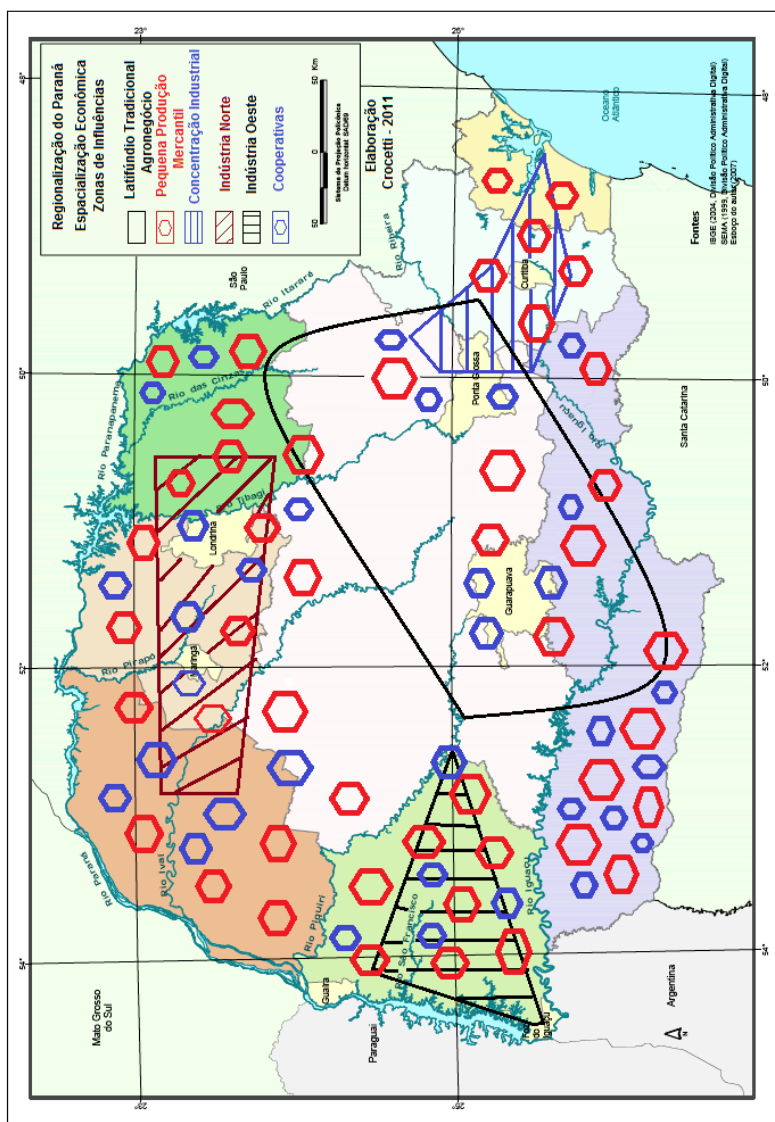


FIGURA 40 – CONCENTRAÇÃO ECONÔMICA NO PARANÁ 1975-2000, elaboração CROCKETTI, 2011.

Com os anos 1970 tudo isso se aprofunda, com uma fratura grave, que é o fato de a industrialização do campo ter expulsado os posseiros, arrendatários, meeiros, etc., em grande quantidade, com transformação e a mecanização da agricultura. Nessa época, o Paraná praticamente não cresce em número de habitantes, passam-se mais dez anos ele passa também estagnado, praticamente sem aumentar sua população. Praticamente o Paraná perde 2 milhões de habitantes no campo nos anos 70, cerca de um milhão vai para fora do estado, para as cidades do interior de São Paulo e para a fronteira agrícola que está sendo aberta em Rondônia, na Amazônia, no Pará, e em outros estados.

TABELA 15 – POPULAÇÃO, TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO, %
PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO DO BRASIL
E GRAU DE URBANIZAÇÃO – PARANÁ – 1872/2010

Período	População Total	Taxa Anual de Crescimento Geométrico (%)	Participação da População no Total do País (%)	Grau de Urbanização (%)
1872	126.722	–	1,2	–
1890	249.491	–	1,7	–
1900	327.136	7,23	1,9	–
1920	685.711	8,02	2,3	17,3
1940	1 236 276	5,52	3,0	24,5
1950	2 115 547	7,27	4,1	25,0
1960	4 268 239	4,97	6,1	30,6
1970	6 929 868	0,97	7,4	36,1
1980	7 629 392	0,93	6,4	58,6
1991	8 448 713	1,30	5,8	73,4
2000	9.563.458	1,31	5,6	81,4
2010	10.439.601	0,88	5,6	85,3

FONTE: Anuário Estatístico do Brasil 2011 – IBGE. CROCETTI, 2011.

– Dados não disponíveis.

Perde população para as frentes agrícolas de expansão da agricultura brasileira, ou vão para as grandes cidades paranaenses, principalmente cidades que vão então inchar, formando numerosas favelas, como Curitiba, que se torna uma metrópole. Ou cidades de médio porte que crescem muito, como Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Cascavel, onde se concentra a indústria, o comércio. E algumas das pequenas cidades que passam por uma regressão muito acentuada, porque os sistemas de comercialização agrícola em que se baseavam passam agora a ser feitos por cooperativas, por grandes

empresas. As funções tradicionais que elas tinham, de receptor produção agrícola, de intermediar a produção agrícola com centros de consumidores, se modificam se modernizam, e algumas dessas cidades pequenas passam a serem cidades mortas, ou fantasmas, principalmente no Nordeste e Sul paranaense. Embora um número significativo delas se integrasse as grandes empresas agrícolas e cooperativas, dinamizando sua produção. Outras partiram para o enfretamento e passaram a atividades mais lucrativas como a soja, o trigo, aves e cana-de açúcar. Dando origem mais tarde a pequenas unidades industriais.

Esses processos de integração ou não com as grandes empresas do agronegócio e com as cooperativas, ou com a modernização e industrialização da PPM, criaram outras concentrações industriais no Norte, Oeste e Centro-Oeste paranaense.

TABELA 16
SALDOS MIGRATÓRIOS E TAXAS LÍQUIDAS DE MIGRAÇÕES
ESTIMADAS PARA O PARANÁ -1940/2000

Período	Saldo Migratório	Taxa Líquida de Migração
1940/50	510 083	24,0
1950/60	1 329 272	31,0
1960/70	886 345	12,8
1970/80	-1 376 188	-18,1
1981/91	-896 289	-10,6
1991/00	-39.686	-12,2

Fonte: Anuário Estatístico do Brasil 2009 – IBGE. CROCETTI, 2011.

Há uma concentração populacional, mas há ao mesmo tempo uma perda de população, ou pelo menos o não crescimento da população em nível estadual, há a população que deixa realmente o Paraná. Ver a tabela que retrata bem esse fenômeno, podemos ver os impactos do crescimento do café, do período Vargas e Militar, mas também o esvaziamento de 1970-80, que de certa forma amenizou os impactos sociais no campo num primeiro momento. Pois mais tarde suas contradições iriam gerar os Movimentos Sociais de luta pela terra no campo, tais como o MST, e a concentração desordenada nas cidades a criação dos Movimentos Sociais Urbanos. Além do caos urbano pela precária infraestrutura social, com falta de escolas, hospitais, postos de saúde, creches, habitação, cultura e lazer, esse descaso de Estado, de assistência, proporcionou a explosão social da violência urbana, principalmente pela falta de oportunidades de empregos e inserção

social. Demonstrado e comprovado pelos dados do IBGE, tabelas 15 e 16.

Mas ao mesmo tempo em que o campo no Paraná estava sendo deixado por paranaenses, concentram-se populações nas grandes cidades. Mais tarde o Paraná começa a ter um fluxo tanto de imigração quanto de emigração, ou seja, saem paranaenses, como das zonas agrícolas para a fronteira brasileira da agricultura, mas por outro lado entram nordestinos, procurando emprego em Curitiba, buscando empregos numa cidade que cresce rapidamente na construção civil. Esse é um fenômeno que ocorre até os nossos dias, além da atração de classes medias brasileiras atraídas pela propaganda oficial da cidade “*city marketing*” nos anos 1980 a 2000.

De certa maneira, sobrou um resquício ainda da ideologia de integração paranista, em grande parte, essa ideologia, pelo menos para certas camadas da população, valia a ideia de se criar uma industrialização relativamente disseminada, com capital paranaense. Embora entrasse muito capital estrangeiro na época, e umas poucas empresas paulistas, principalmente dentro da metalomecânica. O campo ficou, até recentemente, como um assunto basicamente do capital paranaense e o governo teve um papel muito forte nisso. O BADEP teve um papel muito importante na modernização da infraestrutura, na criação de banco de projeto para empresas que quisessem se estabelecer aqui.

3.4 DA SOLIDARIEDADE AO DESMANCHE CONSERVADOR (1982-2002)

Introdução

Na década de 1980 começa com a redemocratização brasileira, primeiro com a grande crise que começa no final de 1980, a crise do endividamento externo, quando os juros, apoiados pela política do dólar forte, fazem com que o Brasil passe a ter crescimento pífio. No apagar das luzes do período da ditadura, início dos anos 80 até 1983, pelo

menos, e entrando depois numa estagnação e num processo de inflação muito intenso, que é consequência dos problemas cambiais. A inflação no Brasil estava vinculada à questão cambial do país.

Um ano mágico foi 1984, gestado nas mobilizações populares do final dos anos 70 e início dos 80 com as grandes greves do ABCD paulista, e com as greves nacionais dos bancários, que motivaram os sindicatos e comunidades eclesiais de base a ir às ruas contra a Ditadura Militar e exigir eleições diretas. Desencadeando do Movimento Popular que levou milhões às ruas, as Diretas Já. Dessas mobilizações e encontros produzidos pelos partidos de esquerda também, aliados desse movimento progressistas das ruas, que surgiu Lula para o Brasil. Dentro desses processos efervescentes que começam a surgir lideranças progressistas que seriam alçados a candidatos aos governos estaduais com a primeira eleição direta para governadores, no chamado processo de redemocratização de 1982.

3.4.1 Democracia Solidaria e Desenvolvimento (1982-1994)

Nesse período, o Paraná também sofre uma grande retração econômica. Em 1982, acontecem as primeiras eleições para governadores, em que o PMDB é vitorioso em diversos estados, inclusive aqui, com José Richa. Esse é um momento importante para a evolução do paranismo no plano do aparelho do governo estadual, pois Richa tinha sido um político vinculado, à democracia-cristã no passado, e quando assume o poder tenta colocar na pauta da administração pública ideias vinculadas a esta democracia. Por exemplo, estimula muito a agricultura no seu papel de geração de empregos, o que é um pouco anacrônico, porque a agricultura não estava mais gerando empregos, mas ele tenta reverter às coisas colocando à frente da Secretaria de Agricultura uma pessoa de nítido enraizamento popular. Claus Magnus Germer, vinculado à esquerda, que tenta lutar contra a modernização agrícola, apelando para tecnologias mais antigas, mas eficazes do ponto de vista da pequena produção mercantil. Ver tabela 20.

Ao fortalecer o pequeno produtor rural, recolocar ele no mundo, tirá-lo da pobreza sem apelar para o grande capital internacional, sem apelar para o crédito agrícola, do qual já estava mesmo excluído, porque não tinha garantias a oferecer nem grandes extensões de terra para produção vinculada ao agronegócio. Ver tabela 19 que mostrar o retrato do campo paranaense medido pelo IBGE.

TABELA 17 – Produto Interno Bruto – Valor Total em Dólar 1970-94

VALOR TOTAL (em milhões de dólares)				
Anos	Moeda Corrente do ano	Anos	Moeda Corrente do ano	
1970	3.396	1983	11.615	
1971	4.712	1984	11.433	
1972	4.947	1985	12.533	
1973	5.520	1986	14.974	
1974	7.202	1987	16.428	
1975	8.312	1988	18.067	
1976	9.066	1989	24.793	
1977	15.138	1990	25.365	
1978	12.079	1991	20.296	
1979	13.197	1992	19.219	
1980	12.955	1993	23.502	
1981	14.973	1994	30.575	
1982	15.405			

FONTE: IBGE/IPARDES, dólar médio, 1995. Tabela elaborada por CROCETTI em 2007.

Muitas iniciativas comunitárias foram incentivadas. É criada uma Secretaria de Assuntos Comunitários, vinculando uma série grande de projetos da iniciativa popular e que são feitos de forma comunitária. Por um lado atravessamos uma recessão parando o Paraná, do ponto de vista de atração de grandes investimentos, por outro lado tem um grande rejuvenescimento de sua ideologia humanista vinculada à ideologia cristã, ainda que, de certa forma, seja possível dizer que essa ideologia estava um pouco superada. Pois o papel efetivo do pequeno produtor rural no campo era muito limitado, o espaço das experiências comunitárias era uma possibilidade, em grande medida, assistencialista, era pequeno, não podia dar conta da crise brasileira. Mas sem dúvida ajudou um contingente grande de pessoas no Paraná, e foi importante, numa época de crise, e a recolocação de uma ideologia de solidariedade social, num momento onde o individualismo era a palavra de ordem, e já estávamos perdendo essa prática.

No governo de Álvaro Dias (1987-1991), esse processo mudou bastante. Este governo não tinha tantos compromissos populares, embora fosse um autêntico do MDB. Ele imprime um estilo mais empresarial, e é curioso que durante um período relativamente ruim da economia brasileira, embora não tão crítico quanto o do início dos anos 80, há algum crescimento em meados dos anos 80. Lastreado no plano

cruzado ocorre um crescimento da economia brasileira que permite a Álvaro Dias atrair, com incentivos fiscais, algumas empresas para o Paraná. (LEÃO, 1999, p.15-20).

TABELA 18 – Participação da Agricultura Familiar e da Agricultura Empresarial no Total de Estabelecimentos e aa Área, Segundo Mesorregiões – Paraná/1995.

MESORREGIÃO	Número de estabelecimentos	ÁREA (ha)	AGRICULTURA FAMILIAR		AGRICULTURA EMPRESARIAL	
			Nº estab.	Área (ha)	Nº estab.	Área (ha)
			%	%	%	%
NO Paranaense	38.835	2.248.698	81,9	19,7	18,0	80,3
C. Ocidental Paranaense	24.041	1.094.808	83,2	25,7	16,8	74,3
Norte-Central Paranaense	52.150	2.221.214	83,9	27,6	16,0	72,4
Norte Pioneiro Paranaense	30.689	1.365.587	84,2	25,9	15,8	74,1
Centro-Oriental Paranaense	21.802	1.926.463	79,2	11,6	20,8	88,4
Oeste Paranaense	56.753	1.818.237	88,3	38,9	11,7	61,1
SO Paranaense	47.277	1.031.602	92,8	58,1	7,2	41,9
Centro-Sul Paranaense	38.660	2.141.634	83,5	21,8	16,5	78,2
SE Paranaense	35.175	1.222.317	88,0	38,0	12,0	62,0
Metropolitana de Curitiba	24.493	876.073	89,0	31,0	11,0	69,0
TOTAL DO ESTADO	369.875	15.946.633	85,9	27,7	14,1	72,3

FONTE: IBGE - Censo Agropecuário, 1995.

Desenvolve-se uma grande indústria de alimentos, aprofunda-se o processo de construção de uma indústria vinculada à metalomecânica, eletroeletrônica, dentro da Cidade Industrial de Curitiba, nos arredores da Grande Curitiba. A ideologia de solidariedade fica um pouco à margem, dadas as raízes de Álvaro Dias. Verificar amostragem TABELA 20.

No Paraná, a propaganda em torno da necessidade de modernizar o aparelho de Estado e fortalecer a economia do livre mercado com o objetivo de enfrentar os novos desafios que a reestruturação produtiva impunha, vem incorporada com um discurso que traz como tese o corte de despesas. MAGALHÃES FILHO, ao analisar esse período do governo Álvaro Dias em sua Tese destaca que *“apesar dessas medidas poderem ser vistas hoje como de inspiração neoliberal, sua lógica, era outra. Após referir-se sucintamente àquelas que já haviam podido ser implementadas, na Mensagem à Assembleia Legislativa de 1989, Dias deixa claro as preocupações que as haviam provocado, ao dizer: Falamos em contenção de despesas.”* (2006; p. 81).

Este redirecionamento das funções do Estado pode ser percebido nas reformas administrativas levadas a cabo pelo então governador. Num primeiro documento sobre as tais reformas, o governo Álvaro Dias

aponta várias empresas que poderiam ser privatizadas ou simplesmente fechadas:

TABELA 19 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS E DO VALOR ADICIONADO (VA) DA INDÚSTRIA DO PARANÁ -1985-2000

FONTE: IPARDES 2003.

GRUPO INDUSTRIAL	DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS (%)					DISTRIBUIÇÃO VA (%)				
	1985	1990	1995	2000		1985	1990	1995	2000	
Grupo Tecnológico(1)	15,1	24,8	26,0	35,2		20,9	26,0	30,0	29,0	
Grupo Fornecedor(2)	42,5	45,5	41,6	38,2		44,2	49,8	43,6	48,1	
Grupo Tradicional(3)	42,4	29,7	32,4	26,6		34,9	24,2	26,4	22,8	
TOTAL DO ESTADO	100,0	100,0	100,0	100,0		100,0	100,0	100,0	100,0	

- (1) Compõem este grupo os segmentos da Eletroeletrônica e telecomunicações; Máquinas e equipamentos; Automotiva; e Produtos químicos.
- (2) Compõem este grupo os segmentos da Extrativa e minerais não metálicos; Siderurgia e metalurgia; Petroquímica; Madeira; Papel e gráfica; e ramos da Agroindústria.
- (3) Compõem este grupo ramos dos segmentos Alimentos; Couros e peles; Malharia e confecções; Bebidas; Mobiliário; Artefatos de papel e papelão; e Artigos de matéria plástica.

Esse discurso propagado na gestão Álvaro Dias está inserido no processo que ocorria no país ocasionado por pressões econômicas e políticas do setor financeiro internacional, pela adoção de medidas corretivas por parte das nações devedoras através do receituário do FMI, remédio amargo experimentado agora em 2010/11 pela União Europeia. Dias defenderia “*é um sentimento de urgência em face do agravamento da crise, são prioridades máximas da agenda pública, são políticas de estabilização acopladas a reformas estruturais*”, aí incluindo a abertura da economia e o abandono de antigos modelos.

A extinção de duas empresas (Mineração do Paraná S.A. e Empresa Paranaense de Turismo), da Fundação Educacional do Paraná – FUNDEPAR, da Superintendência de Controle da Erosão e Saneamento Ambiental – SUCEAM, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba, e de diversos órgãos locais das áreas fazendária e educacional. Propunham-se também, a realização de estudos objetivando a racionalização das atividades da Secretaria de Cultura, a passagem das atividades de diversas secretarias para o setor privado, ou para os municípios, bem como, a extinção da Companhia Habitacional do Paraná – COHAPAR, do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES, da Fundação Caetano Munhoz da Rocha, da área de saúde, e da Fundação de Ação Social do Paraná – FASPAR. (MAGALHÃES FILHO; 2006, p. 80-81)

Foi possível perceber que Álvaro Dias, mesmo sendo da base histórica peemedebista e que tinha por princípio a defesa de maiores investimentos na área social, a fixação do homem no campo e o fortalecimento dos laços de cooperativismo e comunidade alterou seu

discurso para privatização, liberalização e ataque ao funcionalismo público.

TABELA 20 – PARTICIPAÇÃO DOS AGRUPAMENTOS AGROINDUSTRIAIS NAS VARIÁVEIS ECONÔMICAS DA AGROINDÚSTRIA DO PARANÁ - 1990/2000

AGRUPAMENTO	Valor Adicionado (VA)		Número de Funcionários		Número de Estabelecimentos	
	1990	2000	1990	2000	1990	2000
Destilação de Alcool e Produção de Açúcar e Adoçantes Naturais	7,9	8,1	14,0	12,2	0,7	1,0
Couros e Peles	3,9	2,6	3,8	3,9	1,6	3,3
Artigos de Couro	1,5	0,7	3,7	2,6	7,8	6,8
Fiação e Tecelagem	5,4	5,4	5,7	7,0	0,9	1,4
Malharia e outros Produtos Têxteis	0,9	0,9	2,4	2,5	6,2	4,5
Fumo	16,4	2,4	2,7	0,5	0,3	0,6
Óleos e Gorduras Vegetais	18,1	11,4	3,5	3,1	0,7	1,3
Beneficiamento de Café, Mate, Grãos e Fibras	8,2	5,1	13,8	4,4	25,4	12,9
Moagem de Trigo	3,1	5,7	2,2	2,0	1,1	1,9
Panificio e Pastificio	2,5	3,5	10,2	10,4	27,1	23,8
Industrialização do Café	1,9	2,2	3,3	2,3	2,0	3,9
Processamento do Milho, Mandioca e seus derivados e Farinhas Diversas.	2,7	6,3	8,9	4,7	6,2	6,5
Sucos e Concent. Naturais e Conservas de Frutas e Legumes	0,4	0,9	0,9	1,5	1,4	2,9
Refeições e Alimentos Conservados	1,2	1,2	1,2	3,2	1,3	3,2
Abate de Bovinos e Suínos e corte de Carnes e Subprodutos	3,6	7,8	3,9	10,4	2,6	3,3
Abate de Aves e Preparação e corte de Carnes e Subprodutos	2,3	8,1	4,5	11,5	0,9	1,1
Abate de Reses e Aves e corte de Carnes e Subprodutos	7,0	0,7	7,0	1,4	0,4	0,3
Abate de outros Animais e corte de Carnes e Subprodutos	0,0	0,6	0,3	1,1	0,4	2,2
Preparação do Pescado e Fabricação de Conservas	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3
Leite e Derivados	1,7	4,9	2,0	4,8	2,5	7,6
Fabricação de Balas, Chocolates e Sorvetes.	0,1	1,5	0,8	2,6	6,7	4,2
Cerveja, Chope e Malte.	6,7	9,5	1,0	1,2	0,1	0,3
Refrigerantes	3,2	5,3	2,1	3,1	0,8	1,2
Fabricação suco Naturais e Mate Solúvel e Xaropes para Refrescos	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,2
Fabricação de Vinhos, Aguardentes e Licores.	0,4	0,5	0,6	0,7	1,4	2,1
Rações e Alimentos Preparados para Animais	0,9	4,7	1,3	2,7	1,4	3,4
Total da Agroindústria	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Agroindústria/Total da Indústria de Transformação	25,6	17,5	26,5	24,8	22,5	19,6
Outras Indústrias/ Total da Indústria de Transformação	74,4	82,5	73,5	75,2	77,5	80,4
Total da Indústria de Transformação	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

FONTES: SEFA, IPARDES 2003.

Entre 1990 e 2000 ocorre redução no número de estabelecimentos agroindustriais (de 3.470 para 3.015) e crescimento do emprego (de 70.743 para 89.232). Contudo, tal como no VA, ambas as variáveis perdem participação relativa no total da indústria, com o número de funcionários passando de 26,5% para 24,8%, e o número de estabelecimentos variando de 22,5% para 19,6%. Os principais segmentos empregadores correspondem aos de Abate e Processamento de Carnes, que se distinguem por elevado crescimento no período, e ao

Sucroalcooleiro e Panifício e Pastifício, que mantêm elevadas as suas participações. Inversamente, a agroindústria de Beneficiamento de café, mate, grãos e fibras reduz drasticamente sua participação em termos de emprego e de estabelecimentos explicitado na Tabela 20.

Tal linha de pensamento só viria a ser alterada com a chegada do Roberto Requião ao poder em 1991. É bom destacar que antes de assumir o governo do Paraná, Requião ficou conhecido por suas ideias estatizantes, com destaque para o ano de 1987, quando o Sindicato dos Transportadores, entre outros, se uniu contra o projeto na ALP de “estatização” dos transportes coletivos. Proposto e defendido pelo deputado estadual e futuro prefeito Roberto Requião (PMDB).

Nesse sentido, é importante destacar que a eleição de Requião à prefeitura de Curitiba (primeira eleição para capitais depois da ditadura) para o mandato 1986-88, derrotando o candidato Jaime Lerner, é contemporânea ao surgimento de várias entidades empresariais que objetivaram a defesa do livre mercado e das privatizações no Paraná. Tais entidades decifraram o discurso estatizante e nacionalista de Roberto Requião como um inimigo a ser combatido.

Em 1990, a eleição de Requião para o governo do Estado retardou o avanço neoliberal, uma vez que o governador eleito priorizou programas pautados pelos investimentos públicos centralizados como; O Painel Cheia e o Bom Emprego Fiscal, engavetando muitas das ideias de privatização e enxugamento da máquina pública que haviam surgido na gestão Álvaro Dias.

O modelo paranista de solidariedade, nascido com a democracia-cristã, retorna no governo Requião (1991-94), do PMDB. Onde começa de uma forma bastante diferente, encomendando a dois notórios opositores, Carlos Lessa e Rafael de Almeida Magalhães, a elaboração de um projeto de desenvolvimento. Que se torna um documento progressista e nacionalista, propondo um crescimento econômico expressivo, sustentado numa ampliação do consumo das classes populares, numa renegociação das dívidas externa e interna, em resumo, baseado na ideologia peemedebista expressa em documentos como *Esperança e Mudança*, que era um documento antigo programático do MDB.

Em abril de 1994, o então governador licenciou-se para concorrer a uma vaga ao Senado Federal. Em seu lugar assumiu no dia 02 de abril, o vice-governador Mário Pereira.

Engenheiro elétrico, Mário Pereira ingressou no PMDB ainda nos anos de 1970, elegendando-se deputado estadual em 1982, sendo reeleito em 1986.

Ao assumir a chefia do Poder Executivo do Estado do Paraná, Mário Pereira lançou um programa chamado Pró-Paraná, que tinha como objetivo principal estruturar o Estado para o recebimento de novas indústrias mediante incentivos fiscais. A ascensão do vice-governador ao cargo majoritário, portanto, trouxe mudanças no direcionamento político e econômico do Paraná. Esta mudança que se efetuou a partir do Movimento Pró-Paraná buscava colocar o Estado numa posição mais agressiva diante da concorrência de outros Estados, que buscavam o mesmo caminho.

Este momento da política paranaense, é importante ressaltar, ocorria paralelamente ao que posteriormente ficou conhecido como Guerra Fiscal. Isso é, à disputa pela atração de investimentos privados entre as diferentes unidades da federação, incluindo-se aí estados e municípios que têm na renúncia fiscal o seu principal instrumento.

Neste conflito entre interesses regionais, o Paraná teve atuação destacada. Obteve a implantação de diversos parques industriais, através da isenção fiscal. Esta política foi foco de diversos e graves conflitos entre as principais unidades da federação, que vamos analisar a seguir. (LEÃO, 1999, P.16-20).

3.4.2 O Desmanche Conservador do Paraná (1995-2002)

O brilhante professor de economia fundador do IPARDES, Francisco de Borja Magalhães Filho, em sua Tese; *Da Construção ao Desmanche: análise do projeto de desenvolvimento paranaense*. Fez uma exaustiva interpretação do desmanche do projeto de desenvolvimento do Paraná, que aqui faremos de forma sintética.

O Governo Jaime Lerner/PFL 1995-2002 colocou em prática uma reestruturação econômica. O Paraná não foi visto como um único território, mas como regiões com vocações particulares e distintas dentro do processo de globalização. Lerner e seu grupo político, partidários da dinâmica da globalização econômica, investiram pesado numa nova espacialização/territorialização do Estado, visando uma integração rápida, nesse modelo de pensamento único de Mercado Aberto a economia Internacional.

Vendeu o Paraná, particularmente Curitiba, uma imagem de povo “culto”, de cidade funcional e de mão-de-obra qualificada para atrair setores dinâmicos da economia brasileira e internacional. Mostrou as vantagens da posição geográfica privilegiada da RMC, entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina e São Paulo, ainda demonstrou que Curitiba era o centro do principal potencial econômico do MERCOSUL.

QUADRO 12
EMPRESAS PARANAENSES PRIVATIZADAS OU VENDIDAS 1995-2010

CAPITAL LOCAL	CAPITAL EXTERNO		NATUREZA DA OPERAÇÃO
	Nome	Procedência	
Serviço			
Bamerindus	HSBC	Inglaterra	Aquisição
Banestado	Itaú	Brasil/SP	Aquisição
Telepar	Br Telecom/Tim/Citigroup	Itália/EUA	Aquisição
Ferroeste	Gemon/FAO/Pound	Não disponível	Aquisição
SOCEPPAR	Bunge	Argentina	Aquisição
Gera Sul	Tractebel	Bélgica	Aquisição
GVT	Vivendi	França	Aquisição
Shopping Estação	BR Malls	EUA	Aquisição
Viação Garcia	Luft Logistics	Brasil/SP	Aquisição
Comércio			
Disapel	Ponto Frio	Brasil/RJ	Aquisição
Mercadorama	Sonae	Portugal	Aquisição
Supermercados Real	Sonae	Portugal	Aquisição
Supermercados Coletão	Sonae	Portugal	Aquisição
Supermercados Senff/Parati	Pão de Açúcar	Brasil/SP	Aquisição
Supermercados Muffatão	Sonae	Portugal	Aquisição
Drogamed/Minerva	Fasa (Famácias Ahumada AS)	Chile	Compra de 77% das ações
Supermercados Sonae	Wall Mart	EUA	Aquisição
Indústria			
Frigorífico Chapecó	Macri	Argentina	Aquisição
Eletrofrío	L.A. Darling	EUA	Aquisição
Coopagro	Fiasul	Brasil/PR	Aquisição
Papel de Imprensa AS (PISA)	Norske Skog	Noruega	Aquisição
Batávia (Batavo/ Parmalat)	Parmalat	Itália	Compra da divisão de laticínios
Batávia (Batavo/Perdigão)	Perdigão	Brasil/SC	Compra da divisão de carnes
Batávia S/A	Perdigão	Brasil/SC	Aquisição
Refrigeração Paraná	Electrolux	Suecia	Aquisição
Plastipar	Hettich	Alemanha	Fusão (60% do capital alemão)
Fósforos Irati	Inácio Ferro	Espanha	Aquisição
Brasholanda	Polarcup	Holanda	Aquisição
Herbitécnica	Defensa	Brasil/RS	Fusão
Impressora Paranaense	Dixie Toga	Brasil/SP	Aquisição
Inpacel	Champion	EUA	Aquisição
Parnaplast	Zemi	EUA	Aquisição
Emílio Romani/Diana	Satco Trading S/A	França	Aquisição
Leão Jr.	Coca-Cola	EUA	Aquisição
Café Damasco	Sara Lee	EUA	Aquisição
Placas do Paraná	Arauco	Chile	Aquisição
Todeschini S.A.	Imcopa	Brasil/PR	Incorporação
Sanyo/Prosdócimo	Sanyo	Japão	Aquisição
CIA Providência Ltda.	GOL Linhas Aéreas	São Paulo	Aquisição
Providência/Divisão de PVC	Grupo Aliaxis	Bélgica	Aquisição

FONTE: Valor Econômico e **Análise Conjuntural**. Curitiba: IPARDES, 1996-2011.

Divulgou que Curitiba possuía uma boa ligação rodoviária e portuária e boas condições de infraestrutura urbana. Poderia se transformar num polo financeiro ou de produção tecnológica alternativa, ou quem sabe, na produção de produtos de utilização intensiva de mão-de-obra e de maior valor de troca. Os setores preferidos são os de alta tecnologia (portanto de produção de componentes e não apenas de montagem de produtos). Esta região tem potencial para se expandir até Paranaguá e Ponta Grossa.

Sendo assim, Lerner constrói uma variante distinta de FHC: o da competência dentro da globalização. A diferença fundamental entre o modelo de Estado de FHC está no seguinte:

FHC visava ainda à construção de um projeto nacional necessário para a manutenção da articulação de seu sistema de hegemonia, que lhe permite manter em seu bloco as oligarquias regionais e recompor os mecanismos ideológicos de dominação.

Lerner sonhava em ser presidente do Brasil, e propôs fazer uma reterritorialização do Paraná, voltada para a globalização e garantir e viabilizar a entrada da iniciativa privada em todos os ramos da economia. Em particular naqueles dinâmicos, para a economia mundial e na expansão dos serviços de varejo, em particular dos bens sociais hoje sobre controle do Estado. A consequência desse modelo aplicado no governo federal e copiado a nível estadual, considerando as variáveis locais, foi o esvaziamento da estrutura de Estado, uma brutal recessão devido ao enxugamento da máquina administrativa, um gigantesco desemprego estrutural, que resultou em uma quebradeira em série de empresas locais. Com a abertura do mercado sem políticas compensatórias, as empresas tradicionais perderam competitividade, levando a falências ou incorporações de diversas empresas centenárias. Fizemos um quadro sintético dessa realidade, no quadro 11 e 12 e tabelas 21 e 22.

Para garantir esse projeto, o Governo Lerner efetivamente programou um novo paradigma de Estado, que pode ser analisado a partir do seguinte modelo explicativo:

Ponto 1: Construir a imagem de uma região viável economicamente para atrair capitais especulativos e vendê-la.

Assim como fez com Curitiba, e parece ser possível mostrar aos grandes investidores que o Paraná, não é só uma boa imagem, mas também dispõem de vantagens competitivas, tais como; sua posição estratégica frente ao MERCOSUL, além dos incentivos de infraestrutura competitiva, incentivos fiscais e financeiros de parceria e sócio como no caso da Renault. Neste sentido procura uma rápida reestruturação do Estado e algumas políticas de efeito moral: O Paraná que está dando certo, por exemplo.

O principal projeto foi o *Paraná Urbano*, que atuou na área social que gerou um dividendo eleitoral, mas o privilegiando ainda foi o setor de produtivo e Infraestrutura. Este projeto financiado pelo BID, segundo o próprio governo do estado “[...] *destina-se a proporcionar investimentos ao setor produtivo e apoio à população de baixa renda na área de saúde, educação e assistência social*”. Também é importante

neste as transformações na educação (visando à rápida promoção dos alunos pela rede escolar) e nas rodovias (com a concessão privada de pedágios no anel de integração).

QUADRO 13

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 581
Saldo Final	23 790	-26 735	30 634	27 323	-16 602	-804	37 606

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 2011;
 NOTA: Sinal convencional utilizado: -
 Dado inexistente.
 Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Ponto 2: Construir um sistema de fomento capaz de estimular e dinamizar as áreas lucrativas determinadas pelo mercado.

O Governo Lerner construiu um conjunto de incentivos fiscais, que a partir da Lei Aníbal Curi, e principalmente através do Programa Paraná Mais Emprego, promove o ICM incremental com a dilatação de prazo de pagamento, além de dilatações fiscais. Mas há ainda um conjunto de procedimentos para o estímulo local ou setorial de investimento, algumas vezes em conjunto com as prefeituras.

Apenas os incentivos fiscais não garantem a vinda de empresas em função da “guerra fiscal em curso”. Dessa maneira, o governo do Paraná instituiu o Centro Internacional de Negócios (CIN), em parceria com o BANESTADO, SEID e o SEBRAE-PR, visando abrir linhas de crédito, e à integração com agentes econômicos (públicos e estatais) do Brasil e internacionais, materializando essas políticas em três empresas; o Instituto Paraná Desenvolvimento (IPD), a Paraná Investimentos e a Agência de Desenvolvimento do Paraná.

TABELA 21
INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO/PR – 1992/2001

INDICADORES	1992 (%)	1996 (%)	2001 (%)
Taxa de atividade	65,5	63,8	64,5
Taxa de desemprego	5,7	5,9	8,3
Taxa de formalização	34,6	36,4	38,3
Participação crescimento na ocupação	38,4	39,1	41,2
Participação crescimento no desemprego	44,4	49,7	51,0
Participação de crianças e jovens na ocupação	13,3	10,8	7,1
Participação de crianças e jovens no desemprego	28,2	23,3	17,6

FONTE: IBGE-PNAD /IPARDES, 2005. Elaboração CROCETTI 2007.

A Agência de Desenvolvimento do Paraná, empresa de capital fechado, com objetivo de captação de recursos públicos para investimento em bens de capital fixo. Tendo em sua fonte de recursos, o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE), cuja carteira é formada por *royalty* e recursos provindos da União, principalmente do BNDES.

A Paraná Desenvolvimento, empresa de capital aberto, com o controle de 51% do capital pela Agência de Desenvolvimento do Paraná. Tem por objetivo a captação de recursos no mercado para financiar projetos de infraestrutura (telecomunicações, energia, transporte e turismo) a se viabilizam através da parceira com o governo, e com a iniciativa privada. Esta empresa também poderá promover a participação societária temporária, para viabilizar a implantação de novos investimentos no Paraná, como foi o caso da Renault.

TABELA 22 – EVOLUÇÃO DAS PESSOAS OCUPADAS NO ESTADO DO PARANÁ POR CATEGORIA DE SALÁRIO MÍNIMO (ÍNDICE) – 1995/2001

ANO	<=1 SM	1 a 3 SM	3 a 5 SM	5 a 10 SM	> 10 SM
1995	100	100	100	100	100
1996	83,63	99,56	115,58	104,97	114,69
1997	93,40	100,92	125,18	101,30	101,75
1998	94,75	105,52	124,77	104,12	96,35
1999	90,79	116,09	101,66	100,59	102,36
2001	116,27	129,25	108,14	86,80	79,72

FONTE: IBGE-PNAD /IPARDES, 2005. Elaboração CROCETTI 2007.

A Paraná Investimentos foi uma empresa lastreada pelas debêntures da COPEL, da FERROESTE e da SANEPAR, para garantir investimentos em empresas públicas e privadas, além de garantir e assegurar a contrapartida e infraestrutura de organismos multilaterais, tais como o BIRD e o BID, por exemplo. Foram feitos vários contratos de gestão compartilhada dessas empresas com o capital internacional, passando aos sócios minoritários a gestão e a decisão de investimentos. Também promoveu uma licitação para transferência via concessão das principais rodovias e da ferrovia paranaense, através de pedágios. Transferiu à gestão do porto público de Paranaguá, e colocou na mão das empresas privadas o Terminal de Ponta Felix em Antonina. O objetivo era a preparação para a privatização das grandes empresas estatais sobre o controle do Governo do Paraná, além do já privatizado BANESTATO para o Itaú.

Neste quadro, foi restringida a ação do BANESTADO, que num passe de mágica, foi transformado em Banco Comercial pronto para a privatização, sem constrangimentos, e o que é pior para os críticos da privatização, acabou deixando-os sem argumentos contra a privatização. Que em seguida foi privatizado de forma suspeita, tendo ações na justiça por impropriedade financeira até agora.

QUADRO 14 – Maiores Empresas do Paraná em 2000

2000	Empresa	Atividade	LOCAL
1°	Copel e Controladas*	Energia	Curitiba-PR
2°	Itaipu Binacional*	Energia	Foz do Iguaçu-PR
3°	HSBC Bank Brasil S/A	Financeiro	Curitiba-PR
4°	Paraná Previdência	Previdência	Curitiba-PR
5°	TIM S/A	Telefonia Celular	Curitiba-PR
6°	Cimento Rio Branco	Cimento	Curitiba-PR
7°	Coamo – Coop. Agroindustrial	Cooperativa de Produção	Campo Mourão-PR
8°	Sanepar	Estatual de Saneamento	Curitiba-PR
9°	IPACEL S/A	Papel	Arapoti
10°	Renault do Brasil	Automotivo	São José dos Pinhais-PR

Fonte: RANKING DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ, Anuário Amanhã, 2001. * Totaliza valor geração e distribuição.

QUADRO 15 – Maiores Empresas do Paraná em 2010

2000	2010	Empresa	Atividade	LOCAL
23	1°	Vivo S/A	Telecomunicações	Londrina-PR
3	2°	HSBC Bank Brasil S/A	Financeiro	Curitiba-PR
1	3°	Copel e Controladas#	Energia	Curitiba-PR
17	4°	ALL e Controladas	Transporte e Logística	Curitiba-PR
10	5°	Renault do Brasil	Automotivo	São José dos Pinhais-PR
7	6°	Coamo - Agroindustrial Cooperativa	Cooperativa de Produção	Campo Mourão-PR
18	7°	Klabin S/A	Papel e Celulose	Telêmaco Borba-PR
2	8°	Itaipu Binacional*	Energia	Foz do Iguaçu-PR
-	9°	GVT - Global Village Telecom S/A	Telecomunicações	Curitiba-PR
13	10°	Kraft Foods Brasil	Alimentos e Bebidas	Curitiba-PR

Fonte: RANKING DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ, Anuário Amanhã, 2010. * Só geração. # Geração e Distribuição.

Cabe ressaltar que as possibilidades geradas pelo progresso técnico do atual *período técnico científico-informacional*, são seletivas porque poucos agentes possuem acesso às novas tecnologias e estas se instalam em pontos determinados do território. A fragmentação sócio territorial que a globalização produz através dessa seletividade deve ser mais bem estudada principalmente em países que, como o Brasil, se insere no regime federativo. Políticas liberalizantes preocupadas em

atingir o equilíbrio macroeconômico desviam a atenção do Estado Nacional para outras questões, e isso, somado à seletividade, faz com que as unidades da federação travem uma disputa intensa, que ficou conhecida como *guerra fiscal*, ou, *guerra dos lugares*.

(...) Com a globalização, o território fica ainda mais importante, ainda que uma propaganda insidiosa teime em declarar que as fronteiras entre Estados já não funcionam e que tudo, ou quase, se desterritorializa. Na verdade, se o mundo tornou possível, com as técnicas contemporâneas, multiplicar a produtividade, somente o faz porque os lugares, conhecidos em sua realidade material e política, distinguem-se exatamente pela diferente capacidade de oferecer às empresas uma produtividade maior ou menor. É como se o chão, por meio das técnicas e das decisões políticas que incorpora, constituísse um verdadeiro depósito de fluxos de mais-valia, transferindo valor às firmas nele sediadas. A produtividade e a competitividade deixam de ser definidas devidas apenas à estrutura interna de cada corporação e passam, também, a ser um atributo dos lugares. E cada lugar entra na contabilidade das empresas com diferente valor. A guerra fiscal é, na verdade, uma guerra global entre lugares.

Por isso, as maiores empresas elegem, em cada país, os pontos de seu interesse, exigindo, para que funcionem ainda melhor, o equipamento local e regional adequado e o aperfeiçoamento de suas ligações mediante elos materiais e informacionais modernos.

Isso quanto às condições técnicas. Mas é também necessária uma adaptação política, mediante a adoção de normas e aportes financeiros, fiscais, trabalhistas etc. É a partir dessas alavancas que os lugares lutam entre si para atrair novos empreendimentos, os quais, entretanto, obedecem a lógicas globais que impõem aos lugares e países uma nova medida do valor, planetária e implacável. Tal uso preferencial do território por empresas globais acaba desvalorizando não apenas as áreas que ficam de fora do processo, mas também as demais empresas, excluídas das mesmas preferências. (...) (SANTOS, 2000: 79-116.)

A existência desse novo sistema proporcionou o surgimento do mercado internacional em que grandes empresas que fazem uso desses novos recursos agem por todos os lugares que lhes sejam convenientes para melhor produzir e lucrar. Essas empresas podem ser adjetivadas como “forças supranacionais”, ou seja, conectam nações, ficando “acima” do controle do Estado e não possuem compromissos com o território em que se instalam. No entanto, elas condicionam por toda parte o funcionamento das sociedades nacionais, transformando países em meras bases de aluguel a serviço de seus interesses (MARTINS, 1996).

Ocorreu de início um processo de desmonte do regime autoritário de 1964, culminando com a Constituição de 1988. Entre os elementos da referida desmontagem, ocupava lugar de destaque um impulso muito claro de descentralização política e institucional, tendo como objetivo o deslocamento de poder federal em favor de estados e municípios. Existe um componente democrático: a descentralização estabelecida na constituição brasileira de 1988; porém ela estimulou uma espécie de ausência de leis no que diz respeito ao quadro tributário no âmbito da federação, ao atribuir a cada estado o poder de fixar autonomamente as alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que constitui a base da receita estadual de impostos. Estava dado o alicerce jurídico para as escaramuças da guerra fiscal.

O Governo Federal tem levado adiante, desde o início da década de 90, toda uma sequência de medidas de orientação neoliberal, de submissão ao receituário do Consenso de Washington, do FMI e da OMC, que se ligam ao cenário da guerra fiscal sob dois aspectos. Um deles diz respeito ao abandono de políticas e de instrumentos de coordenação inter-regional, dentro da estratégia mais ampla de mudança do papel diretivo do poder central sobre a economia. As agências federais de desenvolvimento regional foram sucateadas e esvaziadas e finalmente extintas em 2001 por FHC. Em lugar delas foram criadas as agências reguladoras com objetivo apenas de fiscalizar e regular as atividades de serviços públicos executados por empresas privadas, mediante prévia concessão, permissão ou autorização.

O impacto da guerra fiscal e a execução do programa neoliberal deixou um rastro de destruição no projeto paranaense (democracia cristã/nacional desenvolvimentismo) de desenvolvimento paranaense, de 1995 a 2003. Onde tivemos uma brutal desnacionalização da economia, com o desaparecimento quase total das indústrias tradicionais familiares de capital local, e o extermínio do comércio de capital local. E observamos o surgimento de grandes empresas privadas internacionais

prestadoras de serviço público, explorando um nicho oligopolizado ou monopolizado, gerando taxas de lucro extraordinárias pela falta de concorrência em áreas sensíveis. Tais como; (pedágios rodoviários, ferrovias, terminais portuários, terminais aeroportuários, gestão de planos de saúde e especulação financeira na área da educação), sem falar dos déficits constantes e crescentes em nossas contas correntes, fruto das remessas de lucros para matrizes, e mesmo com a taxa de câmbio depreciada. Verificar Quadros 11, 13 e 14.

Desde 2003 com a chegada de um governo com base mais popular, a gestão Lula (2003-2010), vem ocorrendo correções para minimizar a terra arrasada implementada pelos governos de orientação neoliberal (Collor-FHC -1990-2002). Durante o governo Lula foram colocados em prática políticas públicas para orientar o desenvolvimento sustentado da economia brasileira, foram criados programas sociais para minimizar os impactos econômicos sobre a população mais pobre, tais como; Bolsa Família. Também tivemos um planejamento estratégico orientado pelo IPEA, tivemos alguns projetos de política econômica e industrial, projetos de ampliação do mercado externo, uma política externa autônoma e mais agressiva além do PAC, que foi fundamental no enfrentamento da Crise Mundial do Capitalismo em 2008.

Ocorreu uma ampliação do crédito por parte do governo, com uma política fiscal de corte de impostos, tanto de consumo (IPI, PIS/PASEP, CONFINS, IOF), renda (Juros, IR), como novas linhas de crédito como Minha Casa, Minha Vida, Pro-UNI, entre outros, além de dezenas de unidades de ensino técnico e novas universidades públicas federais.

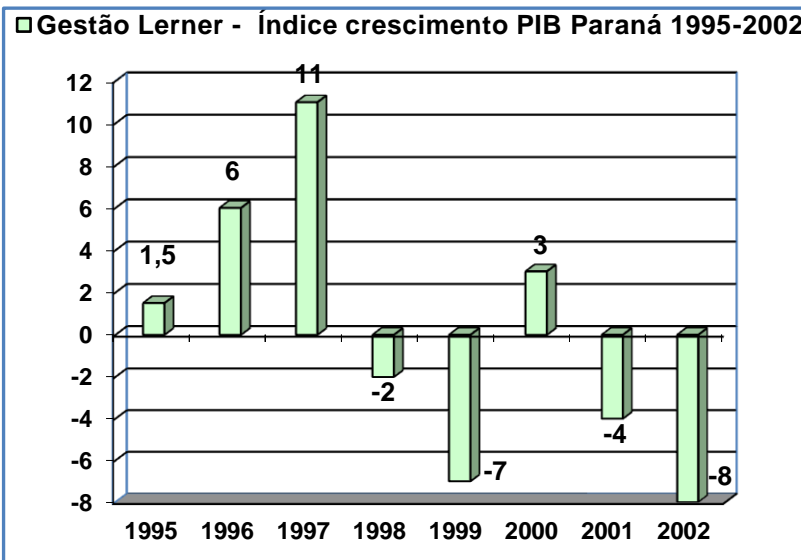
Tivemos alguns retrocessos ou condescendência com o Mercado Financeiro local e internacional, através das políticas monetárias do Banco central, com juros acachapantes e uma política cambial depreciada, que seguraram um crescimento econômico mais robusto.

3.5 PARANÁ UM SALTO PARA O FUTURO

Introdução

Como interpretamos no período neoliberal o Paraná ficou em compasso de espera, em primeiro lugar, com um crescimento muito pífio ou nulo, exceto por alguns anos associados ao Plano Real, quando ocorreu uma explosão do consumo, mas logo estancado, em decorrência de uma permanente crise cambial. Em segundo lugar, pela aplicação em nível nacional da ideologia neoliberal que desmontou o Estado, inclusive aparatos de solidariedade social. O salário mínimo, por exemplo, em termos reais, cai. Tem-se uma deterioração nítida nos serviços vinculados à proteção social, há uma queda de empregos muito forte, um crescimento da informalização, um crescimento da pobreza, enfim, um Brasil que atravessara a década de 1990 com grandes problemas. Demonstrados nas Tabelas 21 e 22 e Quadro12 do tópico anterior.

GRÁFICO 7



Fonte: Elaboração CROCETTI 2011, com dados do IPARDES 2011 e IBGE 2011, censos industriais e dados econômicos.

Tivemos uma dificuldade muito grande, nos anos 90, principalmente pela substituição da democracia cristã, pelo projeto

neoliberal, quando foi assumido um discurso de que o mercado resolve tudo e com o desmanche do projeto paranista de desenvolvimento e a desmobilização dos aparelhos de Estado. Principalmente com o desmanche da rede de proteção social, e dos órgãos de planejamento e monitoramento técnico, onde não ocorreu a total aniquilamento, ocorreu um sucateamento e imobilização de suas funções, sem realçar mais uma vez, a brutal privatização e o encolhimento do Estado. Ver o Gráfico 7 do crescimento do PIB e Tabela 23 do PIB no período.

TABELA 23
PRODUTO INTERNO BRUTO – VALOR TOTAL EM DÓLAR 1995-2002

VALOR TOTAL (em milhões de dólares)	
Anos	Moeda Corrente
1995	36.247
1996	38.369
1997	42.607
1998	41.614
1999	34.261
2000	36.811
2001	33.846
2002	27.424

FONTE: IBGE/IPARDES/SEFA, dólar médio referente ao ano corrente sem expurgos, 2011.

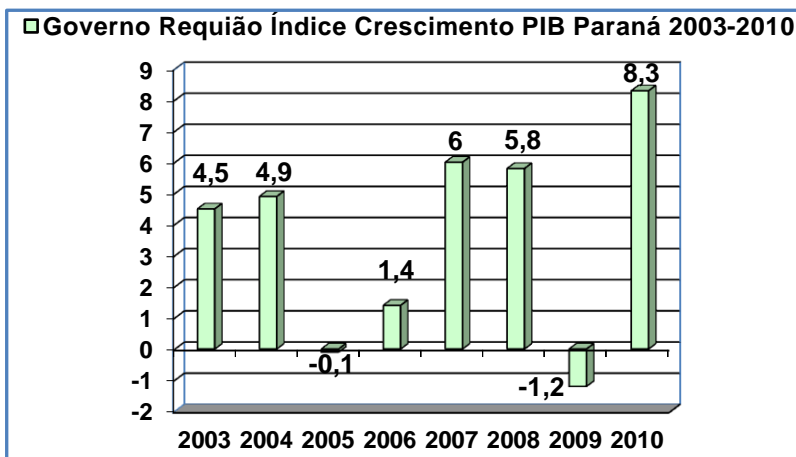
3.5.1 A Retomada do Projeto Paranista de Desenvolvimento

O resultado das políticas neoliberais, de diminuição do aparelho de Estado, terceirização, privatizações e precarização da máquina administrativa, o Paraná se tornou um Estado que não podia vencer sozinho os seus problemas. Tinha grande dificuldade de continuar crescendo e começava a disputar a margem, junto aos outros estados, na chamada guerra fiscal, dando subsídios, incentivos a indústrias que quisessem se estabelecer em território paranaense. Nesse período, apesar de haver baixo crescimento e graves problemas sociais, o Paraná ainda continua atraente, pois muitas grandes indústrias vieram para cá, tendo em vista um mercado interno relativamente grande que o Brasil ainda tem.

Graças a uma classe média, que hoje se encontra num processo de expansão, antes oriunda do funcionalismo público, e agora fruto do

crescimento econômico proporcionado pelos programas sociais de transferência de renda, por investimentos públicos e por uma nova mão-de-obra nascida de novas tecnologias. Uma classe média forte que consome bastante e que representa um mercado substancial. Essas empresas vêm montar indústrias aqui no Brasil e o Paraná entra decisivamente na luta por essas indústrias. Mas tornou o Paraná politicamente importante dentro da nação, e conseguiu atrair indústrias que estão tornando Curitiba uma cidade mais forte, economicamente, gerando empregos diretos e indiretos. O Paraná com Requião voltou a ter uma maior representação política junto ao governo federal, onde políticos paranaenses ocuparam vários ministérios, e com Dilma alcançou vários ministério, inclusive o da Casa Civil. Ver avanço do Paraná quadros 15 e 17.

GRÁFICO 8



Fonte: CROCETTI, com dados do IPARDES 2011 e IBGE 2011, censos industriais e dados econômicos.

Obs. Dado de 2010 preliminar sujeito a alteração.

Recompõem-se de certa forma, com Lula e Requião a democracia-cristã, o social desenvolvimentismo, ideologia de solidariedade, de integração, essa ideologia passou para um primeiro plano, colocando aos pouco o mercado num plano inferior, fortalecendo a pequena Empresa Mercantil, deixando um pouco de lado a grande empresa, inclusive as estrangeiras. Discurso aos deputados do Paraná

sobre as políticas públicas do seu governo; *"Todas as ações fazem parte do compromisso do governo com os mais pobres, os despossuídos, com aqueles que foram exilados das preocupações dos governantes que se deslumbraram com a economia do mercado, que hoje vê os nossos trabalhadores sem nenhuma contemplação, sem nenhuma piedade, sem o menor resquício - tênue vislumbre que seja - de humanidade"* (REQUIÃO: 2003, ALP).

QUADRO 16
DISTRIBUIÇÃO DAS 300 MAIORES EMPRESAS DO SUL 2000/2010

Estados/Cidades	2000	%	2005	%	2010	%
Paraná	84	(28)	104	(35)	110	(37)
Curitiba	39	(13)	44	(15)	50	(17)
Londrina	07	(2)	09	(3)	10	(3)
Santa Catarina	78	(26)	68	(23)	64	(22)
Florianópolis	16	(5)	14	(5)	13	(4)
Joinville	09	(3)	08	(3)	08	(3)
Rio Grande do Sul	138	(46)	128	(42)	126	(41)
Porto Alegre	59	(19)	55	(18)	54	(18)
Caxias	13	(4)	12	(4)	12	(4)

FONTE: Anuário Amanhã; 2001/2010. Valor Econômico 1000; 2000/2005. Elaborado por CROCETTI, 2011.

O Paraná passou a ser novamente a terra da solidariedade, nossa terra, ou como no passado, terra de todas as gentes! Enfrentando cada vez mais os problemas sociais, reduzindo as fraturas sociais criadas antes. Começa novamente uma associação entre o dinamismo econômico e a geração de empregos, o desemprego passa a recuar muito, reduz o comprometimento das finanças. O desempenho econômico melhora e aos poucos o perfil do Paraná muda, passa de um estado periférico, sem expressão, para um lugar de destaque na política e na economia do Brasil, apesar da Crise Econômica ter acertado em cheio o Paraná, ainda muito dependente das exportações de mercadorias agrícolas.

TABELA 24
PRODUTO INTERNO BRUTO – VALOR TOTAL EM DÓLAR 2003-10

VALOR TOTAL (em milhões de dólares)	
Anos	Moeda Corrente
2003	30.841
2004	38.821
2005	52.323
2006	54.572
2007	82.335
2008	86.022
2009	93.144*
2010	124.713*

FONTE: IBGE/IPARDES/SEFA, dólar médio referente ao ano corrente sem expurgos, 2011.

* Projeção. Elaborada por CROCETTI em março de 2011.

Requião manteve um projeto ético de solidariedade novamente muito consistente, muito coerente, inclusive, dando amplo espaço para a máquina pública, vinculada a órgãos de planejamento, a empresas de energia elétrica e água, secretarias vinculadas à educação, à saúde, Secretaria da Criança e da Juventude, para trabalharem projetos voltados a populações carentes. Requião teve um papel importantíssimo ao retomar e dar força para essas secretarias, para esses órgãos públicos que estavam alguns, já semiesquecidos. Cite-se, como exemplo, o IPARDES, braço forte da Secretaria do Planejamento.

Um pequeno balanço das ações do Governo; na saúde reformas e ampliação de 44 hospitais em todo o Paraná, a descentralização dos hospitais gerando um impacto positivo na saúde coletiva, queda nos indicadores de mortalidade infantil. Principalmente com o programa *Leite das Crianças*, é um bom exemplo de programa transversal (que alia saúde, assistência social, trabalho e renda) e contribui para a redução da desnutrição infantil. O programa Leite das Crianças beneficiou pequenos produtores, em detrimento aos grandes, no fornecimento do leite, distribuindo 4,4 milhões de litros de leite por mês para 161 mil crianças paranaenses.

Internamente, o governo teve uma atuação forte para impulsionar a atividade agrícola. Entre os destaques estão os programas *Paraná 12 Meses* (empréstimos a fundo perdido a agricultores) e o *Trator Solidário* (subsídio de juros para a aquisição desse tipo de

equipamento). Fez um combate forte contra os transgênicos e o uso indiscriminado de agrotóxicos utilizados casados a essa tecnologia, foi uma referência a nível internacional, apesar de alguns radicalismos.

QUADRO 17

SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ - 2003-2010 – Gestão Requião							
Ano	Setores (número de vagas)						
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros Ignorado	TOTAL
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	73 848
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	44 086	19 460	38 614	54 064	-2 210	-	154 014
Saldo Final	231 608	55 015	231 149	263 372	20 462	18	801 624

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 2011;

NOTA: Sinal convencional utilizado: - Dado inexistente. (1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Uma das marcas mais fortes do governo de Roberto Requião foi o foco nas políticas sociais. Além dos programas específicos criados para atender a população carente – como o Leite das Crianças e o programa de transferência de renda através das tarifas sociais de Água e Luz –, como o *Luz Fraterna* e *Tarifa Social da Sanepar*. Outras ações governamentais tiveram como pano de fundo o combate às desigualdades sociais. Entram nessa lista os programas *Território da Cidadania* (de integração de serviços municipais, estaduais e federais levados às comunidades carentes) e Universidade sem Fronteiras (de atuação de universitários e docentes em ações sociais).

QUADRO 18
 Produção Física da Indústria de Transformação do Paraná
 Segundo Atividades Industriais - 1991-2007.

SEÇÃO/ATIVIDADE(1)	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7
Celulose, papel e prod. de papel.	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1
Edição, imp. e rep. de gravações.	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1
Produtos de metal	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8
Máquinas, apar. e mat. elétricos.	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal, NOTA: Sinal convencional utilizado: ... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

Um dos programas de maior destaque da gestão de Roberto Requião foi à ***Iisenção de ICMS*** para as ***microempresas***, ainda no primeiro ano de mandato, em 2003. O benefício impulsionou os pequenos empreendedores, que foram responsáveis por manter aquecido o mercado de trabalho paranaense. Além dos incentivos do governo para que empresas instalem-se em municípios carentes. Entre eles, a dilação de até oito anos para o pagamento do ICMS e de até quatro anos para o recolhimento do imposto sobre a energia elétrica. Quanto mais pobre for à região onde houver o investimento, maiores são os benefícios fiscais. Ver Quadro 16 geração de empregos.

O ***Salário Mínimo Regional*** foi outro avanço social, o governo estadual instituiu o mínimo paranaense para as categorias que não têm convenção coletiva, que se transformou em pouco tempo no maior valor de referencia no Brasil.

O ensino no Paraná, mesmo com algumas falhas, rendeu bons frutos. Queda nas taxas de analfabetismo – tanto o geral como o funcional, que revela a incapacidade das pessoas de interpretar textos. A evasão escolar de adolescentes também diminui. Entre 2002 e 2008, a taxa de frequência na sala de aula dos jovens de 15 a 17 anos passou de 77,4% para 82,8%, um ganho de inclusão 5,4 pontos percentuais, quase o dobro registrado em todo o Brasil. Por trás desses números, uma política governamental direcionada aos professores se destaca: o ***Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE)***. *O professor desenvolve a pesquisa, elabora um material de apoio a ser utilizado na escola, participa de uma rede de formação continuada com os próprios colegas e tem uma produção didático-científica como síntese resultante do processo*, (Cláudia Chueire de Oliveira: 2010, UEL). Esse programa gerou o ***livro didático público***, um dos programas mais elogiados no Brasil e ganhador de premio da ONU.

Outro destaque foi o ensino profissionalizante: as matrículas em escolas estaduais profissionais quintuplicaram entre 2002 e 2008, chegando a 23,2 mil. Em termos de equipamentos culturais, o Paraná se destacou com o Museu Oscar Niemeyer e as bibliotecas cidadãs, executadas em parceria com prefeituras, um dos maiores avanços de disseminação de infraestrutura cultural de interiorização de bibliotecas e tele centros, que já se registrou até agora no Paraná.

Resumindo podemos dizer que apesar de alguns percalços na Gestão Requião, pelo temperamento um pouco intempestivo, apaixonado e austero, provocando algumas defecções no seu quadro administrativo. Algumas brigas políticas em público, levando a desgastes políticos, muitas vezes desnecessários, como diria Mao Tsé-

tung, pode-se considerar o Requião um estadista, alguém que em suas ações acertou pelo menos uns 70%.

Para finalizar podemos verificar empiricamente seu período de gestão (2003-2010), através dos gráficos, quadros e tabelas apresentados nesse tópico, onde verificamos um crescimento econômico médio do PIB estadual em aproximadamente 4% no período, ver o Gráfico 8, garantindo o crescimento sustentado, ver Tabela 24. Na geração de empregos podemos considerar um sucesso, pois gerou mais de 800 mil empregos formais, ver Quadro 16, sendo no período o Governo estadual que mais se beneficiou das políticas públicas Federais.

Podemos verificar o avanço econômico do ponto de vista do crescimento real da economia, o Quadro 15 demonstra o crescimento das grandes empresas do Paraná em quase todos os setores, no *Ranking* das maiores empresas do Sul do Brasil, não só Curitiba abocanhou grandes plantas industriais, também o interior com destaque para Londrina. Enquanto Rio Grande e Santa Catarina tiveram um encolhimento no período, destaque-se que não houve crise nesses estados, muito pelo contrario, eles também mantiveram seu crescimento sustentável no período, valorizando ainda mais o desempenho paranaense. Através ainda por associação e comparação, analisar o quadro 16, podemos com um raciocínio de combinações (ações sociais, políticas, econômicas) no qual nos ensinou Cholley (1964), verificar nessa amostragem periódica (1991-2007) o desempenho dos variados setores industriais e o impacto positivo da administração Requião na geração de riqueza, desenvolvimento e crescimento sustentado. Verificando os números do Quadro, vemos o fraco desempenho da indústria petroquímica no período, resultado ainda do desmanche da privatização, onde plantas antes pertencente à PETROBRÁS, com a privatização deixaram o estado, ou foram desativadas, pela capilaridade embrionária desse setor, muitas empresas privadas faliram também no período. Sem falar que a crise social gerada durante o Governo liberal de FHC e Lerner, fizeram o consumo de combustíveis cair drasticamente do período, só recuperado depois de 2006 com as ações pontuais do Governo Lula para o setor. Outro ramo que sofreu o impacto da abertura dos mercados foi o madeireiro/moveleiro, que amargou uma crise sem precedentes, com fechamento de plantas, falências e transferência de unidades produtivas, só se recuperando recentemente com o fortalecimento do mercado interno e abertura de novos mercados externos.

Também o setor de mineração, principalmente o não metálico, gesso, calcário, cimento, argilas, entre outros, também foram duramente atingidos não só pela abertura do mercado, mas com a crise do

capitalismo. Esses setores tiveram uma recuperação tímida ao longo desse processo, embora muitas empresas tivessem suas portas fechadas, só teve uma recuperação mais robusta o setor de calcário/cimento. Através das ações do governo Estadual e Federal, com redução de alíquotas e incentivos, tal como o PAC, obras para a copa, que são consumidoras desses insumos.

Os setores destaque desse período foram; o de novas tecnologias, associados ao setor de editoração, mídia eletrônica e gravações de produtos educacionais, e desenvolvimento de tecnologias didáticas eletrônicas, que já tinha um núcleo formado nos anos 1990, que no final de 2010 alcançaram um crescimento (2000-10) de mais de trezentos por cento. O Setor tem início nos anos 1980 com a criação do Grupo Positivo, na produção de material didático apostilado, tendo como concorrentes o Grupo Dom Bosco e Expoente. Esse nicho acabou sendo responsável pelo nascimento da Gráfica e Editora Positivo, uma das maiores da América Latina.

Esse Setor atraiu o interesse de outros empresários, criando um polo desse setor em Curitiba e Região Metropolitana, hoje com dezenas de empresas no Setor, entre elas podemos destacar; BASE, MÓDULO, IESDE, UNINTER/IBPEX, UNIFICADO, OPET, BOM JESUS, CUBO, ICONE, CWB DESIGN, PAITRA EDITORAÇÃO, FAROL MULTIMÍDIA, FILOSOFART, QUADRIOFFICE, CENECT, LUNETAS, ZOOM, MÚLTIPLA, MULTIPRINTER; NUPPEI; HUMANA, SAGARANA, AYMARÁ, POSITIVO, EXPOENTE, DOM BOSCO entre outras. Devido ao rápido crescimento aliado ao discurso político para melhorar a educação no Brasil, muitas dessas editoras aparecem em processos do Ministério Público e Tribunal de Contas, envolvidas em superfaturamento nos contratos. Outro Setor que se deu bem foi o automobilístico com um crescimento excepcional.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Através dos instrumentos de análise proporcionados pela teoria dos Ciclos Econômicos estudada por MARX, teorizada por KONDRATIEFF, aperfeiçoada pelo SCHUMPETER, e no Brasil interpretado e teorizado por RANGEL e MAMIGONIAN. Foi possível fazer um diagnóstico da gênese econômica paranaense, e uma interpretação do projeto paranista de desenvolvimento.

Numa tentativa de síntese podemos interpretar que o desenvolvimento econômico e a industrialização paranaense foi resultado de algumas determinações, que se combinaram proporcionando uma dinâmica autônoma. A pioneira foi os investimentos internacionais do final do século XIX, associada a conjunturas históricas e políticas, que proporcionaram nossa industrialização pioneira do Mate e da Madeira. Outra determinação importantíssima foi o papel dos imigrantes no mesmo período que aproveitaram as oportunidades e ajudaram a criar um parque industrial diversificado na Região Metropolitana de Curitiba.

Uma terceira determinação foi à expansão do Ciclo do Café, associado à ocupação do Oeste e Sudoeste do estado com vários projetos de colonização do interior do estado, através de concessões de imensas áreas de terra para o capital internacional controlador de empresas colonizadoras. Que mais que o interesse em colonizar as terras, o objetivo era retalhar e vender a médio e longo prazo, por preços muito barato. Essas áreas onde prosperou a Pequena Produção Mercantil gestaram inúmeras empresas agroindustriais, que mais tarde se associaram dando origem a grandes cooperativas. Que em decorrência da sua vocação agrícola, combinada com condições naturais favoráveis, se modernizou e foi criando relações com o setor industrial, aquisição de insumos modernos, máquinas e equipamentos agrícolas e fornecendo matérias primas para o complexo agroindustrial que irradia seu efeito dinamizador sobre os outros setores industriais.

Outra determinação foi o papel do Estado, nos anos 1930 com Manuel Ribas, criando as condições de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento, principalmente com o planejamento de médio e longo prazo, fato pioneiro no Brasil. Que depois foi expropriado pela democracia-cristã, que planejaram os chamados setores modernos ou dinâmicos da indústria (mecânica, de material elétrico e de comunicação, química, e material de transporte).

E por último a determinação da política de descentralização industrial do Governo Geisel no 2º PND, onde proporcionou que essas

políticas indústrias do Paraná deslanchassem a partir da década de 1970. Lembrando que essas ações foram beneficiadas pela maturação de projetos desenvolvidos dos governos de JVB, JK e pelas ações das políticas monetárias, criadas na gestão Castelo Branco. A economia paranaense nessas últimas quatro décadas (1970-2010) registrou profundas alterações quantitativas e qualitativas em sua base produtiva. Após a construção de infraestruturas básicas na década de 1960, da modernização agrícola e agroindustrial, da implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e de uma refinaria de petróleo no município de Araucária, na década de 1970, a industrialização do Paraná deslanchou nos anos de 1970, e ganhou maior dinamismo nos anos de 1980 e 90.

A democracia-cristã foi algo relativamente ímpar no Brasil, embora muitos estados tenham feito projetos semelhantes de desenvolvimento econômico, via substituição de importações. Uma característica forte no projeto de desenvolvimento paranaense foi o papel que desempenhou a democracia-cristã, talvez única no Brasil inteiro. Que merece um estudo mais aprofundado e revelador. Na verdade, essa democracia-cristã vai sendo retomada em alguns momentos, tendo suas raízes no getulismo, ainda com capilaridade nas ações modernizadoras e de integração levadas a prática com Manuel Ribas nos anos de 1930.

Mesmo os governadores que o sucederam Moysés Lupion, Bento Munhoz, principalmente Ney Braga, e mais tarde Paulo Pimentel, tiveram forte raiz da Democracia-Cristã. Mas ela perde espaço ao longo do tempo, com o realismo das transições políticas, de grupos com fortes cores udenistas, herdeiros ainda do ranço oligárquico colonial, que de quando em quando ressurgem feita Fênix. Causando atrasos e dificuldades econômicas prevalecendo e ganhando espaço sobre qualquer intento mais generoso, mais solidário de desenvolver um Paraná com traços mais solidários. E como analisamos essa herança foi resgatada pelos governos do PMDB após a redemocratização (1982), principalmente nas três gestões de Roberto Requião.

4. O DINAMISMO ECONÔMICO PARANAENSE

Introdução

Podemos chegar à seguinte conclusão ao avaliar a história da participação do Estado como indutor do desenvolvimento, que depende do processo histórico, com mais ou menos pressão da sociedade civil, ora ele se tornou refém do mercado abrindo mão de sua função mediadora, ora exerceu com altivez suas funções. Mostra em alguns momentos o fortalecimento de sua estrutura burocrática e uma forte intervenção na economia, através de diferentes formas e intensidades, em momentos de ruptura de revoluções ou vias passivas. Mas também mostra que em momentos de Crise Geral do Capitalismo, como as de 1930 e 2008, recoloca o Estado como força motriz do desenvolvimento promovendo uma forte intervenção na economia nacional. Mas que após a estabilização e crescimento econômico acelerado, podemos ver o Estado novamente refém do mercado, reduzindo sua participação efetiva, afrouxando seu papel de fiscalizador, negligenciando suas funções no campo das políticas sociais.

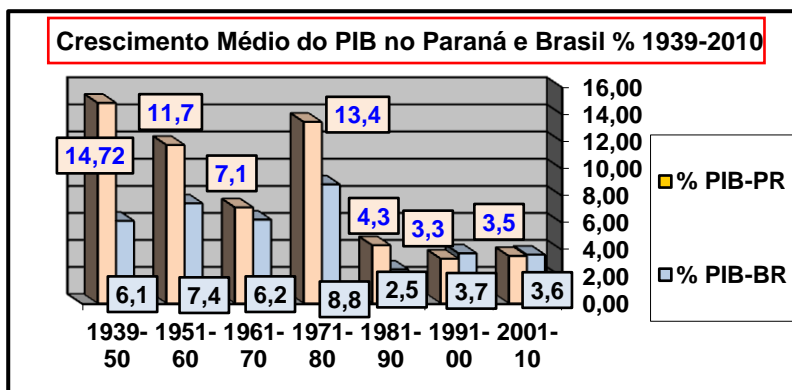
Como sabemos a visão Keynesiana foi à abordagem dominante da macroeconomia do pós-guerra até o fim dos anos 1970, quando Reagan, Thatcher, Pinochet, Bush e outros, começaram a desmontar o Estado, com a imposição do liberalismo. O período (1948-1973) fase "A" do quarto Kondratieff foi denominado "*Golden Age*", por se caracterizar por altas taxas de crescimento econômico e baixa inflação, a ação do Estado foi marcada por uma política econômica ativa e empenhada na construção de uma infraestrutura voltada para o desenvolvimento econômico.

Depois da crise do Petróleo, a inflação passou a ser o principal problema a ser administrado pela economia, e não resolvido. A utilização de políticas econômicas ativas, utilizadas até recentemente, foi incapaz de alterar o problema que foi denominado de estagflação, esse processo estancou o desenvolvimento brasileiro. Essas dificuldades levaram, a partir da década de 1980, ao resgate da concepção liberal da redução do papel do Estado na economia, de acordo com princípios reunidos em torno do "neoliberalismo". Através principalmente da cartilha do Consenso de Washington, elaborado em 1989 a partir da aliança entre EUA e Reino Unido, constituiu o marco referencial nesse movimento segundo o qual o mercado é colocado no centro das decisões econômicas. Essas intervenções podem ser verificadas no crescimento médio na economia brasileira e paranaense, Gráfico 8.

No Paraná o crescimento da economia como analisamos foi resultado do processo de emancipação política, das possibilidades advindas do processo histórico político, ou seja, do governo nacionalista paraguaio que colocou fim aos desmandos do capitalismo internacional, tendo como consequência a proibição das exportações de erva-mate. Episódio que transferiu os recursos ingleses, investidos no Paraguai, para o litoral e na sequência para Curitiba, impulsionando o ciclo ervateiro e madeireiro. Num segundo momento o processo orientado da imigração, que tinha como objetivo, o branqueamento da população, ocupação dos vazios demográficos, substituição da mão-de-obra, agricultura de abastecimento, entre outras. Criou um mercado de consumo que impulsionou o comércio, e com as rupturas na Europa, nacionalismo, guerras e crises econômicas, atraíram capitais de refugiados que adotaram o Brasil, e investiram em oportunidades, no comércio, agricultura, pecuária e indústria. (BALHANA, 1996; p. 39-50).

Depois tivemos o modelo de desenvolvimento paranaense o *paranismo*, que nasce como uma expressão da democracia-cristã, filha do social desenvolvimentismo, como uma teorização ideológica, como uma vontade de conquistar adesão a este modelo de desenvolvimento, que é o modo paranaense de desenvolvimento econômico. Que foi ajudado com o auge da economia do café no pós-segunda guerra.

GRÁFICO 9



FONTE: Contas Regionais do Brasil - IBGE/IPARDES, 2011. Crocetti, 2011.

Com o avanço da agroindústria e das cooperativas nos anos 1970, e com a crise do café, ocorre uma fratura grave, que é o fato de a industrialização do campo ter expulsado os posseiros, arrendatários,

meeiros, entre outros atores sociais do campo, em grande quantidade, com a transformação e a mecanização da agricultura. Nessa época, o Paraná perde 2 milhões de habitantes do campo.

QUADRO 19

SETOR	PARTICIPAÇÃO (%)									
	1970	1975	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2010*	
Agropecuária	25,6	28,9	20,9	21,7	14,7	05,8	09,0	08,5	08,9	
Indústria	23,6	25,0	30,4	31,2	31,6	29,7	29,3	30,1	29,1	
Serviços	50,8	46,1	48,7	47,1	53,7	64,5	61,7	61,4	62,0	
PIB total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

FONTE: CROCETTI, 2011, com base no IPARDES e IBGE, 2011.

* dados preliminares, sujeito a alteração.

O processo de mudança da estrutura produtiva paranaense era um processo quantitativamente dinâmico. Quaisquer projeções que se fizessem com base nas séries de dados da década de 70 apontariam tendências de modificações quantitativas ainda mais profundas. As causas estão relacionadas principalmente a Crise do Petróleo que derrubou o dinamismo da economia mundial, onde os países capitalistas industriais do centro do sistema passam a crescer a taxas em torno da metade das atingidas na fase de prosperidade anterior. Nossa salvação em plena crise vem como já foi analisado, do 2º PND, que descentralizou a indústria e foi uma janela de oportunidade para o Paraná. É a consolidação desse modelo paranaense de desenvolvimento que passamos a interpretar agora. Parte desses processos e intervenções econômicas do Estado nas políticas públicas pode ser verificada no Quadro 18 a seguir e na Tabela 29.

A economia paranaense é a quinta maior do País. No ano de 2010, o valor do PIB atingiu R\$ 220,3 bilhões, com uma taxa de crescimento de 8,3%. Como resultado do bom desempenho econômico no período recente, o Paraná responde atualmente por 6,0% do PIB nacional. O setor de serviços é preponderante na economia do Paraná, sendo responsável por 62,0% do PIB estadual. A seguir, vêm os setores industrial e agropecuário, com participações de 29,1% e 8,9%, respectivamente. Embora tenha menor importância relativa entre os ramos de atividade, a agropecuária paranaense é representativa em termos econômicos, atingindo participação superior à registrada pelo setor primário em nível nacional.

4.1 O PAPEL DO ESTADO NA ORIENTAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Podemos afirmar que o Planejamento começou a fazer parte do vocabulário do executivo paranaense durante a gestão de Manoel Ribas, que, nos anos de 1930, antes de qualquer ação executiva, tinha um planejamento, um plano integrado de ações. Portanto alguns pesquisadores equivocados, ou mal intencionados afirmam uma influência decisiva da CEPAL na gênese do planejamento paranaense, hoje sabemos que a gênese veio da Revolução Getulista, portanto bem antes da criação da CEPAL, embora sua influência tenha sido muito grande, a partir do governo de Ney Braga.

Diziam os políticos na época que antes do facão do Manuel Ribas abrir as primeiras picadas para que o Paraná ingressasse nos tempos

modernos, o planejamento passou a fazer parte dos usos e costumes dos paranaenses. As estradas, as escolas, as fábricas e as colheitas deixaram de serem obras do acaso, não eram mais acontecimentos fortuitos e espontâneos. Antes da ação do trabalho do trator, das pedras fundamentais, da diversificação da economia agrícola, precedia o lápis, o papel, o giz, onde os quebra-cabeças eram resolvidos. Com um único propósito: fazer do desenvolvimento uma proposta objetiva, calculada, pensada e repensada à luz de qualquer fato novo.

Mas só na década de 1950, e principalmente com Ney Braga (1961-65) formalmente tem início a experiência em planejamento governamental no Paraná, com seu primeiro órgão ganhando estrutura física, ao herdar o que restara da comissão de festejos do centenário do Paraná de 1953, e reunindo técnicos mais capacitados dos diversos órgãos públicos.

O Paraná foi um dos pioneiros da federação brasileira a inaugurar iniciativas de planejamento a nível estadual, por ação do Poder Executivo, através da Mensagem enviada à Assembleia Legislativa, cuja Lei nº 243, foi sancionada em 3/9/1955, criando o Conselho Consultivo do Planejamento Econômico, como entidade embrionária de um sistema estadual de planejamento. Com a criação do PLADEP (Comissão da Coordenação do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná), tiveram início às transformações estruturais no Paraná iniciadas na gestão pioneira de Manoel Ribas. Tudo se transformou: a linguagem, as prioridades, escalas e valores. Do PLADEP à Secretaria de Governo. Da Secretaria de Governo à do Planejamento.

Durante as gestões de Moysés Lupion (1956-61) e Ney Braga (1961-65), foram criados e aperfeiçoados os principais órgãos tais como; COPASA, Companhia Paranaense de Silos e Armazéns de 1956, que em 1991 passa a ser CODAPAR - Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná, que também incorpora a CAFE do Paraná. Em 1957 é criada a CLASPAR, Empresa Paranaense de Classificação de Produtos.

TABELA 25

Destinação dos recursos do FDE, previsto em Lei % aplicados no Paraná

Anos	Energia Elétrica	Investimentos do Estado	Desenv. Ind. e Agrícola
1962	40	40	20
1963	40	40	20
1964	40	30	30
1965	40	30	30
1966	30	30	40

Fonte: Governo do Paraná, Lei 4.529 de 12 de janeiro de 1962.

Em 1959 a ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, transformada em 1977 em Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-Paraná, que foi transformada em autarquia em 2005, e passa a se chamar, Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, permanecendo com a sigla antiga, EMATER. Em 1961 criação da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico do Paraná (CAFE do Paraná), em 1969 no anuário da Revista Visão, foi classificada como maior companhia de fomento do Brasil, foi extinta na gestão Álvaro Dias em 1991. Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR 1975. Em 1962 a FUNDEPAR, Fundação Educacional do Paraná, em 1963 veio a SANEPAR, Companhia de Saneamento do Paraná e no mesmo ano a TELEPAR, Companhia de Telecomunicações do Paraná, depois em 1964 o CELEPAR, Centro Eletrônico de Processamento de Dados e finalmente em 1965 a COHAPAR, Companhia de Habitação do Paraná. (CROCETTI, 2007; p.174-178).

TABELA 26
Investimentos do Governo em Infraestrutura -1961-66 no Paraná

Anos	Investimentos Estaduais em Energia Elétrica			Investimentos Estaduais em Rodovia		
	Totais	Recursos de FDE (*)	Participações FDE (%)	Totais	Recursos do FDE	Participações FDE (*)
1961	800	-	-	1.700	-	-
1962	2.800	1.526	55	4.400	1.270	29
1963	5.600	1.865	33	9.000	2.622	29
1964	10.500	3.732	36	22.700	10.388	46
1965	32.000	12.906	40	41.300	12.080	29
1966	45.700	15.662	34	50.400	12.600	25
Total	97.400	35.691	36	129.500	38.960	30

Fonte: CODEPAR, Relatório 1966. Ação de Desenvolvimento.

(*) Inclui Financiamento e participações acionárias.

A semente foi fértil e começaram a serem pensados os transportes coletivos urbanos, viabilidade econômica da Estrada de Ferro Central do Paraná, polos industriais, exploração mineral orientada, reativação de regiões deprimidas, diversificação da agricultura, incentivos fiscais, aplicações orçamentárias para o desenvolvimento, entre outros assuntos palpitantes e inquietantes.

Este período pode ser compreendido entre 1955 até meados dos anos sessenta. Depois de um hiato entre 1967 e 1972, onde o planejamento se limitou a aspectos setoriais, voltou a ganhar destaque

com a criação da Coordenação de Planejamento Estadual, cuja atribuição precípua era elaborar o Plano de Governo.

No período 1966-70 os interventores militares no estado desmantelaram o planejamento, apenas foi mantida a infraestrutura física e jurídica anterior o PLADEP, que depois veio a ser o Departamento de Planejamento da CODEPAR, e, após 1969, o BADEP. O que sobrou de estrutura esfacelada permaneceu tentando estudar a economia paranaense de forma global, visando dar uma orientação à formulação e execução da política de investimentos financiada pelo órgão, com sucesso muito limitado. Só sendo recuperado no governo Jayme Canet.

TABELA 27 – Participação CODEPAR E BADEP Investimentos de Energia Elétrica, Transportes Rodoviários, Telecomunicações e Urbanização.

Anos	Investimentos (1)	Liberação dos financ. CODEPAR e BADEP (2)	2/1
1962	4.819.690	1.925.988	40,0
1963	7.502.191	4.978.222	66,4
1964	28.558.897	13.920.295	48,7
1965	49.323.702	21.688.442	44,0
1966	83.118.544	25.265.650	30,4
1967	187.749.945	11.382.600	6,0
1968	153.897.534	21.498.000	14,0
1969	302.622.938	25.889.800	8,5
1970	694.794.440	11.186.000	1,6
1971	234.100.384	13.066.773	5,6
1972	359.519.439	4.992.500	1,3
1973	719.308.279	-	-
1974	1.217.859.477	61.593.219	5,0
1975	2.250.520.445	61.079.871	2,7

Fonte: IPARDES, Relatório de pesquisa nº 3, 1978.

Essa Coordenação começou a consolidar as bases do planejamento, treinando pessoal com a execução do programa de Emergência de Capacitação de Pessoal em Planejamento. Foram criados os Grupos de Planejamento Setorial – GPS's em 1972 e, em 1973, é criado o IPARDES – Fundação Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social, entidade de apoio técnico para realizar estudos e pesquisas necessárias, não mais elaboradas desde o esvaziamento do PLADEP.

Só em 1974, foi criada a Secretaria de Estado do Planejamento. Hoje Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, elevada no nível de assessoramento do chefe do Poder Executivo Estadual.

A SEPL constitui órgão de primeiro nível hierárquico, de assessoramento e apoio direto ao Governador do Estado, voltado ao desempenho de funções de planejamento, coordenação e controle da ação geral do Governo, dos assuntos e programas inter-secretarias, bem como da organização base do sistema de planejamento e organização institucional.

Qualquer análise que se faça da evolução da economia paranaense ao longo de sua história nos mostra que tanto seu crescimento quanto as profundas modificações por que passou sempre estiveram a reboque dos interesses políticos e oligárquicos. O desenvolvimento do Paraná e seu sucesso econômico, segundo a análise de alguns de seus observadores, tais como (FILHO, 1967; p. 18-19), se deu de forma independente, ou quase da ação planejada do Governo Estadual, com raras exceções em alguns períodos. Para suavizar a crítica, eles afirmam que a situação não é exclusiva do Paraná; com exceções parciais, esse é o padrão clássico de funcionamento da administração pública brasileira no que se refere ao planejamento, ou seja, o desenvolvimento é obra do acaso, e não das políticas públicas e seu planejamento. É bom lembrar, entretanto, que existem poucos trabalhos acadêmicos que analisam o planejamento na economia do Paraná.

Essa avaliação sobre o papel dos órgãos de planejamento para o desenvolvimento econômico do Paraná não pretende se esgotar nesse pequeno esboço, devido à importância do tema e necessita de uma pesquisa mais aprofundada para elucidar várias passagens históricas sobre o desenvolvimento paranaense. Como o longo período da influência e monitoramento paulista sobre o território paranaense, a expansão cafeeira, e as relações centro-periferia, que já discutimos nesse trabalho. Além, é claro, da contribuição da mão-de-obra e da cultura negra, dos imigrantes no comércio e na industrialização do século XIX para o XX.

Nessa análise e interpretação aligeirada, demonstramos a contribuição fundamental dos órgãos de planejamento, ou seja, foram decisivos no planejamento da infraestrutura para alavancar o desenvolvimento ou garantir a continuidade de um momento excelente de desenvolvimento. Os vários órgãos de planejamento ao longo de sua trajetória não se limitaram apenas a registrar as mudanças ocorridas e a reorientar sua programação no sentido da nova realidade. Ao longo de todo o período, e apesar de todas as contradições, os esforços realizados, mesmo que feitos pelas administrações setoriais, tiveram papel destacado, mesmo que tivessem, em alguns casos, pouco ou nenhum

compromisso com os objetivos globais e setoriais fixados pelas políticas públicas do governo.

Para conhecer melhor a experiência paranaense de planejamento – visando entender o porquê de a contradição planejamento-ação aparecer no Paraná em alguns momentos com maior ênfase. E procurando compreender melhor o tipo de planejamento aplicado e o real papel que os órgãos desempenharam ao longo do período – entendemos ser relevante decifrar o papel que as Elites e as Oligarquias desempenharam quando estavam no poder.

TABELA 28
BRASIL: CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL E PRODUTIVIDADE

Regiões	Concentração Industrial % (a)			Produtividade relativa % (b)		
	1907	1919	1939	1907	1919	1939
Norte	4,3	1,3	1,1	177,7	108,9	79,2
Nordeste	16,7	16,1	10,4	66,0	70,4	65,1
Pernambuco	7,4	6,8	4,8	93,9	92,3	70,1
Bahia	3,4	2,8	1,4	51,5	51,7	51,0
Minas Gerais	4,4	5,6	6,5	70,5	90,1	83,8
Espírito Santo	0,1	0,7	0,4	131,6	201,3	90,6
R. de Janeiro*	37,8	28,2	22,0	107,1	110,6	115,2
São Paulo	15,9	31,5	45,4	100,0	112,2	135,6
Paraná	4,5	3,2	2,2	143,4	133,2	102,9
Sta. Catarina	1,9	1,9	1,8	137,8	107,3	83,2
Rio G. do Sul	13,5	11,1	9,8	132,4	136,3	148,0
Centro-Oeste	0,9	0,4	0,4	29,9	145,9	92,8
Brasil	100	100	100	100,0	103,5	113,5

FONTE: Censos Industriais, CANO, 1990, p. 296.

* Rio de Janeiro incorpora os dados do estado da Guanabara.

(a) valor bruto em relação ao Brasil. (b) Valor bruto da produção por operário índice 100.

A partir de 1975 cria-se a reforma administrativa (Lei nº 6.636, do Governo Jayme Canet-ARENA), em que foi criado o modelo de planejamento que, com poucas alterações, vigora até hoje.

O modelo adotado baseou-se no que estava sendo implantado e consolidado no Governo Federal. Inclusive com a manutenção da Secretaria de Planejamento – SEPL – cujas funções precípuas do planejamento foram distribuídas entre duas Coordenadorias, a de

Estudos e Projetos (CEP) e a de Orçamento e Programação (COP). Os estudos de longo prazo e maior profundidade permaneceram com o IPARDES que, como Fundação, foi vinculada à SEPL.

Outras funções foram incorporadas à SEPL, quer na sua estrutura direta, quer sob a forma de entidades vinculadas. Entre essas, mereceu destaque a Coordenadoria de Modernização Administrativa – CMA, a Coordenadoria da Região Metropolitana de Curitiba, - COMEC, o Departamento Estadual de Estatística – DEE, a Companhia de Processamento de Dados do Paraná – CELEPAR, a Fundação de Assistência aos Municípios do Paraná – FAMEPAR, e uma Coordenadoria de Planejamento Regional – CPR. (FILHO: 1967; p. 18-19) (CROCETTI, 2007; p.174-178).

Além destas e das já existentes, COPEL (energia elétrica) e DER (transportes rodoviários), entrou em cena como principal instituição na condução do projeto, a CODEPAR, que ao administrar o Fundo de Desenvolvimento Econômico (FDE) e coordenando as atividades de planejamento, tornou-se o principal instrumento de intervenção do executivo na economia.

Foi principalmente a atuação dessas empresas que criou as condições de infraestrutura para que o Paraná pudesse vivenciar o período mais expressivo de sua industrialização, até então, ocorrido na década de 1970.

Outro aspecto que merece comentários é o dos Planos de Governo. A partir do início da década de 1970, principalmente com o surgimento dos PND, tornou-se rotina obrigatória cada Governo Estadual ter seu próprio Plano. Eram documentos técnicos, geralmente incluindo um diagnóstico da economia do estado e propostas, objetivos e metas a serem realizadas ou atingidos ao longo dos anos de cada gestão. Dada à qualificação dos quadros técnicos da SEPL, esta foi sempre à encarregada da elaboração final do documento no caso paranaense.

Ao iniciar a década de 80, alguns dos aspectos mencionados começaram a transparecer com maior clareza. Não só a base econômica que sustentara a expansão do produto e da renda e, portanto, das receitas estaduais, passou a contrair-se, com as políticas recessivas adotadas pelo Governo Federal. Como o quadro político começou a sofrer as modificações decorrentes da chamada “abertura”, para finalmente desembocar na redemocratização e eleição direta em 1982. (CROCETTI, 2007; p.174-178).

TABELA 29
Participação Industrial Paranaense no Total da Indústria Brasileira 1907-2010

Anos	PR/BR (%)
1907	4,5
1919	3,4
1939	2,2
1949	2,9
1959	3,2
1970	3,0
1980	6,1
1990	6,4
1996	5,2
2000	5,9
2007	7,0
2010	6,5*

Fonte: IPARDES 2011 e IBGE 2011, censos industriais e índices econômicos.

* Dado preliminar sujeito a alteração.

Iniciada ainda em plena recessão, e defrontando-se na sua primeira metade com um governo federal adverso, a gestão José Richa (1983-86), no campo do planejamento, procurou apenas voltar a obter o tipo de eficiências que o sistema havia perdido, sem promover mudanças significativas na sua concepção ou na sua estrutura.

TABELA 30 – DADOS GERAIS DAS ATIVIDADES INDUSTRIAIS
NO PARANÁ 1939/2010

ANO	Número de estabelecimentos	Pessoal Ocupado		Salários		Valor da Produção	Valor da Transformação Industrial
		Total	Ligado a Produção	Total	Ligado a Produção		
Em Cr \$ 1.000,00 correntes							
1939	1.832	21.898	16.737	41.534	31.303	347.328	153.750
1949	3.460	35.176	28.528	291.455	242.539	3.202.803	1.400.815
1959	6.417	68.455	55.467	4.016.109	3.101.037	47.063.544	17.474.631
1970	10.855	114.344	90.997	374.796	256.875	4.288.512	1.660.952
1980	14.136	235.073	190.615	22.954.360	19.084.426	489.380.688	172.098.844
1990*	12.853	359.241	308.054	-	-	8,6 bilhões US	6,39 bilhões US
2000*	18.993	439.216	368.447	-	-	10,8 bilhões US	8,10 bilhões US
2010*	42.072	750.099	626.019	-	-	36,3 bilhões US	-

FONTE: Censos Industriais IBGE 1939-80. Elaborada pelo autor com base nos dados do IPARDES, IBGE e FIEP em março de 2011.

Obs. Nos anos de 1939, 1949 e 1959 os valores estão expressos em milhares de cruzeiros correntes, conforme padrão monetário de 1942 e, nos anos de 1970 e 1980, os valores estão expressos em milhares de cruzeiros correntes, conforme padrão monetário de 1970. De 1990 a 2010 FIEP, *valor em dólares e preliminar sujeito a alteração.

Analisando as tabelas desse tópico, (28, 29 e 30), podemos concluir que o planejamento dos organismos, a infraestrutura criada para orientar o desenvolvimento do Paraná, através de políticas públicas, surtiram efeito, uma vez que o desenvolvimento sustentado, a geração de riqueza e a distribuição criaram um estado mais solidário, com maior distribuição de riquezas. Apesar da alternância de governos com orientação mais udenista. No período de 1970-80 houve um aumento de 100% na participação industrial do Paraná em relação à brasileira, pois antes o parque industrial paranaense era composta por indústria do setor tradicional, alimentícias, madeireira, moveleira e têxtil. Que recebeu o impacto extraordinário de valor de transformação industrial do novo parque industrial, metalomecânico, petroquímico, siderúrgico e automobilístico. Também ocorreu uma multiplicação da mão-de-obra no período, dobrando o número em dez anos, um dos maiores índices do Brasil no período.

O planejamento voltou e ganhou força, e o projeto de desenvolvimento paranaense e foi ressuscitado, nos Governos Requião de (1991-94 e 2003-10), com o retorno da democracia-cristã, com fortes investimentos em infraestrutura e ações sociais.

4.2 AGRICULTURA, PECUÁRIA E AS COOPERATIVAS

Introdução

O Setor Agrícola paranaense pode ser interpretado por duas gêneses, uma originária no latifúndio feudal luso-brasileiro oligárquico, hoje chamado agronegócio empresarial, outra alicerçada na imigração europeia e na colonização moderna do século XX que gestou a Pequena Produção Familiar. Fruto das combinações e conexões do meio natural, clima temperado, solos férteis e um regime pluviométrico excelente. Essas determinações formam a base para a força da economia do Paraná na agropecuária.

Foi a partir desses fatores que a Pequena Produção Mercantil e o Agronegócio se desenvolveram no estado, onde ambos encontraram um caminho comum, o cooperativismo, hoje temos cooperativas empresariais, vinculadas ao agronegócio, mas temos cooperativas solidárias, com a integração da produção familiar mercantil. Com as sucessivas crises do capitalismo, e a redução dos subsídios para as grandes culturas, uma parcela de cooperativas agropecuárias investiram em projetos agroindustriais e avançaram na organização de novas cadeias produtivas como; suínos, aves e leite, conseguindo superar, em grande medida, a crise, porém ocorreu alguma falência nesse processo.

Além disso, nós últimos 20 anos, o Paraná passou por um período de reestruturação produtiva forte, com atração de capitais e fortalecendo seu parque industrial que era basicamente baseado na indústria tradicional, alimentícia, têxtil e madeireira, entrando no setor automobilístico, metalomecânica, química e tecnológica. Esse processo provocou uma intensificação na industrialização no campo, nesse período ocorreram muitas fusões de pequenas, médias e grandes empresas rurais, em se converteram em cooperativas, com foco nas inovações, melhoramentos gênicos que assegurassem ganhos de produtividade, para se fortalecer e enfrentar o mercado cada vez mais globalizado e competitivo. Ocorreram grandes investimentos em plantas industriais, provocando um forte crescimento da agroindústria paranaense.

4.2.1 O Desenvolvimento da Agropecuária Paranaense

O conjunto da economia brasileira e os seus diferentes ramos produtivos vêm, desde o final dos anos 1980, sofrendo fortes ajustes em

decorrência da abertura comercial, das baixas taxas de crescimento, da queda do valor da produção, da queda no nível de emprego e da redução do saldo da balança comercial. Ao longo dessa conjuntura, um conjunto de empresas brasileiras viu-se forçado a desenvolver estratégias e capacidades, visando à manutenção de seu desempenho competitivo. A produção bibliográfica referente ao processo de reestruturação do setor produtivo brasileiro parece concordar que existem dois grandes períodos de mudança na década de 1990: Inicia com o Collor, foi caracterizado pela racionalização dos custos, apoiada em estratégias de reorganização da produção, onde predominaram objetivos de *downsizing* (redução do excesso de burocracia, enxugamento de pessoal) principalmente, a terceirização de atividades, o aumento do conteúdo importado, eliminação de linhas produtivas deficitárias, adoção de novos métodos organizacionais e gerenciais. O segundo, e implantado em 1994, com a era FHC, o Plano Real, que manteve como linha mestra a racionalização de custos baseada em: transferência das atividades para uma empresa parceira (subcontratação), terceirização, ampliação e/ou realocação de capacidade produtiva, fusões ou transferências de controle, entre outras ações.

As mudanças significativas do setor agrícola no Paraná. A primeira é a de que, a contribuição relativa da agropecuária para a formação do “valor adicionado” do agronegócio torna-se gradativamente decrescente a partir de 1975. Isto decorreu, em parte, do esgotamento do processo de aumento da produção agrícola via expansão da área cultivada e, em parte, do surto de agro industrialização liderado pelas cooperativas de agricultores. No início de 1980, o conjunto das atividades agroindustriais e de comércio do agronegócio, já suplantava a parcela da agropecuária no total do valor adicionado do agronegócio estadual. Portanto, desde 1975, vem se firmando, no Paraná, um padrão de agricultura cuja dinâmica é regida pela agroindústria. Ver esses números na Tabela 31.

A segunda mudança é a de que, ao final de 1980, o agronegócio deixa de se constituir no principal agregado quanto ao total do “valor adicionado” pela economia paranaense. Até essa década o agronegócio participava com mais da metade do total do “valor adicionado”. Entretanto, e a despeito do constante e acentuado declínio ao longo do período em análise, a contribuição do agronegócio continua quantitativamente relevante, pois em 1994 e 1995 a sua participação relativa manteve-se em torno de 43% do total do “valor adicionado” do Paraná. Essa atual dimensão do agronegócio reafirma a relevância da abordagem fundada nas cadeias de adição de valor para fins de

planejamento da ação pública dirigida ao desenvolvimento da economia paranaense, pelo fato de que, naquele biênio, o valor da produção agrícola perfaz apenas 40% do total do “valor adicionado” do agronegócio paranaense. Acrescente-se que, são praticamente insignificantes as atuais possibilidades de expansão da produção agrícola via acréscimo da área cultivada.

A terceira principal mudança é a de que, embora com expressiva variação no período, intensificou-se o caráter exportador da economia paranaense. Por um lado, tal resultado proveio da constância de saldos positivos na balança comercial do agronegócio. Por outro, essa manifestação mais proeminente do *setor externo* da economia estadual, notadamente a partir de meados da década de oitenta, contou de forma decisiva com o crescimento das exportações dos ramos de atividade situadas no agregado denominado de *outras atividades*.

TABELA 31

Evolução dos agregados da economia paranaense quanto à participação relativa no total do “valor adicionado” e perfil da balança comercial, 1975-1995

Indicador	Ano	1975	1980	1985	1989	1994	1995
Valor adicionado sem a produção agrícola		(%)					
Outras atividades		39,41	51,05	46,72	56,90	68,77	68,67
Agronegócio		60,59	48,95	53,28	43,10	31,23	31,33
Total		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Valor adicionado com a produção agrícola		(%)					
Outras atividades		22,57	36,77	32,88	47,41	56,78	56,84
<i>Produção agrícola</i>		42,75	27,97	29,63	16,68	17,44	17,23
Agronegócio menos a produção agrícola		34,69	35,26	37,49	35,91	25,79	25,93
Agronegócio		77,43	63,23	67,12	52,59	43,22	43,16
Total		100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Valor exportações / Valor importações							
Outras atividades		0,41	0,53	0,77	0,87	1,08	1,01
Agronegócio		1,96	1,75	1,75	1,49	1,49	1,41
Total		1,02	1,03	1,15	1,10	1,23	1,15

Fonte: SEFA/PR. Estatística Econômica Financeira dos períodos de 1974/85 e 1988-89 e 1994-95.

Esse processo de desconcentração econômica foi marcado pela perda de importância relativa da região Sudeste no PIB nacional, em razão do crescimento da produção industrial e, principalmente, da agropecuária das demais regiões brasileiras ante ao apresentado por esta região. Nesse período o Paraná ganhou importância no cenário nacional e ampliou seu papel junto à economia nacional, porém não só produzindo seus tradicionais produtos notadamente café, mas em culturas que estavam sendo estimuladas à época como a soja, o trigo e a cana-de-açúcar. Culturas estas que exigem em seu processo produtivo o uso intensivo das tecnologias disponíveis no mercado e que estavam

sendo incentivadas no período. Este fato implicou na maior integração com o setor secundário produtor de máquinas, equipamentos, insumos, defensivos, entre tantos outros produtos voltados à agricultura, de um lado, e dos grandes complexos agroindustriais processadores dessas matérias-primas, de outro.

O impacto desse processo de modernização da agricultura paranaense é bastante conhecido, mas cabe destacar que proporcionou maior concentração fundiária, da renda e na expulsão do homem no campo. Além disso, destacam-se os impactos sobre a perda de área das culturas típicas de mercado interno em favor das denominadas modernas e de exportação. Chama atenção, no entanto, o fato de que esse processo em um primeiro momento não implicou na perda de participação relativa dessas culturas no total nacional, visto que a produção de arroz manteve sua posição relativa em torno de 5,0% e o feijão em 21,0% do total nacional.

Porém, à medida que o processo de modernização avançava no Paraná este empurrava estas culturas para áreas menos nobres do estado, portanto, passando a perder importância relativa no conjunto estadual. Acrescente-se a este aspecto o fato de que as culturas do arroz e do feijão à medida que passaram a ser plantadas sozinhas, isto é, não mais consorciadas com o café, passaram a competir em termos de área com as pastagens plantadas e a cana de açúcar, uma vez que estas passaram a ser uma das principais opções dos agricultores paranaenses, principalmente daqueles que não tinham condições de entrar no complexo soja, seja em razão do tipo de solo não apropriado no momento ou devido a problemas de tamanho da propriedade, dado que a produção de soja necessita de uma determinada escala para ser lucrativa.

TABELA 32 – Participação do Paraná na produção dos principais produtos agrícolas do país (em %)

Anos PARANÁ	Algodão	Arroz	Café	Cana-de- Açúcar	Feijão	Milho	Soja	Trigo
1968	24,70	5,03	47,46	3,49	21,80	19,48	24,90	13,36
1977	28,48	10,06	10,95	24,96	25,19	24,04	37,56	50,84
1983	30,52	4,75	18,21	8,58	21,90	26,79	29,59	47,65
2004/05	2,20	1,00	4,00	6,70	18,40	24,30	18,60	50,20
Total BRASIL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
		0	0					0

Fonte: IBGE, Anuário Estatístico do Brasil, 1970/1980/1985 e Censo Agropecuário 2006.

Cabe apontar, também, o fato de que a participação da produção agrícola paranaense no total nacional vem se dando em um contexto de forte crescimento da produção agrícola de outras regiões do país. (GUALDA et al., 2008; p. 4-9).

O que se constata a partir das transformações ocorridas nos anos setenta é que algumas regiões do Paraná se inseriram de modo diferenciado na produção agrícola nacional, seja em razão de possuírem uma agricultura voltada para o mercado, seja em razão do tipo de solo existente e que favorecia ao desenvolvimento da cultura da soja e do trigo, ou em razão dos incentivos proporcionados pela política de crédito. No entanto, é fato que se aproveitou dos incentivos do período e se alcançou uma agricultura dinâmica e moderna, tornando-se num espaço muito curto de tempo, em uma das mais importantes áreas agrícolas do país.

A partir de meados dos anos oitenta esse quadro de acentuado dinamismo na produção nacional deu lugar a um período de arrefecimento desse processo e o que se assistiu foi uma desaceleração do processo de desconcentração regional. Entre os autores que discutem a questão, há consenso no sentido de que a desconcentração da estrutura produtiva da economia nacional perdeu fôlego a partir desse período, principalmente em razão da crise econômica que se evidenciou nessa década e das mudanças ocorridas nas políticas públicas de desenvolvimento regional, fator importante para a expansão do agronegócio brasileiro e que comandou a diferenciação econômica de muitas regiões do país. No entanto, a partir de meados dos anos noventa este processo reverte-se em razão também da expansão do agronegócio brasileiro para a região centro-oeste e norte do país.

Este fato suscita algumas indagações, principalmente em saber se isto resultou na perda de importância relativa do Paraná no conjunto da produção nacional, notadamente da soja, do trigo, da cana e do milho.

O crescimento da produção agrícola no Paraná durante a década de 70 deu-se fundamentalmente através da combinação de dois e importantes fatores: a incorporação de novas áreas, inclusive avançando sobre áreas destinadas às culturas típicas de mercado interno, e a introdução e difusão de novas tecnologias. Em função do esgotamento da fronteira agrícola estadual, ocorrido década de 1980, a agricultura para sua expansão, e não contou com investimentos que possibilitassem à recuperação do solo, a adoção de novas máquinas e equipamentos, a introdução ou difusão de tecnologias mais produtivas e foco sobre as culturas típicas de mercado interno. Acrescente-se que isso tudo ocorreu em meio à crise do petróleo, num período de escassez de recursos, se

comparado a bonança da fase “A” do ciclo de acumulação na década anterior.

TABELA 33
Produção das principais culturas temporárias e permanentes do Paraná

Culturas	Total				Variação 1985/90		Variação 1990/97		Variação 1997/05	
	1985*	1990*	1997*	2005**	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Algodão	805.320	893.996	189.139	79.021	88.676	11,0	-704.857	-78,8	-110.118	-58,2
Arroz	248.190	237.418	183.712	137.050	-10.772	-4,3	-53.706	-22,6	-46.662	-25,4
Feijão	398.142	283.463	486.956	554.670	-114.679	28,8	203.493	71,8	67.714	13,9
Milho	5.167.904	5.094.671	7.866.197	8.548.411	-73.233	-1,4	2.771.526	54,4	682.214	8,7
Soja	3.711.333	4.404.088	6.781.511	9.519.449	692.755	18,7	2.377.423	54,0	2.737.938	40,4
Trigo	2.253.011	2.142.337	1.705.225	2.804.222	-110.674	-4,9	-437.112	-20,4	1.098.997	64,4
Café	230.000	208.554	104.112	86.417	-21.446	-9,3	-104.442	-50,1	-17.695	-17,0
Cana-de-açúcar	10.151.279	11.879.421	24.713.589	28.342.434	1.728.142	17,0	12.834.168	108,0	3.628.845	14,7
Mandioca	1.623.040	2.023.077	2.780.600	3.347.383	400.037	24,6	757.523	37,4	566.783	20,4
Batata-inglesa	473.344	590.826	651.231	529.977	117.482	24,8	60.405	10,2	-121.254	-18,6
Cevada	47.344	61.415	91.943	130.068	13.445	28,0	30.528	49,7	38.125	41,5

Fonte: SEAB/DERAL-PR e IBGE. Censo Agropecuário, 2006. *Médias trienais: 1984-95-86/ 1989-90-91/ 1996-97-98. ** Safra 2004/05

Outra determinação que contribuiu foi à gradativa substituição do óleo de soja para consumo humano, por outros de melhor qualidade, com menor nível de gorduras saturadas, principalmente no mercado europeu, o que acarretou de certo modo, à redução da demanda e, consequentemente, derrubou os preços do produto no mercado internacional.

A soja e o trigo que foram as vedetes das transformações agrícolas do Paraná nos anos 1970 cederam lugar para a cultura do milho, que passou a comandar as mudanças na agricultura estadual nos anos 90, só mais recentemente a soja voltou como a grande cultura da produção agrícola do Paraná. Com a conquista de mercados do oriente, China, Índia e países árabes, principalmente na década de 2000. O aumento da produção da soja e do milho está fortemente associado à expansão da capacidade de processamento dessas matérias-primas no estado em razão da instalação de grandes complexos agroindustriais no Paraná, fruto ainda das políticas de incentivos adotadas nos anos setenta e que repercutiram ainda nos anos 80. Por outro lado, não se pode negligenciar que o aumento da produção de milho também se deve à combinação de dois fatores: ao crescimento da avicultura e suinocultura no estado nesse período e à redução do preço do soja nos mercados

interno e externo nos anos noventa e com a recuperação dos preços novamente o soja se transforma em opção econômica.

Outro grave problema é a intensificação da situação de concentração econômica, populacional e institucional. Os investimentos, os serviços, a tecnologia e a infraestrutura concentram-se, principalmente, na Região Metropolitana de Curitiba, Região do Norte Central, Londrina e Maringá e Região Oeste, Cascavel a Foz do Iguaçu, numa realidade que se mostra persistente ao longo do tempo. E teve um agravamento intensivo de concentração com as políticas neoliberais da gestão Lerner 1995-2002. Juntas, as regiões de Curitiba, Norte Central e Oeste concentram 73,5% do PIB estadual. Dez municípios concentram 61,5% do PIB industrial. Além disso, em 1970, 70% do valor agregado industrial se encontravam no interior e, em 2007, 70% se encontrava na Região Metropolitana de Curitiba. A mesma Região que no período de 1995-2010, acumulou quase 70% dos investimentos industriais realizados. (GUALDA et al., 2008; p. 4-9).

Além disso, amplos setores da economia paranaense sofrem de baixa integração vertical e horizontal das cadeias produtivas e de baixo valor agregado ao que produzem. A receita média por área cultivada é inferior em 57% à obtida no Estado de São Paulo, 41,4% à obtida em Santa Catarina e 13,8% da obtida no Rio Grande do Sul. A indústria automobilística tem apenas 24% de integração vertical e horizontal da cadeia produtiva, sendo que 76% dos componentes estão fora do Paraná, são só integralizados nas montadoras. Os empregos na indústria de componentes de informática representam 1,7% do total brasileiro, enquanto na indústria de produtos finais de informática equivalem a 18,8% do total; e não seriam poucos os outros exemplos de falta de integração de cadeias produtivas que poderiam ser apontados.

A população do Paraná também se concentra em poucos municípios. O Estado tem 10.444.526 habitantes, sendo que 3.618.943 vivem na Região Metropolitana de Curitiba (IBGE, 2010). Em 33 municípios com mais de 50 mil habitantes vivem 6.448.146 pessoas, ou seja, 60,34% da população do Estado, enquanto nos outros 366 vivem 3.996.380 ou 39,66% da população. São 113 os municípios que tem entre 5 e 10 mil habitantes e 96 os que têm menos de 5 mil (IBGE, 2010).

4.2.2 O Papel do Cooperativismo

No Paraná, o cooperativismo deitou suas raízes nos pioneiros esforços cooperativistas nas comunidades de imigrantes europeus, que procuraram organizar suas estruturas de compra e venda em comum, além de suprir suas necessidades de educação e lazer, através de sociedades cooperativistas.

Os ideais cooperativistas tem sua raiz na Europa, e chegaram ao Brasil com os imigrantes. Aqui, incentivado pelo padre jesuíta, Theodor Amstad, que criou a primeira cooperativa de crédito do Brasil em 28 de dezembro de 1902, o cooperativismo de produção surgiu logo após o cooperativismo de crédito. Entre os motivos do surgimento de cooperativas de produção estava a necessidade dos pequenos viticultores de eliminarem os atravessadores e adulteradores do vinho que era produzido nas colônias da serra gaúcha e comercializado em São Paulo.

A partir desta iniciativa, o cooperativismo de produção, principalmente no estado do Rio Grande do Sul, tornou-se um importante movimento de organização da produção e avançou rapidamente para outros estados e outros setores da produção, tais como os de suínos, laticínios e de madeira, além do cooperativismo de consumo. Salienta-se que até esta época a legislação sobre o cooperativismo no Brasil era precária. O Código Comercial era o único marco legal e enquadrava as cooperativas como sociedades de capital e indústria.

Um dos primeiros movimentos marcados pela cooperação surgiu no ano de 1829, com a chegada do primeiro grupo de 248 imigrantes alemães que fundaram a Colônia Rio Negro, hoje município. Diversos movimentos embasados no espírito da cooperação surgiram até 1911, entre alguns dos mais de cem grupos de imigrantes aqui chegados. Todavia, o mais importante movimento pré-cooperativista ocorreu entre os franceses que, em 1847 fundaram a Colônia Thereza Cristina às margens do Rio Ivaí, hoje município de Cândido de Abreu. Os imigrantes liderados por Jean Maurice Faivre, desencadearam um movimento cooperativista sob inspiração do médico Benoit Joseph Mure, fundador da Vila da Glória em Santa Catarina.

Entre as experiências mais importantes realizadas no terreno cooperativo destaca-se a da "Colônia Cecília", em 1890, no município de Palmeira, no Paraná, idealizada pelo agrônomo Giovanni Rossi, líder do grupo de italianos chamados de "anarquistas". Seguiram-se vários outros movimentos de cooperação, como por exemplo: a fundação, em 1906, da Associação Beneficente 26 de Outubro, por ferroviários de

Ponta Grossa, a qual se transformou em Cooperativa Mista 26 de Outubro, mais tarde; em 1909, indústrias madeireiras se reúnem e fundam a Cooperativa Florestal Paranaense; a fundação da Colônia Muricy com a constituição em 1912, da Sociedade Agrícola Polonesa, transformada em Cooperativa Mista Agropecuária São José Ltda., em 1945. Sob a liderança do ferroviário ucraniano Valentin Cuts, surgiram outros movimentos cooperativistas, como a Sociedade Cooperativa Svitlo (luz) em Carazinho, União da Vitória, em janeiro de 1920, e a Cooperativa Agrária de Consumo de Responsabilidade Ltda., "Liberdade", em Vera Guarani, município de Paulo Frontin, surgida no ano de 1930, que foi a primeira cooperativa registrada conforme o Decreto-Lei 581/38, tendo o registro sido feito no dia 19 de maio de 1942, recebendo o nº 1. É de se registrar também uma curiosa experiência realizada no lugar chamado Sant'Ana, atual município de Cruz Machado, com a criação em 3 de maio de 1920, da Sociedade Cooperativa de Comércio "União Lavoura" pelo padre Teodoro Drapienski, com cunho político confessional.

TABELA 34 – EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS NO PARANÁ

INDICADOR	1829	1916	1970	2010
Cooperativas	1	9	138	246
Cooperados	248	2.653	61.428	657.359
Faturamento	–	–	872,1 milhões	R\$ 28 bilhões

Fonte: OCEPAR e COAMO, 2006 e 2011. IPARDES, 2008. Crocetti, 2011.

Importante registrar a chegada em Carambeí, no ano de 1911, de 450 holandeses que fundaram o que hoje é uma das mais prósperas colônias de imigrantes. Eles constituíram, no ano de 1925, a Sociedade Cooperativa Holandesa de Laticínios Batavo, existente até hoje, é considerada uma cooperativa exemplar. Esses movimentos entre imigrantes deram significativo impulso ao cooperativismo estadual com as experiências bem sucedidas das cooperativas de colonização, como Witmarsum, de Palmeira; Agrária, de Entre Rios; Batavo e Castrolanda, de Castro, e Capal, de Arapoti, hoje verdadeiros exemplos de comunidades rurais perfeitamente urbanizadas, economicamente prósperas e socialmente integradas às condições de vida urbano-industrial no país. O movimento cresceu a partir da década de 20, entre madeireiros e ervateiros. Entre os anos 30 e 40, o Paraná contou com 40 cooperativas de mate, unidas em torno da Federação das Cooperativas de Mate Ltda. – AGROMATE, que marcou história até o declínio do

setor ervateiro, quando foi transformada em Rural Sul, para tentar sobreviver através da diversificação de atividades. (OCEPAR, 2010; p. 5-17).

Com a grande depressão americana, em 1929, que abalou a economia mundial, o cooperativismo brasileiro, em franca expansão, foi duramente afetado, devido à redução das exportações de produtos primários para os Estados Unidos, principal importador. Mesmo passando por uma longa crise as cooperativas sobreviveram e cumpriram importante missão. Elas, organizadamente, salvaram a economia primária da região por meio da abertura de novos mercados para escoar os produtos e manter a produção regional estimulada.

QUADRO 20 – MAIORES COOPERATIVAS PARANAENSES 2009

Colocação	Cooperativa	Vendas em R\$ milhões	Crescimento
18	Coamo	3.494,8	31,2%
50	C. Vale	1.479,4	39,8%
68	Lar	1.180,9	125,0%
70	Agrária	1.110,7	38,0%
72	Cocamar	1.077,9	21,9%
78	Integrada	928,7	21,2%
102	Coopavel	742,7	23,0%
104	Copacol	726,2	13,8%
112	Castrolanda	653,1	20,0%
118	Batavo	620,8	32,1%
119	Frimesa	613,5	12,0%
131	Corol	542,2	03,6%
159	Copagril	425,6	42,2%
167	Cocari	393,7	28,5%
186	Confepar	353,8	43,2%
230	Coasul	279,3	51,6%
295	Coagru	183,3	26,3%
311	Cofercatu	162,1	08,5%
Total		14.968,70	26,05 (crescimento médio)

Fonte: Anuário Exame 2009.

A contribuição que o cooperativismo moderno trouxe para o desenvolvimento do meio rural do Brasil, nesses mais de 100 anos de existência é significativa. Impulsionado por um modelo de desenvolvimento que supervalorizaram as grandes culturas de *commodities*, o cooperativismo rural brasileiro se fortaleceu na década

de 1970 e tornou-se um dos principais agentes de desenvolvimento do meio rural, apoiando e difundindo tecnologias e conhecimentos nas diversas áreas da produção agropecuária.

Esse processo deu origem às grandes cooperativas tritícolas na região sul do país e abriu as portas para o modelo agroexportador de trigo e soja. Confira a posição e faturamento das cooperativas paranaenses citadas entre as 400 maiores empresas do agronegócio brasileiro, Quadro 20.

Entre as 400 maiores empresas brasileiras do setor do agronegócio, 19 são cooperativas do Paraná. Elas faturaram em 2008 R\$ 14,9 bilhões, conforme levantamento feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI/USP) para o Anuário Exame de Agronegócio 2008-2009.

TABELA 35 – COOPERATIVAS NO PARANÁ EM 2010

Ramos	Nº de Cooperativas	Nº de Cooperados
Agropecuário	80	133.503
Consumo	1	1.184
Crédito Rural e Mútuo	64	466.254
Educacional	15	2.508
Habitacional	1	106
Infraestrutura	9	8.352
Mineral	1	32
Saúde	34	31.744
Trabalho	17	10.337
Transporte	21	2.417
Turismo e Lazer	3	289
Total	246	656.726

Fonte: OCEPAR e COAMO 2011. Elaboração Crocetti.

O balanço de 2010 do Setor Cooperativista fechou com faturamento de R\$ 90 bilhões, metade dos quais provenientes do campo. As vendas para o exterior, oriundas de produtos agrícolas, somaram US\$ 4,4 bilhões, 21,76% acima do resultado de 2009. O agronegócio respondeu pela ampla maioria dos 7,9 milhões de toneladas exportadas pelas cooperativas no ano passado. Açúcar e etanol, grãos, óleo e farelo de soja estão entre as principais mercadorias enviadas ao comércio internacional. Cujo mercado foi; China, Emirados Árabes e países da Europa. As cooperativas do Paraná foram as que mais contribuíram para

o resultado; 3,2 milhões de toneladas comercializadas e US\$ 1,64 bilhão em recursos (38 % do valor total). As cooperativas representam 56% de tudo o que produz a agropecuária paranaense. O estado possui 236 cooperativas, de 11 diferentes segmentos da economia. No total, o Paraná reúne 632 mil cooperados e teve faturamento de R\$ 28 bilhões, o que representou cerca de 30% da movimentação econômica do cooperativismo brasileiro em 2010.

Há cerca de um século, o padre suíço Theodor Amstad avaliou que os produtores rurais de Nova Petrópolis (RS) precisavam de crédito para comprar sementes, utensílios e ferramentas para o trabalho no campo. Também necessitavam guardar a renda das vendas de grãos e de animais. Foi para atender a essas necessidades que nasceu a primeira cooperativa de crédito do Brasil e de toda a América Latina, chamada Sociedade Cooperativa Caixa de Economia e Empréstimos de Nova Petrópolis. Nesses quase 100 anos, o país passou a ter 6.652 cooperativas – 1.548 ligadas ao segmento agropecuário –, que reúnem 9 milhões de associados. “*E com uma comprovada administração de sucesso*”, completa o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Márcio Lopes de Freitas. No mês passado, o Setor divulgou o balanço de 2010, quando a atividade fechou com faturamento de R\$ 90 bilhões, metade dos quais provenientes do campo. As vendas para o exterior, quase todas oriundas de produtos agrícolas, somaram US\$ 4,4 bilhões, 21,76% acima do resultado anterior. “*Isso reflete a recuperação do crescimento do setor cooperativista após a crise financeira mundial*”, afirmou Freitas.

O agronegócio respondeu pela ampla maioria dos 7,9 milhões de toneladas exportadas pelas cooperativas no ano passado. Açúcar e etanol, grãos, óleo e farelo de soja estão entre os principais artigos enviados ao mercado internacional, principalmente para China, Emirados Árabes e países da Europa. As organizações do Paraná foram as que mais contribuíram para o resultado: 3,2 milhões de toneladas comercializadas e US\$ 1,64 bilhão em recursos (37,11% do valor total). “*As cooperativas representam 56% de tudo o que produz a agropecuária paranaense*”, análise do presidente da Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR), João Paulo Koslovski. O Paraná possui 236 cooperativas, de 11 diferentes segmentos da economia. No total, o Paraná reúne 632 mil cooperados e teve faturamento de R\$ 28 bilhões, o que representou cerca de 30% da movimentação econômica do cooperativismo brasileiro em 2010. O crescimento registrado em 2010 foi impulsionado pelo grande volume da safra e pelos

investimentos da ordem de R\$ 1,1 bilhão em infraestrutura realizados nas agroindústrias.

Em 2011, a OCEPAR espera que as associadas alcancem a cifra de R\$ 30 bilhões e expandam ainda mais a participação nas exportações nacionais. “*Bateremos a meta se continuarmos nesse ritmo*”, afirmou José Aroldo Galassini, presidente da Coamo Agroindustrial Cooperativa, de Campo Mourão. A empresa faturou R\$ 5 bilhões no ano passado. Criada em 1970, hoje atua em 53 municípios do Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso, movimentando 3,3% de toda a produção brasileira de grãos e fibras e 17% da safra paranaense.

A OCB divulgou que outra marca do balanço de 2010 foi o aumento dos empréstimos pelas cooperativas de crédito. Sílvio Giusti, gerente de desenvolvimento do cooperativismo de crédito, afirmou que 60% dos pedidos são direcionados para custeios de lavoura e pecuária. Dentro do mercado de crédito rural no país, calculado em R\$ 81 bilhões, as cooperativas participam com 2% do valor. “*Pode parecer pouco, mas é um papel bastante significativo*”, afirmou o gerente. A maioria absoluta dos recursos é distribuída entre os bancos públicos, privados e estrangeiros por meio das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN).

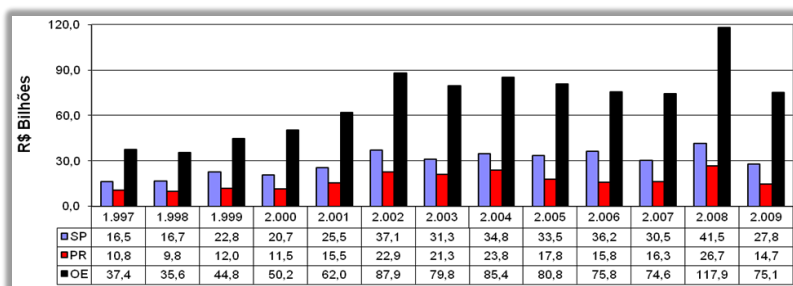
Giusti formulou as cooperativas estão em lugares em que outras instituições não conseguem se instalar e espera que sua atuação possa ser ampliada com a aprovação de dois projetos de lei (PL) que tramitam no Congresso Nacional. O PL 40/2011 está ligado à gestão de recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), com foco na atividade rural e que atualmente é administrado apenas pelo Banco do Brasil. Já o PL 409/2011 se refere aos Fundos Constitucionais criados para programas de desenvolvimento nas regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste e que hoje são controlados pelos bancos públicos. Arrematou ainda, “*As cooperativas acompanham as fronteiras agrícolas do país. Elas conhecem como ninguém as necessidades do agricultor*”.

4.2.3 O Dinamismo da Agricultura Continental Brasileira

O dinamismo da agricultura brasileira gera distintos ajustamentos e impactos diferenciados da crise financeira mundial, devido à extensa dimensão continental do Brasil, com variadas combinações naturais associadas a uma diversidade de Formações Sociais. Não faz o menor sentido o jargão “um só agronegócio”. Pois a crise se manifestou de forma distinta nas diversas realidades territoriais da agricultura brasileira. A especialização regional configura agriculturas territoriais bem definidas, com predominância de lavouras diversas e criações quase de monocultoras.

Soja do Paraná onde predominam grandes cooperativas e fica mais perto do porto difere da soja dos cerrados das gigantes lavouras e longe do porto. De qualquer maneira o complexo da soja está imerso em pesadas dívidas acumuladas. Demanda para a China aliviou efeito da crise financeira. Diferenças estruturais são nítidas como São Paulo agroindustrial – exportador num Brasil primário-exportador. Exportação de açúcar crescente com a quebra da safra da Índia acabou sendo a salvação da lavoura brasileira.

GRÁFICO 10 – AGRICULTURA EXPORTAÇÕES:
PARANÁ/SÃOPAULO/OUTROS ESTADOS 1997-2009

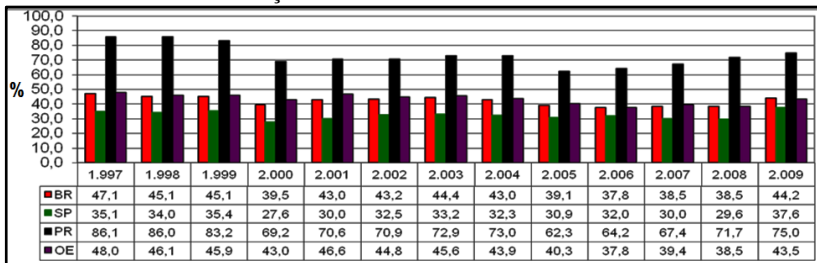


Fonte: Dados da SECEX/MDIC, 2010, elaborados pelo IEA/APTA.

Crescimento do mercado interno e maior mobilidade social com “nova classe média” consistiram no motor do crescimento recente da agricultura brasileira que tem sido eficiente na oferta de alimentos a preços cadentes. Programas sociais foram relevantes. A aceleração das exportações em 1997-2008 teve nítido deslocamento para o Brasil central com crescimentos diferenciados: São Paulo cresceu (+151,9%) Paraná (+146,5%) e nos outros estados, OE (+215,2%). O efeito da crise econômica em 2008-2009 afetou as agriculturas brasileiras de forma

diferenciada, com quedas distintas: em São Paulo (-33,0%), no Paraná (-45,1%) e nos outros estados, OE (-36,3%). (Gráfico 10)

GRÁFICO 11 – PARTICIPAÇÃO DA AGRICULTURA NAS EXPORTAÇÕES: BRASIL/ESTADOS 1997-2009

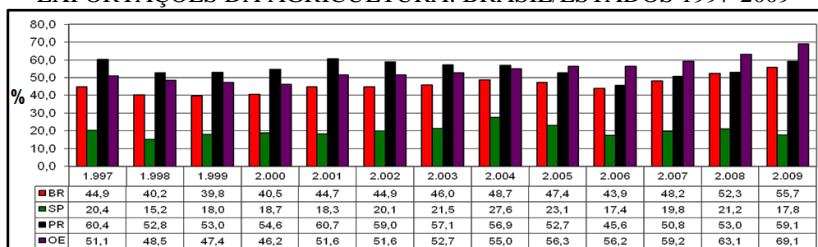


Fonte: Dados da SECEX/MDIC, 2010, elaborados pelo IEA/APTA.

No Brasil como podemos verificar (Gráfico 11) participação da agricultura nas exportações recua de 47,1% em 1997 para 38,5% em 2008 e recupera importância com a crise atingindo 44,2 % já em 2009. São Paulo um estado industrial com agricultura industrializada relevante, tem participação oscilante da agricultura nas vendas externas no período 1997-2008 com recuperação já em 2009. Enquanto o Paraná estado com um peso muito grande na agropecuária, agricultura recua como proporção das vendas externas no período 1997-2005 e aumenta no período 2005-2009. Enquanto o restante do Brasil, OE: exportações relevantes de commodities minerais levam a menor participação da agricultura.

Analisando as exportações dos produtos primários básicos brasileiros, percebemos que recuaram de 44,9% (1997) para 39,8% (1999), mas a participação cresce para 55,7% (2009) com as gigantes lavouras de *commodities* dos cerrados do Brasil, onde reside nossa caixa d'água, nosso maior divisor de águas. O setor agroindustrial exportador de São Paulo, no que se refere aos produtos básicos cresceu de 15,2% (1998) para 27,6% (2004) – efeito do câmbio –, recuando para 17,8% (2009). Já no Paraná o primário exportador tem relativa manutenção da participação dos produtos básicos (teto de 60,7% em 2001 e piso de 45,6% em 2006). Enquanto os demais estados o comportamento dos primários exportadores tem participação crescente indo de 48,5% (1998) para 69,1% (2009). Gráfico 12.

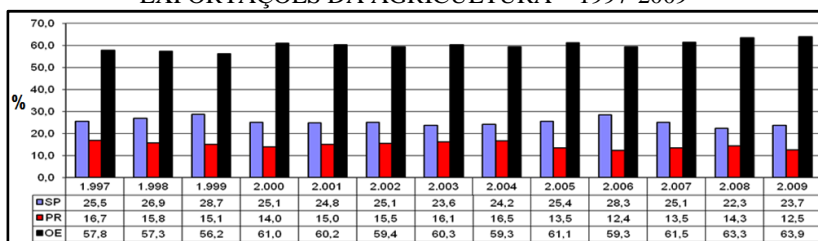
GRÁFICO 12 – PARTICIPAÇÃO DOS PRODUTOS BÁSICOS NAS EXPORTAÇÕES DA AGRICULTURA: BRASIL/ESTADOS 1997-2009



Fonte: Dados da SECEX/MDIC, 2010, elaborados pelo IEA/APTA.

Quanto à participação nas exportações brasileiras, São Paulo tem queda reduzida da participação das exportações da agricultura estadual na brasileira (25,5% em 1997 para 23,7% em 2009), ainda é o maior exportador da agricultura brasileira. No Paraná a queda da representatividade das exportações da agricultura foi mais acentuada, comparado com outros produtores nacionais (16,7% em 1997 e 12,5% em 2009). Enquanto nos outros estados ocorreu aumento da proporção das exportações dessas agriculturas no total nacional no período 1997-2009 (57,8% para 63,9%) provavelmente pelo efeito *commodities* do cerrado. Ver o Gráfico 13.

GRÁFICO 13 – PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NAS EXPORTAÇÕES DA AGRICULTURA – 1997-2009



Fonte: Dados da SECEX/MDIC, 2010, elaborados pelo IEA/APTA.

No Paraná os cinco principais grupos de mercadorias crescem em participação, atingindo a elevadíssima marca de 88,8% em 2009. A soja (cereais, leguminosas e oleaginosas) representa praticamente a metade das vendas externas da agricultura em 2009. Cresceram as vendas externas de suínos e aves que passam a ser o segundo produto das exportações estaduais. Demonstrado na Tabela 36.

TABELA 36

Exportações dos Cinco Principais Grupos de Mercadorias Paraná: 1997/2009 (R\$ bilhões de 2009)													
Grupo de Mercadorias	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
CEREAIS/LEG/OLEAG	6,4	5,5	6,2	5,8	8,4	12,5	11,5	12,1	6,9	6,0	6,8	12,0	6,4
SUÍNOS E AVES	0,5	0,6	1,0	1,0	1,6	2,4	2,4	2,9	3,5	2,5	2,8	4,7	2,7
PRODUTOS FLORESTAIS	1,3	1,3	2,4	2,6	2,8	4,4	4,1	5,1	4,1	3,6	2,9	3,5	1,7
CANA E SACARÍDEAS	0,4	0,5	0,6	0,5	0,8	0,9	0,8	0,7	0,8	1,4	1,1	2,1	1,5
AGRONEGÓCIOS ESPECIAIS	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3	0,4	0,6	1,1	0,7
SUBTOTAL	8,7	7,9	10,3	10,0	13,8	20,5	19,0	21,1	15,6	13,8	14,3	23,4	13,0
PART (%)	79,9	80,4	85,8	86,4	88,8	89,4	89,0	88,6	87,6	87,3	87,6	87,6	88,8
AGRICULTURA	10,8	9,8	12,0	11,5	15,5	22,9	21,3	23,8	17,8	15,8	16,3	26,7	14,7
SOJA	5,5	4,3	4,7	5,0	5,9	9,2	8,0	8,2	5,2	3,6	3,9	7,9	5,0
PRODUTO BÁSICO	5,5	4,3	4,7	5,0	5,9	9,2	8,0	8,2	5,2	3,6	3,9	7,9	5,0

Fonte: Elaborada pelo Instituto de Economia Agrícola, a partir de dados básicos da SECEX/MDIC, 2009.

4.3 CONCENTRAÇÕES ECONÔMICAS E INFRA-ESTRUTURAS

Introdução

Como podemos demonstrar o Paraná, em meio há anos de crise do capitalismo internacional, nas fases “B” dos ciclos de Kondratieff, ampliou e modernizou sua economia, projetando-se em ritmos razoavelmente velozes em direção à produção de bens de capital e de consumo durável. Nos últimas décadas (1990-2010), os governos do estado lançaram-se, junto com outros estados da Federação, através da “Guerra dos Lugares” numa corrida industrializante, procurando captar a maior parte das decisões de investimentos empresariais que envolviam escolhas regionais.

O processo de industrialização pesada no Brasil teve como uma face importante à integração produtiva do espaço econômico, a qual se dá, entretanto, de forma desigual, dependendo de fatores como localização geográfica próxima aos grandes centros industriais do país (destacando-se São Paulo), modo de operação das economias regionais e papel exercido pelos governos estaduais no campo das políticas públicas, que envolve apoio político e financeiro a novos investimentos, construção de infraestrutura em transporte, energia e comunicação, bem como em serviços urbanos de ordem superior nos maiores centros. Sustenta-se que o Paraná pôde contar com todas essas vantagens, transformando-se desde os anos 1970 num caso bem-sucedido de dinamismo econômico e intervenção pública, a despeito da existência de questões sociais como, êxodo rural, pobreza urbana, temas afetos à agenda não apenas do Paraná, mas de todo o país.

Mesmo durante a década de 80, quando a nação sofreu com a inflação crônica, a instabilidade, a recessão e a falta de investimentos, o Paraná apresentou transformações na sua base produtiva, adensamento industrial e um desempenho frequentemente superior à média brasileira, afetando, também, sua população com a geração de enormes fluxos demográficos e acentuando processos de urbanização com carências sociais. As políticas neoliberais mais recentemente como; a abertura da política comercial, desde o final dos anos 1980 e em ritmo acelerado no começo dos 90, e as características do plano de estabilização com ancoragem cambial provocaram mudanças profundas nas atividades econômicas do país. E no Paraná provocaram um Caos econômico a partir de 1996, com uma intensa redistribuição patrimonial envolvendo, falências, fusões, aquisições e privatização de serviços de infraestrutura,

financeiros, saúde e educação, se agravando mais ainda pelo enfraquecimento do poder de intervenção do Estado.

QUADRO 21 – COMPOSIÇÃO DO CAPITAL DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ 2000/2010

Origem do Capital em porcentagem			
Composição	2000	2005	2010
Local	59%	52%	51%
Internacional	12%	25%	32%
Nacional	10%	14%	10%
Estatual	19%	09%	07%

FONTE: Anuário Amanhã, 2001 e 2010. IPARDES e IBGE 2011. Elaboração CROCETTI, 2011.

Em meio ao caos dessas políticas neoliberais, provocadas pelo aumento insustentável do nível do desemprego, violência urbana, descaso na saúde e educação, desse período foram registrado os menores níveis de salários no Setor da Educação em todos os tempos. A cartilha do Banco Mundial, através dos seus articulistas receitava para abrandar a fúria das ruas, que os governantes fizessem investimentos massivos, numa contradição sem igual, vamos fazer um resumo dessas sugestões. Parte desde estrago esta demonstrado no Quadro 20, onde fica claro a redução do Estado e a internacionalização da economia paranaense, no período.

O investimento é uma variável importante para o crescimento econômico, sendo condição indispensável para uma estratégia de distribuição de renda e, portanto, de desenvolvimento. Para tanto é fundamental a elevação das taxas de poupança interna e dos fluxos de investimento externo.

O Banco Mundial apresentava um resumo das recentes posições teóricas de seus economistas, passando pelo reconhecimento da importância da complementaridade entre Estado e mercado, a aceitação de intervenções seletivas e foco na qualidade, na eficácia e não no tamanho do Estado (*World Development Report, 2007*). Este relatório destaca três níveis de funções para o Estado:

- a) Funções mínimas: provisão dos bens públicos e proteção dos pobres;
- b) Funções intermédias: resposta aos fracassos do mercado;

c) Funções ativas: coordenação da atividade privada e redistribuição.

Essas funções requerem, desse modo, um Estado com credibilidade e instituições fortes para o desenvolvimento de um país. A eficácia do Estado envolve "a aptidão para empreender e promover ações coletivas com eficiência", tais como a lei, ordem, saúde pública ou infraestruturas básicas; e a eficácia "*é um resultado da utilização da capacidade para fazer face à procura social dos bens públicos*". O Estado pode ser capaz, mas não ser eficaz, se a capacidade não for utilizada para responder aos interesses da sociedade.

4.3.1 Concentrações Econômicas

O Paraná vem despertado interesse em âmbito nacional, por ter sido palco privilegiado das transformações em curso: a reconstrução de um perfil produtivo com presença maior de setores de bens de consumo durável e de capital; a reestruturação do complexo agroalimentar muito influenciado pelo MERCOSUL.

Outras questões igualmente relevantes, especialmente para a agenda pública presente e futura, são os fluxos migratórios acentuados, a dinâmica do mercado de trabalho (menos sensível hoje aos investimentos industriais), a expansão da informalidade e a configuração regional resultante de todas essas mudanças que se distribuem espacialmente de modo muito desigual. Em termos gerais o Paraná foi um sucesso de planejamento e crescimento econômico, embora como já demosstramos, passou por alguns períodos de ruptura e estagnação, promovidos por governos de caráter udenistas, liberais e neoliberais, que aprofundaram as diferenças sociais e a miséria. Embora no plano econômico e do crescimento econômico ocorressem êxitos os quais iremos mostrar a seguir.

O crescimento econômico foi amparado e estimulado por políticas ativas em infraestrutura, apoio político e financeiro à localização de empresas de elevado valor agregado na produção, políticas urbanas que dotaram as principais cidades do estado de serviços indispensáveis ao funcionamento de plantas grandes e modernas. E pela dinâmica de grandes empresas estaduais de utilidade pública, muitas delas já privatizadas ou extintas por leis. Esse tipo de atuação do governo estadual origina-se nas primeiras experiências de planejamento tentadas no estado, as quais tiveram impressionante

continuidade através das décadas. Tais políticas maximizaram a localização privilegiada do estado junto ao centro econômico brasileiro e sua a desconcentração geográfica do crescimento a partir da Grande São Paulo, em face de deseconomias de aglomeração, permitindo-lhe competir com o pujante interior próximo paulista.

TABELA 37 – NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E COMPOSIÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL (VTI), POR GRUPO E GÊNERO DE ATIVIDADE DO ESTADO DO PARANÁ, 1939, 1949, 1959 E 1970

Grupos e Gêneros	Número de Estabelecimentos				Composição do VTI			
	1939	1949	1959	1970	1939	1949	1959	1970
GRUPO I	905	2.006	3.246	5.369	41,65	48,10	48,72	44,13
Mobiliário	81	173	478	823	4,95	3,22	2,74	3,94
Produtos Farmacêuticos	(a)	3	6	6	(a)	0,12	0,17	0,41
Perfumaria	(a)	25	26	31	(a)	1,36	0,48	0,32
Têxtil	18	18	43	151	2,93	2,44	3,18	8,57
Vestúário	85	113	236	186	1,77	0,89	0,52	0,52
Produtos Alimentares	575	1411	2.083	3.677	24,14	31,17	37,15	23,98
Bebidas	95	192	234	190	5,73	6,51	2,75	3,02
Fumo	-	-	-	2	-	-	-	0,19
Editorial e Gráfica	51	71	140	303	2,13	2,39	1,78	3,18
GRUPO II	842	1.339	2.821	4.480	56,65	47,74	47,03	49,29
Minerais Não Metálicos	187	582	973	1.428	4,84	6,87	6,99	7,28
Metalurgia	40	48	167	373	6,00	1,38	2,79	3,28
Madeira	507	561	1.459	2.307	32,65	25,70	26,50	22,80
Papel	5	18	21	85	0,98	9,29	4,95	5,26
Borracha	-	-	2	67	-	-	0,02	0,78
Couros e Peles	63	99	114	86	1,76	1,48	1,35	0,84
Química	40	29	82	98	10,42	3,12	4,41	7,82
Matérias Plásticas	(b)	2	3	36	(b)	(b)	0,02	1,23
GRUPO III	30	84	259	805	1,70	4,06	3,88	6,47
Mecânica	6	19	44	280	0,15	2,33	1,10	3,32
Material Elétrico	1	3	26	107	0,01	0,06	0,74	0,54
Material de Transportes	7	29	125	283	0,11	0,39	1,12	1,78
Indústrias Diversas	16	33	64	135	1,43	1,28	0,92	0,83
TOTAL	1.777	3.429	6.326	10.654	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte dos Dados: IBGE, Censos Industriais de 1939, 1949, 1959 e 1970.

Notas: (a) Incluído, no Censo de 1939, no Gênero da Indústria Química.

(b) Incluído, nos Censos de 1939 e 1949, no Gênero Indústrias Diversas.

Essa análise divide-se em duas partes, que, combinadas, respondem por alguns fatores locacionais importantes e, em grande medida, fazem parte da competitividade sistêmica do Paraná. A primeira parte já demosstramos através dos instrumentos fiscais e financeiros utilizados para promover a industrialização, e a segunda mostrara de

modo sucinto, o perfil de alguns serviços de infraestrutura ofertados pelo estado.

Os dados de número de estabelecimentos da Tabela 37 são comumente interpretados e utilizados como referência para se analisar o perfil dos investimentos industriais. Relacionando, sobretudo, a evolução dos estabelecimentos com o Valor da Transformação Industrial, observam-se a importância relativa dos setores e os impulsos das atividades primárias para a atividade industrial. Em 1939, conforme dados do Censo Econômico, a densidade industrial do Paraná era pouco expressiva, com aproximadamente 1.800 estabelecimentos e cerca de 21.000 pessoas ocupadas, com a atividade concentrada em torno da madeira e produtos alimentares. Demonstra também uma baixa média de empregados por estabelecimento, cerca de onze pessoas ocupadas, uma dependência a recursos naturais abundantes, revelando um padrão centrado em estabelecimentos de pequeno porte, com tecnologias rudimentares, voltados apenas a um processamento inicial do produto para servir de insumo a outras regiões mais dinâmicas.

TABELA 38 – PARTICIPAÇÃO DO PARANÁ NA INDÚSTRIA BRASILEIRA, TAXA DE CRESCIMENTO INDUSTRIAL E CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL EM CURITIBA, 1907 A 1970

Ano	PR/BR	Taxa de Cresc.	Participação de Curitiba na Indústria do Paraná		
	VTI Anual-		Nº Estabelecimentos	Empregos	VTI
1907	4,5%	–	–	–	–
1919	3,4%	–	–	–	–
1939	2,2%	1919-39: 03,1%	27,5%	42,4%	49,2%
1949	2,9%	1939-49: 10,0%	15,8%	36,0%	33,1%
1959	3,2%	1949-59: 10,6%	18,3%	29,4%	23,6%
1970	3,0%	1959-70: 06,9%	13,9%	25,3%	27,5%

Fonte: LEÃO, 1989 e IPARDES, 2000.

Em 1939, Curitiba representava 27,5% do número de estabelecimentos industriais do Paraná, empregava 42,4% das pessoas, pagava 46,7% dos salários da indústria no Estado e gerava quase 50% do valor da transformação industrial paranaense. Esses dados afirmam a concentração industrial na capital, derivada, sobretudo, da indústria de beneficiamento do mate e da incipiente indústria para atender à demanda urbana. Em relação à média do estado, são estabelecimentos de maior porte e com maior coeficiente de produtividade em relação ao restante do Paraná. Tabela 38.

Em 1907, quando a indústria do estado dava seus primeiros passos inspirada no do ciclo de exportação da erva-mate e da madeira,

auxiliada por dezenas de indústrias fundadas por imigrantes, a produção industrial do Paraná representava apenas 4,5% da produção nacional (Tabela 38). Com o declínio do mate, a indústria chega, em 1939, com uma participação relativa de apenas 2,2%, com taxa de crescimento anual, entre estes dois períodos, próxima a 3%, bastante inferior à média nacional, cerca de 5,5% e principalmente à média paulista, próxima de 7%. Nos anos 60, com a ruptura política representada pelo Governo Ney Braga, recoloca-se a postura industrializante, apesar da concepção desenvolvimentista de industrialização autônoma que se seguiu.

TABELA 39 – COMPOSIÇÃO DO VALOR DA TRANSFORMAÇÃO INDUSTRIAL POR GÊNEROS E GRUPOS PARA CURITIBA, MRM*, RMC, PARANÁ, REGIÃO SUL, SÃO PAULO E BRASIL EM 1970

Grupos e Gêneros	Curitiba	MRM*	RMC	Interior PR	Paraná	Região Sul	São Paulo	Brasil
GRUPO I	44,72	8,68	38,36	47,13	44,17	43,35	36,84	40,49
Mobiliário	9,36	2,13	8,08	1,84	3,94	3,02	1,98	2,09
Produtos Farmacêuticos	0,32	0,00	0,27	0,47	0,41	0,49	3,87	3,38
Perfumaria	0,82	0,00	0,68	0,15	0,32	0,45	1,82	1,54
Têxtil	1,15	0,00	0,95	12,46	8,57	8,25	9,91	9,34
Vestuário	0,86	0,00	0,71	0,43	0,52	5,15	3,26	3,34
Produtos Alimentares	16,50	6,04	14,66	28,76	23,98	20,80	10,19	13,47
Bebidas	6,64	0,32	5,52	1,75	3,02	3,64	1,66	2,31
Fumo	0,00	0,00	0,00	0,28	0,19	1,72	0,82	1,31
Editorial e Gráfica	9,06	0,20	4,64	0,98	3,18	1,82	3,32	3,67
GRUPO II	40,36	90,61	49,23	49,40	49,34	42,14	33,87	37,00
Minerais Não Metálicos	3,63	74,61	16,15	2,77	7,28	4,87	5,05	5,88
Metalurgia	7,12	0,88	6,02	1,90	3,28	7,61	10,49	11,56
Madeira	14,53	9,76	13,69	27,48	22,80	12,47	0,82	2,52
Papel	1,81	0,00	1,49	7,20	5,26	3,75	2,87	2,56
Borracha	2,25	0,00	1,85	0,25	0,78	0,84	2,82	1,94
Couros e Peles	2,68	0,00	2,21	0,11	0,84	2,13	0,30	0,64
Química	6,39	1,27	5,49	9,03	7,82	8,48	9,32	10,00
Matérias Plásticas	1,94	4,09	2,32	0,67	1,23	1,98	2,21	1,87
GRUPO III	14,93	0,71	12,41	3,48	6,49	12,52	29,29	22,50
Mecânica	7,98	0,71	6,70	1,62	3,32	5,74	8,31	7,06
Material Elétrico	1,36	0,00	1,12	0,25	0,64	2,13	7,31	5,68
Material de Transportes	3,18	0,00	2,62	1,36	1,78	3,11	11,11	7,96
Diversas	2,41	0,00	1,99	0,24	0,83	1,53	2,56	2,10
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Censo Industrial de 1970.

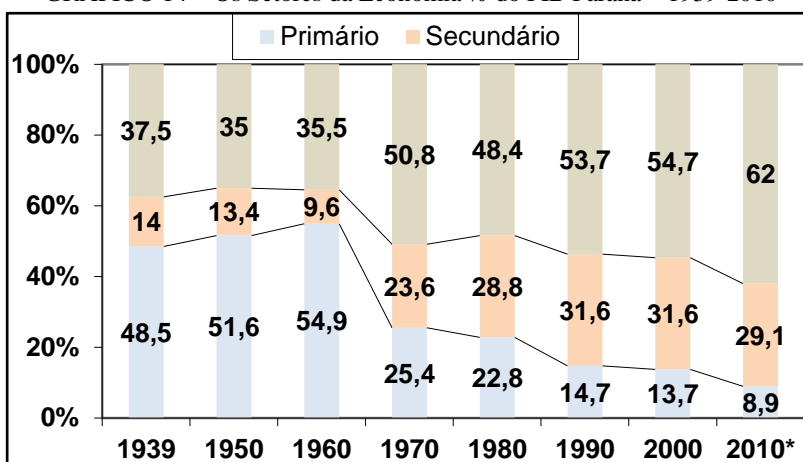
Nota: MRM: Municípios da Região Metropolitana, excluído Curitiba.

A inserção econômica do Paraná no contexto nacional distinguia a região como centro de produção de bens agrícolas exportáveis, insumos agrícolas e alimentos. Dentro da ótica desenvolvimentista cepalina, caracterizada na tese de Pedro Calil Padis. O Paraná representava uma região especializada (na produção de bens agrícolas

para atender ao mercado externo e ao polo industrial paulista) e heterogênea (com formas de produção distintas entre a agricultura de mercado e a produção de subsistência). E se conformava como periferia do centro industrial paulista, cada vez mais diversificado em setores industriais e com maior homogeneidade entre os padrões produtivos adotados.

Dentro dessa análise, a superação dessa condição deveria estabelecer uma industrialização regional substitutiva de importações, capaz de conformar cadeias produtivas transformadoras dos insumos agrícolas do próprio estado. Ou seja, transformar o padrão de crescimento do café “para fora”, do modelo instalado baseado na indústria “para dentro”. O argumento dessa concepção indica que a euforia cafeeira, observada no Norte do Paraná, seria insuficiente em si para iniciar um processo de industrialização, tal como o complexo cafeeiro engendrou a industrialização em São Paulo.

GRÁFICO 14 – Os Setores da Economia % do PIB Paraná – 1939-2010



Fonte: Elaboração CROSETTI, com dados do IPARDES 2011 e IBGE 2011, censos industriais e dados econômicos. *Dados preliminares, sujeito a alteração.

Como os impulsos para demanda do café, os capitais financeiros, os circuitos comerciais e grande parte da aplicação do excedente da agricultura têm sua origem - e destino - fora da economia paranaense, não logram estabelecer estímulos para a implantação industrial, redirecionando seu impulso para a industrialização paulista. Atuam ainda como elementos que reforçam esse vazamento de renda a política

de confisco cambial e a deterioração dos termos de troca entre produtos agrícolas e industriais. Foram somente nos anos de 1960 que foi fundada as primeiras torrefações de café em Curitiba, passando a desenvolver a cadeia produtiva, surgindo à indústria mais tradicional do Setor, o Café Damasco, que se tornaria líder no seguimento, foi vendida ao capital internacional em 2010, para a estadunidense de capital israelita Sara Lee.

TABELA 40

MUNICÍPIOS PARTICIPAÇÃO SUPERIOR A 1% NO VAF TOTAL PARANÁ - 1975 e 2006/08					
Município	VAF TOTAL DO ESTADO (%)			DIFERENÇA	
	1975	2006	2008	2006-1975	2008-1975
Curitiba	13,474	18,214	18,245	4,678	4,771
Londrina	6,351	3,561	3,122	-2,790	-3,229
Ponta Grossa	4,196	3,210	3,178	-0,986	-1,018
Maringá	3,798	3,061	2,785	-0,737	-1,013
Cascavel	2,468	1,901	2,172	-0,567	-0,296
Paranaguá	2,336	1,238	1,416	-1,098	-0,920
Guarapuava	1,897	1,179	1,165	-0,718	-0,732
Umuarama	1,803	0,476	0,448	-1,327	-1,355
Toledo	1,631	1,319	1,502	-0,312	-0,129
Apucarana	1,560	0,730	0,678	-0,830	-0,882
Rolândia	1,410	0,592	0,583	-0,818	-0,827
Telêmaco Borba	1,258	1,329	1,068	0,071	-0,190
Campo Mourão	1,247	0,540	0,589	-0,707	-0,658
Mar. Cândido Rondon	1,230	0,497	0,543	-0,733	-0,687
Palotina	1,072	0,353	0,446	-0,719	-0,626
Cornélio Procopio	1,037	0,290	0,256	-0,747	0,781
Paranavaí	1,013	0,484	0,432	-0,529	-0,581
Campo Largo	0,681	1,018	0,743	0,337	0,062
Foz do Iguaçu	0,609	3,903	3,137	3,294	2,528
São José dos Pinhais	0,513	7,731	8,214	7,218	7,701
Araucária	0,285	10,835	9,596	10,550	9,311
Pinhais	0,000	1,687	1,534	1,687	-0,153
SOMA E DIFER.	47,781	60,124	57,134	12,343	9,353
PART. >1%					
TOTAL DO ESTADO	100	100	100	-	-
MUN. COM PART. > 1%	17	14	13	-3	-4

FONTES: SEFA, 2008. NOTA: Dados coletados no IPARDES. Elaboração CROCETTI 2011. VAF – Valor Adicionado Fiscal.

Como já destacamos nos resultados dessa pesquisa, o grande salto do crescimento industrial foi à oportunidade gerada pelo 2º PND, que proporcionou a criação da CIC em 1975, e atração de indústrias

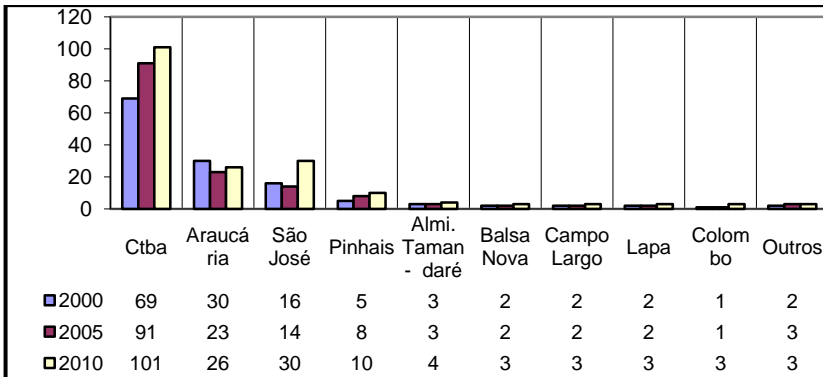
modernas, através dos esforços de políticos e governo, que fez o PIB da indústria paranaense dobrar de 3% na industrialização brasileira para 6%. Dados demonstrados na tabela 29. Devido à estratégia política de diminuir a influência paulista no Norte do Paraná, e reduzir o poder de decisão, de participação política, foram feitas ações de investimentos, e atração populacional para Curitiba, e Região, o que alterou substancialmente o jogo político administrativo. Fruto desse processo, o Paraná vive uma situação de concentração econômica, populacional e institucional, como já avaliamos no tópico anterior e agora demonstramos através de números oficiais da produção econômica.

Os investimentos, os serviços, a tecnologia e a infraestrutura concentram-se, principalmente, na Região Metropolitana de Curitiba, Na Região Norte Central entre Londrina e Maringá e na Região Oeste entre Cascavel e Foz do Iguaçu, numa realidade que se mostra persistente ao longo do tempo. Juntas, as regiões de Curitiba, Norte Central e Oeste concentram 73,5% do PIB estadual. Dez municípios concentram 61,5% do PIB industrial. Em 1970, 70% do valor agregado industrial se encontravam no interior e, em 2007, 70% se encontrava na Região Metropolitana de Curitiba. A mesma Região que no período de 1995-2007, acumulou quase 70% dos investimentos industriais realizados. Demonstrados nas tabelas, quadros e gráficos que seguem.

Podemos concluir ao interpretar os dados apresentados principalmente no gráfico nº 14, que o principal projeto de industrialização foi o projeto Manuel Ribas/Ney Braga associado ao projeto de Geisel contido no 2º PND, que realmente fizeram a diferença para o grande salto qualitativo e quantitativo na industrialização no Paraná. Uma vez que a estratégia entreguista e neoliberal do Governo Lerner (1995-2002) alicerçada na diminuição do Estado com privatizações e concessões do serviço público, e atração de capitais para montagem de plantas industriais financiadas com dinheiro público e guerra fiscal, não surtiu efeito até agora positivo. Uma vez que a participação industrial no Paraná em relação ao total industrial do Brasil se manteve na mesma e até recuou em alguns momentos. Em 1990 o índice de participação industrial PR/BR era de 6,4%, já em 2000 caiu para 5,9%, e mesmo com o excepcional crescimento do PIB paranaense em 2010 chegou a 6,5%. Já temos uma previsão para baixo em 2011, com o recuo do crescimento econômico. E se verificarmos o comportamento do PIB industrial e seu Valor da Transformação Industrial (VTI), pode-se ver pelos dados apresentados que em 1990 o valor do PIB industrial era 31,6%, enquanto em 2000 caiu para 29,3%.

E mesmo com o crescimento total do PIB paraense de 2010 de 8,3%, a projeção do Setor Industrial na participação do PIB é de 29,1%.

GRÁFICO 15 – CONCENTRAÇÃO DAS 300 MAIORES EMPRESAS DO PR NA RMC 2000/10



FONTE: Anuário Amanhã, 2001 e 2010. IPARDES e IBGE 2011. Elaborado por Crocetti, 2011. Dados 2010 preliminares sujeito a alterações.

O que isso demonstra? Que o desmonte do Estado paraense, a queda de consumo gerado pelo criminoso índice de desemprego teve como consequência a quebra de empresas, falências e incorporações das empresas tradicionais paraenses, que somado a crise nacional/internacional e os impactos das políticas neoliberais. Tais como; isenção de impostos, diluições de impostos, doações de terrenos, auxílio de implantação de infraestruturas específica, resultaram em uma reengenharia reversa, ou seja, enxugamento de empregos, terceirizações, transferências de unidades produtivas, gerando uma grande evasão fiscal, que no final das contas, mas se utilizou da máquina do Estado do que contribuiu!

QUADRO 22 – CONCENTRAÇÃO DAS 300 MAIORES EMPRESAS DO PR NA RMC 2000/10

Total	2000	%	2005	%	2010	%
Curitiba	69	23,0	91	30,3	101	33,7
Outros	63	21,0	58	19,3	85	28,3
Total RMC	132	44,0	149	49,7	186	62,0

FONTE: Anuário Amanhã, 2001 e 2010. Elaborado por CROCETTI, 2011.

Além da brutal concentração de investimentos na Região Metropolitana de Curitiba, que desde 1990 vem atraindo bilhões de dólares em investimentos, principalmente do setor de serviços, que com a privatização dos serviços públicos e a transferência via concessão criaram no período gigantescas empresas de serviços, tanto de capital nacional como capital internacional.

FIGURA 41
PARANÁ CONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL POR MESORREGIÕES 2010



IBGE, 2011. Base cartográfica SEMA, 2004. Elaboração CROCETTI 2011.

QUADRO 23 – Regiões Industriais do PARANÁ em 2010

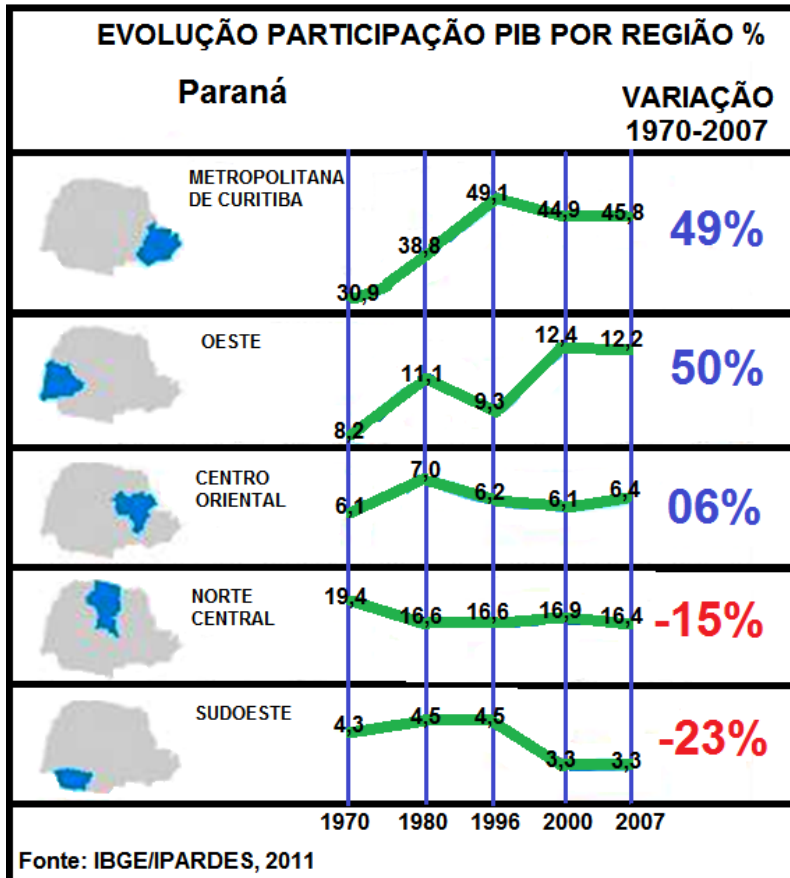
Indicador	RMC	Norte Central	Centro Oriental	Oeste	Paraná
Indústrias	7.859 (18,7%)	7.141 (17%)	1.213 (2,9%)	2.857 (6,8%)	42.072 100%
Empregados	191.923	139.127	34.986	66.961	750.099
Faturamento %	57%	15%	9,5%	5,6%	100%

Fonte: FIEP, 2011. Elaboração CROCETTI 2011.

Agora apresentamos uma síntese da evolução econômica do Paraná especializado por regiões, onde podemos referendar os avanços e

os recuos econômicos entre as regiões paranaenses, bem como avaliar as concentrações e desconcentrações econômicas.

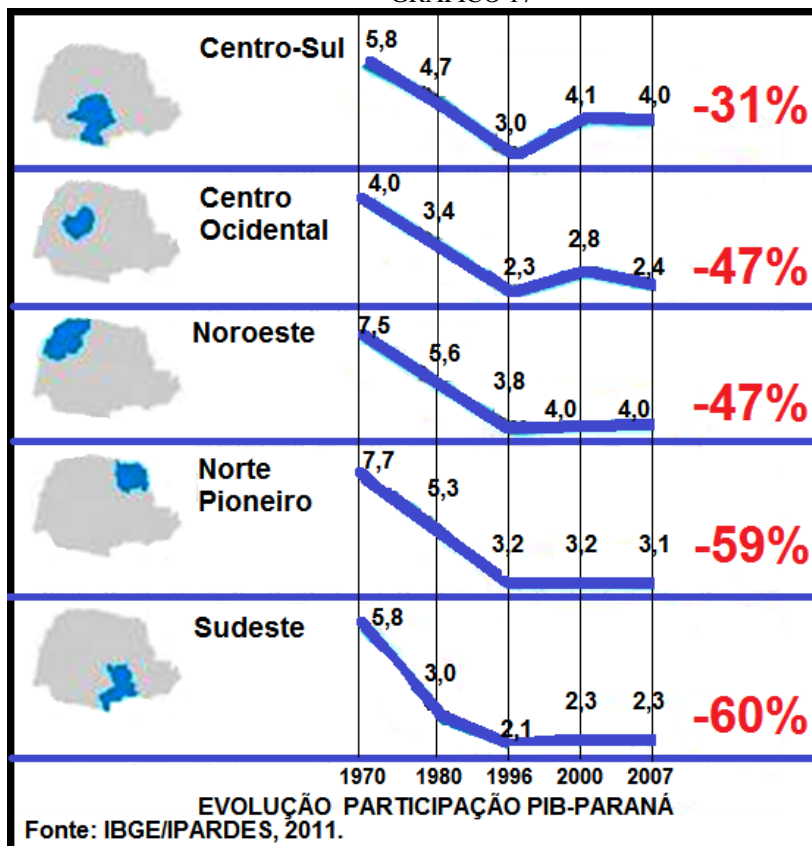
GRÁFICO 16



Como podemos observar permaneceu e ampliou a concentração econômica da RMC, embora tenha ocorrido uma significativa melhora e um crescimento acelerado na Região Oeste, onde a PPM se integrou mais fortemente ao agronegócio, e ocorreu uma industrialização setorializada mais sustentável. Podemos dizer que comparativamente ao mesmo tempo em que a economia do Oeste ganhava mais musculatura e versatilidade, a região do Norte Central depois da crise cafeeira passou por uma crise irreversível, só recentemente suavemente revertida através

de reconversão econômica, investimentos na indústria de tecnologia e em setores pontuais. Essas transformações serão analisadas mais detalhadamente a seguir.

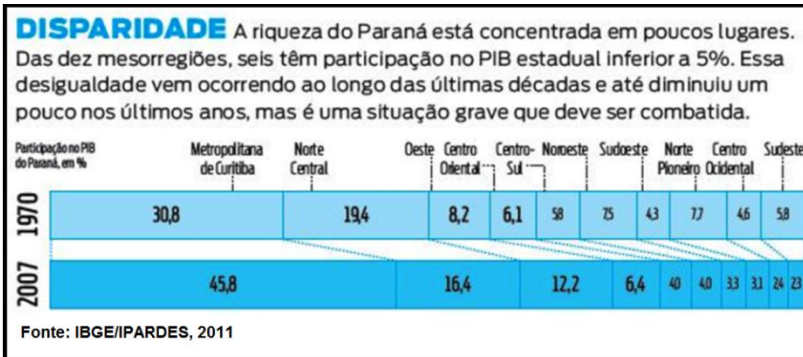
GRÁFICO 17



Como demonstra os números dos gráficos 16 e 17, depois de meados dos anos 1970 aprofundou a brutal concentração econômica na RMC, com exceção do Oeste paraense, ocorreu uma recessão e estagnação econômica generalizada nas demais regiões. Ressalvando-se pequenos e isolados setores que obtiveram algum avanço significativo no campo proporcional, em alguns municípios considerando seus números absolutos isolados e consolidados excluídos do índice da média regional.

Faremos a seguir uma espacialização das três regiões mais dinâmicas do Paraná, para ilustrar e trabalhar alguns aspectos da Formação Social e aspectos econômicos específicos para didatizar às contradições macroeconômicas e suas repercussões regionais.

GRÁFICO 18



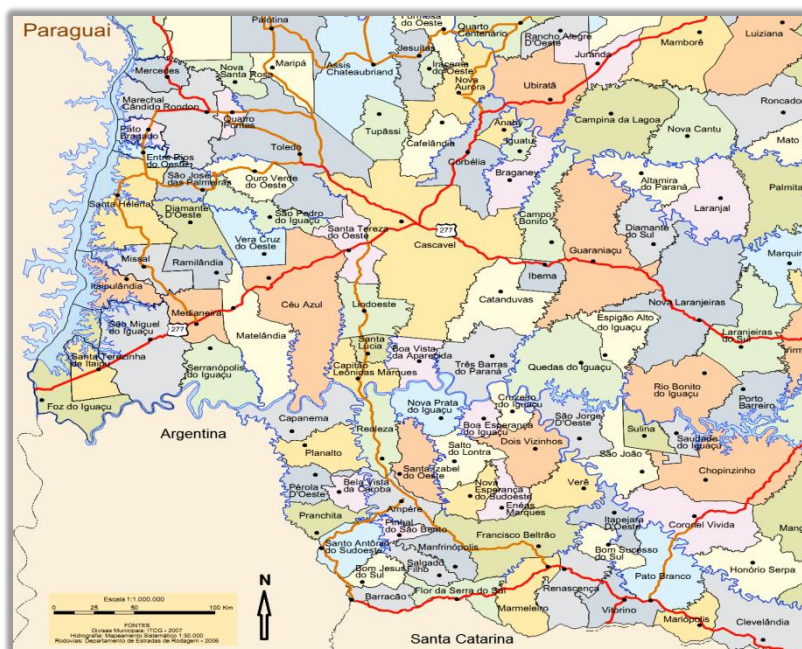
4.3.2 Região Oeste/Sudoeste

Depois de integrar os ciclos da madeira e da erva mate, atravessados pelo Paraná na primeira metade do século XX, de instalar uma agricultura da Pequena Produção Mercantil e de ser colonizada por produtores rurais gaúchos e catarinenses descendentes de europeus, pouco integrados ao mercado, nos anos 1930-50, a região Sudoeste contabilizou progressos expressivos a partir da década de 1960.

Hoje a base produtiva da mesorregião é das mais dinâmicas do Paraná, dedicada ao aproveitamento da industrialização de carnes, favorecida pela estrutura fundiária centrada em pequenas propriedades (passíveis de funcionamento em regime de integração vertical com a indústria), amparada na produção de soja, milho e rações e articulada com o polo agroindustrial do Oeste catarinense.

A industrialização de alimentos é liderada pelo abate de animais e processamento de carnes, a partir do funcionamento de plantas de grande dimensão, como as da Sadia (instalada no município de Toledo desde os anos 1950, realizando vultosos investimentos na ampliação e modernização da capacidade produtiva na década de 1990). Das grandes cooperativas paranaenses como a SUDCOOP, a COOPAVEL, a COOPERVALE e a COPACOL, estas últimas mais concentradas em aves.

FIGURA 42 – REGIÃO ESTENDIDA OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ



Fonte: IPARDES 2006, ELABORAÇÃO CROCETTI, 2011.

A Mesorregião Oeste ostenta expressiva importância na economia paranaense. Trata-se do espaço geográfico do Paraná que aperfeiçoou os processos de transformação na base técnica de produção agrícola, de inserção de ramos industriais integrados ao rural, liderados por grupos privados nacionais e organizações cooperativistas, com capacidade de penetração em frentes de mercado no Brasil e no exterior. A mesorregião tem seu desenvolvimento regional pela articulação entre os complexos soja e carnes, tangenciados pela produção de rações e milho. Aliando a geração de ITAIPU e o complexo turístico de Foz do Iguaçu, com destaque para o aproveitamento do potencial turístico e os seus desdobramentos dinâmicos que provem do pagamento de royalties pelo governo federal para os municípios que tiveram partes de seus territórios inundadas pela represa.

4.3.3 Região Norte-Central

A região de abrangência de Londrina e Maringá (Mesorregião Norte Central) possui uma base econômica sustentada, em maior proporção, por atividades vinculadas à dinâmica dos setores industrial e de serviços que, por seu turno, ostentam fortes concatenações com o rural.

FIGURA 43 – NORTE CENTRAL DO PARANÁ



Fonte: IPARDES 2006, ELABORAÇÃO CROCCETTI, 2011.

A agropecuária regional contribuiu, em 2003, com 16,4% para a renda do setor primário estadual, enquanto a indústria registrou participação de 10,9%. O peso de serviços (19,5%) carregou grande interferência dos negócios ancorados no setor primário e na agroindústria. No geral, a estrutura produtiva da Região detinha 14,5% da renda estadual, participação semelhante à calculada para 1997. Em 2010 chegou ao segundo parque industrial, com 17% das indústrias instaladas e 15% do VTI no Paraná, ver quadro 21.

Os dois municípios polos da Região, Londrina e Maringá, figuravam em quinto e sétimo lugares, respectivamente, em concentração econômica no estado, aferida pelo Produto Interno Bruto (PIB) municipal, calculado pelo IBGE para 2008. Maringá e Londrina também exibiam o sexto e o décimo Índices de Desenvolvimento

Humano (IDH) do Paraná, conforme o PNUD/IPEA, ou 0,841 e 0,824, respectivamente, contra média estadual de 0,787.

Uma apreciação da composição da renda regional, segundo os setores econômicos, permite perceber a predominância equilibrada dos ramos industriais e de serviços, no intervalo de tempo compreendido entre 1997 e 2008, sem prejuízo do dinamismo das atividades primárias, que ainda permanecem sendo a raiz do desenvolvimento da Região.

Aliás, justamente o interesse em disputar faixas de mercado multiplicadas pela ligação com São Paulo, que compensariam a ausência de uma saída para o exterior, configurada na grande distância do Porto de Paranaguá, vem estimulando os agentes econômicos regionais a buscarem a consolidação da vocação agroindustrial e a diversificação econômica, por meio da implantação de atividades com maior conteúdo tecnológico e agregação de valor.

O espaço polarizado por Londrina e Maringá desfruta do primeiro posto na produção de cana-de-açúcar no estado, do segundo em quantidade colhida de soja, milho e plantel bovino, do terceiro em feijão e do quarto em volume de produção de leite e efetivo de aves. A par disso, a Região vem se notabilizando no cultivo de frutas, principalmente de uvas, no município de Sarandi, e de laranja, na área de Paranavaí.

Cabe realçar também a manutenção do comportamento dinâmico do polo moveleiro do município de Arapongas, o segundo maior do País, e da indústria do vestuário e de confecções, principalmente nos municípios de Londrina e Maringá, depois da superação da crise da primeira metade da década de 1990, e em Apucarana, especializado na fabricação de bonés.

Outros dois segmentos que vêm demonstrando expressiva capacidade de crescimento na Região compreendem a fabricação de embalagens e de produtos de metal, a partir da transferência recente de algumas unidades industriais procedentes do Interior de São Paulo, especificamente para o município de Londrina. Existem também pesquisas do IAPAR para a formação de mudas e o manejo da seringueira para a fabricação de borracha no Noroeste do Estado.

4.3.4 Região Metropolitana de Curitiba/Centro Oriental Expandida

A região polarizada por Curitiba, abarcando a maioria dos municípios do espaço metropolitano, do Litoral e da Ribeira, apresenta

uma dinâmica econômica bastante heterogênea, com pronunciada concentração de geração de renda no eixo central, capitaneado por Curitiba, por conta da diversificação industrial e dos serviços. No litoral, observa-se especialização em atividades portuárias e turísticas, além da operação de um setor primário de natureza familiar, com restrições naturais à mecanização, e pouco integrados ao mercado. No Vale do Ribeira, há o predomínio de grandes grupos empresariais envolvidos em reflorestamentos e, em menor proporção mineração e agricultura de subsistência, centrada em lavouras temporárias, excetuado a fruticultura e apicultura, permanentemente prejudicada por problemas de escoamento da produção devido à precariedade da infraestrutura de transportes.

TABELA 41
POSIÇÃO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ EM 2005

100 Maiores Empresas do Paraná			
Setores	Ativos Totais R\$ milhões	Patrimônio Líquido R\$ milhões	Rentabilidade média do setor (%)
Indústrias (41)	35.473.580	11.784.189	25,6
Serviços (30)	24.471.452	12.299.357	26,6
Agropecuária e Cooperativas (21)	9.454.964	3.666.732	09,2
Comércio, Varejo e Atacado (8)	840.760	331.131	15,1

FONTE: Anuário Amanhã 2006. Elaborado por CROCETTI, 2007.

Em seu conjunto, a Região responde por 43,0% do esforço produtivo realizado no estado no exercício de 2008, sendo as maiores contribuições registradas pelos setores industriais (57,0%) e de serviços (43,0%). A Região abriga os três municípios de maior concentração econômica do estado Curitiba, Araucária e São José dos Pinhais, sendo que Araucária tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* do Paraná e Curitiba ocupou a sétima posição no *ranking* nacional de geração de renda. Com um PIB de R\$ 43,0 bilhões em 2008, atrás apenas de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belo Horizonte e Duque de Caxias. Ademais, A enorme capacidade concentradora exercida pela Mesorregião Metropolitana de Curitiba nos segmentos de

indústria, comércio e serviços, especialmente pelo núcleo constituído pela capital e por alguns municípios limítrofes e/ou especializados, pode ser evidenciada pelo exame do perfil setorial de formação da renda. No período de 2000-10 ocorreu um forte avanço no setor de serviços, na área de entretenimento, mais principalmente no comércio varejista, onde aconteceu um avanço significativo nas redes de lojas paranaenses, podemos ver o avanço nas tabelas que seguem, embora devido à alta concorrência a rentabilidade do setor apresentou queda, tabelas 41 e 42, associado ao quadro 23.

TABELA 42
POSIÇÃO DAS 100 MAIORES EMPRESAS DO PARANÁ EM 2010*

100 Maiores Empresas do Paraná			
Setores	Ativos Totais R\$ milhões	Patrimônio Líquido R\$ milhões	Rentabilidade média do setor (%)
Indústrias (44)	23.115.800	15.865.461	08,5
Serviços (22)	44.568.680	37.188.510	12,8
Agropecuária e Cooperativas (20)	11.227.894	6.688.293	01,3
Comércio, Varejo e Atacado (14)	3.711.236	1.004.644	07,9

FONTE: Anuário Amanhã 2010. Elaborado por CROCETTI, 2011.

* Dados preliminares.

Frise-se a rápida ampliação da fatia reservada à indústria na construção e apropriação da renda, acontecida entre 1997 e 2005, como resultado de profundas modificações da reestruturação produtiva com métodos de produção e de gestão das plantas tradicionais e da atração de novas e modernas empresas. Ressalte-se que o setor primário regional, que é dominado por atividades extrativas florestais (reflorestamentos) e minerais, exhibe substancial concentração espacial em geração de renda, o que pode ser evidenciado, por exemplo, pelo cinturão de produção de hortifrutigranjeiros, voltado essencialmente ao suprimento do mercado localizado na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). No mais, o grau de concentração da terra é mais elevado que a média paranaense, de acordo com o Índice de GINI apurado pelo Censo Agropecuário 2005-

2006 do IBGE (0,771 da Região *versus* 0,752 do Estado), corroborando a interferência das grandes explorações florestais.

Já o setor de serviços, tradicionalmente vinculado às atividades de caráter metropolitano (comércio, indústria, administração pública, educação, ciência e tecnologia etc.), experimentou profundas alterações qualitativas desde a segunda metade da década de 1990, motivadas pela modernização dos segmentos tradicionais e pela implantação e/ou avanço de ramos novos. Principalmente o ligado a produção de material educacional, item conteúdo já analisado, ligados à fase de estabilidade monetária e de aprofundamento da abertura comercial do País e ao ciclo recente de industrialização do estado.

QUADRO 24

Comercio Varejista no Paraná - 2010			
Rede/Loja	Sede/Local	Lojas no Paraná	Total de Lojas
MM	Ponta Grossa/PR	117	135
Multiloja	Curitiba/PR	65	65
Mãnica	Corbélia/PR	44	48
Darom	Arapongas/PR	42	42
Romena	Arapongas/PR	41	94
BJ Santos	Maringá/PR	34	41
Liberati	Ibaiti/PR	32	64
Colombo	Faropilha/RS	47	357
M. Luiza	Franca/SP	40	350
Ponto Frio	Rio de Janeiro/RJ	24	456
Bahia	São Caetano/SP	24	518
Salfer	Joinville/SC	75	204

FONTE: FIEP, IPARDES, 2010. Elaboração CROCETTI, 2011.

Mais especificamente, a Mesorregião Metropolitana de Curitiba ingressou em uma etapa de consolidação dos equipamentos comerciais, com a introdução de redes mundiais de hipermercados e a instalação de novos *shoppings centers*, e de impulsão de atividades bancárias, imobiliárias, hoteleiras, gastronômicas, de publicidade e propaganda, de serviços de natureza industrial, entre outros. A Mesorregião Metropolitana de Curitiba desfruta de uma estrutura industrial moderna, diversificada e integrada aos mercados nacional e internacional, com significativa participação dos países do Cone Sul. Os ramos de maior

dinamismo demonstram concatenação direta ou indireta com o complexo químico/petroquímico/plásticos.

QUADRO 25

Produção de Veículos no Paraná			
Montadoras	2000	2009	2010
Volkswagen	74.066	195.887	249.205
Renault	58.083	121.529	149.283
Nissan	-	18.908	28.354
Volvo	6.272	10.470	16.756
Chrysler	4.945	-	-
Total Paraná	143.366	346.794	443.598

Fonte: ANFAVEA, 2011. Elaboração CROCETTI, 2011.

Essa indústria tem como força motriz a Refinaria da Petrobrás e a unidade de fertilizantes nitrogenados da Ultrafertil/Fosfertil, empresa privatizada e incorporada pela Bunge, que controlava 52% do mercado de fertilizantes no Brasil em 2008, sediadas no município de Araucária.

QUADRO 26

Produção de Veículos por Estado %		
Estados	1990	2010
SP	74,8	45,4
MG	24,5	24,0
PR	0,5	10,9
RS	0,2	6,9
BA	-	6,5
RJ	-	5,1
GO	-	1,2

Fonte: ANFAVEA, 2011. Elaboração CROCETTI, 2011.

O segundo ramo emergente da Região corresponde ao parque automotivo, constituído ainda nos anos 1970, com a instalação das plantas da New Holland (primeiramente com a unidade de colheitadeiras e posteriormente com a de tratores, transferida de Campinas), Volvo (ônibus e caminhões) e Robert Bosch (injetores diesel), incorporando.

Na década de 1990, grandes multinacionais montadoras de automóveis e de utilitários e fabricantes de motores e seus fornecedores mundiais se incorporaram ao Setor (Volkswagen, Renault, Nissan). Ver quadros 24 e 25 do setor.

Ao mesmo tempo, cumpre sublinhar a perda de importância relativa de três divisões expressivas na estrutura industrial da Região:

GRÁFICO 19

Contrastes da Região								
	PIB per capita		Rendimento médio		IPDM Saúde		IPDM Educação	
	Posição no Paraná	Valor	Posição no Paraná	Valor	Posição no Paraná	Índice	Posição no Paraná	Índice
Araucária	1ª	R\$ 94.966	38ª	R\$ 763,98	128ª	0,8374	261ª	0,6903
Paranaguá	2ª	R\$ 51.224	32ª	R\$ 763,98	318ª	0,7156	330ª	0,6341
Doutor Ulysses	209ª	R\$ 10.417	398ª	R\$ 324,61	399ª	0,3043	399ª	0,3974
Alm. Tamandaré	398ª	R\$ 4.956	143ª	R\$ 629,85	265ª	0,7585	384ª	0,5302
Piraquara	399ª	R\$ 4.532	141ª	R\$ 631,42	184ª	0,8067	376ª	0,5683

PIB per capita é o Produto Interno Bruto dividido pelo número de habitantes. Rendimento médio é o valor declarado por domicílio no Censo 2010. IPDM Saúde é um indicador do IparDES baseado no número de consultas pré-natais, óbitos por causas mal definidas e de menores de cinco anos. Quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho. IPDM Educação é um indicador do IparDES baseado no atendimento à educação infantil, ensino fundamental e médio. Quanto mais próximo de 1, melhor o desempenho.

Fonte: IBGE e IPARDES, 2011. Gazeta do Povo, 2011.

a) fumo – decorrência da transferência do estabelecimento da Phillip Morris da CIC para o Rio Grande do Sul, depois da crise da Federação Russa de 1998;

b) extração de minerais e fabricação de minerais não metálicos – provocada pela crise da construção civil (1993-2003), alicerçada na falência do estado, na reduzida expansão da economia brasileira e nos efeitos da abertura comercial. Que afetou de forma intensa o parque cimenteiro de Rio Branco do Sul e Balsa Nova, a indústria de louças sanitárias de Campo Largo e o polo de cal de Colombo e Almirante Tamandaré;

c) máquinas e aparelhos eletrônicos, elétricos e de comunicações – ocasionada pelo fechamento da Sony, Sid Informática e o deslocamento da unidade da Inepar para o interior de São Paulo, vem se recuperando com a agressividade do Positivo Informática e Britânia Eletrodomésticos, que incorporou a Philco.

4.3.5 Ponta Grossa e Região

A Mesorregião Centro Oriental integra o tradicional, Paraná latifundiário/escravista luso brasileiro, que se desenvolveu a partir da exploração da madeira, da pecuária extensiva e da pequena agricultura comercial. Inicialmente sustentado no emprego de florestas nativas, o polo madeireiro e papeleiro regional vem funcionando atualmente com matéria-prima reflorestada, sobretudo pinus e eucalipto.

As políticas públicas promoveram através dos estímulos creditícios e de mercado para a modernização agrícola do País, nos anos 1970/80, propiciaram aos agricultores cooperados e aos grandes proprietários a implantação de atividades com elevado conteúdo tecnológico, modificando a economia da região em uma combinação de atividades centradas na produção de leite, soja, trigo e milho.

Polarizada por Ponta Grossa, a mesorregião desfruta de vantagens competitivas flagrantes, como a localização geográfica estratégica em relação aos principais mercados regionais, do Brasil e do MERCOSUL, o entroncamento rododiferroviário e a proximidade de Curitiba e do Porto de Paranaguá por rodovia com pista dupla. É também dotada de recursos minerais como talco, gesso e calcário. A região possui o maior rebanho bovino de raça europeia o maior parque de derivados lácteos do Estado, operado em bases cooperativistas. É berço do plantio direto, técnica que vem contribuindo para a impulsão da produtividade de milho e soja, ostenta a maior capacidade de moagem de soja do País e de trigo do Estado, sedia apreciável parque de implementos agrícolas e tem acesso facilitado aos insumos agroindustriais e florestais.

A partir 1995 a região vem trilhando um caminho de diversificação de sua base produtiva, amparado em novos investimentos. A região observou expressiva elevação de sua participação na formação da renda interna do Paraná nos anos recentes, passando de 6,7% em 1997 para 9,8% em 2008, em decorrência da ampliação dos setores primário e secundário, que representavam 11,4% e 9,5%, respectivamente, do valor adicionado setorial estadual em 2010. A região produz cerca de 10,0% da quantidade de grãos do estado, com destaque para as lavouras de inverno, como o sorgo (mais de 60,0%), a cevada (30,0%) e o trigo (15,0%). É responsável por cerca de 16,0% da produção paranaense do feijão, 15,0% da batata-inglesa, 9,0% do milho e 8,0% da soja. A região também é representativa no efetivo dos rebanhos suíno, caprino/ovino, equino, bovino e avícola, com participações de, respectivamente, 12,0%, 11,0%, 8,0%, 7,0% e 5,0% no total do Paraná.

O polo papelero, localizado na faixa Telêmaco Borba/Arapoti/Jaguariaíva vem observando o ingresso de novas plantas e a reestruturação patrimonial. O grupo Klabin opera em Telêmaco Borba desde 1944, tendo a maior planta integrada da América Latina e representando cerca de um terço da produção de papel e celulose do estado. Em 2004, a companhia investiu R\$ 150 milhões na ampliação da capacidade produtiva de papel e celulose, de 600 mil para 750 mil toneladas/ano, representando 50% de sua produção no Brasil. A PISA, única fabricante de papel de imprensa do País, foi construída em 1981 em Jaguariaíva, sendo incorporada pelo grupo norueguês *Norske Skog* na década passada. Já a INPACEL foi instalada em Arapoti no ano de 1983, ocorrendo a sua venda em 1995 (do Bamerindus para o Grupo Internacional Paper do Brasil - Champion).

A redução relativa das indústrias de alimentos, química (fertilizantes) e têxtil, deriva, de um lado, do maior dinamismo registrado pelos ramos de papel e madeira, e, de outro, pelo declínio do complexo da soja, motivado pelo encerramento de algumas plantas e transferência de unidades para as regiões de expansão de fronteira agrícola. A estagnação do complexo têxtil de Ponta Grossa e Jaguariaíva estão vinculada diretamente aos efeitos da redução da produção estadual de algodão, com o rebaixamento das alíquotas de importação acontecido ainda nos anos 1990.

Cumpra sublinhar que a região constitui o maior polo de processamento de soja do País, comandado por empresas como a COINBRA (grupo Dreyfus), a CARGIL, a BUNGE e a INSOL, localizadas em Ponta Grossa. A fabricação de trigo é concentrada no grupo BUNGE (ex-Santista) e a produção de fertilizantes é dominada por empresas internacionais e nacionais de grande porte. Cabe assinalar também a instalação da fábrica de bebidas Kaiser (FENSA S/A) em Ponta Grossa na segunda metade dos anos 1990.

Ainda no que diz respeito à produção de alimentos, é destacável a liderança exercida pelas cooperativas, tendo como âncora a atividade de laticínios da Cooperativa Central de Laticínios do Paraná (CCLPL), criada em 1954 por imigrantes holandeses residentes em Castro e Carambeí. Atualmente, a cooperativa central, que detém a marca Batavo, reúne as cooperativas Castrolanda, Arapoti e Batavo, E sua subsidiária a BATAVIA S/A, foi vendida para Perdigão, bem como a marca BATAVO, passa por um processo de reestruturação, em breve deve colocar no mercado uma marca própria.

GRÁFICO 20



A especialização da mesorregião em atividades agroindustriais e florestais também garantiu a instalação de relevante parque de fundição e máquinas para as indústrias de alimentos e papel. Também se percebe sua integração recente ao polo automotivo da Região Metropolitana de Curitiba (RMC), por meio da instalação de plantas de carpetes, tubos para ar condicionado, mangueiras e correias de borracha e freios.

4.3.6 Exportações e Infraestrutura

Nos anos de 1990, com a intensificação do processo de globalização e a conseqüente implantação de gestão neoliberal, ampliou-se a discussão a respeito da superação dos entraves ao avanço competitivo da economia brasileira. No caso do setor de transportes, prevaleceu à tese que vincula a retomada dos investimentos e a indispensável modernização do sistema a uma ampla remodelagem institucional, voltada à transferência da prestação de serviços para a iniciativa privada, em sintonia com a tendência mundial de desregulamentação da infraestrutura. Vencidas as resistências políticas, passaram a serem firmadas diversas parcerias público-privadas, com arrendamentos de bens pertencentes ao povo brasileiro e concessões de direitos de exploração, ou seja, as reformas no setor não compreenderam a cessão da propriedade dos ativos públicos, restringindo-se à transferência da posse das estruturas necessárias à disponibilização de serviços. Apresentamos nas tabelas 43 e 44 uma amostragem das movimentações de cargas nos portos brasileiros.

TABELA 43 – PRINCIPAIS PORTOS BRASILEIROS EM MOVIMENTAÇÃO DE CARGAS – 1999

PORTOS	EMBARQUES	DESEMBARQUES	TOTAL
Tubarão (ES)	65 288 566	1 780 829	67 069 395
Itaqui (MA)	40 498 014	6 498 325	46 996 339
Santos (SP)	24 264 690	18 410 817	42 675 507
São Sebastião (SP)	1 397 390	40 165 034	41 562 424
Paranaguá (PR)	14 971 118	4 294 037	19 265 155
Aratu (BA)	6 575 272	12 388 618	18 963 890
Angra dos Reis (RJ)	7 155 906	11 281 722	18 437 628
Rio de Janeiro (RJ)	9 130 318	5 447 597	14 577 915
S. Franc. do Sul-SC	3 521 163	10 653 393	14 174 556
Ponta Ubu (ES)	12 502 335	434 771	12 937 106
Rio Grande (RS)	7 239 780	4 844 387	12 084 167
Outros	22 949 218	33 509 320	56 458 538
TOTAL	215 493 770	149 708 850	365 202 620

FONTE: GEIPOP, 2001. Valores em toneladas. Elaboração CROCETTI 2007.

A despeito das mudanças institucionais, é consensual que não se pode prescindir da atuação do governo na área de transportes, dados os potenciais conflitos entre os interesses públicos e privado. Ademais, melhores resultados operacionais e econômicos em nível sistêmico não estão condicionados apenas à entrada de agentes privados, exigindo também ações governamentais para o aprimoramento da coordenação

entre os ofertantes de serviços, de modo a atingir uma maior eficiência no conjunto dos operadores e, conseqüentemente, reduzir os custos logísticos da movimentação de cargas. Isso inclui o planejamento da reestruturação da matriz de transportes brasileira, tendo em vista que o predomínio da modalidade rodoviária há muito tempo vem comprometendo o desempenho do sistema, com reflexos sobre a competitividade de toda a economia.

TABELA 44 – MOVIMENTAÇÃO TOTAL DE CARGAS
NOS PRINCIPAIS PORTOS BRASILEIROS 2009

PORTO/TERMINAIS	GRANEL SÓLIDO	%	GRANEL LÍQUIDO	%	CARGA GERAL	%	TOTAL	%
PONTA DA MADEIRA-MA	87.716.016	11,97	-	-	-	-	87.716.016	11,97
TUBARÃO-ES	82.837.728	11,30	996.948	0,14	-	-	83.834.676	11,44
PORTO DE SANTOS-SP	33.729.729	4,60	13.387.342	1,83	28.514.754	3,89	75.641.825	10,32
PORTO DE ITAGUAÍ-RJ	46.373.360	6,33	-	-	3.381.702	0,46	49.755.062	6,79
ALMTE. BARROSO-SP	-	-	49.515.291	6,76	-	-	49.515.291	6,76
MBR-RJ	36.664.915	5,00	-	-	-	-	36.664.915	5,00
ALMIRANTE FONSECA-RJ	19.566.708	2,67	35.417.192	4,83	-	-	35.417.192	4,83
PORTO DE PARANAGUA-PR	19.084.850	2,60	1.610.723	0,22	9.452.718	1,29	30.630.149	4,18
PONTA DE UBU-ES	19.084.850	2,60	-	-	-	-	19.084.850	2,60
PORTO VILA DO CONDE-PA	13.387.906	1,83	1.911.207	0,26	1.019.421	0,14	16.318.534	2,23
PORTO TROMBETAS-PA	15.780.052	2,15	-	-	-	-	15.780.052	2,15
MADRE DE DEUS-BA	37.021	0,01	15.666.491	2,14	-	-	15.703.512	2,14
PORTO DE RIO GRANDE-RS	5.425.795	0,74	2.480.683	0,34	6.949.047	0,95	14.855.525	2,03
ALMIRANTE S. DUTRA-RS	-	-	12.257.718	1,67	-	-	12.257.718	1,67
PORTO DE ITAQUI-MA	5.235.579	0,71	6.333.906	0,86	119.940	0,02	11.689.425	1,59

FONTES:
Administrações
Portuárias e Terminais
de uso Privativo,
ANTAQ 2011.
CROCETTI, 2011.

QUADRO 27 – BALANÇA COMERCIAL DO PARANÁ – 1990-2009

ANO	EXPORTAÇÃO		IMPORTAÇÃO(1)		SALDO (US\$ FOB)	CORRENTE DE COMÉRCIO (US\$ FOB)
	Valor (US\$ FOB)	Var. (%)	Valor (US\$ FOB)	Var. (%)		
1990	1 868 167 934	-5,81	626 178 951	-16,88	1 241 988 983	2 494 346 885
1991	1 807 229 745	-3,26	739 488 160	18,10	1 067 741 585	2 546 717 905
1992	2 110 039 178	16,76	769 453 113	4,05	1 340 586 065	2 879 492 291
1993	2 481 143 153	17,59	1 201 084 615	56,09	1 280 078 538	3 682 207 768
1994	3 506 748 918	41,34	1 589 440 471	32,34	1 917 308 447	5 096 189 389
1995	3 567 346 076	1,73	2 390 290 798	50,39	1 177 055 278	5 957 636 874
1996	4 245 904 871	19,02	2 434 732 521	1,86	1 811 172 350	6 680 637 392
1997	4 854 244 857	14,33	3 306 968 091	35,82	1 547 276 766	8 161 212 948
1998	4 227 994 512	-12,90	4 057 588 682	22,70	170 405 830	8 285 583 194
1999	3 932 659 185	-6,99	3 699 489 807	-8,83	233 169 378	7 632 148 992
2000	4 394 161 676	11,74	4 686 228 819	26,67	-292 067 143	9 080 390 495
2001	5 320 210 841	21,07	4 928 952 244	5,18	391 258 597	10 249 163 085
2002	5 703 081 036	7,20	3 333 392 117	-32,37	2 369 688 919	9 036 473 153
2003	7 157 852 544	25,51	3 486 050 508	4,58	3 671 802 036	10 643 903 052
2004	9 405 025 640	31,39	4 026 146 368	15,49	5 378 879 272	13 431 172 008
2005	10 033 532 895	6,68	4 527 236 933	12,45	5 506 295 962	14 560 769 828
2006	10 016 337 731	-0,17	5 977 970 860	32,04	4 038 366 871	15 994 308 591
2007	12 352 857 472	23,33	9 017 761 337	50,85	3 335 096 135	21 370 618 809
2008	15 225 737 271	23,26	14 570 222 035	61,57	665 515 236	29 795 959 306
2009	11 222 828 161	-26,29	9 620 715 927	-33,97	1 602 112 234	20 943 544 088

FONTE: MDIC-SECEX, 2011. Elaboração CROCETTI 2011.

NOTA: Os valores podem apresentar pequenas alterações, dependendo da data da consulta aos dados do MDIC, em virtude de processos de revisão. (1) Na apuração dos resultados das importações estaduais, é considerado o domicílio fiscal do importador.

TABELA 45 – COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - 1998-2009

GRUPO DE PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO (%)											
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Complexo soja	47,58	42,39	34,34	31,27	34,25	34,60	31,35	22,89	19,73	21,97	28,62	29,17
Complexo carnes	5,13	8,15	6,47	8,23	8,37	9,19	10,29	12,97	9,79	11,47	13,25	14,81
Material de transporte e componentes	5,27	6,05	19,69	21,42	21,41	19,05	17,00	24,87	21,02	19,52	16,46	13,01
Açúcar	4,25	4,07	3,16	3,41	2,70	2,59	1,86	2,42	4,36	3,22	3,50	6,24
Madeiras e manufaturas de madeira	7,35	11,75	10,86	9,28	10,53	10,60	12,42	11,00	10,56	8,41	5,69	4,74
Máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos	5,70	4,93	4,26	3,28	2,71	3,78	4,72	5,48	5,69	5,26	5,21	3,87
Produtos químicos	1,88	2,39	2,54	2,08	2,04	2,44	2,19	2,44	2,96	3,11	3,19	3,50
Papel e celulose	3,24	3,58	3,36	2,63	2,32	2,50	2,29	2,50	2,96	2,79	2,94	3,08
Petróleo e derivados	0,74	1,28	1,99	1,52	2,10	1,17	1,10	1,72	2,90	2,80	3,10	2,86
Cereais	0,09	0,21	0,07	6,82	4,13	4,30	5,17	0,78	3,98	5,58	2,89	2,84
Outros grupos de produtos	18,76	15,18	13,27	10,07	9,44	9,79	11,59	12,93	16,05	15,87	15,15	15,88
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: MDIC-SECEX e IPARDES, 2011.

No Paraná, a reorganização da infraestrutura de transportes fez as concessões de 2.035 quilômetros de rodovias federais e estaduais para a implantação do Anel de Integração e as privatizações das malhas ferroviárias locais (Ferroeste e RFFSA). No tocante ao Porto de Paranaguá, verifica-se igualmente uma ampliação da participação privada, decorrente do processo de liberalização das operações portuárias iniciado em 1993, ano da sanção da Lei de Modernização dos Portos pela Presidência da República (BRASIL, 1993).

TABELA 46 – COMPOSIÇÃO DAS IMPORTAÇÕES SEGUNDO GRUPOS DE PRODUTOS - PARANÁ - 1998-2009

GRUPO DE PRODUTOS	PARTICIPAÇÃO (%)											
	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Material de transporte e componentes	30,82	25,06	23,28	20,55	22,24	19,49	17,13	19,37	18,48	20,85	17,27	20,64
Produtos químicos	13,07	15,36	16,42	16,11	20,27	21,09	26,03	20,42	19,04	20,68	24,84	18,91
Petróleo e derivados	6,52	9,42	15,15	12,69	9,93	11,05	10,16	12,92	22,94	19,45	22,18	14,15
Máquinas, aparelhos e instrumentos	14,15	17,45	11,35	14,43	14,18	13,22	13,92	14,54	11,54	12,75	11,37	13,89
mecânicos												
Materiais elétricos e eletrônicos	8,36	8,50	10,60	16,48	6,43	8,39	9,59	9,73	7,95	7,50	6,77	9,36
Produtos metalúrgicos	1,62	1,87	3,49	2,60	2,50	2,50	3,12	3,45	3,67	3,57	3,19	4,03
Cereais	2,60	2,69	2,34	1,92	2,29	3,24	1,51	1,44	1,83	1,85	1,62	2,55
Instrumentos, aparelhos de ótica e de precisão	2,56	2,96	1,94	2,39	3,06	2,92	2,61	3,19	2,25	1,80	1,43	1,92
Papel e celulose	2,52	2,38	2,81	1,91	2,09	1,97	2,27	2,27	1,98	1,49	1,20	1,61
Produtos têxteis	1,97	1,55	1,50	1,66	2,89	1,93	1,79	1,02	1,07	1,01	0,69	1,06
Outros grupos de produtos	15,80	12,76	11,13	9,28	14,11	14,19	11,87	11,65	9,26	9,05	9,45	11,88
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

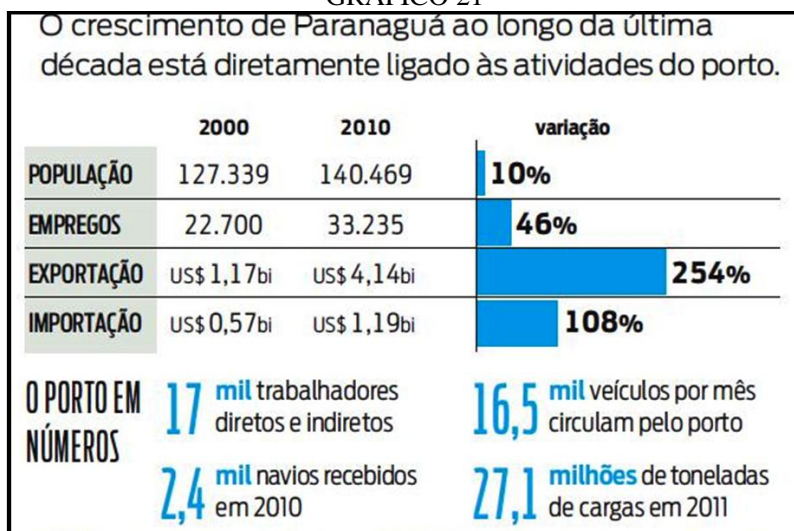
FONTE: MDIC-SECEX e IPARDES, 2011.

desenvolvimento de segmentos econômicos que mantêm estreito vínculo com o mercado externo. Em paralelo, exerce forte influência tanto na economia parnanguara quanto na paranaense, seja por meio das atividades portuárias, seja através dos seus efeitos indiretos, com impactos positivos sobre a geração de emprego e renda. Foi retomado na gestão Requião, e o governo passaram a fazer investimentos pesados em modernização e remodelação logística do porto e seus terminais. Na figura 43 uma amostragem da infraestrutura logística do Paraná.

Na sua visão nacionalista, Requião propôs a criação do porto do MERCOSUL, e a desapropriação e encampação dos Terminais Portuários de Pontal do Paraná S/A, empresa criada em 2002 com o propósito de prestar serviços logísticos, em especial no segmento portuário e solicitou de licenciamento para habilitar-se a exploração de atividades portuárias. Em 2006 a empresa Porto Pontal passou por um rearranjo institucional, onde o Grupo JCR assumiu o controle da empresa.

A construção do porto na Ponta do Poço, em Pontal do Paraná, e uma nova estrada férrea ligando Curitiba e Paranaguá é uma obra essencial segundo estudo sobre portos brasileiros do IPEA.

GRÁFICO 21



Fonte: Ministério do Desenvolvimento e APA, Gazeta do Povo 2011.

Há dois projetos para o porto em Pontal, um privado e outro do Governo do Paraná. A disputa entre as duas propostas acabou por paralisar a implantação do terminal. Em relação à ferrovia, a empresa do Governo do Paraná, Ferroeste, defende a construção de uma nova estrada, mais moderna, eficaz e pública.

O governo estadual interrompeu uma negociação de pelo menos três anos para a construção de um novo porto paranaense por meio de uma parceria entre o poder público e investidores privados, onde era planejado o porto, com recursos privados, em um terreno próprio, de 15 milhões de metros quadrados, em Pontal do Paraná, no litoral do estado. Parte do terreno está dentro de uma área de 2,25 milhões de metros quadrados que deve ser desapropriada para dar lugar a outro terminal, o Porto do MERCOSUL, cuja construção será bancada com recursos públicos, ao custo de R\$ 400 milhões. Que objetiva ser o maior e mais importante porto da América do Sul.

4.3.7 O PORTO DE PARANAGUÁ

O Porto de Paranaguá apresenta-se como 8º porto brasileiro na movimentação de cargas no Brasil, sendo superado pelos portos de Ponta da Madeira, no Maranhão; Tubarão, no Espírito Santo; Santos, em São Paulo; Itaguaí, no Rio de Janeiro; Alm. Barroso, em São Paulo e de MBR e Alm. Fonseca no Rio de Janeiro. No aspecto das exportações de produtos agrícolas, a forte vocação do porto paranaense nesse segmento garante a liderança em decorrência dos substanciais embarques de soja em grão e farelo.

A despeito das especialidades individuais, os portos de Tubarão e de Itaquí sobressaem-se pelos embarques de minério de ferro, e o de São Sebastião pelos desembarques de petróleo. Já o Porto de Santos caracteriza-se pela diversidade das cargas, posicionando-se como principal porto brasileiro na movimentação de carga geral, tanto no sentido das exportações quanto das importações, e pelo equilíbrio nos fluxos de movimentação.

Para finalizar fazemos aqui uma relação dos Grandes Empreendedores do Paraná na luta contra os capitais internacionais, com uma visão ampla e moderna de empresários e famílias que estão em destaque nesse início de novo milênio. Percy Eduardo Isaacson (Britânia Eletrodomésticos), Oriovisto Guimarães (Grupo Positivo), Rodolfo Senff (Grupo Senff), Joel Malucelli (Grupo J. Malucelli), José Carlos

Mufatto (Supermercados Mufatto) e Pedro Zonta (Supermercados Condor).

QUADRO 28 – EXPORTAÇÕES SEGUNDO BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO - PARANÁ - 2008-2009

BLOCO ECONÔMICO	2008		2009		VAR. (%)
	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	Valor (US\$ FOB)	Part. (%)	
Ásia (exclusive Oriente Médio)	3 003 522 700	19,7	2 985 376 839	26,6	-0,6
União Europeia	4 474 666 219	29,4	2 937 697 598	26,2	-34,3
MERCOSUL	2 250 820 252	14,8	1 327 828 548	11,8	-41,0
ALADI/MERCOSUL	1 484 911 654	9,8	1 031 203 745	9,2	-30,6
Oriente Médio	950 415 639	6,2	980 680 979	8,7	3,2
África (exclusive Oriente Médio)	881 817 343	5,8	544 657 721	4,9	-38,2
Estados Unidos (inclusive Porto Rico)	716 840 254	4,7	475 106 014	4,2	-33,7
Outros blocos econômicos	1 462 743 210	9,6	940 276 717	8,4	-35,7
TOTAL	15 225 737 271	100,0	11 222 828 161	100,0	-26,3

FONTE: MDIC-SECEX e IPARDES 2011.

CONCLUSÕES DO CAPÍTULO

Considerando que com a implantação da reestruturação produtiva através das políticas neoliberais, no início dos anos 1990, principalmente com Collor e FHC, o Paraná e o Brasil passou por um processo de desindustrialização, como pudemos constatar com o auxílio dos dados empíricos apresentados nessa tese. Pois à medida que foram instaladas as novas plantas industriais mais flexíveis, muitos componentes passaram a ser importados em substituição aos componentes antes produzidos no Brasil. Associado com a deflagração da Guerra dos Lugares o país passou e passa por uma desconcentração industrial, além de fusões, aquisições e incorporações, processando a reconversão e internacionalização da indústria.

O crescimento econômico, como destacado por estudos na área de finanças, é visto como resultado da ação do Estado através de políticas que contribuam para a formação de capital, por via de investimento público e financiamentos para atrair investimentos privados.

Resumindo, como se observou neste capítulo, o Estado, a partir da década de 1930, assume o papel de promotor de desenvolvimento, mais enfrentando a crise do petróleo na década de 1980, pressionado principalmente pela inflação. Surgem às ondas liberalizantes através do Consenso de Washington, recomendadas por instituições financeiras internacionais. Nos anos 90 esgotam-se as ondas de ataque neoclássico e surgem diversas considerações sobre o papel do Estado no processo de desenvolvimento econômico, as quais parecem convergir na direção do consenso, sobretudo a uma reinterpretação da importância desse papel. Por outro lado, as exportações de produtos agroindustriais mantiveram, ao longo do período, níveis de dinamismo capazes de explicar parte do crescimento do produto agrícola.

Do lado da produção primária, o processo provoca elevação da produtividade da terra, melhoria da qualidade dos produtos e padronização da oferta, principalmente no crescente número de estabelecimentos que se vinculam, via contratos de fornecimento, com as empresas agroindustriais. A essas melhorias induzidas soma-se a continuidade, desde o início da década de 80, de programas de manejo e conservação de solos, implantados em micro bacias — que evitam a erosão e o desgaste das terras e introduzem novas técnicas de plantio e proteção das lavouras. Que já cobriam cerca de dois terços das áreas cultivadas —, bem como de programas de eletrificação rural — que permitiu difusão de máquinas e equipamentos elétricos, que aumentam a

produtividade das diversas atividades produtoras em pequenos e médios estabelecimentos e que já cobrem cerca da metade do número total de estabelecimentos rurais. Esses programas, concebidos e executados por organismos públicos estaduais, representam a principal contribuição estatal ao processo. Isso permitiu avanço significativo tanto na agroindústria quanto nas atividades primárias e a ela interligadas, em setores como os lácteos, carnes de aves e de suínos, a fiação de algodão, a indústria do couro, a produção e fiação da seda, a produção de frutas e a industrialização da mandioca, dentre outros. Resumindo, já que não caberia uma análise pormenorizada das mudanças qualitativas ocorridas ao longo do último decênio, pode-se concluir é que, impedidos de continuar a expandir nos padrões dos anos 70, devido às causas já mencionadas, os agentes dinâmicos que mudaram a fisionomia econômica do Paraná foram forçados a concentrar-se em elevar seus padrões de competitividade.

A deterioração programada da malha viária brasileira, resultado da política de esvaziamento de recursos destinados à infraestrutura rodoviária, ferroviária e portuária, levou à utilização do instituto da concessão, repassando à iniciativa privada a responsabilidade de recuperar e conservar as rodovias.

Em seus dois mandatos à frente do Estado, o governo Jaime Lerner teve como característica marcante o planejamento desestruturado, sem metodologia apropriada para a elaboração e avaliação de políticas de transportes, comprometendo o desenvolvimento do Estado com a instalação do pedágio nas rodovias estaduais.

O processo de concessão exige um planejamento cuidadoso, pois a partir dele serão definidos os parâmetros de execução por um longo período de duração. E os estudos necessários para uma avaliação responsável quanto à viabilidade econômica desse tipo de procedimento envolve pesquisa qualitativa e quantitativa de tráfego, além do estudo de projeção, que exige o conhecimento de aspectos socioeconômicos das áreas por onde passam as rodovias, para permitir determinar as taxas de crescimento do tráfego. Estes e outros estudos, associados à construção de um arcabouço jurídico e institucional adequado que garanta uma regulação eficiente, demandam, no mínimo, de dois a três anos de preparação. Nenhum desses procedimentos foram efetuados, apenas uma negociata lesando o povo brasileiro e os cobres públicos, pois as concessões foram repassadas a empresários amigos, com dinheiro público via, BNDES, bancos públicos e recursos de fundo de pensões de grandes empresas públicas.

Contudo, do ponto de vista político, o importante é definir a natureza desse processo. Neste caso, os indicadores econômicos de produtividade não apresentam indícios de que a tendência anterior seja a consequência natural do dinamismo industrial, assim como ocorreu nos países do centro do capitalismo, uma vez que, no Brasil, e consequentemente no Paraná, o início do processo é marcado pela estagnação econômica e queda da produtividade. Isso foi agravado pela condução de política macroeconômica, que tendeu a deprimir a competitividade industrial ao longo do período analisado, comprometendo a capacidade do setor de ingressar em mercados mais competitivos e exigentes. Pois o centro mundial do capitalismo não tinha nenhum interesse em democratizar as relações comerciais no comércio internacional, só a título de informação e comparação, estudos recentes a cerca do comércio do Bloco Europeu indicam que da receita total desse comércio 90% é realizado dentro do bloco, e que só 10% é feito fora da União Europeia. O que isso quer dizer? Que o Estado Europeu esta cada vez mais forte, e que existe uma blindagem e um protecionismo ao Mercado Europeu, esse papo de liberdade total de comércio e fim das fronteiras, é como diria minha mãe, história para boi dormir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para entender o processo histórico de Formação Social e Econômica dos espaços, temos que considerar; a herança colonial portuguesa, as lutas sociais, a colonização europeia, o planejamento do Estado, os investimentos estrangeiros entre outras determinações no Paraná. Partimos da análise da categoria de *formação sócio-espacial*, que é derivação da categoria marxista de formação econômica e social, muito utilizada atualmente depois da morte do professor Milton, seu formulador. Além da contribuição de Cholley, que é a análise do espaço geográfico em determinada escala de tempo, utilizando-se das combinações que se articula para explorar o meio. As *combinações geográficas* oferecem localização especial; (CHOLLEY, 1964), *as combinações geográficas são aquelas que apresentam caráter dinâmico e contribuem para criar no meio onde se articulam um meio particular, e ao se articular criam no meio um caráter de estabilidade, de duração ou renovação periódica*. Fizemos uso dessas categorias para interpretar as várias formações sócias nesse capítulo. Aliada as essas categorias utilizamos os estudos de Kondratieff, Schumpeter, Juglar e Rangel, sob a luz esclarecedora e didática das interpretações e formulações do professor Armen.

Como justificativa para interpretação e análise regional do território paranaense, citamos a quantidade de estudos e regionalizações existentes, dentro e fora da academia, mesmo dentro do aparelho de Estado. Isso demonstra a complexidade em estabelecer recortes espaciais que expressem as realidades das varias regiões do Paraná. Mais ainda, sendo o motor da investigação o processo de desenvolvimento, portanto de mudança econômica e social, as regiões devem ser consideradas como em permanente construção, alterando constantemente a estrutura interna e redefinindo continuamente os limites regionais dados as articulações intra-regionais e com a economia estadual, nacional e internacional.

Cabe observar que, na (re)organização do extremo Oeste do Paraná merece destaque, portanto, o importante papel desempenhado pelo poder público, pois este apresentou uma contribuição "especializada". Esta contribuição, por parte dos governos federal e estadual, foi efetuada através da elaboração de discursos que incentivaram a migração e orientaram os fluxos migratórios para a ocupação do interior do Paraná e do país que ainda não estava

totalmente povoado. Principalmente com o Governo Vargas de 1930-45, principalmente com a criação do estado do Iguacu.

Vargas, revitaliza em seu discurso a figura do bandeirante, sendo este caracterizado como protagonista de grandes proezas. Deste modo, é importante a recuperação deste personagem como forma de acelerar a ocupação de espaços tidos como pouco povoados ou povoados por estrangeiros. E enfrenta tanto no Norte, Oeste e Sudoeste paranaense os interesses dos capitais externos. Durante o 2º Kondratieff em sua fase "B", entre 1870-1890 e a fase "B" do terceiro Kondratieff de 1920-1948 muito foram os investimentos especulativos do Centro do capitalismo, que buscavam no Paraná um refugio seguro para seu capital especulativo. Um dos pioneiros foi Thomaz Larangeira, em associação com o capital Inglês e Portenho, fundou a Matte Larangeira em 1877, que no Paraná teve sua atuação no Oeste de 1909-1965. Outro foi empreendimento do capitalista estadunidense Percival Farquhar da *Brazil Railway Company*, protagonista da Guerra do Contestado no Sul, com a Companhia Colonizadora e Madeireira Lamber.

Como demonstramos, em suas articulações com o governo do Paraná mediado pelo lobista Affonso Camargo, em 1918 Farquhar consegue o domínio do imóvel Chopinzinho, com 491.18 km², concedido à Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande. Que a seguir transfere para sua subsidiária, a Companhia Brasileira de Viação e Comércio S/A (BRAVIACO), o maior latifúndio da história do Paraná, tinha na exploração de madeira e erva-mate seu principal negócio. Arrendada mais tarde para ALLICA, para tentar fugir da cassação, os arrendatários passaram a explorar de suas terras. Em 1940 Getúlio Vargas confisca a empresa e transfere para o político gaúcho Lindolfo Collor que assume a concessão da BRAVIACO.

Outro grande empreendimento especulativo foi a *Maderas Del Alto Paraná* (Fazenda Britânia), que Jorge Schimmelpfeng adquiriu do Estado do Paraná, o montante de 250.000 hectares de terras devolutas, e foi titulada com o nome "Fazenda Britânia". Em 1906 organizou a empresa "Companhia de Maderas Del Alto Paraná" com sede em Buenos Aires, destinada à exploração da área. Essa empresa de faixada se originou de um fundo de investimento cujo nome em Londres era (Scottish and Investment Mercantile Co Ltd.).

Em 1946, a área da "Fazenda Britânia" foi adquirida por um grupo de investidores; Alfredo Paschoal Ruaro, Alberto Dalcanale, Egon Bercht, Curt Bercht, Willy Barth e Leonardo Julio Perna. Tais pessoas organizaram a Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná

– MARIPÁ, que promoveu a densa colonização da microrregião de Toledo e Marechal Cândido Rondon.

No Norte os ingleses “fizeram a festa” com a concessão de terras para colonização. Simon Joseph Fraser, o Lord Lovat junto com um grupo de investidores ingleses, Lord Edwin Samuel Montagu, secretário de finanças da Inglaterra, Sir Charles Addis, diretor do Banco da Inglaterra e presidente do Hong-Kong and Shanghai Banking e Sir Hartley Withlers conde de Londres.

Gastão de Mesquita Filho da Companhia Férrea São Paulo-Paraná, faz a mediação com Lovatf, e em Setembro de 1925 nasce a *Paraná Plantation Limited*, tendo como a subsidiária a Companhia de Terras do Paraná que adquiriram do Governo do Estado do Paraná 500.000 alqueires na região Norte do Paraná. O trabalho de levantamento e de estabelecimento de divisas foi confiado ao Dr. William Reid, que foi contratado como engenheiro-chefe da Companhia de Terras Norte do Paraná.

Tal iniciativa veio de encontro aos anseios de um grupo de fazendeiros paulistas, os quais, reconhecendo as ricas terras da parte Norte e Noroeste do Estado do Paraná, haviam aberto fazendas na região. O grupo de fazendeiros incluía as fazendas das famílias Barboza Ferraz, Junqueira, e Procópio e mais a do Dr. Willie da Fonseca Brabazon Davids. Que com o aprofundamento da crise e a 2ª Guerra Mundial vende a colonizadora para um grupo de investidores paulistas, que alteram o nome da empresa para, Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP). Que passa a colonizar a região com outra empresa a SINOP foi fundada em 1948, pelos especuladores Ênio Pipino e João Pedro Moreira de Carvalho. Com sede em Presidente Venceslau/SP a Sociedade Imobiliária Noroeste do Paraná (SINOP) foi transferida para Maringá, onde teve papel importante na colonização e formação de várias cidades no Norte e Noroeste do Paraná.

Do ponto de vista do planejamento, qual foi o efetivo papel estratégico do Estado no projeto de desenvolvimento econômico? Como explicamos o projeto de desenvolvimento tem inicio nos anos 1930 com a visão de planejamento de Manuel Ribas (1930-45), e construção de infraestruturas como papel estratégico para se buscar o desenvolvimento, tais como: a Estrada do Cerne PR-090, Estrada da Ribeira Ctba./S. Paulo/Lages (1930), e a rodovia Ctba./Joinville (1940) atual 376/101, rodovia Paranaguá/Ponta Grossa/Foz (1941-43) interligada com a BR 277 em 1967. Seguindo-se das Rodovias do Café (1960), cujo trecho Ponta Grossa/Apucarana foi inaugurada em 1965. E finalizando a BR-116 em 1970.

Criação e instalação da CODEPAR/PLANEP (1961), com a ampliação das Infraestruturas rodovias, energia, ferrovia e portos. Atração de capital paulista e transnacional e fortalecimento ao capital local, com o BADEP 1969 e finalmente em 1975 CIC, fruto da intervenção dos políticos paranaense aproveitando o 2º PND do Geisel.

Qual o motivo da concentração econômica na Região Metropolitana de Curitiba (RMC)? A estratégia de barrar a expansão do café via os fluxos de investimentos paulista no norte e a cortar a interligação em simbiose econômica com São Paulo. Levou o planejamento do Estado através do BADEP a desenvolver um plano de investimentos na RMC, Curitiba e o eixo Ponta Grossa Paranaguá. Nesse sentido o Paraná remava na contra mão da história, enquanto o Brasil dá um salto na industrialização (50-70), o Paraná se firmava numa Economia Primária Exportadora. Além de gerar uma tensão federativa, com as pressões e reivindicações para a criação do estado do Iguazu e do Paranapanema. O Discurso dominante era Ocupação e Povoamento do território.

A Elite dominante Paranaense se opunha a tática do governo federal de subsidiar ramos industriais estratégicos, através do confisco cambial. Na tese do *Paraná Uma Economia Periférica*, Pedro Padis, defendeu o Estado marginal no processo de desenvolvimento inspirado nas teses da (CEPAL), colado do modelo paulista de substituição das importações.

Interpretação cepalina ganha força, e surge calcada no modelo centro-periferia, desenvolvida pela Companhia de Desenvolvimento do Paraná (CODEPAR), criada em 1962, e transformada em Banco de Desenvolvimento do Paraná (BADEP) em 1969. Cujas ideias centrais eram repetir em âmbito estadual a experiência brasileira (paulista) de industrialização substitutiva de importações. Mas se modifica nos governos Moisés Lupion (1947-50) e Bento Munhoz da Rocha Netto (1950-55) que visaram construir um Paraná único a partir da imigração, garantindo a sua ocupação espacial e posteriormente um complexo viário que rumasse a Curitiba. A estratégia era que o Centro Cívico, centro administrativo político de Curitiba, funcionasse como referência de governo, mas fundamentalmente de identidade para o povo paranaense que se queria modelar a partir dos valores de progresso pelo trabalho e ordem pelo patriotismo.

Com esse diagnóstico e a estratégia subjacente, a CODEPAR ignorou a forte tendência de unificação do espaço econômico brasileiro, desenhada a partir dos vultosos investimentos em infraestrutura

constantes do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (JK), entre 1956 e 1961.

A base natural do Paraná como determinação para o desenvolvimento econômico. Qual foi a efetiva participação das potencialidades do quadro natural no desenvolvimento econômico paranaense. Devido sua topografia (três planaltos) aliado ao clima tem uma condição impar no Brasil, pois tem seu território na transição do Clima tropical para o subtropical, além de ser o encontro de massas de ar, possibilitando um alto índice pluviométrico. Fator natural de grandes rios, intensamente utilizado para geração de energia. Também o estado foi beneficiado por um dos solos mais férteis do mundo a terra vermelha, que garantiu ao estado um enorme investimento na agropecuária, fator de destaque no Brasil.

O neoliberalismo no desmanche do projeto paranaense de desenvolvimento. Com a interferência do Collor, Banco Central, associada a influencia do Banco Mundial, na liquidação extrajudicial do setor privado e estatal financeiro a partir de em 1990/91, apoiada pelo Governo Álvaro Dias no estado, foi desarticulado e liquidado o BADEP, e fechado e sucateado as estruturas de Estado na gestão e planejamento. Que teve sequencia em um novo ciclo de desmonte durante o Governo Jaime Lerner. Essa articulação neoliberal teve sua ampliação no plano de desmonte do Estado brasileiro, comandado por FHC. Onde o que tinha restado de infraestrutura foi vendido ou feito concessões à iniciativa privada. Lerner vendeu parte significativa das ações da COPEL e SANEPAR, vendeu a sua participação acionária na TELEPAR facilitando a sua privatização pelo governo federal.

Privatizou parte da geração de energia transferindo sua participação na GERASUL para a Tractebel, privatizou o BANESTADO, transferiu parte das rodovias, ferrovias e portos para iniciativa privada. Com o resultado dessas vendas e concessões, financiou uma nova industrialização em base flexível, com empresas de última geração tecnológica, com plantas flexíveis e móveis, poupadora de mão-de-obra, e que facilmente abandona o território. Como ocorreu com a (Chrysler e Tritec, entre outras), tudo isso foi destruindo o Modelo de Desenvolvimento Paranaense, que de certo modo era robusto, e foi fragilizado, e aos poucos aprofundou a crise estrutural, proporcionando que dezenas de empresas tradicionais paranaenses falissem, fossem incorporadas, vendidas ou fechadas. Agravando a crise geral, com um aumento da violência e um alto índice de desemprego.

Ainda que essas causas sejam, por si mesmos fatores explicativos do "congelamento" do processo de mudança da economia paranaense,

cumprir verificar como elas se manifestam no estado. Desencadeou uma redução das taxas de crescimento, mostrados nos índices dos macros agregados da economia, tendo sido no período os menores desempenhos em comparação com os outros estados brasileiros, só não foram piores devido à maior participação das atividades agrícolas na composição de seu Produto. Apesar de apresentar taxas anuais negativas em cinco dos anos da década de 2000, o PIB paranaense se recuperou com a Gestão Requião/Lula.

Finalizando o uso dos referenciais teóricos e metodológicos foram muito úteis em minhas hipóteses, auxiliaram na elucidação do objeto, e facilitou a compreensão e interpretação das questões levantadas. Ajudou a interpretar o quebra cabeça da gênese e das metamorfoses da economia paranaense na decifração da Formação Sócio-espacial do Paraná, nas suas mais diversas determinações, contribuiu para elucidação de suas várias Formações Sociais.

Considerando que, diagnosticamos uma grande difusão de interpretações, muitas vezes dissimuladas e amplas, recheadas de muitas contradições, não só a respeito das Formações Sociais do estado do Paraná, bem como sobre as Formações Econômicas, e as razões do desenvolvimento da economia paranaense. Além de uma diversidade de análises e interpretações com dados estatísticos nem sempre confiáveis, que possivelmente em alguns casos, embora a citação da fonte fosse legítima, seus números estavam errados.

Apesar dessas divergências, legítimas em uma pesquisa, esperamos ter contribuído com a demonstração e constatação empírica das distorções e contradições a cerca da origem da ocupação territorial paranaense, do seu desenvolvimento econômico, e poder ter tido a oportunidade de demonstrar um mascaramento de alguns processos de desenvolvimento econômico. Tendo a consciência da complexidade da realidade social, da dificuldade do seu total desvelamento, mesmo assim enfrentamos essa tarefa de interpretá-la.

“Como vemos, a compreensão do sistema de produção capitalista e da lógica organizadora de sua constituição jurídico-política não tem sido coerentemente perseguida, caindo-se no ‘facilitário pequeno-burguês da inteligência socialista’, cujas soluções são mais indicadas aos seus próprios interesses e não aos das classes trabalhadoras e das massas”.

(MARCELINO, 2010; p. 318).

“Isto pensava, isto escrevo; isto tinha na alma, isto vai ao papel, que doutro modo não sei escrever” (GARRET, 1973; p. 75).

Referências

- A Experiência do Paraná*. Rio de Janeiro: Laudes, 1971.
- AB'SABER, A. N. *Notas a Respeito do Sítio Urbano de Curitiba*, Geomorfologia nº 3. São Paulo: Edusp, 1969.
- ALBAGLI, S. & BRITO, J. *Arranjos Produtivos Locais: Uma nova estratégia de ação para o SEBRAE – Glossário de Arranjos Produtivos Locais*. RedeSist, 2002. www.ie.ufrj.br/redesist.
- ALENTEJANO, P. R. R. *O lugar da agricultura familiar no cenário agrícola brasileiro dos anos 90*. Cadernos do CEAS, Salvador, n. 167, p. 21-31, jan./fev. 1997.
- ALVES I. *O Contestado. Estados, posseiros, companhias – todos brigam pela terra*. Rio de Janeiro: Otto Pierre Editores, 1982, coleção os grandes enigmas de nossa história.
- AMIM, S. *O desenvolvimento desigual: ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico*. Rio de Janeiro: Forense, 1973.
- ANDERSON, P. Participação no debate: A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social. In: SADER, E. & GENTILE, P. (org.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 09-23 e 139-180.
- ANDRADE, M. C. de. *Espaço, polarização e desenvolvimento: uma introdução à economia regional*. São Paulo: Atlas, 1987. 5ª edição.
- ARANHA, L. F. S. *O Mercado Ervateiro*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP. 1967.
- ARRUDA, G. H. in: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, p.195-310, 1986. (Série Histórica. Coletânea).
- AVÉ-LALLEMANT, R. *Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- BALHANA, A. P. et al.: *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969. v.1 ao 4.
- BALHANA, A. P. Política Imigratória do Paraná. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. Curitiba, nº 87, jan/abr., 1996, p. 39-50.

BASBAUM, L. *História Sincera da República*, São Paulo: Alfa-Ômega, 1962.

BASTOS, J. M. et al.: *Ensaio Sobre Santa Catarina*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2000.

_____. *Comércio no Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

_____. *Bases teóricas para o estudo do comércio no Sul do Brasil*. Florianópolis: Fotocopiado, 2005.

BATALHA, M. O. & SOUZA FILHO, H. M. *A falsa dicotomia entre agronegócio e agricultura familiar*. *Agroanalysis*, São Paulo, v. 23, n. 8, p. 46-47, nov. 2003.

BERNARDES, N. Expansão do Povoamento no Estado do Paraná. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Geografia*, ano XIV out/dez. 1952, p. 53-82.

BIGARELLA, J. J., MAZUCHOWSKI, J. Z. Visão integrada da problemática da erosão. In: *Simpósio Nacional de Controle de Erosão*, Anais. Maringá: ABGE/ADEA, 1985, v. 1, p. 01-19; 93-121.

BIGG-WITHER, T. *Novo caminho no Brasil Meridional: a Província do Paraná. Três anos em suas florestas e campos (1872/1875)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

BITTENCOURT, L. P. e OLIVEIRA, G. B. *A Indústria Madeireira Paranaense nos anos Recentes*. Curitiba: Revista das Faculdades Santa Cruz, p. 33-41. V. 7, nº 1, janeiro/junho 2009.

BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

BRAGUETO, C. R. *O processo de industrialização do Paraná até a década de 1970*. in: Geografia/Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina. 1999.

BRAND, A. J. *O impacto da perda da terra sobre a tradição kaiowá/guarani: os difíceis caminhos da palavra*. Porto Alegre. PUC-RS, tese de doutorado em história, 1997.

BOGUSZEWSKI, J. H. *Uma história cultural da erva-mate: O alimento e suas representações*. Curitiba: UFPR, tese de doutorado em história, 2007.

BUAINAIN, A. M. *Agricultura Familiar, Agroecologia e Desenvolvimento*

Sustentável: questões para debate. Brasília: IICA, 2006.

BURMESTER, A. M. de O. et alii. *O Paranismo em questão: o pensamento de Wilson Martins e Temístocles Linhares na década de 50*. Curitiba: fotocópia 8p., 2004.

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. *300 anos*: Câmara Municipal de Curitiba, 1693-1993. Curitiba: Câmara Municipal, 1992.

CANO, W. (1977) *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: DIFEL/IPE-USP, 1990. 3ª edição.

CANUTO, O. *A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisa para o Paraná*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, nº 94, p. 2-28, maio/dez. 1998.

CANUTO, O. A nova dinâmica regional brasileira e uma agenda de pesquisa para o Paraná. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**. Curitiba: IPARDES, nº 94, p. 2-28, maio/dez. 1998.

CARONE, E. *A República Velha*. São Paulo: Bertrand Brasil, 1986.

CASTRO, M. H. M. de. *Dualidade, Modernidade e Atualidade* In: *O Pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: Editora 34, 1998.

CATAIA, M. A. *Território Nacional e Fronteiras Internas. A Fragmentação do Território Brasileiro*. Tese de doutorado do Departamento de Geografia da FFLCH na Universidade de São Paulo: USP, 2001.

CESÁRIO, A. C. C. *Industrialização e pequenos empresários em Londrina*. Curitiba: Grafipar, 1981.

CHÂTELET, F. & PISIER-HOUCHNER, E. *As concepções políticas do século XX: História do pensamento político*. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

CHMYZ, I. *Recuperando o passando para entendermos o futuro*. Presidente Prudente: FAPEPE/UNIESP. Revista Multidisciplinar N° 03, Junho, 2007.

CHMYZ, I; WESTPHALEN, C e RODRIGUES, A. D. Curitiba: *Origens, fundação, nome*. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 1995. 280p.

CHOLLEY, A. (1948) *Observações sobre alguns pontos de vista geográficos*. Rio de Janeiro: BG/CNG/IBGE, 1964. BG n.º 179 e 180.

Conselho Nacional de Geografia. *Guia dos anais do 18º Congresso Internacional de Geografia*. Rio de Janeiro: IBGE, 1956, V. 8.

COMPANHIA MELHORAMENTOS NORTE DO PARANÁ. Londrina: *CMNP*, 1975.

CORAGGIO, J. L. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas sociais de organização do espaço e suas tendências na América Latina. *Revista Planejamento*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 5-32, jan./mar. 1979.

CORRÊA, R. L. Espaço: um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná E. et al. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 15-47.

COSTA, A. P. O Processo de Industrialização no Município de Londrina/PR. *Anais do 6º CBG*. Goiânia: Edições da AGB, 2004.

COSTA, S. G. da. *A Erva-Mate*. Curitiba: Farol do Saber, 1995;

COUTINHO, L. G. & BELLUZZO, Luiz G. M. (1978) O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. *Estudos CEBRAP 23*: 7-31 p.

CROCETTI, Z. S. *Nacionalismo étnico no final do século*. Curitiba: Revista Paranaense de Geografia n.º 01 p. 56-73. Edições AGB/Letra das Artes, 1996.

_____. *Reestruturação Produtiva no Paraná*. Curitiba: Letra das Artes, Anais da 13ª SEMAGEO, p. 73-93. 2001.

_____. Geografia e Poder: A dialética do território. *Anais do 1º Congresso Curitibano de Geografia*. Curitiba: AGB/Curitiba/Letra das Artes, 2004.

_____. *Evolução Sócio-Espacial do Paraná*. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC. 2007.

CRUZ, A. A. *João Moreira Garcez: um homem que se superou no seu tempo*. Curitiba: Fundação Santos Lima, 1991.

CUNHA, E. da. *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, 1999, 43ª edição.

CURITIBA, *uma experiência em planejamento urbano: recreação, plano global*. Curitiba, IPUCC, 1975.

DANIEL, O. *Erva-mate Sistema de produção e processamento industrial*. Dourados: Editora UFGD, 2009.

DINIZ, C. C. A nova geografia econômica do Brasil. In : VELLOSO, J. P. R. (org.). *Brasil 500 anos : futuro, presente, passado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

ESPÍNDULA, C. J. *As Agroindústrias no Brasil: O caso Sadia*. (dissertação de mestrado). Chapecó: Grifos, 1999.

_____. *As Agroindústrias de Carne do Sul do Brasil*. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2002.

FAORO, R. *Os Donos do Poder*. São Paulo: Globo, 1998, volume 2.

FERNANDES, F. *A Revolução Burguesa no Brasil*. São Paulo: Zahar, 1981.

FERREIRA, M. R. *A Ferrovia do Diabo*. São Paulo: Melhoramentos, 2005.

FILHO, A. G. *Complexo Ervateiro e a Pequena Produção Mercantil em Santa Catarina*. Florianópolis. Fotocopiado, 2009.

FOWERAKER, J. *A Luta pela Terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRESCA, T. M. *Transformações da rede urbana do norte do Paraná, estudo comparativo de três centros*. São Paulo: USP, 2000.

_____. *A rede urbana do norte do Paraná*. Londrina: Eduel, 2004.

_____. *A estruturação da rede urbana do norte do Paraná*. FRESCA, T. M.; CARVALHO, M.S. (org.) Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico. Vol. 2. Londrina: Edições Humanidades, 2007, p. 201-250.

FREEMAN, C. *Inovação e Ciclos Longos de Desenvolvimento* Econômico. Porto Alegre: Ensaio FEE, v 5, n°1, p. 5-20, 1984.

GARCIA, F. E. S. *Curitiba Imagem e Mito: Reflexão Acerca da Construção Social de uma Imagem Hegemônica*. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFRJ. Rio de Janeiro: 1993.

_____. *Cidade Espetáculo: Política, Planejamento e City Marketing*. Curitiba: Palavra, 1997.

GARRET, A. (1846) *Viagens na Minha Terra*. São Paulo: Editora Três, 1973, 250 p.

GAULD, C. *Farquhar, o último titã: um empreendedor americano na América Latina*. São Paulo: Editora de Cultura, 2006. Tradução Eliana do Vale.

GOMES, R. *Aspectos Gerais e Econômicos do Paraná*. In: Guia Globo Paraná de Importação e Exportação (1953-1954). Porto Alegre: Clarim, 1953, p.103-206;

GUIMARÃES, C. *A dualidade brasileira de Ignácio Rangel*. Revista de Economia Política, v. 14, n. 4, p. 62-75, 1994.

HOFF, S; FADEL, J. e LEAL, L. L. (1984) A Escolarização no Meio Rural e sua Relação com o Trabalho. *Revista Unimar*. Maringá: UEM, 6(1), p. 51 – 69.

HOFF, S. A Ocupação do norte. PAZ, F. (org.) *Cenários de economia e política, Paraná*. Curitiba: Prephacio, 1991, p. 25-40.

HARDMAN, F. F. *Trem Fantasma - Ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

HOLANDA, S. B de. *Raízes do Brasil*. 16ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1983.

INDJAIAN, A. *Saídas para a crise – entrevista com Ignácio Rangel*. Análise Conjuntural. Curitiba: IPARDES. V.9, nº 5, p. 1-2, maio 1987.

IPARDES. Fundação Edson Vieira. *Paraná para investidores*. www.ipardes.gov.br/projetos/prinvest/port/home.html, 2000.

_____. *Análise Conjuntural*, V 24, n.01-02, p.3-12, JAN./FEV Curitiba: 2002.

_____. *Arranjos Produtivos Locais e o Novo Padrão de Especialização Regional da Indústria Paranaense na década de noventa*. Curitiba, IPARDES, 2003. www.ipardes.gov.br

_____. *Arranjo Produtivo Local do Vestuário da Região de Umuarama-Cianorte*. Curitiba: IPARDES, 2004. www.ipardes.gov.br.

JANK, M. S. *Agronegócio versus agricultura familiar*. L&C: Revista de Administração Pública e Política. Brasília: V. 8, n. 86, p. 26-27, ago. 2005.

JUVENAL, T. L. e MATTOS. R. L G. *O setor florestal no Brasil e a importância do reflorestamento*. Rio de Janeiro: BNDES Setorial, n.16, p. 3-30, set. 2002.

LAZIER, H. *Análise Histórica da Posse de Terra no Sudoeste Paranaense*. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LE BOURLEGAT, C. A. *Mato Grosso do Sul e Campo Grande: articulações espaço temporais*. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: UNESP, 2000.

LEÃO, E. de. *Dicionário Histórico e Geográfico do Paraná*. Curitiba: IHGEP, 1994, V-1, p. 31. 247

LEÃO, I. Z. C. *As Desventuras do Paranismo*. Rev. FAE, Curitiba, v.2, n.3, set./dez., 1999, p.9-20.

_____. *O Paraná nos anos setenta*. Curitiba: IPARDES: CONCITEC, 1989.

LEMINSKI, P. *Ensaio e anseios crípticos*. Curitiba: Polo Editorial do Paraná, 1997.

LENHARO, A. *Colonização e trabalho no Brasil: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste*. Campinas: Ed. Unicamp, 1986.

LÊNIN, V. I. U. *O programa agrário da socialdemocracia na segunda revolução russa*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. (1899) *Razvitie Kapitalizma V'Rossii*. Trad. port. *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *Obras Completas*. Moscou: Editorial Progresso, 1986, tomo 41, p.140.

LINHARES, T. *História econômica do mate*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

LIPIETZ, A. (1977) *Le Capital et son Espace*. Paris: Francois Maspero. Trad. port. *O Capital e seu Espaço*. São Paulo: Nobel, 1987.

LOURENÇO, G. M. *A economia paranaense nos anos 90: um modelo de interpretação*. Curitiba: Ed. do Autor, 2000. 99 p.

_____. *A Inserção do Paraná na Reorganização Inter-Regional da Economia Brasileira nos Anos 90*. Florianópolis: Dissertação de mestrado em Engenharia de Produção, UFSC, 2002. 118 p.

LUXEMBURGO, R. *A acumulação do capital: contribuições ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KOECHLIN, J e PÉBAYLE, R. As frentes pioneiras de Mato Grosso do Sul: abordagem geográfica e ecológica. In: *Espaço e Conjuntura*. São Paulo: USP, 1981, p. 01-42.

KONDRATIEFF, N. D. (1939) *The Long Wave Cycle*. London: E P Dutton, 1984, 138 p.

_____. *The Long Waves In Economic Life (1935)*. Londres: Kessinger Publishing, LLC, 2010, p. 28.

MAACK, R. *Breves Notícias Sobre a Geologia dos Estados do Paraná e Santa Catarina*. Curitiba: Arquivos de Biologia e Tecnologia, v. 2, pp. 63-154, 1947.

———. *Geografia Física do Estado do Paraná*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1982, 2ª ed.

MAGALHÃES FILHO, F de B. *Experiência de Planejamento Estadual: O Caso do Paraná*. Curitiba: CODEPAR, RPD, Nº 1, 1967.

———. *Perspectivas industriais do Paraná*. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: BADEP, nº 15, p. 7-23, nov./dez. 1969.

———. *Da Construção ao Desmanche*: análise do projeto de desenvolvimento paranaense. Curitiba: IPARDES, 2006.

MAMIGONIAN, A. *Estudo geográfico das indústrias de Blumenau*. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE/CNG, n. 3, v. 27, 389-481, julho-setembro/1965.

———. *Vida regional em Santa Catarina*. Orientação. Nº 2. São Paulo: IG-USP, set. 1966.

———. *Notas Sobre o Processo de Industrialização no Brasil*. In: Boletim do departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. Presidente Prudente: p. 55-63, 1969.

———. *Industrialização de Santa Catarina*. Atlas de Santa Catarina. Florianópolis: GAPLAN, 1986

———. Geosul nº 28: *Gênese e objeto da Geografia: passado e presente*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1999, p.167-170.

———. *Teorias sobre a industrialização brasileira*. Florianópolis: Cadernos Geográficos. UFSC/CFH/GCN, nº 2. Imprensa Universitária, 2000.

———. *Santa Catarina: sociedade e natureza*. Relatório de Projeto Pesquisa. Florianópolis: CNPq, 2001 [fotocopiado.].

MARCELINO, W. *Ulciscor*. Curitiba: Quem de Direito, 2010. 324 p.

MARIPÁ. *Plano de Ação*. Toledo: MARIPA, 1952.

MARTINS, J. de S. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARTINS, R. *Ilex-mate: chá sul-americano*. Curitiba: Graphica Paranaense, 1926, p.312.

_____. *Historia do Paraná*. Curitiba: Travessa dos Escritores, 1995.

MARTINS, W. *Um Paraná Diferente*. São Paulo: FSP, letras, p. 3-5, 8 de dezembro de 1990.

MARX, K. e ENGELS, F. *Textos Selecionados*. S. Paulo: Avante, 1988, p.12.

MARX, K. Revolução e Contra-Revolução. In *Obras Completas*, volume I, São Paulo: Alfa-Omega, 1981.

_____. *O Capital, Volume I*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.

_____. *O Capital, Volume II*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.

_____. *O Capital, Volume III*. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 3ª edição.

MENDONÇA, S. R. de. Estado e Sociedade: A consolidação da república oligárquica. in: LINHARES, Maria Yedda. (Org.). *História Geral do Brasil*. 8º ed.. Rio de Janeiro: Campus, 1999, p. 252-266.

MILLARCH, A. *Memórias Jornalísticas*. Tabloide Digital de Aramis Millarch. Acesso 2010/2011, www.millarch.org.

MONBEIG, P. Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira. *Capital e Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1957.

MONBEIG, P. Estudos Geográficos; p. 7-11. In: *Boletim Geográfico*. v.1, n.11. Rio de Janeiro: IBGE, 1944.

MONTEIRO, N. Itaipu, a luz. Curitiba: *Itaipu Binacional/Assessoria de Comunicação Social*, 2000. 2ª ed.

MORAES, M. A. F. D. de. *Estudo da competitividade de cadeias integradas no Brasil: cadeia de madeira e móveis*. Campinas: UNICAMP-IE-NEIT, 2002.

MOREIRA, J. E. *Eleodoro Ébano Pereira e a Fundação de Curitiba*. Curitiba: UFPR, 1972.

MOURA, R. et alii. *Dinâmica Recente da Economia e Transformações na Configuração Espacial da Região Metropolitana de Curitiba*. Curitiba: IPARDES, 2004

MULLER, D. P. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de São Paulo. Ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836, e 10 de março de 1837.* São Paulo: secção de obras de "O Estado de São Paulo", 1923.

MYRDAL, G. *Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.* Rio de Janeiro: Saga, 1957.

MYSKIN, A. M. *Colonos, Posseiros e Grileiros: Conflitos de terra no Oeste do Paraná.* Niterói: UFF, Dissertação (Mestrado em História), 2002.

NAPOLEÃO, F. *Origem, desenvolvimento e crise da indústria joinvilense de materiais de construção em PVC: 1941-2002.* Florianópolis: UFSC, tese de doutorado em geografia, 2005.

NEVES, Léo de A. *Vivência de Fatos Históricos.* São Paulo: Paz & Terra, 2002.

_____. *Segredos da Ditadura* de 64. São Paulo: Paz & Terra, 2010.

OLIVEIRA, C. A. B. de. *Quinze anos depois: comentários sobre o texto "Paraná – Economia e Sociedade".* Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba: IPARDES, nº 83, p. 5-15, set./dez. 1994.

OLIVEIRA, D. de. *A política do planejamento urbano: o caso de Curitiba.* Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Campinas: UNICAMP, 1995.

_____. *Curitiba e o mito da cidade modelo.* Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

_____. *Urbanização e Industrialização no Paraná.* Curitiba: SEED, 2001;

OLIVEIRA, F. de. *Elegia para uma re(li)gião.* São Paulo: Paz e Terra, 1977.

OLIVEIRA, M. C. de. *Estudo da Erva Mate no Paraná.* Mestrado em História. Curitiba: UFPR, 1974.

OLIVEIRA, R. C. de. *O Silêncio dos Vencedores.* Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.

PEREIRA, M. R. de M. *Semeando Iras Rumo ao Progresso.* Curitiba: UFPR, 1996.

Quatro Visões sobre o Paraná. *Análise Conjuntural.* Curitiba: IPARDES. v. 7, nº 2, p-1-3, fev. 1985.

RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder.* São Paulo, Editora Ática, 1993.

RANGEL, I. M. *Dualidade básica da economia brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. *A dinâmica da dualidade brasileira*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 215-235, jul. 1962.

_____. *Recursos Ociosos e Política Econômica*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. Rio de Janeiro: Civilização, 1982.

_____. *O ciclo médio e o ciclo longo no Brasil*. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 31-42, 1983.

_____. *A Recessão, A Inflação e a Dívida*. Análise Conjuntural Especial IPARDES, Curitiba, v. 6, n. 12, p. 01-08, 1984.

_____. *Economia: milagre e anti-milagre*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

_____. *Recursos ociosos e ciclo econômico brasileiro: alternativas para a crise brasileira*. In: Revista de Economia Política, n. 1, janeiro março/1989, p. 21-23.

_____. *500 anos de desenvolvimento da América e do Brasil*. In: Geosul. n. 15, ano VIII. Florianópolis: EDUFSC, 1º sem. 1993.

_____. A história da dualidade brasileira. In: MAMIGONIAN, A.; REGO, J. M. (org.) *O pensamento de Ignácio Rangel*. São Paulo: editora 34, 1998, p. 139-170.

_____. *Obras reunidas de Ignácio Rangel*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. 2 v.

RELATÓRIO apresentado à Assembleia Legislativa do Paraná no dia 16 de fevereiro de 1881 pelo Presidente da Província, o Exmo. Sr. Dr. João José Pedrosa. Curitiba, Perseverança, 1882.

RELATÓRIO do Presidente da Província do Paraná, o Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcellos, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de julho de 1854. Curitiba: Perseverança, 1854.

RIBEIRO, L. R. E. de F. Depoimentos. in: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, p.18-19, 1986. (Série Histórica. Coletânea).

RICARDO, C. *Marcha Para o Oeste*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959. V. 2, 3ª ed., p. 328.

RODRIGUES, R. L. *Cooperativas agropecuárias e relações intersetoriais na economia paranaense: uma análise de insumo-produto*. Piracicaba: 2000. 171p. Tese (Doutorado) - Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo.

ROCHA NETO, B. M. da. *O Paraná, Ensaios*. Curitiba, Farol do Saber, 1995.

ROMANEL, M. C. T. S. e SCHERNER, M. L. T. *Álbum de Memórias: A trajetória das Indústrias no Paraná*. Curitiba: Editora UniverCidade, 2007, p.16.

SAINT-HILAIRE, A. *Viagem Pela Comarca de Curitiba*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995;

SANTOS, A. V. dos. *Memória Histórica Chronologica Topographica e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real vulgarmente Porto de Cima*. (1851) Curitiba: Museu Paranaense, 1950, Tomo 1º.

SANTOS, C. R. A. dos. *História da Alimentação no Paraná*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995;

_____. *Vida Material, Vida Econômica*. Curitiba: SEED, 2001;

SANTOS, M. Sociedade e espaço: a formação social como teoria e como método. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n 54, p. 35-59, jun. 1977.

_____. *Por uma Geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

_____. *Espaço e sociedade*. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. *Espaço & método*. São Paulo: Nobel. 1986.

_____. *Por Uma Outra Globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2000, 79-116.

SAUER, S. *Agricultura familiar versus agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro*. Brasília: Embrapa, 2008.

SBS. *Fatos e números do Brasil florestal*. São Paulo: SBS, 2008.

SCHIER, P. *Paraná Brasil*. Curitiba: Paranaense, 1953.

SCHMIDT, R. J. *Cenas da constituição de um mito político*. , Curitiba, 2000. Dissertação (Mestrado em História), UFPR.

SCHNEIDER, C. I. *Os Senhores da Terra: Produção de Consensos na Fronteira (Oeste Do Paraná, 1946-1960)*. Curitiba: Dissertação de (MESTRADO) em História UFPR, 2001, p. 26-50.

SCHUMPETER, J. A. *Business Cycles: a Theoretical, Historical and Statistical Analysis of the Capitalist Process*. London: Mc Graw and Hill, 1939.

_____. *Ciclos Econômicos*. In: A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

SCOTT, A. J. & STORPER, M. *Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica*. São Paulo: Espaço e Debates, n° 25, 1988.

SEREJO, H. Carafá. in: *Ciclo da Erva-Mate em Mato Grosso do Sul 1883-1947*. Campo Grande: Instituto Euvaldo Lodi, p.27-193, 1986. (Série Histórica. Coletânea).

SERRA, E. *Processos de ocupação e a luta pela terra agrícola no Paraná*. Rio Claro: 1991. Tese (Doutorado em História), UNESP.

SILVA, M. A. da. **Gênese e Dinâmica Competitiva da Indústria de Equipamentos Elétricos do Sul do Brasil**. Tese (Doutorado em Geografia) São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *O processo de industrialização no Sul do Brasil*. Florianópolis: CFH/UFSC, Cadernos geográficos n° 15, 2006.

SILVA, J. G. da. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STÉDILE, J. P. (Coord.). *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 137-143.

SILVA, M. C. da. *As Rodovias no Contexto Socioeconômico Paranaense 1946-1964*. Curitiba: UFPR. Dissertação de Mestrado em história. 1984.

SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.

SIMONSEN, R. C. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*, São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957, 3ª edição.

SINGER, P. I. *Economia política da urbanização*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SILVEIRA, M. R. Estradas de ferro no Brasil: das primeiras construções às parcerias público-privadas. Rio de Janeiro: Interciência, 2007.

SODRÉ, N. W. *Formação Histórica do Brasil*, São Paulo: Difel, 1962, 3ª edição.

_____. *A Farsa do Neoliberalismo*. Rio de Janeiro-RJ: Graphia, 1998. 5ª edição.

SOUZA FILHO, H et al: *Market assisted land reform in ne Brazil: a stochastic frontier production efficiency evaluation*. In: XXXII Encontro Nacional da Anpec, 2004, Natal. ANAIS DA ANPEC. RECIFE/PE: ANPEC, 2004. p. 1-20.

SOUZA, J. J. de. *Gênese e evolução da indústria de laticínios do Oeste de Santa Catarina*. Florianópolis: UFSC, dissertação de mestrado em geografia, 2009.

SOUZA, M. A. A. de. Paraná: o quadro geográfico, histórico e econômico do processo de urbanização. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, nº 46, dez., 1971, p. 38-87.

SUTIL, M. S. *O espelho e a miragem : ecletismo, moradia e modernidade na Curitiba do início do século XX*. Mestrado em História UFPR. Curitiba: EUFPR, 1996.

SUZIGAN, W. Estado e industrialização no Brasil. In: ODÁLIA, Nilo (Org.). Brasil — o desenvolvimento ameaçado: perspectivas e soluções. São Paulo: Edunesp, 1989, p. 281-294.

Tecnologia e Reorientação do desenvolvimento no Estado do Paraná: Política e Alternativas Estratégicas. Curitiba: ADESG, Delegacia do Paraná, 1982.

THOMÉ, N. *Trem de ferro: história da ferrovia no Contestado*. Caçador: Universal, 1980.

TOLMASQUIM, M. T. *O Brasil e o ciclo de Kondratieff e Juglar segundo a obra de Ignácio Rangel*. Revista de Economia Política, v. 11, n. 4, p. 27-38, out./dez. 1991.

TOMAZI, N. D. *"Norte do Paraná": história e fantasmagorias*. Curitiba: 1997. Tese (Doutorado em História), UFPR.

TRINTIN, J. G. *A economia paranaense: 1985-1998*. Campinas, 2001. 200 p. Tese (Doutorado) Instituto de Economia, Universidade de Campinas.

_____. *A Nova Economia Paranaense: 1970-2000*. Maringá: Eduem, 2006.

TROTSKY, L. *História da Revolução Russa*. Madrid: Sarpe, 1985.

TSE-TUNG, M. *Seis escritos militares del Presidente Mao Tse-tung*. Beijín: Editorial del Pueblo, 1970, 419 p.

VAINER, C. B. Utopias urbanas e o desafio democrático. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba: IPARDES, n.105, p.25-31, jul./dez. 2003.

VASCONCELOS, J. R. de e CASTRO, D. *Paraná: economia, finanças públicas e investimentos nos anos 90*. Brasília: IPEA, 1999. (Texto para Discussão, 624).

VIANA, O. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio: José Olympio, 1952.

VIEIRA, M. G. E. de D. & PEREIRA, R. F. do A. *Formações Sócio-Espaciais Catarinenses: nota preliminar*. Anais do congresso de história e geografia de Santa Catarina. Florianópolis: CAPES/MEC, 1997.

VIETRO, A. F. *O processo de industrialização de Apucarana: a capital nacional do boné*. 2006, 93p. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina.

_____. *Formação Sócio-Espacial: A Ação Local e a Industrialização no Norte do Paraná*. Florianópolis: Edufsc, 2009.

WACHOWICZ, R. *História do Paraná*, Curitiba: Vicentina, 1977.

_____. *Norte Velho, Norte Pioneiro*. Curitiba: Vicentina, 1987.

_____. *Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização*. Curitiba: Vicentina, 1987. 2ª edição.

_____. *Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense*. Curitiba: Vicentina, 1987.

WAIBEL, L. *Princípios da colonização europeia no Sul do Brasil*. In: *Capítulos de geografia tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1979, 2ª edição.

WESTPHALEN, C. M. e CARDOSO, J. A. *Atlas Histórico do Paraná*. Curitiba: Chain, 1986, 2ª edição.

WESTPHALEN, C. M. *Comercio exterior do Brasil meridional no século XVIII*. São Paulo: s.n., separata da Revista de Historia, n.100, 1974.

_____. *Comercio exterior da província do Paraná*. São Paulo: IPE/USP, 1985, p.127-151. Separata de Estudos Econômicos, v.15.

_____. *Porto de Paranaguá, um sedutor*. Curitiba, SEC/PR, 1998.

_____. Formação Histórica do Paraná. *Terra, Cultura e Poder*. Curitiba, SEC/PR, 2003, p. 15-28.